

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

Luís Carlos Mendes Santiago

## O MANDONISMO MÁGICO DO SERTÃO

CORPO FECHADO E VIOLÊNCIA POLÍTICA  
NOS SERTÕES DA BAHIA E DE MINAS GERAIS  
- 1856-1931 -

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES  
Montes Claros, maio de 2013

Luís Carlos Mendes Santiago

O MANDONISMO MÁGICO DO SERTÃO  
CORPO FECHADO E VIOLÊNCIA POLÍTICA  
NOS SERTÕES DA BAHIA E DE MINAS GERAIS  
(1856-1931)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

Linha de pesquisa: Poder, trabalho e identidades

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Maria Junho Anastasia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH  
Montes Claros, maio de 2013

S235m

Santiago, Luís Carlos Mendes.

O mandonismo mágico do sertão [manuscrito] : corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais – 1856-1931 / Luís Carlos Mendes Santiago. – 2013.

194 f.

Bibliografia: f. 184-194.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, 2013.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Maria Junho Anastasia.

1. Mandonismo local - Norte de Minas (MG) - Centro-sul - Bahia (BA).  
2. Corpo fechado - Crença. 3. Sertão. 4. Dominação carismática. I. Anastasia, Carla Maria Junho. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais - 1856-1931.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

Dissertação intitulada “*O mandonismo mágico do sertão - Corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais (1856-1931)*” aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores.

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carla Maria Junho Anastasia - Orientadora (UNIMONTES)

---

Prof. Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro (UFMG)

---

Prof. Dr. Renato da Silva Dias (UNIMONTES)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> ILVA RUAS DE ABREU  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História  
- PPGH / UNIMONTES

Montes Claros, 7 de maio de 2013

## RESUMO

A presente dissertação analisa a política das pequenas localidades do norte de Minas e do centro-sul da Bahia ao longo do Segundo Império e da Primeira República por meio da crença no carisma do Corpo Fechado (invulnerabilidade mágica a disparos de arma de fogo e golpes de arma branca), atribuído a quatro mandões locais: o padre José Vitório de Souza, o subdelegado Afonso Lopes Moitinho, Antônio Antunes de França (o bandido Antônio Dó, originalmente proprietário de terras) e o coronel Horácio de Matos. Primeiramente são estudadas as peculiaridades e as origens da crença no corpo fechado, passando-se, em seguida, a uma análise do contexto geográfico no qual esses mandões estavam inseridos, enfatizando a situação de fronteira, não apenas entre a Bahia e Minas Gerais, mas também entre áreas de exploração econômica da mineração e da pecuária extensiva, além da vizinhança das áreas “oficialmente” colonizadas com povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais sertanejas. Passa-se então à análise da situação de violência coletiva endêmica, e mesmo de guerra, nas regiões onde esses mandões atuavam, focalizando preliminarmente as instituições dessa forma de violência para em seguida estudar quatro “guerras”, começando com os conflitos de natureza política nas margens mineiras do São Francisco, prosseguindo com a guerra mais bem caracterizada na região da Chapada Diamantina, inclusive a passagem da Coluna Prestes pela região (1926), quando os revolucionários se bateram com os mandões locais; e terminando com a luta entre clãs partidários dos “mocós” e dos “tamanduás”, que teve lugar na região de Vitória da Conquista (1895). A última parte da dissertação é dedicada ao estudo dos carismas próprios dos mandões locais, inclusive a atuação política de sacerdotes católicos, e o assassinato entendido como instrumento para acabar com dominações demasiadamente carismáticas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mandonismo local, corpo fechado, sertão, dominação carismática.

## ABSTRACT

This dissertation examines the politics of small towns in the north of Minas Gerais and southern and central Bahia throughout the Second Empire and the First Republic analysing the belief in the charisma of *Corpo Fechado* (magic invulnerability to gunfire and weapon hits) assigned to four *mandões* (local bosses): father José Vitório de Souza, the *subdelegado* (kind of sheriff) Afonso Lopes Moitinho, Antônio Antunes de França (*bandido* Antônio Dó, originally landowner) and Colonel Horácio de Matos. Firstily we studie the peculiarities and the origins of the *Corpo Fechado* belief, passing then to an analysis of the geographical context in which these *mandões* were inserted, emphasizing the frontier situation, not only the border between Bahia and Minas Gerais, but also the frontier between areas of economic exploitation of mining and ranching, and indeed the vicinity of “officially” colonized areas with indigenous peoples, Maroons and other traditional hinterland populations. From then on the dissertation focus the endemic collective violence, and even war, in the regions where these *mandões* acted, studing preliminarily the institutions of this forms of violence and passing to the analysis of four “wars”, starting with the conflicts of a political nature on the São Francisco region, passing to better characterized war in the Chapada Diamantina, including the passage of the Prestes Column through the region (1926), when the revolutionaries have fought with the local bosses; and concluding with the inter-clan fighting between partisans of “mocós” (cavies) and “tamanduás” (anteaters), which took place in the region of Vitória da Conquista (1895). The last part of the dissertation is devoted to the study of the charisms of local *mandões*, including political action of Catholic priests and the murder understood as a tool to finish too charismatic dominations.

**KEYWORDS:** Local authoritarianism, *corpo fechado*, *sertão*, charismatic domination.

DEDICO ESTE TRABALHO A CLIO,  
A MUSA DA HISTÓRIA,  
DEUSA DAS FONTES DE ÁGUAS TURVAS, MAS SABOROSAS

## AGRADECIMENTOS

Conforme o costume sertanejo, agradeço primeiramente a Deus, depois à minha família, sobretudo aos meus pais, Haroldo e Marina, sem quem esta dissertação não existiria.

Aos professores da graduação no curso emergencial de História, ministrado pela UNIMONTES em Pedra Azul, em particular Marina Queiroz e César Porto, que “provocaram” as ideias contidas nesta dissertação, e Wilma Amaral, que me fez pensar pela primeira vez em fazer um mestrado.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNIMONTES, em particular a Carla Anastasia, que para mim é a “Professora”, e também a Renato Dias, Simone Lessa, Rejane Meirelles, pelas valiosas indicações, e ainda a Regina Calheiro, Laurindo Méckie e Ilva Ruas, que dirigiram o programa ao longo destes dois anos.

Um agradecimento especial ao professor Eduardo Magalhães Ribeiro, do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, cujos trabalhos têm permitido uma melhor compreensão acerca das especificidades da história das populações tradicionais, pelos seus conselhos oportunos.

Agradeço ainda a todos que me deram suporte: livreiros, bibliotecários, informantes, etc., sem esquecer a CAPES, com a bolsa que permitiu que eu me dedicasse a esta pesquisa.

Agradeço aos diretores do Cinema Novo, Nelson Pereira dos Santos e, postumamente, a Glauber Rocha e a Schubert Magalhães, que influenciaram minha adolescência e agora inspiram esta pesquisa.

Por último, agradeço também postumamente aos mandões cujos desatinos revelaram tantos elementos da cultura sertaneja.

O caminho está aberto. Métodos, meios, abordagens poderão variar (já se sabe disso), mas é importante estabelecer que não haverá história completa, muito menos história rural digna desse nome, enquanto não for possível fazer uma prospecção sistemática da vida das pessoas que estão abaixo do estágio de mercado.

Fernand Braudel  
*Civilisation matérielle, économie et capitalisme* (trad. nossa)

Enfrentar a morte e as irracionalidades do destino humano com coragem é para o guerreiro uma coisa cotidiana, e os riscos e aventuras deste mundo ocupam tanto espaço em sua vida que não exige nem aceita de bom grado de qualquer religião outra coisa que não a proteção contra feitiçarias e ritos adequados ao sentimento de dignidade estamental, que se tornam componentes da convenção estamental, e, quando muito, ainda preces sacerdotais pela vitória ou por uma morte feliz, que conduza ao céu dos heróis.

Max Weber  
*Economia e sociedade*

Política! Tudo política, e potentes chefias.

João Guimarães Rosa  
*Grande sertão: veredas*

Lá na roça, quando quebraram a cabeça ao juiz de paz, disseram que era por política; o que achei esquisito, porque política seria não quebrar a cabeça...

Machado de Assis  
*Contos fluminenses*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo 1 - O CORPO FECHADO.....	21
1.1. A política do corpo fechado.....	21
1.2. As origens do corpo fechado.....	25
1.3. Procedimentos para fechar o corpo.....	29
1.4. A vulnerabilidade específica.....	33
1.5. Políticos, guerreiros e feiticeiros.....	35
Capítulo 2 - A COLONIZAÇÃO DO SERTÃO.....	44
2.1. Os currais do São Francisco.....	46
2.2. Os quilombos do Gorutuba.....	50
2.3. Os sertões proibidos e a colonização do sertão da Ressaca.....	57
2.4. Os ricos descobertos da Chapada.....	63
2.5. A fronteira sertaneja e o “faroeste tupiniquim”.....	65
Capítulo 3 - INSTITUIÇÕES DA “GUERRA” POLÍTICA NO SERTÃO.....	73
3.1. Conflitos armados e guerra civil no Brasil.....	75
3.2. As milícias e a Guarda Nacional.....	80
3.3. Teorias acerca do coronelismo.....	85
3.4. Os coronéis-bandidos.....	94
Capítulo 4 - QUATRO “GUERRAS” POLÍTICAS - ESTUDO DE CASOS.....	104
4.1. Guerra política no São Francisco.....	105
4.2. Guerra na Chapada.....	116
4.3. A guerra da Coluna.....	125
4.4. A “guerra” do Tamanduá.....	137
4.5. Conclusões.....	141
Capítulo 5 - O MANDONISMO MÁGICO.....	145
5.1. Os carismas do coronel.....	146
5.2. Utilização de carismas sacerdotais na política sertaneja.....	154
5.3. O assassinato como forma de cotidianização.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
Anexo - ORAÇÃO DE CARTA DE ARMAS.....	179
REFERÊNCIAS.....	184

## INTRODUÇÃO

Mundimbe [escrevendo sobre a filosofia africana] expressa seu mal-estar ao ter de apresentar uma visão panorâmica da filosofia como um tipo de prática disciplinada imposta pelo colonialismo e, ao mesmo tempo, lidar com outras formas indisciplinadas de conhecimento, reduzidas a conhecimento subalterno pelas práticas coloniais disciplinadas de investigação, rotuladas como filosofia e relacionadas com a epistemologia. O “sistema africano tradicional de pensamento” opunha-se à “filosofia” da mesma forma que o sistema moderno ao tradicional: em outras palavras, a filosofia tornou-se um instrumento para a subalternização de formas de conhecimento fora de suas fronteiras disciplinares (MIGNOLO, 2003, p. 32-33).

A mesma constatação que Mundimbe faz com relação à filosofia, pode ser feita com relação à história. No caso do presente estudo, pode-se dizer que existe uma história urbana brasileira que subalterniza uma outra história, rural ou sertaneja, baseada em parâmetros distintos. Na verdade, existe todo um contexto de subalternização do campo com relação à cidade, no qual o sertanejo sofre as arbitrariedades do poder econômico, político e policial, com pouca possibilidade de defesa. Enquanto a metrópole neocolonial, que é o polo econômico, se legitima com os bem conhecidos discursos da razão e da modernidade, o homem do campo adota, em contraposição, mas não apenas por isso, um discurso tradicionalista e arcaizante. Pode-se mesmo dizer que o sertanejo é, por índole, arcaizante, traço perceptível no medievalismo que perpassa não apenas a literatura de cordel, mas também os textos literários de Ariano Suassuna e de João Guimarães Rosa, além das melodias do Quinteto Armorial e das canções de Elomar da Figueira.<sup>1</sup> Outro aspecto dessa tendência arcaizante é a religiosidade, acompanhada de um imenso conjunto de crenças mágicas. A crença no corpo fechado, ou seja, de que algumas pessoas são invulneráveis tanto a projéteis de arma de fogo quanto a golpes de arma branca é uma das “crendices populares” que compõem todo esse vasto conjunto mágico-religioso.

Não se pense que os sertanejos que acreditam nessas coisas são, por isso, piores do que nós urbanos e supostamente mais modernos. O Brasil é um país católico, e o catolicismo também guarda algumas crendices de fundo mágico, tais como a crença no poder sobrenatural que o sacerdote tem de transformar a hóstia em carne e o vinho em sangue, e ainda o poder de tornar

1. O medievalismo sertanejo pode ser percebido em toda a obra de Suassuna e dos seguidores da sua dramaturgia; no trabalho de Rosa, essa tendência pode ser percebida sobretudo no romance *Grande sertão: veredas*, mas também disseminada na constante comparação do vaqueiro com o cavaleiro medieval; essa característica é perceptível também em músicas variadas do Quinteto Armorial, às vezes recolhidas no repertório ibérico tradicional, mas que, mesmo assim, possuem certa sonoridade sertaneja; Elomar é propositalmente medievalista, sobretudo em seu primeiro álbum, *Das barrancas do rio Gavião*.

uma pessoa apta à salvação, através do batismo, da confissão e da extrema-unção, ou, ao contrário, excomungá-la; o conteúdo mágico desses dogmas é um dos temas de Max Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1967, p. 81-82). Um dos problemas de se trabalhar com Weber é que, em seus textos, ele menciona muito pouco os países ibéricos e praticamente não menciona o Brasil, salvo indiretamente, quando faz referência aos jesuítas, ou no livro que reúne suas últimas aulas, no qual são mencionados os guatós do Brasil central, que praticariam, segundo ele, uma economia personalista na ponta mais baixa da escala evolutiva, em oposição a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, únicos países que praticavam um capitalismo racional, fundado numa ética protestante que tem aversão à magia (1968, p. 50). Essa subalternização do mundo que não é capitalista-protestante-racional fica ainda mais evidente nos parágrafos iniciais de *A ética protestante*, e Weber é particularmente infeliz ao considerar que a Europa ocidental e os Estados Unidos são os únicos detentores de um saber “num estágio que atualmente reconhecemos como ‘válido’” (WEBER, 1967, p. 1-4; MIGNOLO, 2003, p. 23-24).

Weber reconhece, contudo, que a legitimação de uma determinada dominação é baseada em uma “crença”, que deve ser despertada e cultivada (1991, v. 1, p. 139). De fato, no caso da nossa sociedade, legitimada pela racionalidade, existe uma crença na infalibilidade, e, quando não, pelo menos na superioridade do argumento racional em qualquer circunstância. Essa crença na infalibilidade da razão é responsável por uma das maiores tragédias da nossa história, o massacre dos moradores de Canudos, na maioria trabalhadores rurais, para a completa implementação de uma forma política mais racional, a republicana. Também foi uma ideia racional a de um capitão da força pública baiana, que desalojou todos os moradores de um vasto setor dos sertões do nordeste baiano, a região de Geremoabo, próxima de Canudos, no segundo semestre de 1931, retirando cerca de doze mil moradores de suas residências, com o conseqüente abandono de lavouras e criações, para assim prender Lampião e seu bando, mas a estratégia não deu certo. Toda essa gente ficou desabrigada e reduzida, por força de uma suposta “razão”, à mais lamentável miséria (PRATA, 2010, p. 211-224). Obviamente culpar a razão por tais desastros, equivale a culpar Jesus Cristo pelas cruzadas e pela inquisição. O que queremos enfatizar é o caráter legitimador do discurso racional, ou supostamente racional.

Mais do que as políticas públicas equivocadas, o racionalismo está também associado ao pensamento econômico e à própria noção de capitalismo - essa é uma das ideias centrais da sociologia weberiana. Através desse vínculo de sustentação e dessa legitimação do sistema capitalista, o racionalismo está, portanto, associado ao genocídio de nações inteiras de ameríndios, à escravização em massa de africanos e à destruição de matas e de monumentos, atividades que

continuam sendo praticadas em nome do lucro. O verdadeiro ou falso racionalismo está associado ainda à subordinação das populações rurais com relação ao morador das cidades, ou, em outras palavras, à subordinação do sertão com relação à cidade. Obviamente também se tem feito muitas atrocidades legitimadas pela tradição, que muitas vezes é inventada, ou reinventada, contudo não é surpresa que os sertanejos e as populações rurais, em geral, sejam arcaizantes, já que o arcaísmo ganha nesse contexto a função de mecanismo de resistência cultural.

Se fazemos esse pequeno preâmbulo é para justificar a posição que adotaremos de não endossar nem negar a existência do corpo fechado e de outras crenças correlatas. Os eixos que nosso trabalho pretende seguir são dois: 1) constatar a existência da crença no corpo fechado, suas especificidades e sua inserção em um conjunto de crenças mais amplo, e 2) perceber a estreita ligação desse conjunto de crenças com a prática política dos mandões, inclusive padres, caracterizada pela violência. O estudo dessa ligação entre uma crença mágico-religiosa e a política local nos parece relevante para uma melhor compreensão de certos aspectos da cultura sertaneja, que têm sido considerados, por autoridades políticas e por estudiosos, como manifestações de ignorância e de fanatismo. A nosso ver, contudo, esse conjunto de crenças deve, ao contrário, ser encarado como uma especificidade de cunho não apenas cultural, mas também político e religioso. Não existirá convívio entre as diferentes formas culturais, enquanto não houver tolerância com relação às distintas crenças, que cada um professa. Assim, a existência ou a não existência de poderes sobrenaturais não entra em pauta no presente trabalho. O tema da nossa pesquisa são as especificidades da *crença no corpo fechado* e a ligação dessa e de outras crenças correlatas com a cultura política do mandonismo local. Essas crenças relacionadas com o mandonismo são particularmente perceptíveis nos sertões da Bahia e de Minas Gerais, no período que vai de 1856, quando tiveram início os atritos entre o padre José Vitória e a elite local de São José do Gorutuba, distrito de Grão Mogol, até 1931, ano em que o coronel Horácio de Matos foi assassinado, evento emblemático do fim do coronelismo em sentido restrito.

Outro tema que perpassa o presente trabalho é o da injustiça acompanhada de violência, que é praticada pelas autoridades “metropolitanas” com relação ao sertanejo. Essa injustiça é caracterizada, via de regra, por um suposto antagonismo entre práticas comunitárias tidas como racionais e outras tidas como sendo irracionais, portanto passíveis de condenação. Os melhores autores que escreveram acerca do sertão e do sertanejo, apesar das ricas descrições, não estavam isentos desse preconceito do racional com relação ao irracional, no caso, as crenças populares. Logo após a, até então impensável, derrota da terceira expedição contra Canudos, liderada por Moreira César, em março de 1897, homens da estatura intelectual de Euclides da

Cunha e de Olavo Bilac, conforme explica Regina Zilbermann, pediram a aniquilação do povoado que, infelizmente, foi levada a cabo ainda naquele ano. Embora tenha descrito o sertanejo com características heroicas, o autor de *Os sertões* considerava Antônio Conselheiro um desequilibrado mental, e seus seguidores fanáticos absolutamente fora da realidade, incapazes de ver que a República era a suprema redenção de todos os males (ZILBERMANN, 2002, p. 391-397). Apesar da condenação veemente que fez à campanha de Canudos, Euclides da Cunha não deixa de ter sua parcela de culpa nessa guerra de extermínio, pois os artigos que escreveu em 1897, certamente contribuíram para exacerbar os ânimos e tornar o conflito ainda mais sangrento.

Tratando especificamente do corpo fechado, tanto Mário de Andrade quanto Guimarães Rosa consideraram as práticas que conferem esse poder como puro embuste com a finalidade de ganhar alguns trocados. Mário de Andrade lamenta ter despendido 30 mil réis para que seu corpo fosse fechado em um terreiro de catimbó da cidade de Natal (ANDRADE, 1983a, p. 250-254); e Guimarães Rosa mostra, no conto intitulado “O corpo fechado”, um curador que recebe a mula do herói, em paga do fechamento, que, no final das contas, garante-lhe a vida (ROSA, 1984, p. 297-299); em *Grande sertão: veredas*, José Misuso, em troca de 40 mil réis, ensina uma reza não propriamente para fechar o corpo, mas para que o inimigo erre o tiro, e acaba reduzindo o preço para 20 mil réis porque o aprendiz conhecia uma reza quase igual (ROSA, 2006, p. 433). Esses exemplos demonstram uma posição de descrédito com relação ao corpo fechado, mas evitaremos esse tipo de atitude subalternizante, apesar de balisarmos a nossa pesquisa justamente por esses autores, o que torna ainda mais necessário esse pequeno “senão”.

De fato, Weber, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa foram imprescindíveis para a formulação das hipóteses com as quais trabalharemos. De Weber utilizamos o conceito dos tipos ideais de dominação, em particular, o de dominação legitimada pelo carisma. Euclides da Cunha, ampliando as constatações de Capistrano de Abreu, desenvolveu a ideia das especificidades estruturais do sertanejo com relação ao brasileiro urbano e litorâneo, muitas dessas especificidades instituídas em função do meio geográfico. Esses dois conceitos dispensam maiores apresentações pois são hoje, pode-se dizer, de conhecimento geral, depois de décadas de debates. Menos conhecida, contudo, é a ideia de uma política especificamente sertaneja, que podemos chamar de “política jagunça”, proposta por Guimarães Rosa. Trata-se de uma das ideias centrais do *Grande sertão: veredas*, que, embora seja retratada ao longo de todo o livro, pode ser sintetizada na seguinte passagem:

Ah, a vida é vera outra, do morador do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena, que aqui já é terra advinda concorde, roncice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador - todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! (2006, p. 111-112)

Essa política jagunça fica também evidente na escolha dos personagens históricos que são mencionados no romance rosiano: Antônio Dó, de quem se diz que tinha o corpo fechado; Rotílio Manduca; coronel Horácio de Matos, que também tinha a fama de ter o corpo fechado; João Brandão, acusado de fornecer armas para Canudos; os “revoltosos” da Coluna Prestes, entre outros. A par desses personagens históricos há, no romance, menção a lugares que remetem a acontecimentos igualmente históricos, particularmente aqueles ligados ao “ciclo” de Antônio Dó: Serra das Araras, onde ele reunia sua jagunçada; Vargem Bonita, onde foi atacado; São Francisco “da arrelia”, cidade onde Antônio Dó viveu antes de se tornar fora da lei e que foi tomada pelo seu grupo em 1913, entre outros (ROSA, 2006, p. 16-21, 34, 43-45, 66, 75-94, 98, 111-113, 130-132, 166-167, 251-285, 313-332, 424-462, 605-607).

Poucos foram os estudiosos que se debruçaram sobre essa forma política que é um dos eixos temáticos da obra rosiana. Na verdade, embora não haja grandes divergências, o debate sobre essa especificidade política na obra do autor cordisburguense não atingiu o grande público, ainda permanece restrito a um círculo que inclui alguns dos autores de maior renome entre os estudiosos da literatura brasileira. A base histórica e social do banditismo descrito por João Guimarães Rosa foi primeiro apontada pelo sociólogo Antonio Candido, em texto de 1966 (2004, p. 99-124). Antonio Candido foi ainda o orientador da tese de Walnice Galvão, publicada em 1972, com o título de *As formas do falso*, onde a política retratada por Guimarães Rosa é destrinchada com a ajuda de outros referenciais teóricos, sobretudo nos capítulos 1º, 4º e 5º (1972, p. 17-24, 41-68). Embora o trabalho de Walnice Galvão tenha se tornado referência obrigatória no estudo da obra rosiana, a ideia de uma política específica sertaneja presente nos textos do romancista somente foi retomada vinte anos depois, por Heloísa Starling, em *Lembranças do Brasil*, também originalmente uma tese, orientada por José Murilo de Carvalho, defendida em 1997 e transformada em livro em 1999 (p. 15-30, 41-66).

Nessa mesma época, Willi Bolle, austríaco naturalizado brasileiro, adotava abordagem semelhante, primeiro em artigos, depois no livro *Grandesertão.br*, publicado em 2004 (p. 20-21, 116-139). Luiz Roncari, Sandra Guardini Vasconcelos e o italiano Ettore Finazzi-Agrò também são autores de textos que se inserem nesse trabalho de releitura política da obra de Guimarães

Rosa.<sup>2</sup> Em outra vertente de estudos, essas especificidades da política sertaneja foram analisadas por Maria Isaura Pereira de Queiroz, que estabeleceu uma conexão entre o coronelismo e o messianismo rústico, utilizando o instrumental da dominação carismática weberiana (2003, p. 323-329).

Guiando-nos pela trajetória de quatro mandões sertanejos, de quem se diz que tinham o corpo fechado, tentaremos, neste trabalho, encontrar a área de intercessão entre a magia, a violência e a política, num contexto de fronteira sertaneja, mas extensivo, observadas distinções, categorias e graus, à política em geral. Nosso principal objetivo é demonstrar que essa “política jagunça” era indissociável da magia e de situações recorrentes de violência generalizada e mesmo de guerra aberta. Essa vinculação inusitada entre política, magia e guerra atingiu uma forma particularmente intensa na região e no período que delimitam nossa pesquisa, tendo sido encerrada com a brusca ruptura imposta pela Revolução de 30. Está também entre os objetivos do presente estudo demonstrar:

- a importância do carisma na política local brasileira;
- como, na região e no período estudados, a política, muitas vezes, degenerava-se em violência, com conflitos que podem ser enquadrados como guerras, particularmente na Chapada Diamantina e por ocasião da passagem da Coluna Prestes, mas também, porém menos caracterizados, nas margens do São Francisco e mesmo na região de Vitória da Conquista;<sup>3</sup>

2. Luiz Roncari, sobretudo no texto “O tribunal do sertão”, que compõe seu *O Brasil de Rosa* (2004, p. 259-323); Sandra Vasconcelos, no texto “Homens provisórios - Coronelismo e jagunçagem em *Grande sertão: veredas*” (2002, p. 321-333); Finazzi-Agrò não trabalha com a política especificamente sertaneja, mas com a biopolítica de Guimarães Rosa, por exemplo, no artigo “Pós-tudo - Banimento e abandono no *Grande sertão*” (2007, p. 159-172); embora a abordagem seja francamente metafísica, no trabalho de Francis Utéza, *JGR - A metafísica do Grande sertão*, há algumas considerações bem fundamentadas acerca dos aspectos históricos do romance, que o autor considera, no entanto, como uma espécie de “tela de fundo” (1994, p. 95-98).
3. Entre 1925 e 1927, os “tenentes” deflagraram uma verdadeira guerra civil, que, sobretudo com a marcha invicta da Coluna Prestes, espalhou-se pela maioria dos estados, mas não ganhou adesão popular; sua motivação política é bastante clara, embora, a princípio, não houvesse ideologia bem definida; a guerra nas Lavras Diamantinas é mais claramente político-partidária, conta com a participação das forças estaduais, provoca a intervenção federal em 1920 e se mistura com a guerra dos Tenentes, por ocasião da passagem da Coluna Prestes, em 1926; nas margens do São Francisco, nota-se mais bem uma situação de violência endêmica, retratada por Guimarães Rosa, com dois tipos de conflitos: 1) pela posse da terra e 2) de caráter político-partidário; em Vitória da Conquista, a chacina denominada “guerra do Tamanduá” se enquadra em um contexto de luta entre facções ao mesmo tempo partidárias e familiares; obviamente não trataremos da “grande guerra”, como as duas Grandes guerras, ou as campanhas de Napoleão, de Júlio César, ou de Alexandre, mas de uma pequena guerra, definida por Braudel em seu livro sobre o Mediterrâneo, que contrapõe a “grande guerra” dispendiosa de Carlos V, de Felipe II e do Império Otomano, com uma pequena guerra de bandidos e de piratas, que ora chama de “guerra social”, cruel, barata e apoiada em antinomias arraigadas, ora denomina “guerra partidária - *guerre de partisans*” distinta da “verdadeira guerra” (1990, v. 2, p. 458, 474).

- que os padres usavam carismas especificamente associados à batina para atingir objetivos políticos, como no caso do padre José Vitório de Souza, pároco de São José do Gorutuba, que tinha o corpo fechado, segundo se acreditava;

- como o privilegiamento negativo serviu para justificar as ações e as dominações de foras da lei;

- que o assassinato foi utilizado para efetivar a rotinização, ou cotidianização, de situações marcadamente carismáticas e, portanto, inovadoras, conforme a definição clássica de Max Weber.

Secundariamente pretendemos ainda demonstrar que: 1) a situação de fronteira da região, uma das determinantes da violência política, também foi responsável pelo sincretismo cultural que deu origem à crença no corpo fechado; 2) o banditismo social, no caso de Antônio Dó, é decorrente de uma postura política de oposição com relação aos governantes, podendo ser visto como contraparte da violência das autoridades, própria do mandonismo local; 3) havia uma dificuldade específica das dominações sertanejas diante do problema sucessório; além de outras questões mais pontuais.

O modelo de análise histórica que utilizaremos para entender essa interseção da política com o sobrenatural será aquele proposto por Marc Bloch, em *Os reis taumaturgos*, livro de 1924, que trata do poder sobrenatural de cura atribuído aos reis da França e da Inglaterra, ao longo de cerca de 700 anos, entre o século XII e o século XIX. Nesse trabalho, o historiador francês esclarece como certas crenças em poderes sobrenaturais estavam associadas à legitimação das sucessivas dinastias e à crença no caráter divino da realeza. *Os reis taumaturgos* serviu de fundamento à história das mentalidades, porém, Jacques Le Goff, no prefácio que escreveu para a edição de 1983 do livro de Bloch, chegou à conclusão de que o legado blochiano é muito mais amplo, pois abrange toda uma “antropologia política”, que, em escala mais abrangente que a história das mentalidades, poderia ter dado origem a “uma história política renovada, uma *antropologia política histórica*” (2003, p. 36-37, itálicos do autor). Contudo, ainda segundo Le Goff, a acolhida do trabalho, embora tenha sido favorável, foi de “incompreensão”, o que levou Bloch a “abandonar, pelo menos abertamente, um tipo de pesquisa que decerto não favorecia as satisfações que se podem legitimamente esperar de uma carreira acadêmica” (2003, p. 32). Essa “história política” proposta em *Os reis taumaturgos*, ao contrário da história das mentalidades, não teve sucessores.

A tentativa mais bem sucedida de utilizar esses mesmos parâmetros antropógicos na história talvez seja do próprio Le Goff, em sua biografia de São Luís. Contudo, dada a importância

atribuída por Le Goff à história político-antropológica, o espaço que dedica à aplicação do paradigma “taumatúrgico” ao seu biografado é ínfimo - não chega a dez páginas na edição brasileira (2002, p. 732-739) -, além de ter sido um tanto desastrado ao tentar se desvincular do conceito weberiano de dominação legitimada pelo carisma em nota à primeira frase do texto em questão: “São Luís é uma personagem carismática”. Nessa nota, Le Goff afirma que o carisma de Luís IX corresponde apenas “parcialmente” à tipologia de Max Weber, quando essa tipologia é necessariamente a-histórica, daí os tipos de dominação receberem a denominação de “tipos puros”, ou seja, são apenas *parcialmente* aplicáveis aos tipos “reais”, propriamente históricos (WEBER, 1991, v. 1, p. 141-142; LE GOFF, 2002, p. 732, n. 1).

As fontes que utilizaremos estão condicionadas pela trajetória dos quatro mandões, que eram supostamente portadores do corpo fechado: o padre José Vitório de Souza, pároco de São José do Gorutuba, o subdelegado Afonso Lopes Moitinho, da vila de Conquista, o bandido Antônio Dó, da região são-franciscana, e o coronel Horácio Queiroz de Matos, da Chapada Diamantina. Nossa principal fonte são os textos de cronistas e memorialistas, por vários motivos: primeiramente porque, ao contrário dos documentos oficiais e mesmo da imprensa, tratam das credices; além disso, possuem uma extraordinária riqueza de detalhes, e a própria vinculação político-partidária dos autores e de suas narrativas pode e deve ser levada em consideração. Na maioria das vezes, essa vinculação política não é explicitada e, muitas vezes, é inconsciente, ou subconsciente. É natural, mas nem por isso justificável, que todo autor defenda sua pátria, a cidade onde vive, seus familiares, o partido no qual vota ou milita - não defender nem enaltecer essas entidades chega mesmo a ser condenável. Para elucidar as intenções dos autores, utilizaremos a máxima foucaultiana de que cabe aos historiadores revelar o que todo documento tem de monumento, ou seja, percebê-lo enquanto instrumento emanado, direta ou indiretamente, de um centro de poder, com objetivos políticos e sociais (FOUCAULT, 2004, p. 8; LE GOFF, 2010, p. 525-527, inclusive nota).

No nosso caso, “o documento”, enquanto objeto de análise, é justamente essa historiografia - escrita da história - produzida por cronistas e memorialistas. Esse tipo de documento exige uma atenção redobrada e cotejamento constante com documentos de outros tipos, já que o ufanismo e a militância partidária se interpõem, a cada passo, entre o evento e o pesquisador. Inversamente, o documento emitido por fonte governamental também pode conter inverdades inseridas para justificar desmandos e arbitrariedades, ou por simples ignorância da realidade. As autoridades que produzem esses documentos geralmente menosprezam, e mesmo desconhecem, as crenças da população local, além de também se alinharem em termos políticos a um ou

outro grupo. Outro tipo de fonte que será utilizado, com as cautelas de praxe, é o da literatura propriamente ficcional, desempenhando, contudo, um papel secundário, de reforçar ou refutar as conclusões tiradas a partir das crônicas e memórias. Papel igualmente secundário, mas, por vezes, imprescindível, caberá aos textos jornalísticos. A produção científica também será utilizada, sobretudo para inserir a trajetória dos mandões em contextos mais amplos e para a formulação de conceitos e hipóteses. Com relação aos quatro personagens aqui estudados, a literatura acadêmica é relativamente escassa, resumindo-se a três dissertações de mestrado em História, das professoras Rejane Meireles Amaral Rodrigues (2004), Marcela Telles Elian de Lima (2006) e Isnara Ivo (defendida em 1998 e publicada em 2004). As dissertações das duas primeiras autoras tratam de Antônio Dó, mas iremos buscar a maioria das informações acerca desse personagem nos trabalhos do antropólogo Saul Martins e do cronista Brasileiro Braz. O estudo de Isnara Ivo tem como assunto central a chacina de 1895, na fazenda do Tamanduá, na qual, entre outras pessoas, o subdelegado Afonso Lopes foi morto, e se constituirá em nossa principal base de informações acerca desse mandão.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos, no primeiro dos quais tentaremos definir o que é o corpo fechado, suas origens, peculiaridades, rituais, orações, patuás e as vulnerabilidades específicas, que quase sempre o acompanham. Apresentaremos, ainda no primeiro capítulo, os quatro mandões sertanejos, de quem se diz que tinham o corpo fechado, cujas trajetórias ajudarão a nortear nossas investigações, além de elencar algumas manifestações culturais relacionadas com essa mistura da política com a guerra e com a feitiçaria, que se manifestou nos sertões brasileiros.

O Capítulo 2, intitulado “A colonização dos sertões” trata da ocupação da região, a partir de meados do século XVII, com os primeiros estabelecimentos portugueses, para demonstrar como a situação de fronteira influenciou no comportamento desses mandões que estudamos e como eles estão inseridos em uma tradição política já então secular. Também analisaremos as peculiaridades das fronteiras na região, já que, para evitar o contrabando e a mineração ilegal, grandes extensões das capitânicas de Minas, da Bahia, do Espírito Santo e mesmo do Rio de Janeiro foram interditadas, sobretudo o entorno dos terrenos diamantíferos de Minas Gerais, no Tejuco, no Abaeté e na serra de Santo Antônio do Itacambirucu, que eram fortemente policiados. As fronteiras internas do sertão dividiam ainda o território dos portugueses de territórios quilombolas e indígenas, e dividiam o território dos distintos potentados, que eram denominados, não sem razão, régulos, diminutivo de rei. O processo de colonização das regiões que servem de pano de fundo para a ação dos quatro personagens se estendeu até meados do século XIX,

quando, com a descoberta de ouro e diamantes, houve um grande afluxo populacional para a Chapada Diamantina.

O terceiro e o quarto capítulos são dedicados à “guerra” política nos sertões. No Capítulo 3, apresentaremos as principais características desse tipo de guerra, a partir das milícias coloniais, passando pela Guarda Nacional e chegando aos Batalhões Patrióticos, empregados na guerra contra Luís Carlos Prestes e sua Coluna, na qual lutaram com uma eficiência bem maior do que aquela apresentada pelas forças regulares e pelas forças estaduais no mesmo conflito. Demonstraremos, ainda, a importância do elemento bélico na formação do coronelismo, a começar pelo próprio nome desse tipo de política, já que “coronel” é uma patente militar. Também confrontaremos o coronelismo e o banditismo sertanejo, tentando delinear o vínculo indissolúvel entre as duas formas de dominação e tentando ampliar a noção rosiana de que a associação de jagunços tinha finalidades essencialmente políticas.

No quarto capítulo, apresentaremos o quadro dos conflitos, de base política, entre os poderosos de facções opostas, nas margens do São Francisco, na Chapada Diamantina e no planalto de Vitória da Conquista, com suas especificidades táticas e estratégicas. A guerra dos governistas, incluídos os “coronéis”, contra a coluna Prestes, também será inserida no mesmo contexto, para que possamos determinar as continuidades, rupturas, transformações, traçando séries genealógicas ou paralelas entre os vários eventos e elencando parte do repertório próprio desses conflitos.

No Capítulo 5, analisaremos o aspecto propriamente carismático do mandonismo sertanejo, começando pelos carismas mais recorrentes, associados tanto ao compadrio, quanto aos vínculos familiares e à troca de favores. A utilização dos carismas bélicos, entre os quais o do corpo fechado, será tratada com maior detalhe. Também analisaremos o uso dos carismas especificamente sacerdotais na política praticada nos sertões e a prática do assassinato como forma de interromper dominações de caráter marcadamente carismático.

Esperamos que o leitor aprecie.

## CAPÍTULO 1 O CORPO FECHADO

Grande parte das interpretações sobre o coronelismo estão viesadas pela idealização do Estado liberal. Nessa perspectiva é inadmissível a sobrevivência do poder pessoal. Por essa razão, o coronelismo foi visto erroneamente como anomalia e excrescência.

A evolução do Estado liberal não deveria necessitar do poder privado, com todas as suas implicações, para se firmar. Daí as dificuldades em explicar o coronelismo segundo uma ótica idealista.

Alguns analistas incorporaram à sua explicação a própria ideologia difundida pelos primeiros republicanos: a República era o único meio de democratizar o Estado. Admitiram um modelo de Estado liberal, que tendia à democratização de todas as suas funções. O coronel significou neste projeto, o irracional, e, por isso, é percebido como um fenômeno surpreendente (JANOTTI, 1998, p. 515)

No presente capítulo, apresentaremos as bases culturais, políticas e históricas sobre as quais assentaremos nossa argumentação.

### 1.1. A POLÍTICA DO CORPO FECHADO

Nos sertões baianos e mineiros da segunda metade do século XIX e das primeiras três décadas do século seguinte, era corrente a crença de que o corpo de algumas pessoas era “fechado”, ou seja, invulnerável tanto a disparos de arma de fogo quanto a golpes de arma branca. Não se trata, contudo, de uma peculiaridade dessa época ou região, mas um traço recorrente da cultura brasileira, e podemos citar alguns exemplos ilustres de pessoas de quem se diz que tinham o “corpo fechado”, tanto entre os fora da lei quanto entre as autoridades da colônia, da monarquia e da república. No grupo dos fora da lei famosos que tinham o corpo fechado, podemos incluir o cangaceiro Lampião, um dos brasileiros mais conhecidos de todos os tempos, o bandido Antônio Dó, das margens do São Francisco e adjacências, que é um dos objetos do presente estudo, e também o mestre Besouro, da capoeira, prática que até 1940 era proibida pela lei.

As autoridades que tinham o corpo fechado, por sua vez, oscilavam entre a legalidade e a ilegalidade, a começar pelo primeiro mandão com o corpo fechado de que se tem notícia, o régulo e potentado, como então se dizia, Manoel Nunes Viana, procurador do vasto morgado Guedes de Brito, chefe dos emboabas e líder de outros motins das primeiras décadas do século XVIII. Já na época da independência, viveu no Crato, sul do Ceará, um guerreiro sobrenatural, o capitão-mor José Pereira de Filgueiras, que participou da repressão ao movimento de 1817, foi um dos

heróis da independência cearense e morreu em São Romão, às margens do São Francisco, quando era conduzido preso para o Rio de Janeiro, por ter participado da efêmera República do Equador.

No presente estudo, abordaremos a trajetória de quatro mandões de quem se diz que tinham o corpo fechado e, a partir de elementos dessas trajetórias, teceremos considerações acerca da interseção entre política, guerra e magia. Começamos com o célebre bandido Antônio Dó, imortalizado nas páginas de Guimarães Rosa, que não era propriamente uma autoridade, mas era certamente um mandão, mesmo antes de se tornar chefe de jagunços, pois possuía terras na valorizada região da Boa Vista, na margem ocidental do São Francisco, no termo da cidade de São Francisco, além de imóveis na área urbana, e quando chamado à delegacia para se justificar por ter reerguido uma cerca que fora arrancada por ordem da municipalidade, bateu no delegado e, depois de o derrubar, segundo se conta, montou em suas costas, como se fosse um animal de sela. O contingente logo acudiu e Antônio Dó (Antônio Antunes de França), foi dominado, espancado e remetido a um presídio, dando início a sua carreira de fora da lei.<sup>4</sup>

Entre os quatro mandões com o corpo fechado, que estudaremos, o mais famoso, sobre quem mais se tem escrito, é certamente o coronel Horácio de Matos, que liderou a política numa área que abrangia muitos municípios, não sem tomar parte em variados conflitos armados, entre os quais alguns de alcance nacional, como a Reação Sertaneja, que provocou a intervenção federal na Bahia, em 1920, e a perseguição à Coluna Prestes, seis anos mais tarde.<sup>5</sup> O terceiro é o subde-

4. As principais fontes são Brasiliano Braz, *São Francisco nos caminhos da história*, que teve uma única edição, em 1977, e Saul Martins, na terceira edição, revista e ampliada, de *Antônio Dó* (1997); também recorreremos, para elucidações e outras versões dos fatos, às duas dissertações mencionadas, de Rejane Amaral Rodrigues (2004) e Marcela Telles Lima (2006), aos romances *Antônio Dó - O bandoleiro das barrancas*, de Manoel Ambrósio, publicado postumamente em 1976, e *Serrano de Pilão Arcado*, com duas edições (2006 e 2011), de Petrônio Braz, filho de Brasiliano; ainda no campo literário, ele está presente na literatura rosiana e em poemas de Narciso Durães, incluídos no livro *Rios do meu tempo* (2005, p. 133-138); Rejane Rodrigues aborda as manifestações culturais nas quais Antônio Dó é representado como sendo um “bandido social”, mencionando o longa metragem *O bandido Antônio Dó* (1978), dirigido por Paulo Leite Soares, que não tem cópia disponível, a peça teatral *Pecado social*, de Maria do Perpétuo Socorro e de Maria de Fátima Vieira, e canções de Haroldo Anunciação e José Henrique, gravadas pelo Grupo Raízes, importante banda da música regional mineira, nos anos 70 e 80 (RODRIGUES, 2004, p. 45-52, 76, 93-97); a essa listagem, Marcela Lima acrescenta um texto do músico Maurício Tizumba, que encontrou na internet (2006, p. 38-39, 43-44), e Petrônio Braz, na “Dedicatória” e no “Prólogo” da segunda edição do seu romance, menciona livros de Fernando Sant’Anna Rubinger, de Napoleão Valadares e de Xiko Mendes, e dois documentários, um de Renata Rocha Tavares e outro de Elder Barbosa (2011, p. 7, 15-16).

5. Nossa base de dados acerca de Horácio é composta basicamente por livros de memorialistas: *Horácio de Mattos - Sua vida e suas lutas*, de Olímpio Barbosa, *O chefe Horácio de Matos*, de Américo Chagas, *Jagunços e heróis*, de Walfrido Moraes, e *O sertão que eu conheci*, de Claudionor Queiroz; todos livros apologéticos, mas podem ser contrapostos com o trabalho de outro memorialista, Lourenço Moreira Lima, em *Coluna Prestes - Marchas e contramarchas*, onde o coronel aparece como sendo um bandido da pior espécie; as informações utilizadas para as análises de Maria Isaura Pereira

legado Afonso Lopes Moitinho, conhecido apenas na história de Vitória da Conquista, na de Belo Campo e nas tradições da região circunvizinha. Ele participou da morte de dois irmãos em uma diligência policial, sem qualquer consequência legal, mas que deu origem à vingança comandada por um terceiro irmão, o Calistinho (Calisto de Almeida Freire), que, à frente de um grupo de centenas de jagunços, comandou a chacina da fazenda Tamanduá, na qual 18 pessoas foram mortas, inclusive o subdelegado, que afirmava que tinha o corpo fechado, graças a um pedaço da cruz na qual Jesus foi crucificado, costurado sob a pele.<sup>6</sup> O padre José Vitório de Souza também é conhecido apenas no âmbito da história regional de Grão Mogol, Janaúba, Montes Claros e cidades vizinhas. Depois de repetidos atritos com a elite local, o padre, que era vigário de São José do Gorutuba, distrito de Grão Mogol, foi morto, segundo se conta, com uma bala de ouro, que teria sido benzida por ele mesmo.<sup>7</sup>

---

de Queiroz e de Eul-Soo Pang, provêm, *grosso modo*, do texto desses memorialistas, mas cabe ainda mencionar uma reportagem de Elieser César, publicada na revista *Memórias da Bahia* (2002, p. 6-21); no campo artístico, tivemos em mãos um livro de poemas dedicado a esse mandão, *Nascença, apogeu e encanto de Horácio de Matos*, de Fernando Sales, onde o personagem é inserido no contexto geográfico e cultural da Chapada; Narciso Durães também tem um poema sobre esse coronel, publicado em *Rios do meu tempo* (2005, p. 128-131); encontramos ainda referências a um artigo e uma dissertação, respectivamente de Zahidé Machado Neto (1972) e de Dora Leal Rosa (1973), ambos produzidos no âmbito da UFBA, porém quando, apesar dos recursos reduzidos, preparávamo-nos para fazer uma viagem a Salvador, para ter acesso a esses textos, os servidores da instituição entraram em greve, que se estendeu por vários meses (2011-2012).

6. As principais informações sobre o subdelegado Afonso Lopes Moitinho e sobre a tragédia do Tamanduá podem ser encontradas no livro *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho*, de Isnara Pereira Ivo, mas há numerosos cronistas que escreveram sobre o assunto: Israel Araújo Orrico, em *Mulheres que fizeram história em Conquista*, Aníbal Viana, na *Revista histórica de Conquista*, em dois volumes, Mozart Tanajura, em *História de Conquista*; Roberto Lettière também tem pesquisado o evento com resultados publicados nos livros *Belo Campo - Memórias e Guerra do Tamanduá - 1895*; também não faltam manifestações artísticas: Geovane Antunes Figueiredo, de Jordânia, escreveu duas versões da tragédia, primeiro em prosa depois em verso, ambas publicadas em *Causos de beira de fogo* ([2000], p. 64-76), e Jean Cláudio dedicou ao assunto o seu livro de poemas *Pau de espinho na banda da janela azul*; existe um curta sobre o evento, *Tragédia do Tamanduá*, de 2010, dirigido por George Neri e baseado em pesquisa histórica a cargo de Daniel Filho e de Edilando Ferraz; um outro curta se encontra em fase de produção; Isnara Ivo menciona ainda um poema de cordel, *Izabelinha e a guerra dos mocós e tamanduás*, escrito por G. Lima, de Belo Campo.
7. Sobre o padre José Vitório os dados são mais escassos, embora o livro *Gorutuba - O padre e a bala de ouro*, seja centrado no personagem; a lenda da sua morte também foi narrada em uma curta passagem do livro *Montes Claros - Sua história, sua gente, seus costumes* (1957, p. 388), presente também nas *Efemérides riopardenses*, do cônego Newton de Ângelis, estas últimas sem qualquer referência aos procedimentos mágicos que cercaram seu assassinato nem à maldição que teria lançado sobre a localidade que parouquiava (1997, v. 1, p. 106-107; v. 2, p. 97-98, 150-151; v. 3, p. 171, 185-186); felizmente, encontramos valiosas informações no Arquivo do Fórum de Grão Mogol, onde há numerosos processos nos quais José Vitório figura alternadamente nos papéis de vítima e de réu; esse arquivo está em fase de organização pelo projeto “Inventário do acervo documental cartorário e judicial de Grão Mogol”, coordenado pelo professor Renato da Silva Dias, que gentilmente nos permitiu o acesso aos documentos.

O enquadramento temporal do nosso trabalho tem início em novembro de 1856, com os primeiros atritos judiciais entre o padre José Vitório e a elite gorutubana, e termina com o assassinato do coronel Horácio de Matos, ocorrido em maio de 1931, alguns meses após a Revolução de 30. Sob o novo regime, Horácio havia sido, primeiro, desarmado, depois preso, mas logo posto em liberdade, porém com a condição de ficar em Salvador, onde foi morto no largo do Acioli. Lampião foi morto, alguns anos mais tarde, em 1938, meses depois do golpe que deu início ao Estado Novo. A morte de ambos tem cunho político, pois esses guerreiros mágicos tinham acentuada influência política e teriam representado um obstáculo ao esforço centralizador, característico do primeiro período Vargas (1930-1945). A política do rei do cangaço não era propriamente eleitoral, ainda que ajudasse seus coiteiros em questões partidárias, mas era certamente política (no sentido rosiano), enquanto Horácio de Matos tinha sido intendente municipal, senador estadual e delegado regional de polícia, porém esses cargos foram conquistados mediante demonstrações do seu poderio bélico. A progressiva centralização do Estado brasileiro foi fulminante para esse tipo de liderança, mas não conseguiu extirpá-lo de todo, conforme demonstram os exemplos de Tenório Cavalcanti, na Baixada Fluminense, de quem se diz que tinha o corpo fechado, e de Dona Lulu (Preselina Veloso de Aguiar), que governou indiretamente o município de São João da Ponte até a década de 1990. Embora não tivesse o corpo fechado, eram-lhe atribuídos poderes mágicos.

Essa forma política, que envolve guerra e magia, é uma vertente do mandonismo local e do coronelismo, entendido em sentido amplo. Como as outras formas de coronelismo, esse “mandonismo mágico” é caracteristicamente “patrimonial”, tanto no sentido de confusão entre o que é público e o que é particular, apontado por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, e desenvolvido pelo sociólogo Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, de 1958, quanto no sentido de ser necessariamente associado aos “bens de fortuna” (patrimônio pessoal), conforme Maria Isaura Pereira Queiroz, em “O coronelismo em uma interpretação sociológica”, texto de 1975, deixou claro.

O coronelismo, contudo, não pode ser plenamente compreendido através da chave patrimonial, separado do seu caráter bélico e mágico. Maria Isaura Pereira de Queiroz, em umas poucas linhas desse texto de 1975 e em uma nota do livro *O messianismo no Brasil e no mundo*, chama a atenção para o aspecto carismático do coronelismo. Essa nota de rodapé é particularmente ilustrativa, pois compara o “coronel de coronéis” com o messias rústico, permitindo uma leitura “coronelística” da trajetória do padre Cícero e de Antônio Conselheiro. No caso do grande líder de Canudos, o caráter patrimonial da sua dominação é perceptível mais pelo seu

quadro administrativo do que pela sua pessoa, conforme ficou demonstrado por José Calasans, em suas *Quase biografias de jagunços*, reeditadas com o título de *O estado maior de Antônio Conselheiro*. Lampião, que fazia questão de ostentar a patente de “capitão”, exercia um cangaço economicamente motivado, numa atuação política também similar à do coronelismo, inclusive na violência sistemática e na presença constante do elemento mágico. Entre as categorias de coronéis apresentadas pelo brasilianista Eul-Soo Pang, em *Coronelismo e oligarquias*, está a do “coronel-guerreiro”, para quem a permanência no poder e a própria vida dependiam do uso da violência e do “carisma pessoal” (1979, p. 59).

O tema do presente trabalho - que podemos chamar de “mandonismo carismático” - foi também desenvolvido pela socióloga Maria Cristina Teixeira Machado, que aplica, com muita propriedade, o conceito weberiano de dominação carismática ao médico Pedro Ludovico Teixeira, que governou Goiás na condição de interventor e de governador eleito. Suas afinidades com o mandonismo local são inegáveis, mas é um exemplo atípico, devido à infância e juventude passadas em meio urbano e a suas inclinações socialistas. Pela sua própria formação, os carismas de Pedro Ludovico não são tão bem caracterizados, já que não são poderes sobrenaturais, mas qualidades tais como o caráter inovador (foi o construtor de Goiânia), a coragem e o paternalismo. A autora goiana enfatiza também a subsequente mitificação do personagem carismático (1990, p. 99-101). Ainda em Goiás, o conceito de dominação carismática foi aplicado por Luis Palacín ao padre João de Souza Lima, de Boa Vista de Tocantins, hoje Tocantinópolis, que tinha o corpo fechado, mas esse suposto poder sobrenatural não foi associado à modalidade weberiana nem teve maiores desenvolvimentos (1990, p. 115). Excentuando-se, portanto, o trabalho da socióloga Maria Cristina Teixeira Machado, o conceito de mandonismo carismático não recebeu qualquer desenvolvimento posterior ao trabalho de Pang, conforme já foi apontado por André Heráclio do Rêgo, tampouco foi objeto de trabalho específico (2008, p. 68-70). O corpo fechado, poder sobrenatural indicador de períodos de violência generalizada, e mesmo de guerra, é o carisma por excelência dos valentões e de alguns mandões sertanejos.

## **1.2. AS ORIGENS DO CORPO FECHADO**

A crença no corpo fechado é especificamente brasileira, mas está inserida em um conjunto de credices presente em todas as épocas e em todas as sociedades, centrado na crença na invencibilidade de uma determinada pessoa, própria, sobretudo, dos períodos de guerra ou de

conflitos generalizados. A invencibilidade é atributo não apenas de semideuses, mas também de heróis e mesmo de alguns tiranos. Dentro do amplo conjunto das crenças na invencibilidade, existe um subgrupo, o da crença na invulnerabilidade, bem mais restrito, mas ainda assim bastante generalizado. A invulnerabilidade é, por exemplo, ao lado da invencibilidade, um dos principais atributos de Aquiles, personagem central da *Iliada*, epopeia ficcional e mítica, porém baseada em fatos, personagens e lugares reais. Na figura de Aquiles, podemos perceber um dos traços principais da crença na invulnerabilidade, espécie de crença correlata, na “vulnerabilidade específica” que, no caso do herói homérico é seu calcanhar, ou tendão. Praticamente todos os portadores do dom da invulnerabilidade possuem essa vulnerabilidade específica, ou “calcanhar de Aquiles”. A explicação mitológica para esse ponto vulnerável no corpo do herói homérico é que, ainda neném, fora mergulhado por sua mãe, a deusa Tétis, nas águas do Estige, rio que banha o reino dos mortos, porém, para que não fosse levado pela correnteza, ela teve que segurá-lo pelo calcanhar. Através do contato com as águas do rio do Além, seu corpo se tornou, assim, invulnerável a todo tipo de arma, mas o calcanhar continuou vulnerável. E o invencível Aquiles foi morto com uma flechada no calcanhar, desferida por Páris, que assim vingava a morte do irmão Heitor.

Em outra das nossas matrizes culturais, a hebraica, a invulnerabilidade aparece no “Salmo 91”, especialmente célebre entre os sertanejos, que começa com “Quem habita na proteção do Altíssimo” e fala da proteção de Deus (IHVH) contra “a flecha que voa de dia” e contra toda sorte de perigos, ou seja, a invulnerabilidade, e também se refere à invencibilidade, ao dizer que mil inimigos cairão do lado esquerdo daquele que é protegido pelo Altíssimo e dez mil à sua direita (*BÍBLIA DE JERUSALÉM*, 2008, p. 960-961; PAIVA, 2010, p. 23-24). O mito de Sansão, juiz da tribo de Benjamin, num tempo de conflitos com os filisteus, que chegavam à região, realça sua invencibilidade e mostra que ele tinha também uma fraqueza específica, caso seus cabelos fossem cortados, pois incorreria em tabu, já que era nazireu; graças ao conhecimento desse ponto vulnerável, o herói bíblico foi facilmente derrotado (*BÍBLIA DE JERUSALÉM*, 2008, p. 370-376).

Em uma cultura para nós exótica, a dos malásios, no livro chamado *Marong Mahawangsa*, ou *Anais da província de Kedah*, o herói Mahawangsa enfrenta o semideus Guirda, que governava a ilha de Langkapuri, associada ao Ceilão. Guirda é invulnerável às flechas correntes, mas Mahawangsa consegue afugentá-lo com flechas mágicas e funda uma confederação dos povos malaios (LOW, 1849, p. 5-9). No fim da Idade Média europeia, a armadura era uma forma não-mágica de se obter a invulnerabilidade; e nem tão pouco mágica assim, pois o ferreiro, no folclore de quase todas as nações, é uma espécie de bruxo. O arquétipo da invulnerabilidade

está tão arraigado na alma humana, que, nos Estados Unidos da década de 1930, quando se pensou em um super-herói perfeito, o Super Homem, de Don Siegel, entre seus atributos, recebeu destaque o da invulnerabilidade, possuindo inclusive uma vulnerabilidade específica, quando exposto à kriptonita.<sup>8</sup>

Apesar da nossa filiação com relação às culturas homérica e vétero-testamentária, a crença na invulnerabilidade, conforme demonstrou Eduardo França Paiva (2006, p. 118-127), chegou ao Brasil por outro caminho, por meio dos escravos mandingos, ou mandens, ou mandes, que eram ao mesmo tempo guerreiros, feiticeiros e seguidores do islamismo. Do nome desse povo, procedem os termos mandinga, no sentido de feitiço, e mandingueiro, ou seja, feiticeiro, ainda hoje correntes no português. Os mandingos, são os mesmos malinkes, ou malis, cujo idioma é falado como primeira língua, ou como língua de comércio em diferentes países da África ocidental. Entre os vizinhos povos iorubás, da foz do Níger, o termo *imalê*, derivado do nome de nação mali e abasileirado malê, designava o africano islamizado em geral, independente de ter ou não ter origem malinke, ou manden (REIS, 2004, p. 175-178).

Embora fosse seguidor da religião islâmica, o fundador do império Mali, Sundiata Keita, possuía, conforme se acreditava, poderes mágicos, e foi o instituidor dos códigos clânicos. Durante seu reinado, pelos meados do século XIII, foram compostos alguns dos principais cantos dos *griots*, ou *djelis*, guardiões da história tradicional. Os mandens eram um povo com tradições muito antigas, que vinham do império de Gana, e que o rei Sumaoro Kante queria preservar, combatendo os bérberes mercadores de escravos e a religião islâmica. Sumaoro, que reinou em Sosso, situada pouco acima da curva do rio Níger, entre 1200 e 1235, era chamado Rei Feiticeiro. A ele é atribuída a invenção do *balafô*, instrumento similar à marimba e ao xilofone, e do *dan*, instrumento de quatro cordas; os griôs da sua corte compuseram o *Baloba*, ou “Grande canto”, adotado por Sundiata em seu “cânone” (NIANE, 2010, p. 141-143).

O que aqui nos interessa, contudo, é que, além de ser um político-guerreiro-feiticeiro, Sumaoro era invulnerável a todo tipo de armas e, portanto, invencível no campo de batalha. Tinha derrotado e matado nove reis de povos vizinhos e já invadira repetidas vezes a região de-

8. Em *Primitive rebels* [Rebeldes primitivos], Eric Hobsbawm encontra a crença na invulnerabilidade atribuída a bandidos do sul da Itália, da Ucrânia e da atual República Tcheca, inclusive com suas próprias vulnerabilidades específicas: o ucraniano Oleksa Dovbush teve que ser morto com um machado, por ser invulnerável a balas e o tcheco Nikola Shubaj só poderia ser morto por uma bala de prata que ficasse ao longo de todo um ano em um prato contendo trigo; segundo Hobsbawm, essas tradições obviamente não foram influenciadas umas pelas outras, mas o banditismo social criava condições bastante similares em lugares e situações distintos (1959, p. 15).

nominada Manden, situada a oeste da curva do Níger. O rei do Manden, Dankaran Tuman, fugira para o sul, onde estabeleceu uma nova capital, enquanto uma das suas irmãs, Nana Triban, se casava com Sumaoro, para reforçar seu domínio sobre a região. Os malinkes foram, então, chamar o irmão do rei para os liderar na defesa. Chamava-se Maridiata, “Senhor Leão”, ou Sundiata Keita, e se encontrava no exílio com sua mãe, Songolon Kedju, a “Mulher Búfalo”. Devido à crueldade de Sumaoro Kante, tanto Nana Triban quanto o griô Bala Fassete Kuyate, fugiram de Sosso e entregaram a Sundiata o segredo da invulnerabilidade de Sumaoro, uma espora de galo branco, que era seu *tana*, ou talismã. De posse desse valioso segredo, Sundiata usou uma lança com a espora de um galo branco na ponta e, embora apenas ferido, Sumaoro foi derrotado na batalha de Kirina, em 1235, e assim foi instituído o império Mali, famoso pela riqueza fabulosa e pela numerosa população (NIANE, 2010, p. 142-153).

Com a progressiva islamização dos malinkes, ou mandingos, os talismãs que garantiam a invulnerabilidade foram substituídos por passagens do *Alcorão*, escritas em caracteres árabes, guardadas em saquinhos e penduradas ao pescoço, como as que foram encontradas entre os malês que se rebelaram em 1835, na cidade da Bahia. Já no Brasil, as passagens do *Alcorão* foram substituídas por orações cristãs, que alguns padres chegavam a benzer. Os cangaceiros e jagunços traziam vários desses saquinhos ao pescoço, os “breves”, que hoje chamamos patuás, contendo diferentes orações. Esses saquinhos também são de origem manden, originalmente um tipo de alforje de caçador (*sassa* em língua manden) específico para objetos mágicos (NIANE, 1982, p. 17, n. 2).

No início do século XVIII, o emboaba Manoel Nunes Viana fazia-se acompanhar por uma milícia de escravos mandingos, que causavam terror, devido não apenas às suas ações, mas também aos poderes sobrenaturais, dos quais, acreditava-se, eram portadores. Foi deles que o líder emboaba recebeu os variados poderes sobrenaturais que lhe eram atribuídos, entre os quais o do corpo fechado. Já no início do século XIX, a denominação de mandingo era raramente aplicada a um escravo, devido à conotação pejorativa, que desvalorizaria a “peça”, já que os colonos tinham verdadeiro pavor da feitiçaria africana, ainda que a ela recorressem nos casos desesperados.

Embora seja inequívoca a origem manden das crenças em torno do fechamento do corpo, a expressão “corpo fechado” é de origem europeia. Luís da Câmara Cascudo recolheu um ritual da feitiçaria portuguesa para “fechar a morada”, ou seja, o corpo, usando uma chave de sacário, cofre onde se guardam hóstias e outros objetos da eucaristia, e dando passes em cruz sobre os olhos, os ouvidos e a boca do beneficiado (1951, p. 62). Essa forma portuguesa de fechar o corpo, ou morada, não se destinava a tornar a pessoa invulnerável a armas e sim defendê-la contra feitiços. A prática afro-brasileira de fechar o corpo, hoje, visa tornar a pessoa invulnerável não apenas a armas, como também a feitiços, “olho gordo”, inveja, etc.

### 1.3. PROCEDIMENTOS PARA FECHAR O CORPO

Com base nas manifestações de caráter cultural, que, no sertão, são indissociáveis da religião e da política, podemos fazer algumas inferências acerca da postura psicológica dos quatro mandões estudados. Conta-se que Afonso Lopes se gabava de ter um pedaço da santa cruz costurado sob a pele, e na narrativa de Antônio Dó, relata-se que trazia duas orações guardadas no capote que sempre trajava. Já sobre o padre José Vitório, não encontramos qualquer referência a um objeto que ajudasse a fechar o corpo, e acerca de Horácio de Matos, fala-se no paletó que vestia, no dia em que saltou entre as forças inimigas na defesa de Lençóis; o paletó ficou retalhado pelos projéteis enquanto ele sofreu apenas algumas escoriações. A crença em torno do paletó de Horácio foi, como se vê, construída *a posteriori*, depois do heróico combate. A crença na invulnerabilidade do padre José Vitório também parece ter sido construída pela opinião pública, depois que ele sobreviveu a uma emboscada, na qual o cavalo em que vinha montado sucumbiu e ele próprio foi alvejado no pescoço, mas o caroço de chumbo entrou apenas a “um dedo e meio de profundidade”, sem maiores consequências (ÂNGELIS, 1996, v. 3, p. 171). Pode-se dizer ainda que, acreditando ou não no fechamento de seus corpos, os quatro personagens se aproveitaram dessa crença não apenas para legitimar o poder de mando e aumentar o moral da jagunçada ao seu serviço, mas também para insuflar um medo supersticioso nos adversários.

Existem distintas cerimônias de fechamento de corpo, como a que é descrita por Câmara Cascudo, onde a pessoa que quer ter seu corpo fechado deve se manter de pé, com o pé direito sobre o esquerdo, em uma bacia com água, enquanto recebe passes feitos com uma chave (1951, p. 59-62). Outra cerimônia ilustrativa é aquela à qual Mário de Andrade se submeteu na cidade de Natal, na noite de 28 de dezembro de 1929, última sexta-feira do ano. Segundo esse autor, trata-se de “uma cerimônia das mais importantes do catimbó”. O ritual foi celebrado por dois “mestres”, “o antipatiquinho Manoel, de *pince-nez*, e o mulato João cara de bom”, com o acompanhamento da proprietária do terreiro, dona Plastina, e de mais três mulheres. O cômodo onde a cerimônia aconteceu chamava-se “Estado”, era iluminado apenas por duas velas, e uma mesa servia de altar, com os seguintes objetos: uma vasilha rasa chamada “Princesa”, contendo água benta, cachimbos, as velas, um chocalho pequeno e uma moringa com cauim, nome dado à cachaça curtida com raiz de jurema. Jesus e vários santos católicos foram invocados enquanto os pais de santo fumavam seus cachimbos. João recebeu várias entidades, esmurrando a si mesmo, batendo com a cabeça na parede, rolando pelo chão e realizando uma “dança macabra”, que Mário de Andrade associou à das tradições católico-pagãs da Europa medieval. Foram horas

e horas de “cerimônias ridículas”, sendo “impossível descrever tudo que passou nessa seção disparatada, mescla de sinceridade e de charlatanismo, ridícula, dramática, cômica, religiosa, enervante, repugnante, comovente”, e lamenta ainda os “ridículos a que me sujeitei” e os 30 mil-reis que teve que desembolsar. Mário registra também algumas variantes que encontrou na cidade da Paraíba, hoje João Pessoa, onde o canto de abertura do ritual de fechamento do corpo é a canção que começa com “Eu sou soldado da cavalaria”, similar à célebre *Oração de São Jorge*, também específica para fechar o corpo, gravada por Caetano Veloso com o nome de “Jorge da Capadócia” (ANDRADE, 1983a, p. 250-254; ANDRADE, 1983b, p. 32-33; PAIVA, 2006, p. 123; [discografia:] VELOSO, 1998).

A principal forma de fechar o corpo era através de orações mágicas. Essas orações não eram necessariamente recitadas, mas deviam ser escritas e guardadas em saquinhos de tecido ou de couro presos ao pescoço, elemento de procedência manden. Conforme foi dito, com a islami-zação iniciada pelos antecessores de Sundiata Keita, mas que nunca chegou a ser completa, os variados talismãs foram sendo substituídos por trechos do *Alcorão*, escritos em caracteres arábicos. Vários desses saquinhos, com textos corânicos foram encontrados entre os pertences dos participantes da revolta Malê, de 1835; um dos quais destinado a “guardar o corpo das ofensas de qualquer arma” (LOPES, 2011, p. 62). O professor João José Reis tem um completo estudo sobre esse tipo de amuletos entre os povos iorubás, que viviam a sudeste dos mandens (2004, p. 180-197), porém essas “bolsas de mandingas”, feitas com variados materiais e contendo os objetos mais heterogêneos, já eram bastante difundidas na Lisboa de 1685, onde, conforme um testemunho da época, eram utilizadas pelos negros, lacaios e pessoas de baixa condição “para livrar o corpo de perigos e feridas de facas, espadas ou adagas” (apud CALAINHO, 2008, p. 98-99).

No Brasil, os trechos do *Alcorão* foram substituídos por orações cristãs escritas sobre papel e por imagens de santos, que, eventualmente, eram benzidas pelos padres. Um escravo, chamado Cosme Teixeira Pinto de Lacerda, que viajava pela capitania das Minas, na década de 1760, fazendo pequenos trabalhos a fim de obter recursos para sua alforria, carregava em um saquinho preso ao pescoço, sua carta de coartação, para demonstrar que não era fugitivo. Nas dobras dessa “carta de corte”, como também era chamado esse tipo de documento, Eduardo França Paiva encontrou quatro tiras de papel que serviam de reforço, para que a carta não se rasgasse. Nessas tiras estava escrita uma oração não propriamente de fechamento do corpo, mas onde pede a Jesus que faça com que seus “inimigos e inimigas” fiquem petrificados de pavor (PAIVA, 2010, p. 25-28).

Uma característica dessa modalidade de fechamento do corpo através de orações é o caráter cumulativo, que pode ser derivado da multiplicidade de alforjes, ou sassas, que o caçador manden trazia consigo. O cangaceiro trazia também consigo uma infinidade de alforjes, de onde o termo cangaço, pois vinha sobrecarregado como um animal de carga, debaixo da canga, que não era pequena, por isso se usa o aumentativo “cangaço”. Em meio a essa parafernália, havia também os pequenos alforjes do tipo mágico. Uma descrição publicada quando o rei do cangaço ainda estava vivo, conta que Lampião trazia um “comprido lenço de cores vivas, atado no pescoço por grande e vistoso anel”, mas que deixava ver, quando suas pontas esvoaçavam, uma grande variedade de “medalhas do padre Cícero, breves, bentinhos e rezas que lhe fecham o corpo, resguardando das balas” (PRATA, 2010, p. 37). Quando foi morto, em 1938, o célebre bandido trazia ao pescoço sete “orações fortes”, guardadas em saquinhos, a *Do Salvador do mundo*, a *Das treze palavras ditas e retornadas*, a *De nosso senhor Jesus Cristo*, a *Da Virgem das virgens predigiosa* (sic), a *Da beata Catarina*, a *De santo Agostinho* e a *Da pedra cristalina*. No sertão, nessa época, havia uma infinidade de orações, algumas específicas, outras bastante abrangentes (GRUNSPAN-JASMIN, 2006, p. 229-230).<sup>9</sup>

Uma oração que encontramos no arquivo do doutor Ronaldo Lima Meireles, advogado de Pedra Azul, exemplifica o caráter abrangente e cumulativo dessas fórmulas escritas de fechamento do corpo. Chama-se *Oração de carta de armas*, datada de 1923. Começa com a invocação de Jesus, a quem pede que “seja sempre comigo nos apertos e perigos”. Depois vem um “Valei-me meu bom Jesus pela vossa santa Encarnação, pelo vosso Nascimento” e vai enumerando as várias etapas da trajetória do salvador, até “pelo tremendo dia do Juízo, vos peço, meu bom Jesus, me livreis de todas as armas que se tem inventado neste mundo para morte corporal”. Pede ainda proteção para seu “corpo mortal” contra o “fogo violento”, “águas correntes”, “dentes peçonhentos e condições de má gente”; que seja protegido contra o “sulfúrio bacamarte e fúrias de suas balas e qualquer metal e quaisquer armas de ponta ou corte”. Em seguida, “desconjura” os demônios e pede a Jesus que volte para ele sua face “mansa, benigna e carinhosa”. Pede que “o medo e o pavor” caiam sobre todos aqueles que quiserem lhe fazer mal,

9. A quantidade de sacolas e de outros objetos que levavam a tiracolo formava calos em ambos os ombros dos cangaceiros; esse calo no ombro, chamado “calo de bornal” (de embornal, o mesmo que alforje), era um dos dois sinais inequívocos através dos quais os policiais reconheciam os integrantes do cangaço; o outro era a nuca branca, já que geralmente usavam cabelo comprido (MELLO, 2004, p. 73); é notável a semelhança do cangaceiro com sua parafernália de alforjes, que deixavam seus braços abertos, e os “guerreiros mandingas” com seus vários sassas retratados em uma gravura antiga (REIS, 2004, p. 182).

e que, ainda que sejam multidões (“grande poder de povo”), tornem-se “imóveis como pedras em campos”. Nessa altura, o autor se nomeia, pela primeira de três vezes, Benedito, e logo em seguida, com “conserva-me Deus Padre, guardai-me Deus Filho, defendei-me Deus Espírito Santo”, encerra-se a primeira parte da oração.

A segunda parte começa com um pedido para que os seus inimigos sejam destruídos e que suas armas sejam transformadas em pó e que não tenham nenhum poder “contra mim, Benedito, pelo poder de Deus e da Virgem Maria e de todos os santos das hostes dos Céus”, e segue-se uma enumeração de patriarcas e profetas, além dos confessores, das virgens, dos mártires, pontífices, eremitas, os evangelistas, os apóstolos, os coros angélicos com suas hierarquias, arrematada com “por eles, Senhor, tende piedade de mim, Benedito”. Dirige-se, então, novamente a Jesus, ao Deus do Céu, à Trindade Santíssima e à Virgem Santíssima para que o atendam. Há ainda um trecho em latim macarrônico e um novo pedido de defesa contra toda sorte de armas. Um terceiro parágrafo começa com o nome de JESUS, em maiúsculas, e pede para poder andar em paz entre os inimigos, sem ser visto por eles, e que “possa pisar sem temor sobre serpentes sem que comuniquem o seu fatal veneno”, terminando com outra menção a Jesus, que vive e reina, em unidade com Deus e o Espírito Santo, pelos “séculos dos séculos, amém,” e se encerra com a data: 10 de fevereiro de 1923 (conferir ANEXO).

Outra modalidade de fechamento do corpo era a de costurar uma hóstia sob a pele. A hóstia, considerada como sendo a própria carne de Jesus, era um dos principais instrumentos da magia cristã medieval, tão cobiçada, que o concílio de Latrão, no século XIII, ordenou que os objetos litúrgicos da eucaristia e os santos óleos fossem guardados em um cofre com chave, o sacrário (THOMAS, 1991, p. 39). Nos sertões, segundo Élise Grunspan-Jasmin, as hóstias eram roubadas por beatas que tinham acesso às dependências da igreja. Eram elas mesmas que costumavam a hóstia sob a pele do cangaceiro, em meio a orações e movimentos rituais. Essa autora fala de um “célebre cangaceiro Pinto Madeira”,<sup>10</sup> que tinha uma hóstia sob a pele, costurada na parte esquerda do tronco e foi necessário extraí-la para que o pudessem matar. Ela também fala do cangaceiro Guilherme Alves, o “Balão”, do grupo de Lampião, que tinha, igualmente, uma hóstia debaixo da epiderme, retirada pela família, quando ele se encontrava bastante enfermo,

10. Pode se tratar de confusão com o coronel Joaquim Pinto Madeira, cearense, que foi fuzilado em 1834, por ter comandado, ao lado do padre Antônio Manoel de Souza, o “Benze-Cacete”, um levante que visava reconduzir Pedro I ao trono brasileiro; o termo “cangaceiro” pode também ter sido um descuido na tradução, já que na literatura em língua estrangeira, termos que para os brasileiros são claros tendem a se confundir, ainda mais quando são “retraduzidos” de volta para o português.

pois, do contrário, permaneceria agonizando pela eternidade, pois a hóstia conferia-lhe a imortalidade (GRUNSPAN-JASMIN, 2006, p. 233-234).

O pedaço da cruz onde Jesus foi crucificado, costurado sob a pele do subdelegado Afonso Lopes, tinha uma função similar à da hóstia. A ideia é a de que a santidade do objeto era comunicada ao restante do corpo. O capote de Antônio Dó, com duas orações no bolso, tem a mesma função, com a vantagem de ser uma prática menos intrusiva; uma dessas orações era, segundo se conta, a do Santo Leme, devendo-se tratar, na verdade, de um suposto pedaço do Santo Lenho, a cruz na qual Jesus foi sacrificado. O paletó que fechava o corpo de Horácio de Matos parece ter se tornado, conforme foi dito, um objeto mágico depois das façanhas que o coronel realizou vestido com ele e pode, até mesmo, ser tradição inventada com base no capote de Antônio Dó. Outra forma de fechar o corpo era beber a água com que eram lavados os caracteres arábicos escritos sobre tábuas nas escolas islâmicas malês existentes em Salvador e em outras cidades brasileiras (LOPES, 2011, p. 62).

#### 1.4. A VULNERABILIDADE ESPECÍFICA

O portador do dom de invulnerabilidade a armas, em geral, e do corpo fechado, possui uma vulnerabilidade específica, um ponto fraco através do qual pode ser atingido. Tratando-se dessa vulnerabilidade específica, pode-se dizer que todo Aquiles tem seu calcanhar. O semi-deus malaio Guirda era vulnerável às flechas mágicas do herói Mahawangsa, e o rei feiticeiro dos mandingos, Sumaoro Kante, foi facilmente vencido depois que se conheceu o segredo de sua invulnerabilidade. Não nos consta que Manoel Nunes Viana ou que o capitão José Pereira Filgueiras tivessem qualquer “vulnerabilidade”, mas talvez isso se deva ao fato de que o ponto fraco deles não tenha sido conhecido.

Os quatro mandões que estudamos aqui tiveram morte violenta, ou seja, foram assassinados, ensejando a construção *a posteriori* de crenças em torno da vulnerabilidade específica de cada um. Entre as quatro justificativas, a que me parece menos convincente, é a da morte de Horácio de Matos, referida apenas por Walfrido Moraes, que conta que as balas, que o matador usaria para assassinar o coronel, tinham sido benzidas por uma mãe de santo do bairro do Retiro, em Salvador. O trecho tem elementos visivelmente literários, mas pode ser que se baseie em alguma tradição corrente. Pode-se também afirmar que Horácio foi morto por não estar trajando seu célebre paletó (MORAES, 1973, p. 209-210).

Acerca do padre de Gorutuba, José Vitório, embora não se conte como adquiriu o corpo fechado, toda a lenda em torno da sua pessoa foi tecida a partir da sua “vulnerabilidade específica”, por isso é chamada a “Lenda da bala de ouro”, conforme se lê no texto publicado em 1957, por Hermes de Paula (1957, p. 388). De fato, segundo se conta, para matá-lo, foi necessário fazer um projétil de ouro, em vez de chumbo, que tinha que ser, além disso, benzido pelo próprio padre a ser assassinado. Simeão Ribeiro Pires, em seu livro intitulado *Gorutuba - O padre e a bala de ouro*, recolhe duas versões para o benzimento da bala, sempre pela própria vítima: ao celebrar um batismo em que a criança trazia um pingente de ouro, com o qual foi forjada a bala, ou a peça de ouro foi colocada pelo sacristão debaixo da toalha do altar, e benzida junto com o vinho e a hóstia da eucaristia. E Simeão Pires afirma mesmo ter encontrado esse projétil, quando visitava a ladeira do Gravatá, onde o padre foi assassinado ([1982], p. 143).

No caso de Antônio Dó, seus comparsas, que o assassinaram, segundo as informações recolhidas por Saul Martins, tomaram toda sorte de precauções. Primeiro abriram uma sepultura ao pé de uma caigateira, na qual penduraram uma enxada que ainda não havia sido usada. Todas as quintas-feiras batiam na enxada e somente no dia em que ela não retiniu, prepararam-se para o serviço. Contavam com a ajuda da companheira de Dó, chamada Francília, que pediu a ele que pegasse algumas folhas de agrião no quintal da casa onde viviam. Ele saiu sem seu capote e foi logo golpeado na cabeça, por um dos assassinos, com uma mão de pilão, que tinha sido passada ao fogo. Deram-lhe tantos tiros que sua roupa pegou fogo, e sua cabeça foi esmagada pela mão de pilão. Entre os objetos que foram roubados após o homicídio, havia dois patuás que estavam no bolso do seu famoso capote, “um Breve de Roma e um Santo Leme”, que talvez fosse, como dissemos acima, um pedaço do Santo Lenho (MARTINS, 1997, p. 96).

A lenda em torno da chacina do Tamanduá conta que os mocós - nome dado aos jagunços que invadiram a fazenda - tentaram de todas as formas matar o subdelegado Afonso Lopes, sem conseguir. Foi ele próprio que revelou, então, a sua vulnerabilidade específica: deviam colocar sua cabeça sobre um pilão e cortá-la com uma foice. Isnara Ivo, contudo, com base nas tradições populares, sugere que primeiro lhe cortaram a língua, porque falava demais (IVO, 2004, p. 197). O mestre Besouro, da capoeira, foi morto com uma faca de ticum, ou tucum, espécie de palmeira, única arma à qual era vulnerável. Para a morte de Lampião, apesar de trazer ao pescoço sete diferentes breves, há duas versões, ou foi morto apenas porque não se calçara, já que em suas sandálias havia uma “palmilha de anjo”, que tinha propriedades mágicas, ou então porque chovia, e a água tem o poder de abrir o corpo (GRUNSPAN-JASMIN, 2006, p. 228, 233).

Devido ao poder vulnerabilizador da água, os jagunços que tinham o corpo fechado procuravam tomar banho sozinhos. O anti-herói Riobaldo, no *Grande sertão: veredas*, quando seu amigo Diadorim, que na verdade é uma mulher, se afasta para tomar banho sozinho, acredita que ele é um daqueles “caborjudos, sujeitos do corpo fechado” (ROSA, 2006, p. 145). Além da água, as relações sexuais também tinham o poder de abrir o corpo. Élise Grunspan-Jasmin recolhe a crença frequente entre os cangaceiros, de que se devia evitar toda relação sexual na véspera de uma mudança e pelo menos três dias antes de se fazer qualquer viagem. Para o já mencionado Balão, que estava entre os cangaceiros do grupo de Lampião, mas conseguiu fugir, quando este foi morto, aceitar mulheres no cangaço foi um erro do seu chefe, pois “homem de batalha não pode andar com mulher. Se ele tem uma relação, perde a oração e seu corpo fica como uma melancia, qualquer bala atravessa” (apud GRUNSPAN-JASMIN, 2006, p. 229).

### 1.5. POLÍTICOS, GUERREIROS E FEITICEIROS

Por meio do corpo fechado, chegamos a uma tradição de políticos-guerreiros-feiticeiros, que remonta, pelo menos, ao início do século XIII, na região da curva do rio Níger, com Sumaoro Kante e seu inimigo Sundiata Keita. Sundiata, apesar de promover uma islamização mais profunda do império que governava, manteve vários costumes ancestrais, entre os quais, todo um conjunto de crenças e práticas que inclui o poder da invulnerabilidade. Essa tradição ao mesmo tempo política, bélica e mágica não foi transportada apenas para a América portuguesa, mas também para a colônia de Saint Domingue, hoje Haiti, onde esse tipo de política foi mais bem sucedido que no Brasil, pois garantiu a liberdade dos africanos e a independência com relação à Europa, já nos primeiros anos do século XIX.

No Haiti, a cultura africana teve uma série de desenvolvimentos paralelos aos que tiveram lugar no Brasil. A começar por uma base nigeriana (da Guiné e do Sudão Ocidental, região que inclui o Mali), suplantada, depois, por um grande contingente banto, que assimilou elementos mágico-religiosos e culturais do grupo que anteriormente predominara. Os quilombolas caribenhos eram chamados de *marrons*, em francês, e *marroons*, em inglês, e formaram inúmeras comunidades similares aos quilombos brasileiros. Foi nessas comunidades que se constituiu a religião vodu, cujo nome vem do Daomé, mas que assimilou vários elementos culturais dos iorubás, dos mandingos e dos bantos. Na ilha de São Domingos da segunda metade do século XVIII, a religião vodu teve forte conotação política e bélica, outorgando inclusive a invulnera-

bilidade aos defensores da causa, pois, segundo Carolyne Fick, “o vodu fornecia aos escravos amuletos e talismãs, que, conforme se acreditava, protegeriam o portador de qualquer perigo, ao cometer ações de resistência, que fossem justificadas pela religião”.<sup>11</sup> A religião vodu teve um grande líder, François Markandal, executado em 1758, mas que deixou um considerável legado político, revolucionário e religioso para as gerações seguintes (FICK, 1994, p. 55-73).

Na colônia portuguesa das Américas, essa “feitiçaria” que se infiltrava nas esferas da política e da guerra foi logo assimilada pelos colonos de origem europeia, geralmente bastante mestiçados. Essa assimilação da crença no corpo fechado, e de outras de conteúdo mágico-bélico, pode ter tido lugar na guerra contra os quilombos, em particular contra o de Palmares, no fim do século XVII. As guerras, apesar de toda miséria delas decorrente, são excelentes ocasiões para os intercâmbios culturais, em razão da própria condição de fronteira que a guerra impõe ao território. Essa guerra mágica africana pode também ter sido assimilada pelo colono através das lutas ao lado das numerosas milícias de escravos, bastante frequentes, inclusive em outras colônias portuguesas, como em Macau e no Ceilão, para não mencionar os territórios lusitanos na África. Nos documentos da época, essa máquina de guerra africana era denominada “guerra preta” e teve destacada atuação em todas as guerras travadas pelos portugueses a partir do século XV (COTTA, 2010, p. 18). No Brasil, o Terço Negro mais renomado foi o do capitão Henrique Dias, pelo destacado papel na expulsão dos holandeses. Formado em 1633, o terço original dos Henriques contava não apenas com crioulos, mas também com africanos oriundos dos portos de Arda, de Mina e de Angola, todos alforriados (COTTA, 2010, 17-20, 24). Existiram, contudo, muitos outros terços de forros. As milícias de escravos eram proibidas por lei, porém constituíam-se em condição *sine qua non*, na região que estudamos, para a obtenção dos cargos de sargento-mor e de capitão-mor, fundamentais na administração da colônia.

O valentão português Manoel Nunes Viana comandava uma milícia de escravos mandingos, guerreiros feiticeiros de origem prioritariamente manden, que eram, conforme se acreditava, dotados de poderes sobrenaturais. Acerca do próprio Nunes Viana, conta-se que, além de possuir o dom da invulnerabilidade, sabia o que se passava em todas as partes, decifrava as intenções por trás da palavra escrita e curava doenças, tudo isso ao lado de uma relativa erudição. A atuação política de Nunes Viana é também exemplar, pois foi o principal líder do levante emboaba contra a hegemonia dos paulistas na região das Minas. Estava, contudo,

11. “Voodoo, on the other hand, provided slaves with amulets and talismans believed to protect the holder against any harm while committing an act of resistance that was justified by religion” (FICK, 1994, p. 64).

envolvido em descaminhos, que hoje chamamos contrabando, e na “grilagem” de lavras, além de ser procurador do morgado Guedes de Brito, o que dava margem para desmandos contra os rendeiros que não estivessem em dia e contra eventuais posseiros ou ocupantes da terra. Todas essas atividades, legais ou não, nos sertões baianos e norte-mineiros, renderam-lhe uma grande fortuna, estimada, conforme Antonil, em “pouco menos” de cinquenta arrobas, ou seja, aproximadamente 750 quilos de ouro. Essa fortuna permitiu-lhe ser absolvido nos vários processos abertos contra seus desmandos, recebendo ainda a patente de mestre-de-campo e o hábito da Ordem de Cristo. A passagem de Nunes Viana pelo sertão norte-mineiro ficou registrada em tradições populares, que certamente contribuíram para a construção de um modelo do que temos chamado de “mandão carismático”. Entre as muitas tradições em torno da figura emblemática de Nunes Viana podemos mencionar a do castelo que construiu próximo a Januária, recolhida por Manoel Ambrósio. Segundo essa tradição popular, o potentado colonial teria matado sua própria filha Maricota, num acesso de raiva. A lembrança da sua milícia de escravos feiticeiros, viva ainda hoje com a figura do “valente preto Bigode”, que, segundo Simeão Ribeiro Pires, em *Raízes de Minas*, comandava essas tropas, certamente ajudou na caracterização dos jagunços na região (AMBRÓSIO, 1934, p. 193-199; ANTONIL, 1976, p. 172-173; PIRES, 1979, p. 113-170; ANASTASIA, 1998, p. 100-112; ROMEIRO, 2008, p. 161-162).

Os inúmeros poderes sobrenaturais atribuídos ao capitão-mor do Crato, nos sertões do Ceará, cem anos mais tarde, na década de 1810, parecem ter sua origem em um pacto com o demônio. O capitão, depois general, José Pereira Filgueiras é uma das figuras mais contraditórias da, por si só extraordinária, história cearense. Ajudou o governo português na repressão ao levante republicano de 1817, prendendo o padre político José Martiniano de Alencar, pai do romancista e também político José de Alencar, que pretendia insuflar a revolta na região do Crato. Em 1822, lutou pela independência brasileira, comandando as tropas que entraram vitoriosas em Fortaleza, no dia 23 de janeiro de 1823, e liderando, em seguida, a luta pela independência do Piauí e do sul do Maranhão, onde participou do cerco à cidade de Caxias, guarnecida por um exército que permanecia fiel ao governo português. Já no ano seguinte, levantava-se ao lado da República do Equador, contra o governo de Pedro I, porém o levante foi debelado, Filgueiras foi preso e, enquanto seguia, através do sertão, para o Rio de Janeiro, contraiu uma febre palustre, possivelmente malária, e faleceu em São Romão, nas margens mineiras do São Francisco (BARROSO, 1962, p. 188-192; QUINTAS, 1985, p. 234; REIS, 1985, p. 146-150).

Segundo João Brígido, o capitão Filgueiras foi “a personagem mais popular que já houve no Cariri; uma espécie de mito”. Obviamente esse autor não leva em conta o padre Cícero, que

nem sequer alcançara o apogeu político, na época em que escreveu. Segundo João Brígido, quando o cargo de capitão-mor do Crato ficou vago, ao disputá-lo com o sargento-mor José Alexandre Correa Arnaud, mais rico e mais influente que ele, Filgueiras se impunha “pela sua força física e formas atléticas”, sem falar na sua bravura proverbial (1919, p. 97), ou seja, explorava politicamente suas qualidades extracotidianas. Conforme o historiador cearense, um cliente do futuro capitão-mor, casado com sua sobrinha, foi preso por ordem de Francisco Calado, que pertencia à clientela do sargento-mor José Alexandre. Filgueiras, sem qualquer preparativo e acompanhado apenas da pessoa que fora pedir seu socorro, interceptou a comitiva que levava o preso, ordenando que o soltassem imediatamente. Os jagunços se recusaram. Joaquim Inácio Cardoso, que acompanhava Filgueiras, desceu do cavalo e cortou as cordas que prendiam o prisioneiro, mas foi baleado.

O furor de Filgueiras nesse momento não teve limites. Tomar a arma ao moribundo [Joaquim Inácio Cardoso], dispará-la sobre um dos Calados e, com o coice dela matar a dous outros foi obra de um instante. A escolta se dispersou e quatro cadáveres restaram sobre a terra (BRÍGIDO, 1919, p. 97).

A façanha teve grande repercussão, garantindo sua eleição para o cargo de capitão-mor do Crato e despertando temores supersticiosos nos seus adversários. Mais tarde, em 1812, o sargento-mor José Alexandre foi preso e forçado a deixar a região do Cariri (BRÍGIDO, 1919, p. 95-97).

Os poderes sobrenaturais do capitão José Pereira Filgueiras são objeto de um texto de Gustavo Barroso, intitulado “O maior caudilho do sertão nordestino”. O fato de que possuía o corpo fechado, segundo esse autor, é afirmado inclusive em “documentos semi-oficiais”, mas era dotado também de força extraordinária, sendo capaz de, sozinho, desatolar “um carro-de-boi, cujas juntas [de bois] nem podiam fazê-lo mover”, de disparar sua espingarda com o braço esticado, sem o apoio do ombro, e de galopar por léguas e léguas, com uma moeda entre a bota e o estribo, sem deixá-la cair. Conta-se que viajava voando, durante a noite, entre as torres de igrejas de diferentes localidades sertanejas. Também possuía armas encantadas: sua espada retinha quando algum inimigo se aproximava, e seu bacamarte, chamado “Estrela d’Alva”, tinha um cano de bronze em formato de boca de sino, que suava nos momentos que antecediam a batalha; tinha ainda um outro bacamarte célebre, apelidado de “Boca da Noite”. Todos esses poderes atribuídos ao pacto que teria celebrado com o demônio (BARROSO, 1962, p. 188-189).

Os quatro mandões que estudamos, portadores, segundo se acreditava, do corpo fechado, se encaixam nesse tríplice perfil de políticos-guerreiros-feiticeiros, mas cada qual em uma

modalidade específica e com trajetórias bem distintas. Na pessoa do padre José Vitório, a figura do sacerdote católico toma contornos ao mesmo tempo mágicos, truculentos e politikeiros. Em 1856, ele encaminhou uma denúncia de fraude eleitoral e de tentativa de homicídio ao presidente da província, Herculano Pena, na qual acusava os liberais do distrito de São José do Gorutuba, pertencente ao termo de Grão Mogol, de fraudar as eleições para juiz de paz, realizadas em novembro daquele ano. Boa parte da elite do distrito se uniu em testemunhos favoráveis ao juiz de paz eleito e contra o padre, que era acusado de cobrar mais caro que o permitido por batismos, casamentos, extremas unções e outros serviços litúrgicos. Repetidos testemunhos declaravam ainda que o padre se metia em confusões, como as que criara com os moradores de Tremedal, hoje Monte Azul, onde um grupo de moradores ofendidos não se sabe exatamente por qual razão lhe armaram uma emboscada, que resultou na morte de sua montaria e em um ferimento sem gravidade no pescoço (AFGM, 1856). A partir de então, segue-se uma longa série de processos do vigário contra membros da elite local e de integrantes dessa elite contra o padre José Vitório.<sup>12</sup>

Os desentendimentos culminaram na morte de Ursulino da Costa Faria, inimigo de José Vitório, que era suspeito de ser o mandante do crime, e na contratação de um pistoleiro para matar o padre. Mas ele era dotado de poderes sobrenaturais e foi necessário recorrer, conforme reza a lenda, à bala de ouro, que foi benzida pelo próprio José Vitório e empregada no seu assassinato, em 1868. O estoque de poderes do padre não terminou com sua morte, mas, segundo se crê, nos momentos finais de sua vida, teria amaldiçoado a localidade de São José do Gorutuba, conforme a tradição recolhida por Hermes de Paula (1957, p. 388). São José do Gorutuba entrou em franco processo de decadência, ao contrário das demais localidades vizinhas, e foi parcialmente inundada com as águas da barragem de Bico da Pedra, que atende ao projeto agrícola do Jaíba (PIRES, [1982], p. 139-153).

12. Simeão Pires, por meio “de pessoa amiga, já falecida”, conseguiu quatro processos dos arquivos do fórum de Grão Mogol: 1) Ângelo de Quadros contra José Vitório de Souza, 1862, sobre aquisição de direitos hereditários; 2) Sebastião Soares Aguiar contra José Vitório de Souza, 1863, sobre apropriação de terreno urbano; 3) José Vitório contra o juiz municipal Wenceslau Antônio Freire Jequitinhonha, 1863, queixando de arbitrariedade; 4) da justiça municipal contra José Vitório, sem data, acusado de ser o mandante do assassinato de Ursulino da Costa Faria, filho do delegado João de Deus Faria (PIRES, [1982], p. 53-137); na nossa pesquisa, localizamos, no Arquivo do Fórum de Grão Mogol, os seguintes documentos, que designaremos pela sigla AFGM, acompanhada do ano de abertura do processo: 5) processo acima descrito, de 1856, contra Manoel Godinho, sobre ilegalidade da sua eleição para juiz de paz e tentativa de assassinato; 6) José Vitório contra João de Deus, 1861, por ter reunido “assassinos” na fazenda Vargem Redonda com a intenção de matá-lo; 7) José Vitório contra o tabelião José Avelino Peito, 1865, por crime de responsabilidade; 8) José Vitório contra José Barbosa de Aguiar, 1868, por depredações ao patrimônio e ameaça de morte; entre outros processos e documentos do mesmo Arquivo, onde o nome do padre é mencionado.

Afonso Lopes usava seus pretensos poderes sobrenaturais para justificar desmandos e arbitrariedades. Participando da facção política que dominava o município de Conquista, hoje Vitória da Conquista, matou, ou mandou matar, dois desafetos, Sérgio e Gasparino, filhos da viúva Lourença. Mas a vindita de um terceiro irmão, o Calistinho, foi implacável e culminou na chacina de 18 pessoas na fazenda Tamanduá, entre as quais o próprio Afonso Lopes. Horácio de Matos, dotado não apenas do corpo fechado, mas de outras “qualidades pessoais”, ou carismas, que determinaram sua escolha para suceder o capitão Clementino de Matos, foi mais bem sucedido que Afonso Lopes. A política do coronel Horácio utilizava os vínculos familiares e de amizade ao lado da força das armas e da crença em sua invulnerabilidade. Trata-se, em ambos os casos, de uma forma peculiar de política, caracterizada pela truculência e pelo uso da violência, ao lado de um aspecto mágico.

Para descrever o contexto político no qual se desenvolve a narrativa do *Grande sertão*, Walnice Nogueira Galvão nos apresenta um quadro em que “cada fazendeiro com seus chefiados” estava em permanente “guerra privada” contra os adversários. Uma situação existente desde os tempos coloniais, mas que ganhou nova fisionomia com a instalação do sistema representativo e partidário.

O grupo armado, portanto, continua exercendo a mesma função, a de garantir, pela força, o poder social, com uma ampliação agora: a intimidação do eleitorado e a baderna em dia de eleição. Os tumultos eleitorais, de que dão conta os historiadores, atravessam todo o Império e a República, alternando-se apenas com períodos de calma relativa quando a fraude e a corrupção (atas falsas, diplomas falsos, etc.) respondem melhor que a violência direta (GALVÃO, 1972, p. 45).

As eleições tornaram-se particularmente estratégicas nessa guerra pelo poder político, pois legitimavam o poder local diante do poder ministerial, durante o Império, e diante do poder estadual, na Primeira República. Uma vez garantidas as posições, através da eleição ou da nomeação, os mandões situacionistas atacavam seus adversários, infligindo-lhes as temidas sebaças (saques a fazendas e povoados), além de processos judiciais, demissão dos aliados que ocupavam cargos públicos, recrutamento forçado de seus clientes, entre outras medidas arbitrárias e violentas.

Antônio Dó, embora tenha se tornado fora da lei, também estava inserido nesse tipo de política, com a importante diferença de estar na oposição, despertando contra si toda sorte de desmandos: assassinato impune do seu irmão Honório e roubo do seu gado, porém a gota d’água foi a derrubada da cerca que construía em torno de uma das nascentes que atendiam a região. Os cangaceiros do sertão pernambucano e paraibano também estão inseridos nessa

guerra política, onde não está ausente o caráter mágico. O fato de serem fora da lei indica que os cangaceiros eram todos pertencentes à oposição em seus respectivos municípios. Esse é o caso dos primos Sinhô Pereira e Luís Padre, em cujo grupo Lampião se iniciou no cangaço, que se vingavam da morte do irmão mais velho do primeiro e do pai do segundo, mortos pelos cabras da família Carvalho, na luta pela hegemonia política no município pernambucano de Vila Bela, depois Serra Talhada. A ligação de Lampião a uma política oposicionista é menos direta, mas também passível de demarcação. O vizinho da fazenda onde vivia a família de Virgulino, chamado Saturnino Alves de Barros, era ligado à família Nogueira, enquanto a família de Lampião se alinhava com a facção de Manoel Lopes, o que forçou, com a alternância da hegemonia local, os pais do futuro Rei do Cangaço a se mudarem primeiro para Nazaré, depois para a região de Água Branca, no estado das Alagoas, onde foram mortos em um cerco policial tendo à frente o sargento José Lucena. Além disso, Lampião e os cangaceiros em geral participavam tanto de eleições, intimidando ou atacando oposicionistas, quanto das sebaças pós-eleitorais, como forma de retribuição aos eventuais coiteiros, e ainda da eliminação pura e simples dos adversários políticos desses coiteiros (MELLO, 2004, p. 246-247; LUSTOSA, 2011, p. 44-50).

Esse tipo de política, talvez devido à sua interface com a guerra, valoriza uma série de carismas que acompanham as atividades militares e paramilitares, associados ao heroísmo e à invencibilidade, tais como a invulnerabilidade, o furor guerreiro e o poder de mando, que, na república romana, era chamado de *imperium*, qualidade que outorgava aos comandantes não só a faculdade de condenarem seus subalternos à morte, mas também o poder de tirarem os augúrios antes da batalha. Lampião era famoso não apenas pelo dom da invulnerabilidade, pelo extraordinário poder de mando, pelo poder de despertar nos cangaceiros o furor guerreiro, pela visão de conjunto, indispensável na formulação de estratégias, mas também pelo dom de interpretar as estrelas, os sonhos e os “sinais” em geral, permitindo que escapasse, de forma sobrenatural, dos perigos que o cercavam. Outro elemento carismático do comando de Lampião sobre sua pequena comunidade errante, foi a instituição, em conformidade com “sinais premonitórios”, dos “objetos conjuratórios” e de uma ritualização da vida do grupo, conforme demonstra Élise Grunspan-Jasmin, em seu estudo sobre o mais famoso dos cangaceiros (2006, p. 238-241).

Além do corpo fechado, esses mandões tinham outros tipos de carismas, ou qualidades extraordinárias, como os carismas sacerdotais que se atribuíram ao padre José Vitório, o carisma de mando de Horácio de Matos, ou a capacidade atribuída ao subdelegado Afonso Lopes de se transformar em animal, ou em toco de árvore, e de ficar invisível, passando ileso por entre grupos de inimigos, e ainda a mira certa de Antônio Dó. No mesmo período e na mesma

região onde viveram e atuaram esses mandões, encontramos um outro mandão carismático, Olímpio Pereira de Carvalho, ou coronel “Olimpinho”, natural da Chapada Diamantina, depois passando a residir no município de Conquista, no povoado de Matas de São Pedro, hoje Caatiba, onde se tornou o chefe local. Sua influência se estendia até o distrito de Verruga, hoje Itambé, onde ele e seus aliados foram sitiados por um grupo de adversários, mas, depois de um cerco de dois dias, Olímpio conseguiu fugir levando 16 aliados através de uma linha composta por 60 jagunços. Uma velha senhora, Brígida Maria de Jesus, com fama de feiticeira, foi morta e sua barriga foi aberta, pois acreditava-se que Olimpinho tinha se escondido ali. Fugiu de forma igualmente miraculosa de dois outros cercos, voltando para a região das Lavras, onde foi preso depois da Revolução de 30, sendo absolvido dos assassinatos de que era acusado, mas vindo a falecer em novembro de 1932 (VIANA, [1985-1986], v. 1, p. 152-155).

No mesmo período, porém em uma região um pouco mais distante, mas que partilha dessa cultura do vaqueiro, descrita por Guimarães Rosa no texto “Pé duro, chapéu de couro”, encontramos dois líderes de um mesmo município, tidos por portadores do corpo fechado: o auto-intitulado “general do sertão” José Dias Ribeiro e o padre João de Souza Lima, sendo que este último tinha também visões premonitórias (PALACÍN, 1990, p. 72, 100-101, 115-116, 166). Durante a Primeira República, esses dois mandões com o corpo fechado dirigiram o vasto e distante município de Boa Vista do Tocantins, hoje Tocatinópolis, então pertencente a Goiás, hoje integrando o estado de Tocantins, e é significativo que pertencessem a um mesmo partido, de mestiços goianos que enfrentavam uma significativa corrente migratória vinda do Maranhão, sob a liderança de coronéis que visavam ampliar a esfera de dominação das suas oligarquias (PALACÍN, 1990, p. 119).

Esse mandonismo carismático entrou em franco declínio com a instauração do regime varguista, mas continuou existindo em modalidades um pouco distintas. O deputado e miliciano Tenório Cavalcanti, por exemplo, originário de Alagoas, mas radicado na Baixada Fluminense, endossava a crença de que tinha o corpo fechado. Voltando à região estudada, encontramos Preselina Veloso de Aguiar, a dona Lulu, que indiretamente governou o município de São João da Ponte por meio século, entre 1946 e 1996, a princípio em parceria com o marido e um cunhado, mas conquistando, em 1970, a hegemonia política. Conta-se que conhecia orações milagrosas, capazes de livrá-la dos mais variados perigos, que, por meio de velas, adivinhava o resultado das eleições e que tinha um sapo chamado Roque, que perseguia seus desafetos. Embora fosse mulher, dona Lulu não estava isenta da truculência

própria desse tipo de política, tendo sido acusada de pelo menos dois assassinatos, porém, levada a julgamento, foi absolvida (AGUIAR, 2001, p. 109, 128-133).

O coronelismo e o mandonismo, em geral, ainda que drasticamente reduzidos em seu poderio, não podem ser considerados extintos, conforme se percebe pelo epíteto de “coronel” aplicado ainda hoje a muitos políticos e mandões locais. Mesmo com todas as injustiças e com a criminalidade inerente a esse tipo de política, é preciso reconhecer o caráter autonomístico e preservador da identidade regional próprio do mandonismo local, em particular desse mandonismo de tipo mais carismático. Autonomia e preservação muito relativos, mas que se tornam evidentes na luta contra o processo de centralização, que, ao que parece, é irreversível.

## CAPÍTULO 2

### A COLONIZAÇÃO DO SERTÃO

*La géographie, à ce jeu, cesse d'être un but en soi pour devenir un moyen. Elle aide à retrouver les plus lentes des réalités structurales, à organiser une mise en perspective selon la ligne de fuite de la plus longue durée* (BRAUDEL, 1990, v. 1, p. 27).<sup>13</sup>

Sertão é um desses termos com múltiplas acepções, sendo, portanto, necessário definir um pouco melhor. Em um sentido bastante amplo, sertão é a região ainda não urbanizada nem tampouco plenamente explorada em termos econômicos, com plantações de café ou cana de açúcar. Muito embora os processos colonizatórios tenham sido distintos, existe uma unidade geográfica e social no “grande sertão” que abrange tanto a serra das Araras quanto a comercial vila de Lençóis, tanto o arraial de São José do Gorutuba quanto a imperial vila de Vitória, depois vila de Conquista, hoje Vitória da Conquista, e vai mais além no tempo e no espaço, determinando valores e padrões de comportamento tanto do potentado Nunes Viana quanto do general de armas José Pereira de Filgueiras, do seu conterrâneo padre Cícero, e de Lampião, devoto do “Padim”, do bandido Antônio Dó e do coronel Horácio de Matos. Ainda que em contextos econômicos e sociais diferentes, todos esses personagens estão inseridos nos desenvolvimentos posteriores do que Capistrano de Abreu chamou de “época do couro” (2000, p. 153), mas que, em seu aspecto sincrônico, podemos chamar de “cultura do couro”, ou mesmo de “civilização do couro”. A percepção dessa unidade geográfica data do período colonial, quando a região interior da América portuguesa que se estende do norte das Minas até o sul do Maranhão recebia o nome de “currais”. Existiram algumas “minas” nesse vasto contexto de currais, mas foram de breve duração, logo exauridas, dando lugar aos onipresentes currais. Apenas na região do São Francisco, devido às comodidades do transporte fluvial, essa economia curraleira dividia espaço com a cana e seu beneficiamento, mas a estrutura cultural permaneceu a mesma.

Pelo seu próprio embasamento econômico e cultural em torno da criação de bovinos, com o característico aproveitamento do couro, notadamente na indumentária do vaqueiro, esse conjunto de valores pode ser denominado “cultura do vaqueiro”. A cultura do couro também tem sido chamada de “cultura sertaneja”, embora sertão seja um termo extensivo a muitas outras regiões tanto do Novo Mundo quanto da África. É a essa cultura do vaqueiro encourado que

13. “A geografia, nesse processo, deixa de ser um fim em si mesma para se tornar um meio. Ela ajuda a reencontrar as mais lentas realidades estruturais, a elaborar uma perspectiva conforme a linha de fuga da duração mais longa” (tradução nossa).

Euclides da Cunha se refere quando discorre sobre o sertanejo e seus costumes. São esses os valores que ele é incapaz de compreender, apesar de admirar. Para Euclides da Cunha, o sertanejo era um personagem fora do tempo, preso a costumes e crenças próprios do regime monárquico e do absolutismo, que deviam ser extirpados o quanto antes.

O texto “Pé duro, chapéu de couro”, de Guimarães Rosa (2001, p. 169-195), certamente merece uma crítica minuciosa, dada a circunstância em que foi produzido, claramente inserido em um contexto de “sertanização” promovido pelo presidente Getúlio Vargas. Esse aspecto propagandístico e quase eufórico fica bem visível quando se coteja o texto rosiano com uma reportagem de Odorico Tavares produzida na mesma ocasião, a inauguração de um grande hotel em Cipó, cidade baiana situada a cerca de 150 quilômetros de Canudos, que tomou a forma de uma grande festa de vaqueiros (1952, p. 40-58). Nessa matéria, publicada na revista *O CRUZEIRO*, o escritor cordisburguense que nela é denominado “ministro” (certamente com o sentido de plenipotenciário diplomático), integra a comitiva do presidente da República e é agraciado com a Ordem do Vaqueiro, juntamente com o próprio autor da reportagem (TAVARES, 1952, p. 46). O objetivo político subjacente no texto rosiano é o mesmo do texto euclidiano, integrar a população sertaneja, em sentido estrito, à República, porém a tática da República aqui é outra. Ao contrário de Prudente de Moraes, o presidente Getúlio Vargas, todo sorrisos, chega mesmo a se deixar fotografar com indumentária de vaqueiro.

João Guimarães Rosa esclarece, nesse texto, que, antes de Euclides da Cunha, o vaqueiro era mero personagem da paisagem, quase decorativo, porém, com *Os sertões*, ganhou o primeiro plano, tornou-se o centro de uma narrativa. Contudo, ainda conforme o texto rosiano, o cronista da guerra de Canudos enganava-se ao crer que “os últimos vaqueiros reais houvessem morrido no assalto final a Canudos” (2001, p. 172). Eles ainda estavam bem vivos e eram numerosos conforme o próprio Rosa podia constatar naquela festa de vaqueiros em Cipó, e chega a demarcar sua área de ocorrência:

Gaúchos meridionais, peões mato-grossenses, pastoreadores marajoaras, e outros de muita parte dentro desses extremos geográficos; mais obtidos, porém, e contados como vaqueiros propriamente, os do rústico sertão que ajunta o Norte de Minas, porção da Bahia, de Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás.

Através de quantidade de cerrados, gerais, carrascos, campos; serras sempre ou ávaras várzeas, planaltos, chapadas e agrestes, regiões pouco fáceis, espalharam-se, na translação das boiadas, os gadeiros são-franciscanos com querência de espaço, sertanistas subidores, barões do couro, e seus servos campeiros, mais ou menos curibocas, herdeiros idealmente do índio no sentido de acomodação ao ruim da terra e da invenção de técnicas para paliá-lo. Nossos, os vaqueiros (ROSA, 2001, p. 170-171).

A descrição rosiana é paradigmática, mas cabem alguns reparos no mapa que delineia. De Goiás deve ser incluído, sobretudo, o norte, hoje estado de Tocantins, já que no centro e no sul a influência paulista - leia-se caipira - é talvez mais forte que a do vaqueiro com indumentária em couro. Do Maranhão, o sul. De Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, o interior, pois a região das Matas, mais próxima ao litoral, foi logo tomada pelos canaviais. Cabe notar ainda que é significativa a ausência de Alagoas nesse mapeamento, mas ali também a cultura dos currais pode ser percebida, ainda que em área relativamente reduzida. Percebe-se também a presença de elementos africanos nesse quadro cultural, adquiridos tanto por meio do quilombola, que se adonava de parcelas do latifúndio pecuário e se inseria nele, quanto por meio do mulato, para quem a liberdade da vida de vaqueiro e de pequeno criador era muitas vezes o objetivo da vida.

Para Guimarães Rosa o vaqueiro é um tipo diferenciado de ser humano, ao qual chama de *Homo coriaceus*, termo latino que significa “homem de couro”, ou seja, o homem encourado. Assim é o vaqueiro nordestino, de um Nordeste cultural que se espalha para Minas Gerais e para o Tocantins. Esse vaqueiro nordestino está inserido em um contexto bem mais amplo, que envolve, além dos seus congêneres brasileiros, aqueles dos “países de perto, de vulto pecuário análogo”, os *llaneros* da Venezuela e da Colômbia, por exemplo, que figuram no romance *Doña Bárbara*, de Rómulo Gallegos (ROSA, 2001, p. 171). Richard Slatta vai ainda mais longe, ao propor uma comparação do vaqueiro do “sertão” brasileiro não apenas com o gaúcho dos pampas e o *llanero*, mas também com o *vaquero* mexicano e o caubói dos Estados Unidos (1997, p. 3-34).

Essa unidade do processo de colonização tem, contudo, suas especificidades, não apenas da Bahia com relação a Minas, mas também de região para região. Os sertões que vão nos interessar de forma especial neste trabalho são os das margens mineiras do São Francisco, no trecho navegável, os do vale do Gortuba, da região de Vitória da Conquista e da Chapada Diamantina.

## **2.1. OS CURRAIS DO SÃO FRANCISCO**

O eixo em torno do qual se deu a ocupação dos currais baianos e mineiros é o rio São Francisco. As primeiras incursões ao longo do “Velho Chico” foram realizadas a partir de Olin-da, ainda no século XVI, num primeiro impulso de expansão pernambucano, anterior à invasão

holandesa, quando também foi iniciada a colonização dos hoje estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Pelos meados do século XVII, já eram conhecidas e parcialmente ocupadas as margens do São Francisco até, pelo menos, a altura da curva em que muda o sentido do seu leito de leste-oeste para norte-sul. Essa região da curva era especialmente estratégica, não só pela ligação com os sertões maranhenses e cearenses, como também pela produção do sal da terra, que se forma na região de Xique Xique e de Sento Sé. Era um produto muito valioso naquele tempo, não só para a pecuária, mas para a própria vida cotidiana. O sal se forma nas vazantes anuais do rio, quando a recente camada de lama seca ao sol.

Na segunda metade do século XVII, antes da divulgação da existência de ouro nos sertões que se tornaram Minas Gerais, as margens do São Francisco já se encontravam ocupadas, pelo menos, nos seus pontos mais estratégicos: Juazeiro era uma passagem de gado, Barra dava acesso fluvial aos sertões do litoral meio-norte, Xique-Xique e Sento Sé eram importantes pontos de comercialização do sal da terra. Mais ao sul, a colonização era ainda bastante rarefeita, mas as barras dos rios das Velhas e Carinhanha eram certamente ocupadas, assim também os arraiais do Urubu de Cima, hoje Paratinga, e da Lapa, que abasteciam os sertões da margem oriental do grande rio. Na margem esquerda, as terras pertenciam à capitania de Pernambuco e, na margem direita, à da Bahia, pois não existiam as capitanias de Sergipe, Alagoas e Minas Gerais. Ainda antes de se iniciar o *rush* pelo ouro, mas já na segunda metade do século XVII, grupos paramilitares, oriundos de São Paulo, vinham utilizando o curso do Velho Chico como caminho em suas expedições contra a confederação ameríndia do Açu, que dominava partes consideráveis dos atuais estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, e contra o quilombo de Palmares, em terras hoje alagoanas.

Para ocupar as margens do São Francisco, a Coroa travou guerras contra muitas nações indígenas. Na região da Barra do Rio Grande, hoje simplesmente Barra, os portugueses enfrentaram os acroás, e, mais ao sul, mas ainda em terras hoje baianas, os amipiras ou amoipiras, e os maracás, na margem direita. Subindo o rio, em território hoje mineiro, havia índios das nações Tabajara e Goiás, os primeiros de etnia ou cultura tupi, os segundos certamente parentes dos guanhães e dos guaianazes, povos macro-jê, naquele tempo associados aos carijós, mas que tinham recebido influência da cultura tupi. A leste do São Francisco, na região onde hoje fica a fronteira entre Minas e a Bahia, havia os catolés, vivendo no vale do Gorutuba e vizinhanças. Os puris, parentes dos goitacazes e dos cataguazes, também viviam a leste do São Francisco, no planalto onde hoje fica Diamantina, cujas encostas ocidentais estão bem próximas das margens do rio. Os sertões a oeste do São Francisco eram habitados pelos caiapós, que, entre o fim do sé-

culo XVII e o começo do XVIII, foram expulsos para regiões ainda mais ocidentais, por povos da família cariri, que vinham do Açu, antepassados dos xacriabás de hoje (VASCONCELOS, 1974, p. 36; COSTA, 2005, p. 10; TAVARES, 2008, p. 16-21).

Foi na luta contra essas nações, solicitando e obtendo imensas sesmarias em retribuição pelo seu esforço de guerra, que o mestre de campo Antônio Guedes de Brito amealhou grande parte do que viria a ser um dos maiores latifúndios portugueses nas Américas, inicialmente denominado morgado Guedes de Brito e depois, Casa da Ponte. A maior sesmaria desse célebre morgado compreendia as terras da margem direita do rio, da altura de Morro do Chapéu até o rio Vainhu, que tem sido associado ao rio das Velhas, ao rio Pará e ao rio Paraopeba, todos afluentes meridionais da margem leste do São Francisco. Sobre essas terras, a Casa da Ponte continuou cobrando direitos, ou foros, até o século XIX, embora esses direitos fossem muitas vezes questionados e judicialmente combatidos, porém os antigos sesmeiros, contavam, no fim do século XVIII, com um “juiz privativo”, para julgar suas causas, na Relação, instância superior da colônia portuguesa, em Salvador (NEVES, 1998, p. 51-76). Na parte mineira do São Francisco, havia outras sesmarias; na margem oeste, por exemplo, então pernambucana, a de Matias Cardoso, onde surgiu o povoado de Morrinhos, próximo à barra do rio Unaí, enquanto a leste do São Francisco, mas afastadas das margens, já no início do século XVIII, estendiam-se as terras de Antônio Gonçalves Figueira, entre outras. Essas sesmarias eram ocupadas sobretudo por rendeiros, posseiros e mesmo por proprietários de glebas menores, adquiridas junto aos sesmeiros.

Com a divulgação da existência de jazidas de ouro nas cabeceiras do rio das Velhas, do rio Doce e do rio Grande, houve um imenso afluxo de mineradores, tanto livres quanto escravos, em direção a essas nascentes. A princípio, pensou-se em isolar toda a região. As concessões e privilégios do distrito minerador pertenciam, inicialmente, apenas aos paulistas, mas em Itacambira, por exemplo, tiveram que fazer concessões a mineradores baianos (VASCONCELOS, 1974, p. 51). As fomes de 1699 e de 1701 mostraram que as boiadas que subiam a serra vindas das terras propriamente paulistas não eram suficientes para abastecer a crescente população do distrito das Minas. Incluiu-se, então, a região dos currais do alto São Francisco na área fortemente fiscalizada da mineração de ouro. Data dessa época a outorga das vastas sesmarias, a leste do São Francisco, para que os criadores paulistas, ali estabelecidos, abastecessem de carne bovina, e também de aguardente, a imensa população das Minas. Foi nessa época que o paulista Antônio Gonçalves Figueira fundou as fazendas dos Montes Claros e do Brejo das Almas, hoje Francisco Sá, chamadas de currais do Filgueiras, na pena do jesuíta Antonil (1976, p. 186).

No entanto, mesmo assim, boiadas e mais boiadas entravam no distrito paulista das Minas, vindas das capitânicas de Pernambuco e da Bahia, pois as fronteiras na região dos currais eram bem mais difíceis de se guardar que as serras e matas, estas últimas povoadas por belicosos ameríndios, que formavam uma barreira natural a leste da região mineradora. Nas margens do São Francisco, já na primeira década do século XVIII, o viajante que subisse o rio encontraria o abrigo de súditos portugueses a cada fim de jornada. Conforme o testemunho de Antonil, o acesso para as Minas, a partir de Salvador, era “muito melhor que o do Rio de Janeiro e o da vila de São Paulo, porque, posto que é mais comprido, é menos dificultoso, por ser mais aberto para boiadas, mais abundante para o sustento e mais acomodado para as cavalgadas e para as cargas” (1976, p. 187).

A posição do morgado Guedes de Brito e de outras sesmarias pecuaristas, encravadas no distrito, depois capitania, das Minas, foi motivo de constantes atritos e de dores de cabeça para Borba Gato e para os capitães-gerais que o sucederam, com vários conflitos dos quais o mais famoso foi a guerra dos Emboabas, que promoveu a criação do distrito das Minas do Ouro, mais tarde elevado à condição de capitania, com o nome de Minas Gerais. Tempos depois, o conflito entre a autoridade colonial e o latifúndio ainda é perceptível na longa demanda entre a Coroa, representada pelo conde de Assumar, e o morgado Guedes de Brito, representado por Nunes Viana, que incitou um novo levante, em 1719, quando o conde governador quis instalar uma vila nas terras da gigantesca sesmaria. O motim do São Francisco, de 1736, com a ocupação dos sertões do Verde Grande, dos arraiais do Brejo do Amparo, que deu origem a Januária, e de São Romão, era legitimado pela dupla tributação imposta aos pecuaristas da região, que, além do imposto pago pelo gado, que era vendido nas povoações mineradoras, tinham que pagar também um valor por cada escravo, mesmo quando não eram empregados na mineração, desde que a capitação fora implantada na qualidade de imposto sobre a mineração, em substituição ao quinto.

Delimita-se, assim, desde a primeira metade do século XVIII, uma fronteira entre os brasileiros litorâneos, ou urbanos, ou ainda, no caso, mineradores, e os brasileiros sertanejos - curraleiros, geraiseiros, vazanteiros e outros -, ou na aguda comparação do professor João Batista Costa, os “mineiros”, propriamente ditos, de Mariana, e os “baianeiros”, mistura de mineiro e baiano, de São Romão, nas margens do São Francisco, também presentes pelos sertões em volta (COSTA, 2003, p. 283-304). Esses são os sertanejos mineiros retratados por Guimarães Rosa, em sua obra ficcional, pouquíssimo diferenciados dos sertanejos baianos, descritos por Euclides da Cunha, em *Os sertões*.

## 2.2. OS QUILOMBOS DO GORUTUBA

O rio Gorutuba é um afluente do rio Verde, que, por sua vez, deságua no São Francisco. A região em torno do rio, o vale do Gorutuba, como até hoje é conhecida, tem várias peculiaridades, muitas delas decorrentes da sua situação de fronteira. Uma das características que chama a atenção é a ocupação tardia pelos súditos portugueses, se comparada com as regiões circunvizinhas. As margens do São Francisco, por exemplo, situadas a menos de cem quilômetros a oeste, acolheram os primeiros colonizadores em pleno século XVII. Ainda no fim daquele século, os vales do Itacambira e do rio Pardo também recebiam colonos. A colonização do alto vale do rio Vacaria é talvez um pouco posterior, mas data pelo menos do início do século XVIII. Ao sul do Gorutuba, o alto curso do Verde Grande, onde hoje ficam Montes Claros e Francisco Sá, foi outorgado, como se viu, em sesmaria a Antônio Gonçalves Figueira, na primeira década dos setecentos, e logo dividido em sítios, que podiam ser explorados pelo proprietário, por intermédio dos procuradores, ou arrendados e até vendidos. Mesmo não sendo habitado, devido à sua posição central com relação a outros núcleos de colonização, o vale do Gorutuba era, desde o início da ocupação portuguesa, cortado por pelo menos uma estrada, que fora aberta por volta do ano de 1700, por João Gonçalves do Prado; partindo da região onde hoje fica a cidade de Corinto, cortava os sertões do Verde Grande e do Gorutuba em direção aos arraiais do alto Paraguaçu (COSTA, 2005, p. 13-14).

Com toda essa ocupação à sua volta, o miolo do vale do Gorutuba, formado pelas matas do Jaíba, permanecia desabitado e mesmo evitado. O próprio termo *Jahyba*, adotado, certamente, pelos paulistas de fala tupi, parece significar rio de águas malsãs, referência à ocorrência de malária na região. Parece-nos, no entanto, que essa desocupação do vale do Gorutuba deve ser relativizada, sobretudo quando se leva em conta o imenso contingente de mestiços que havia na região, mencionado nas fontes do século XVIII. A maior parte desse contingente mestiço era formada por crioulos, mulatos e mamelucos nascidos em cativeiro, que pertenciam a um estamento negativamente privilegiado e eram, por outro lado, mais resistentes às doenças tropicais. As tradições também falam de populações mestiças colonizando toda a região, ao lado dos paulistas. Os primeiros povos mestiços a que se faz referência são os papudos, que, segundo Diogo de Vasconcelos, chegaram às lavras do Itacambira pouco depois do descobridor oficial, o paulista Miguel Domingues, que ali se estabelecera em 1698. Devido certamente ao poder bélico desses mestiços papudos, os paulistas dividiram com eles as datas que exploravam. Os dois “distritos” mineradores eram divididos por uma serra, no alto da qual foi erguida uma ca-

pela dedicada a Santo Antônio do Bom Retiro, indicando considerável extração (retiro) de ouro. Segundo Vasconcelos, os papudos eram mestiços e se diziam baianos, oriundos do rio de Contas. Talvez fossem integrantes da expedição de Pedro Gomes de França, que, no ano de 1700, subira o rio Patipe, ou Pardo, que corre paralelo ao rio de Contas (VASCONCELOS, 1974, p. 50-51; COSTA, 2005, p. 15; ROMEIRO, 2008, p. 45). Ainda hoje, nos vales do Itacambira, do Itacambiruçu e do Vacaria, existe uma população tradicional denominada papudos.<sup>14</sup>

O governador interino Martinho Mendonça de Pina e Proença, em carta ao rei, de 13 de dezembro de 1736, conta que o motim contra a capitação, o famoso motim de 1736, depois de um primeiro levante na região da Barra do Rio das Velhas, eclodiu de forma mais vigorosa “em Rio Verde, nos confins deste governo”, de onde se espalhou para os arraiais de Brejo do Salgado e São Romão. “Rio Verde” talvez se refira à atual cidade de Espinosa, ou a algum outro povoado da região, mas quando se fala em “Rio Verde”, no sentido de região, é forçoso incluir o vale do Gorutuba, pois se encontra exatamente entre as bacias do Verde Grande e do Verde Pequeno. A presença de gorutubanos nesse levante é reforçada pelo fato de que, ainda conforme o iluminista Martinho Mendonça, o “General de Armas”<sup>15</sup> do levante era Simão Correa, “um mestiço que nunca entrou em povoado”, mas que comandava um pequeno exército composto por “negros, mulatos e índios” (apud VEIGA, 1896, p. 650-653).

A bacia do Gorutuba foi oficialmente colonizada apenas em 1760, por Manoel Afonso de Siqueira e seus irmãos, que teriam também, segundo o monsenhor Pizarro, colonizado o vale do Verde Grande. Na época em que Pizarro escreveu suas *Memórias*, primeiras décadas do século XIX, o vale do Gorutuba não contava com arraial algum, mas apenas com uma capela dedicada a sant’ Ana. Contavam-se, disseminadas pelo vale, 43 fazendas de gado bovino e equino, com plantações de algodão nos terrenos mais altos. A população era estimada em 1.600 pessoas, po-

14. Outro indício de uma considerável população mestiça na região do Gorutuba é uma tradição, que tivemos oportunidade de recolher na cidade de Chapada do Norte, contando que, quando os paulistas ali chegaram, encontraram os índios “corutubas”. O termo é uma clara corruptela de Gorutuba. Não é uma hipótese que possa ser descartada. A região foi “descoberta” em 1727 ou 1728, por um grupo de mineradores liderados pelo paulista Leme do Prado, que fundou o arraial de Santa Cruz da Chapada, hoje Chapada do Norte. Se havia gorutubanos ali, esses gorutubanos estavam minerando. O vale do Gorutuba está a pouco mais de 100 quilômetros em linha reta a noroeste da Chapada, que podem ser vencidos em três ou quatro dias de caminhada.

15. Os insurgentes de 1736 constituíram, talvez inspirados pelo exemplo de Nunes Viana à frente dos emboabas, um governo que contava com juiz, a quem naquele tempo também cabiam funções administrativas, procurador do povo, secretário de governo, que indica uma produção legislativa, possivelmente composta de leis e decretos; além de general de armas e mestre de campo, cargos que apontam para a existência de uma milícia constituída com certa formalidade (VEIGA, 1896, p. 651).

rém esse número certamente não inclui as populações tradicionais (PIZARRO, 1948, v. 8, t. 2, p. 152). Essa colonização “oficial” pode estar diretamente relacionada à incorporação definitiva da região das Minas Novas à capitania das Minas Gerais, decretada em 1757, porém somente acatada pelas autoridades soteropolitanas no ano de 1760, quando a ordem foi reiterada. A vila do Fanado era a sede do vasto termo das Minas Novas do Araçuaí, que incluía, ao sul, a bacia do Araçuaí, principal afluente do Jequitinhonha, e grande parte dos afluentes a norte desse rio, entre os quais os rios Itacambira, Itacambiruçu e Vacarias, e ainda o alto vale do rio Pardo e o do Gorutuba. Embora o arraial do Fanado, hoje cidade de Minas Novas, tenha sido, em 1730, elevado à categoria de sede de município pertencente ao território baiano, esse vínculo com a capitania nunca foi completo. No plano jurídico, o município esteve vinculado à comarca do Serro Frio até a instalação da comarca de Jacobina, em 1748, e o policiamento, ao longo de todo o período colonial, era exercido por uma tropa de dragões, cujo comando ficava na capital mineira, Vila Rica, auxiliada pelas milícias etnicamente estruturadas. Em 1757, devido à descoberta de diamantes em distintos pontos do termo, a coroa emitiu parecer favorável à incorporação do Fanado e de todas as Minas Novas à capitania das Minas Gerais, que era mais bem policiada, mas essa anexação só foi implementada em 1760, mesmo ano em que Manoel Afonso de Siqueira e seus irmãos se assentaram no vale do Gorutuba, apossando-se das terras (ANASTASIA, 2003, p. 115-120).

O principal motivo para a anexação das Minas Novas ao território mineiro foi a descoberta de jazidas diamantíferas no território minasnovense, sobretudo no leito do rio Jequitinhonha, mas também nos afluentes do rio Itacambiruçu. Os diamantes eram um dos monopólios mais rigorosamente guardados pela coroa portuguesa, mesmo porque a exploração descontrolada podia fazer o preço das pedrinhas despencar, causando consideráveis prejuízos ao erário lusitano. Por isso era importante que a região fizesse parte do território das Minas Gerais, que contava com uma fiscalização mais efetiva que o da Bahia e não tinha acesso direto ao oceano.

A primeira notícia de diamantes na serra de Santo Antônio do Itacambiruçu, em cujos contrafortes também nasce o rio Gorutuba, data de 1769. Toda a serra e o platô que se ergue à sua volta foram naturalmente incorporados aos terrenos a serem explorados pelos contratadores e, a partir de 1772, pela Real Extração, contudo não foram tomadas medidas nem para um policiamento efetivo da região, nem tampouco para a exploração das pedrinhas. O resultado é que, ao longo de toda a década de 1770, garimpeiros, aqui com o sentido original da palavra, de minerador ilegal de diamantes, exploraram as ricas jazidas da Serra, como a região passou a ser chamada. Foi com alarme que o governador da capitania das Minas Gerais, dom Rodrigo

de Menezes, recebeu a notícia de que cerca de mil e quinhentos garimpeiros exploravam os cursos d' água da Serra, deles extraindo numerosos diamantes. A notícia era tão alarmante que, a despeito de ser a estação chuvosa, que tornava os caminhos entre montanhas praticamente intransitáveis, dom Rodrigo se dirigiu pessoalmente à serra de Santo Antônio do Itacambiruçu, acompanhado de uma grande tropa militar com toda a estrutura logística, em janeiro de 1782 (SOUZA, 2006, p. 140-141; PARRELA, 2009, p. 51, 57).

Essa incursão não chegou a enfrentar os garimpeiros, mas foram instalados dois quartéis na Serra, o de Santa Cruz e o de Simão Vieira. O batalhão de dragões do Fanado também fazia incursões periódicas, mas o garimpo continuava desenfreado. Por vezes, a força policial era recebida a tiros e houve combates travados entre as partes. Laura Mello e Souza aponta para a existência de uma rede de suporte ao garimpo, ao pé da serra, sobretudo nas vertentes a oeste, onde nasce o Verde Grande, próximo ao Brejo das Almas, hoje Francisco Sá, estendendo-se possivelmente até a região do rio Gorutuba, com suas populações tradicionais. Essas populações estariam inseridas nessa rede de suporte ao garimpo ilegal, fornecendo mantimentos, instrumentos de mineração e até hospedagem em “quilombos”, como eram chamados os grandes barracos construídos com essa finalidade. Fica difícil determinar, nesse *rush* ilegal, quem era garimpeiro e quem era quilombola, e muitos eram os quilombolas que garimpavam (SOUZA, 2006, p. 142-146).

Os quilombolas, apesar do seu caráter ilegal, nem sempre eram bandidos. Houve mesmo quilombos suburbanos.<sup>16</sup> Na região mineradora e, em particular, na região dos diamantes, os quilombos reuniam mineradores ilegais, que trocavam o ouro e os diamantes que extraíam por diversas mercadorias nas vendas mais próximas, e de cujos donos e caixeiros (balconistas), em contrapartida, recebiam proteção. Entre esses quilombolas mineradores havia, além de escravos fugidos e de seus descendentes, considerados escravos pela legislação da época, muitos escravos coartados e mesmo pessoas livres, que buscavam o enriquecimento, ou o simples sustento, no garimpo ilegal (BARBOSA, 1972, p. 65; GUIMARÃES, 1988, p. 29-31).

A presença de pessoas livres, e até de sacerdotes, entre os garimpeiros coloca uma instigante questão aos historiadores de hoje, já postulada por Laura Mello e Souza, que considera que as pessoas livres eram consideradas quilombolas para que as milícias pudessem atacá-las de forma impune (2006, p. 142-147). Mas a questão pode ser considerada de outra maneira, a partir da significação do termo quilombola. Se quilombola significa “escravo fugido”, então

16. Mary Karasch referindo-se à Corte, na primeira metade do século XIX, explica que “entre os locais de quilombos perto do Rio citados com mais frequência estavam Tijuca, Santa Tereza e Corcovado,” sendo que os da Tijuca talvez remontem ao século XVIII (2000, p. 411).

certamente a maioria desses garimpeiros não era composta de quilombolas, porém, se consideramos quilombolas todos “aqueles que residem em quilombos”, então praticamente todos os garimpeiros, livres ou não, podem ser, de fato, considerados quilombolas. O quilombo dos Palmares, verdadeiro reino africano erigido em terras hoje alagoanas, foi uma exceção, quando a grande maioria dos quilombos tinha dimensões bem pequenas, muitas vezes compostos de uma única moradia. Nem sempre era possível formar famílias, pois havia poucas mulheres, poucas crianças e poucos idosos. A mobilidade era outro requisito, e os quilombos que conseguiram se estabilizar foram uma minoria, ainda que bastante considerável.

Na área mineradora, embora os quilombolas não precisassem recorrer ao banditismo, o policiamento era rigoroso e a mobilidade um requisito ainda mais necessário. Os quilombolas da região do Jaíba e de outras partes dos currais situados entre Minas e Bahia tinham, ao contrário, alcançado certa estabilidade, beneficiados pela situação de fronteira (móvel) entre duas capitâneas, e também entre uma área interdita, a serra do Itacambirucu, e uma área ocupada por currais, fronteira ainda entre dois sistemas econômicos, o da pecuária e o da mineração. Antonino Neves fala do arraial dos Crioulos, “famigerada republiqueta negra que floresceu no remate do século XVIII e no primeiro quartel do XIX à margem boreal do Verde Pequeno” ([2009a], p. 116-117). O rio Verde Pequeno, que corre de leste para oeste, se une ao Verde Grande, que vem do sul, para formar o rio Verde propriamente dito, que deságua no São Francisco. Antonino Neves esclarece que esses crioulos já tinham adotado toda uma série de características culturais peculiares, o que indica gerações vivendo em condições sedentárias.

Os *Creoulos* [acrescenta Neves em nota, referindo-se aos moradores do arraial dos Crioulos] eram uns negros abastados porém de índole sanguinária, desordeiros, homicidas, atléticos, dados à esgrima no que eram fortes e hábeis. A par de tudo isso eram grandes amadores da música, dotados de voz admirável para o canto, especialmente as mulheres, bons tocadores de viola e rufadores de caixa, amigos da dança, excelentes cantores, valentes, leais, dados entretanto ao vício do jogo e da embriaguez.

Até na pronúncia essa gente semibárbara distinguia-se do restante da população; tinha na voz uma modulação cadenciada e especial, um certo sotaque melodioso que a fazia interessante (NEVES, [2009a], p. 151).

Antonino Neves esclarece ainda que muitos desses ex-quilombolas mudaram-se para o povoado do Morro, vizinho de Lençóis, hoje Espinosa. Porém é provável que o arraial dos Crioulos fosse apenas uma das povoações que reuniam uma população bem mais ampla, antepassada dos “gorutubanos” de hoje. É também possível que esse arraial tenha vivido seu momento de maior riqueza durante o apogeu do garimpo na Serra, quando podia prover os mineradores ilegais com

mantimentos e hospedagem, entre outras comodidades, além do acesso fácil tanto ao território da Bahia, distante umas poucas horas de caminhada, quanto à via fluvial do São Francisco, situada pouco abaixo, descendo ao longo do leito do rio Verde.

Nem mesmo a Independência do país, em 1822, significou a abertura das terras interditas nas nascentes e nos afluentes da margem direita do Gorutuba, que faziam parte da encosta da Serra. Embora já existissem alguns moradores esparsos, espalhados em pequenos arraiais e em volta dos quartéis e registros, a ocupação da região interdita somente teve início na reação ao absolutismo representada pelo governo de 1831. O afluxo populacional foi considerável e em menos de uma década, no ano de 1840, Grão Mogol, até pouco tempo um pequeno arraial de mineradores, “com o título da Conceição”, que, segundo Pizarro, fora, em 1786, incendiado pelos dragões, mas se reerguera, e contava, nas primeiras décadas do século XIX, “com duas capelas que o povo tem edificado” (PIZARRO, 1948, v. 8, t. 2, p. 157), era agora elevado à categoria de sede de município, com territórios desmembrados de Minas Novas e de Rio Pardo. Com o município de Grão Mogol, ou Grão Mogor, foram criados os distritos de São José do Gorutuba e de Santo Antônio do Gorutuba (hoje Catuni).

A igreja católica também se fazia presente na bacia do Gorutuba. Desde 1821, encontrava-se na região o padre Carlos da Silva de Oliveira Rolim, irmão do inconfidente padre Rolim e ele mesmo implicado na inconfidência e preso por dois meses, sendo mais tarde, em 1799, expulso da Demarcação pelo suposto envolvimento com o contrabando de diamantes. Em 1843, o missionário taumaturgo Antônio Espínola também esteve ali e arrecadou vultosa soma para a construção de uma matriz em São José do Gorutuba, mas a localidade somente recebeu um novo pároco em 1847, o padre José Vitório de Souza, de quem se dizia que tinha o corpo fechado (ÂNGELIS, 1996, v. 1, p. 95, v. 2, p. 150, v. 3, p. 113; SANTIAGO, 2010, p. 170-171; [arquivos:] AFGM, 1846). O padre foi assassinado, segundo se conta, com uma bala de ouro, em 1868. Ao morrer, segundo a lenda, o vigário teria amaldiçoado o até então próspero povoado de São José do Gorutuba, que entrou em processo de franca decadência a partir de então. A seca de 1890 parece ter tido consequências especialmente desastrosas, provocando a emigração de pessoas e de rebanhos. Antes de 1920, conforme vemos no *Anuario* de Nelson de Sena, a localidade já se tornara “a decadente povoação de São José do Gorutuba” (1918, t. 2, p. 717).

O surto de progresso, pelo qual a região passou a partir da chegada da estrada de ferro, só fez aumentar a decadência de um dia próspera povoação. A poucos quilômetros dali, no povoado da Gameleira, foi construída a Estação de Janaúba, logo elevada a distrito e a município. O povoado de São José perdeu o nome do santo e passou a se chamar apenas Gorutuba, distrito

pertencente a Porteirinha. Em 1982, com a construção da barragem de Bico da Pedra, destinada à irrigação do gigantesco projeto Jaíba de fruticultura, parte do arraial foi inundada. O lugar foi se esvaziando e pouco tempo depois deixou de ser a sede do distrito de Gorutuba, que passou para a povoação de Bom Jesus. Todo esse processo tem sido atribuído à maldição do padre, mas a imponente matriz, continua de pé e, na celebração do Corpus Christi, em maio ou junho, suas ruas voltam a fervilhar para festejar o Divino, ou seja, o Espírito Santo. O vale do Gorutuba que não tinha nenhuma sede de município até 1943, data da emancipação de Janaúba, hoje conta com quatro outras cidades: Porteirinha, Nova Porteirinha, Gameleira e Pai Pedro.

Os gorutubanos propriamente ditos, ou seja, a população tradicional do vale do Gorutuba e adjacências, foram mais bem sucedidos que os moradores de São José, na preservação dos seus valores e costumes, herdados dos Creoulos mencionados no texto de Antonino Neves. Ainda hoje as mulheres gorutubanas, sobretudo as moradoras mais velhas da área rural, trajam-se de maneira característica com saia rodada de chita e uma blusa muito alva, em tecido fino e rendado. Os gorutubanos remanescentes de quilombolas possuem uma forma própria de falar o português, como a substituição A pelo O. Dizem, por exemplo “momõe é contora”, em vez de “mamãe é cantora”. Existem muitas outras características peculiares a essa população. Com relação à vida familiar, alguns praticam a “ponha”, que é um período de teste para o casal. Há moradores da região que ainda criam bovinos do conjunto de raças chamadas “pé-duras”, hoje quase extintas. Outra curiosidade é que o feijão de catador recebe, na região, o nome de feijão gorutubano, e pode ser das variedades branca ou roxa. A cultura gorutubana espalhou-se pela região a leste das margens mineiras do São Francisco, em numerosas comunidades remanescentes de quilombos nos municípios de Francisco Sá, São João da Ponte, Montes Claros, Riacho dos Machados, São Francisco, etc (COSTA, 2005, p. 52-54; NEVES, 2009b, p. 89; COELHO, 2010, p. 122).

Hoje, os remanescentes da antiga população “gorutubana” constituem o maior campo quilombola do Brasil, demarcado em 2005 e reunindo cerca de cinco mil pessoas de 650 famílias distribuídas entre 27 comunidades contíguas. É muito significativo que essa área reúna parte do território de sete municípios: Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Janaúba, Gameleira, Catuti e Monte Azul, como se ali se encontrassem os quintais das casas de um quarteirão (COSTA, 2008, p. 11). Aqui, mais uma vez, as populações tradicionais, remanescentes de quilombolas, beneficiaram-se de uma situação de fronteira, que corresponde também ao miolo das matas do Jaíba. A estrada de ferro, a rodagem, o saneamento da região, as vantagens fiscais com a inclusão da região na área da SUDENE e no projeto Jaíba, produziram, obviamente, uma valorização

das terras e a ação de grileiros. Os remanecentes de quilombolas, porém, valeram-se de uma longa questão judicial em torno do latifúndio chamado Ramalhudo-Mártires, e do fato de alguns pequenos proprietários gorutubanos terem conservado a escritura de suas terras (COSTA, 2005, p. 57-74).

A estrutura social e política desenvolvida por essa população quilombola gorutubana, caracterizada pela pujança cultural, não pode, a nosso ver, ser dissociada desse pequeno surto de mandões com o corpo fechado. As missões do padre taumaturgo Antônio Espínola parecem ter criado uma associação da batina com a magia ainda mais forte que o usual, e esse vínculo se fortaleceu ainda mais com a presença do padre político e grileiro José Vitório de Souza, tanto mais depois que saiu quase ileso de uma emboscada. A crença no corpo fechado de José Vitório tampouco pode ser separada do conjunto de crenças criado em torno de Nunes Viana, também portador do corpo fechado e vai, por sua vez, influir diretamente na formação das crenças em torno do corpo fechado do subdelegado Afonso Lopes, do bandido Antônio Dó e do coronel Horácio de Matos. Essas crenças em qualidades sobrenaturais atribuídas a pessoas de carne e osso não podem, portanto, ser dissociadas desse edifício cultural ao mesmo tempo sertanejo e quilombola construído na bacia do São Francisco, e em especial na sub-bacia do Gorutuba, assimilado por outros conjuntos culturais, também vigorosos, que se formaram no planalto de Vitória da Conquista e na Chapada Diamantina.

### **2.3. OS SERTÕES PROIBIDOS E A COLONIZAÇÃO DO SERTÃO DA RESSACA**

Nos primeiros anos do século XVIII foram interditadas as estradas que, partindo das capitânicas da Bahia e do Espírito Santo, levavam às Minas. Permitidos apenas o antigo caminho, que saía de Parati e adentrava a região através do vale do Paraíba, e o Caminho Novo, recém-inaugurado, que partia do Rio de Janeiro. A interdição da ligação com a Bahia não teve nenhuma efetividade devido à vastidão dos campos e à já bem estabelecida ocupação portuguesa dos currais, sobretudo porque as primitivas sesmarias tinham sido divididas entre rendeiros, procuradores e posseiros. O mesmo vale para a ligação das Minas com os “sertões de fora”, região de Pernambuco, que já se encontrava ocupada de forma esparsa nos primeiros anos do século XVIII. O caminho do Espírito Santo para as Minas, então proibido, se restringia ao leito do rio Doce e suas imediações, que eram guarnecidos pelo presídio de Cuieté e outros quartéis. Outros acessos às Minas simplesmente não eram utilizados pelos súditos portugueses, fosse a partir do

norte da capitania fluminense (exceto, talvez, o rio Paraíba), ou saindo das demais regiões do território capixaba, ou do território então pertencente às capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro. Esses possíveis caminhos não eram praticáveis, pois, além de serem resguardados por serras e por florestas fechadas, contavam com a vigilância de índios de nações aguerridas, que apesar de inimigas dos portugueses, prestavam esse valioso serviço à Coroa, garantindo a efetiva interdição dos sertões do leste.

As mais temidas entre essas nações indígenas eram as que pertenciam ao grupo dos boruns e gueréns, também chamados de aimorés e botocudos, estabelecidas ao norte do rio Doce. As nações do grande grupo puri-goitacás-cataguás viviam ao sul do rio Doce, mas dominavam também boa parte da alta serra mineira. As regiões menos úmidas eram habitadas pelos integrantes da família maxacali, entre os quais pataxós, monoxós, cumanaxós, panhames, malalis, mongoiós e tocoiós, que podem ser associados aos ameríndios que os paulistas chamavam de carijós. A partícula *-txop* no final das palavras, aportuguesada para *-xós*, *-jós* ou *-iós*, designa povo ou nação na língua maxacali. Boruns e maxacalis possuem certo parentesco, ainda que distante, pois são ramificações do tronco macro-jê, mas os puris pertencem a outra estirpe. Nesse território, havia também quilombos, mas não muito numerosos, e restritos às regiões relativamente próximas a povoações, além de serem, ao que consta, pacíficos.

Essa vasta região involuntariamente policiada pelos guerreiros dos grupos Puri, Maxacali e Borun, era designada, em Minas, durante o período colonial, como os “sertões proibidos do leste”. Esses sertões abrangiam um imenso território dos hoje estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, se estendendo das serras a leste e a norte de Juiz de Fora, situadas às margens do Caminho Novo, na hoje zona da mata mineira, até os sertões ao sul de onde hoje fica a cidade de Jequié, a pouca distância do Recôncavo. Em Minas Gerais, eram de todo desconhecidos os sertões que ficavam a leste dos termos de Mariana, da Vila do Príncipe, hoje Serro, e de Minas Novas. As únicas exceções eram os vales do Paraíba e do rio Doce. No início da última década do século XVIII, ainda era ignorado o fato de que o rio Pardo, já então bem conhecido nas vizinhanças das nascentes, era o mesmo rio Patipe, que deságua em Canavieiras, e o mesmo pode ser dito com relação ao rio de Contas. Nos primeiros anos do século seguinte, tampouco se sabia que o Jequitinhonha, já tão conhecido e explorado, da região do Serro, era o mesmo rio Patiche, ou rio Grande de Belmonte, que deságua cerca de 50 quilômetros a norte da baía de Santa Cruz Cabrália.

Também havia os sertões diamantinos, que não contavam com uma muralha de matas e serras, nem com a guarnição aguerrida das nações ameríndias, mas eram policiados pelos temí-

veis dragões, tropa paga de europeus, além de milicianos livres e escravos, inclusive uma tropa que servia à Real Extração, formada exclusivamente por escravos e seus feitores. Esses sertões diamantinos também eram interditados a toda forma de colonização, embora ocupados clandestinamente por quilombolas e garimpeiros. O rio Jequitinhonha era o eixo de toda essa região interditada. Além de ter, ele mesmo, diamantes em seu leito, unia o sertão diamantino em torno do Tejuco, hoje Diamantina, ao sertão diamantino do Itacambiruçu e ao sertão proibido do leste, formando uma grande área contígua. Seguindo o curso do Jequitinhonha rio abaixo, o último território conhecido pelo português, antes de entrar na Mata Atlântica, era o quartel de Tocoíós, ou Tocaíós, situado entre as atuais cidades de Coronel Murta e Araçuaí, na planície onde o Jequitinhonha, depois de correr apertado entre estreitos *canyons*, pode enfim se espriar.

Embora a professora Júnia Ferreira Furtado tenha relativizado a opressão do governo português no Distrito Diamantino, pois, como demonstra, a população do Tejuco cresceu e prosperou ao longo do período em que o arraial era governado pelos funcionários da Real Extração, ainda assim, as regiões diamantíferas estavam submetidas a um governo de exceção. Não havia nelas paróquia alguma, embora houvesse numerosas igrejas, e muito menos câmaras municipais, pois os núcleos urbanos continuavam sendo arraiais. O arraial do Tejuco ilustra bem o fato, pois embora fosse o segundo ou terceiro núcleo urbano da capitania, perdendo apenas para Vila Rica e São João del Rei, e apesar do poderio financeiro e da influência política, as suas elites não tinham acesso à Coroa, a não ser através da câmara da Vila do Príncipe. As dificuldades que os moradores do arraial encontraram para encaminhar uma correspondência ao rei, por ocasião da “conjuração do Tejuco”, em 1799, demonstra o fato. Estavam todos, a despeito do cargo que ocupassem, sujeitos à devassa, como se chamavam as investigações policiais, procedimento que incluía prisões, interrogatórios, tortura de escravos, buscas e confiscos (FURTADO, 1996, p. 25-72).

A conjuração do Tejuco deu algum resultado, pois o capitão-geral, ou governador, Bernardo de Lorena, foi ao Tejuco, em 1801, de onde expulsou o intendente dos diamantes, João Inácio do Amaral, que governava o Tejuco e os demais terrenos diamantinos, e seu subalterno imediato, o fiscal dos diamantes João Melo. Os intendentes continuaram a governar os distritos diamantíferos, mas, a partir de então, se tornaram um pouco menos autoritários, e houve mesmo a nomeação, até então inédita, de um brasileiro para o cargo, nascido justamente no arraial de Itacambira, vizinho às terras diamantinas do Itacambiruçu, o intendente Câmara, que comandou a Real Extração e os terrenos diamantinos entre 1807 e 1822. A legislação diamantina, reunida no detestado “Livro da capa verde”, foi parcialmente revista, e alguns terrenos do Distrito, onde

não havia diamantes, foram abertos à colonização e à mineração de ouro, dando origem, por exemplo, por volta de 1810, à localidade, hoje cidade, de Datas.

O Tejuco e as demais localidades do Distrito Diamantino somente foram elevadas à categoria de paróquias, em 1821, após a revolução Constitucionalista, e nem mesmo o governo “constitucional” de Pedro I emancipou politicamente o Tejuco, indicando que auferia lucros consideráveis com a Real Extração. Essa empresa estatal de exploração dos diamantes brasileiros somente deixou de existir com o governo regencial, instalado em 1831, que, ao mesmo tempo, emancipava o arraial do Tejuco, agora denominado vila Diamantina. Mesmo depois da “privatização” das lavras de diamantes, as jazidas continuaram a ser severamente policiadas e foram registrados vários conflitos dos novos concessionários, auxiliados pela Guarda Nacional, contra os garimpeiros, ainda aqui associados a quilombolas. A povoação do território vizinho aos hoje distritos de Extração e de São João da Chapada realizou-se através de uma série de atritos, alguns dos quais sangrentos, ocorridos entre os anos de 1843 e 1863. A povoação da serra do Itacambiruçu também foi liberada, conforme já foi dito, com o governo regencial, embora ali desde a década de 1790 não se registrem conflitos armados (SANTOS, 1924, p. 234-405).

A abertura dos terrenos diamantinos foi mais difícil que a das demais regiões interditas. De fato, havia um movimento político em prol da colonização dos sertões proibidos, que encontrava, entretanto, muita resistência. Pelos meados do século XVIII, a câmara da Vila do Príncipe dera suporte à povoação das matas do Peçanha, e da vila das Minas Novas partiram incursões periódicas às nascentes do São Mateus, do Mucuri, do rio de Contas e ao médio curso do rio Pardo. Pode-se falar em “bandeirantes” minasnovenses, entre os quais os mais famosos são os mestres de campo Pedro Leolino Mariz e João da Silva Guimarães e o capitão-mor da conquista João Gonçalves da Costa. O primeiro deles, Mariz, ou Mares, era italiano de nascimento e militar de carreira, com vasta folha de serviços que incluía a prisão do mandão com corpo fechado Manoel Nunes Viana, a expulsão dos paulistas que tinham se apossado das Minas Novas do Fanado, a prisão dos amotinados de 1736, a exploração das minas de salitre na serra de Montes Altos, no centro da Bahia, e a abertura de estradas para essas minas. De João da Silva Guimarães, consta que era filho de Pascoal da Costa Guimarães, o potentado do morro de Antônio Dias, que auxiliara Nunes Viana no levante dos Emboabas, em 1709, e tivera suas casas queimadas devido à participação no motim de 1720. João da Silva Guimarães fez expedições aos sertões proibidos do alto São Mateus, alto Mucuri, e ao médio curso do rio Pardo e do rio de Contas, nas quais escravizava ameríndios e fazia prospecção de minerais, encontrando, sobretudo, pedras coradas (IVO, 2008, p. 64-78; IVO, 2012, p. 53-96).

João Gonçalves da Costa, de origem africana, nascera escravo em Chaves, no norte de Portugal, mas conseguira a alforria. Em 1744, recebeu a patente de capitão do terço dos Henriques da vila de Minas Novas, composto por forros, inclusive africanos. A guerra contra os ameríndios dos médios rio Pardo e rio de Contas, teve início em 1727, após ataques a arraiais do alto rio de Contas e do alto Paraguaçu. A princípio essa guerra era comandada pelo coronel André da Rocha Pinto e, após sua morte, pelo mestre de campo João da Silva Guimarães, que tinha, entre seus imediatos, João Gonçalves da Costa, que, por sua vez, na década de 1760, assumiu o comando do desbravamento dos sertões da Ressaca e do rio Salinas. Através de uma política que mesclava a diplomacia e a guerra, o capitão-mor da conquista foi dizimando, escorraçando, escravizando e aculturando a população das nações Mongoió, Borun e Pataxó, estes do grupo Hã-hã-hãe, que até hoje sobrevive em meio a conflitos armados. Também combateu diversos quilombos, sobretudo ao abrir a estrada ligando o sertão da Ressaca ao porto de Ilhéus, na última década do século XVIII. Durante muito tempo, foi através dessa estrada que o litoral se abasteceu de carne bovina. Ao longo de décadas e décadas de guerras, João Gonçalves da Costa locupletou-se de terras e de escravos, que legou a uma numerosa descendência, que ocupava imensos latifúndios e também cargos públicos (IVO, 2012, p. 96-113).

O próprio nome da capela de Nossa Senhora das Vitórias é indicativo da guerra contra o índio pela ocupação do território onde hoje se ergue a cidade de Vitória da Conquista. Conta-se que nas vizinhanças erguiam-se cinco aldeias da nação Mongoió, contra as quais foram travados vários combates. A tradição popular guarda a memória de um episódio, que, pelo seu próprio caráter criminoso, não está registrado em documentos, o “Banquete da traição”, no qual, após a celebração de uma trégua entre os colonizadores e os mongoiós, os índios foram convidados para uma festa e, depois de embebedados, foram mortos de forma sumária. Trata-se, infelizmente, de prática comum no repertório da guerra secular do colono contra o ameríndio e é possível que a ereção da capela de Nossa Senhora da Vitória, ou das Vitórias, seja uma forma que os moradores encontraram de se redimir de um pecado tão horrível. O certo é que o povoado prosperou lentamente e, em 1780, contava com cerca de sessenta moradores. Em 1818, quando o príncipe Maximiliano de Wied passou pela localidade, já contava com trinta ou quarenta casas, nenhuma delas de sobrado, e uma igreja ainda em construção. Em termos eclesiásticos, estava vinculada à paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, hoje Rio Pardo de Minas, em território mineiro, mas pertencia à arquidiocese de Salvador (MAXIMILIANO, 1989, p. 427-429; TORRES, 1996, p. 46; MEDEIROS, 1996, p. 108-109; SOUZA, 2001, p. 92; IVO, 2012, p. 104-105).

Na genealogia dos municípios do alto sertão baiano, excetuando-se tanto a bacia do São Francisco quanto a do Paraguaçu, a primazia cabe à vila de Jacobina, em região que já vinha sendo ocupada desde a década de 1650, mas que foi elevada à categoria de termo, ou município, apenas em 1720, com a comarca instalada em 1748. O ouro do alto rio de Contas foi descoberto por volta de 1720, e o arraial de mineradores foi elevado a sede municipal em 1724, com o nome de vila das Minas do Rio de Contas, hoje Rio de Contas, e seu termo era formado por um território desmembrado de Jacobina. Depois que João Gonçalves da Costa abriu a estrada até o litoral, o município alcançou toda a extensão do rio que lhe empresta o nome, até sua barra, onde hoje fica a cidade de Itacaré (IVO, 2012, p. 138-140). Um desmembramento do vasto termo do Rio de Contas, em 1811, deu origem ao município de Caetité, que incluía em seu território o arraial de Nossa Senhora da Vitória, então elevado à qualidade de distrito, erigindo-se a vila no ano de 1840, em que era declarada a “maioridade” de Pedro II, e recebendo o nome de Imperial Vila de Vitória. Após violentas disputas políticas, nas quais estavam envolvidas, na mesma facção, as famílias Ferraz e Lopes Moitinho, o povoado de São Felipe deixou de fazer parte de Caetité, e passou a integrar o termo da vila de Vitória. Os Lopes Moitinho, ocupando os respectivos cargos de subdelegado de polícia, passaram a controlar tanto São Felipe, como o distrito, hoje município, de Poções (IVO, 2004, p. 137-155).

Pertencendo à terceira geração dessa linhagem de mandões, Afonso Lopes Moitinho também ocupava o cargo de subdelegado. Afirmava que tinha o corpo fechado e havia se casado com uma filha do coronel Domingos Ferraz, dono da fazenda Tamanduá. Fora o mandante do assassinato de dois irmãos, filhos da rica viúva Lourença de Freitas, que era proprietária de terras que extremavam com as do Tamanduá. O crime fora praticado, em janeiro de 1895, pelos integrantes de uma diligência policial que fora encarregada de prender os irmãos e ficou impune, já que os réus pertenciam à situação e as vítimas à oposição. Porém, conforme foi dito, o Calistinho, irmão das vítimas, ainda em 1895, arregimentou centenas de jagunços para a grande vendeta, ou vindita, da fazenda do Tamanduá. Em seguida, esses jagunços iniciaram a sebaça, saqueando outras propriedades vizinhas, também pertencentes a situacionistas. Os “mocós”, como eram chamados os jagunços que sitiaram a sede da fazenda do Tamanduá, também foram levados a julgamento, porém absolvidos, pois a hegemonia política de Vitória da Conquista mudara de mãos (IVO, 2004, p. 157-219).

Ao longo da Primeira República, a vila de Conquista, como passou a ser chamada, ainda assistiu a outros conflitos políticos. Em um desses conflitos, no mês de janeiro de 1919, os integrantes das facções rivais, “meletes” e “peduros”, se entricheiraram em casas do cen-

tro da cidade. Em outra oportunidade, no ano de 1926, os partidários do coronel Ascendino “Dino” dos Santos Melo sitiaram os do subdelegado Olímpio de Carvalho, famoso pelos seus poderes mágicos, em uma casa do distrito da Verruga, hoje cidade de Itambé. Os partidários do coronel Dino mataram alguns adversários, mas a fuga de Olimpinho e seu grupo foi considerada obra de magia pelos sitiantes, conforme também foi dito (VIANA, [1985], v. 1, p. 140-156).

Como na maior parte dos sertões, os da Ressaca, atualmente chamados de planalto ou platô de Vitória da Conquista, foram pacificados pela Revolução de 30 e, hoje cortados pela BR-116, no trecho denominado Rio-Bahia, tornaram-se o polo econômico de uma vasta região. A colonização do médio curso do Jequitinhonha está associada à do sertão da Ressaca, mesmo porque o Jequitinhonha e o rio Pardo correm paralelos a pouca distância um do outro. A colonização do sertão da Ressaca aconteceu ao mesmo tempo, década de 1780, e sob o mesmo comando, que a do sertão do rio Salinas, afluente setentrional do Jequitinhonha. A colonização do médio Jequitinhonha é, no entanto, um pouco posterior, tendo início com a instalação de quartéis na guerra contra os botocudos, ou boruns, dos quais o principal era o de São Miguel da Sétima Divisão, hoje cidade de Jequitinhonha, cuja fundação remonta a 29 de setembro, dia de São Miguel Arcanjo, de 1811 (MORENO, 2011, p. 64-70).

A situação ambígua de toda o norte-nordeste mineiro, disputado entre Minas e a Bahia, interdita e depois colonizada, tomada em tempos relativamente recentes aos indígenas e quilombolas configura claramente uma situação de fronteira. Esses povos criaram uma forma de resistência cultural que se aproveitava justamente dessa situação ambígua e mutável, contudo vêm sendo desalojados num processo marcado pela violência, que começa no fim do século XVIII e se estende até nossos dias, com os conflitos pela posse de terras indígenas na região da reserva Caramuru-Paraguaçu, situada a leste de Conquista. A violência cotidiana que marca a vida nos sertões da América portuguesa é uma continuidade desse processo de tomada da terra aos seus antigos moradores e explica a grande disseminação da crença no corpo fechado e a violência política característica do período estudado.

#### **2.4. OS RICOS DESCOBERTOS DA CHAPADA**

A serra do Assaruá, hoje também chamada Chapada Velha, região em torno de Livramento, nas cabeceiras do rio Paraguaçu, já era conhecida pelos colonos desde pelo menos o início do século XVIII, e, na primeira metade do século seguinte, pertencia ao termo de Xique-Xique,

localidade situada às margens do São Francisco. Não se falava nem na presença de ouro nem na existência de diamantes na Chapada Velha, embora constasse que as legendárias minas do Muribeca ficavam em algum lugar daquele vasto planalto. Teodoro Sampaio informa, contudo, que alguns diamantes tinham sido extraídos ali, talvez já no século XVIII, e, com certeza, nos anos de 1817 e 1818, pelo capitão-mor Félix Ribeiro de Novaes, que guardou segredo da descoberta (2002, p. 258). A divulgação da existência de jazidas de ouro nessa região aconteceu apenas em 1838, provocando certo afluxo de mineradores, muitos dos quais vindos da região do Itacambiruçu, ou Grão Mogol, e logo foram encontrados diamantes. Essa primeira leva de mineradores deu origem a dois principais núcleos urbanos, o de Gameleira do Assaruá, que não chegou a se tornar município, e o de Santo Inácio, elevado a sede de município com o nome de Gentio do Ouro (ARAÚJO et alii, 2002, p. 134).

Em 1844, novas jazidas, ainda mais ricas, tanto em ouro quanto em diamantes, foram descobertas a norte da Chapada Velha, nas imediações de Santa Isabel do Paraguaçu, hoje Mucugê, provocando um novo *rush* de mineradores e aventureiros. No ano seguinte, dois vaqueiros encontraram diamantes no leito do rio Lençóis, ainda mais a norte, provocando um terceiro deslocamento populacional ainda maior que os anteriores. Cinco anos depois, em 1850, a feira do arraial de Lençóis já era famosa pelo volume dos negócios ali realizados e, em 1856, a localidade era elevada a sede de município com o sugestivo nome de Comercial Vila de Lençóis. A instalação do novo município aconteceu em 1858, ano que marca o apogeu econômico da região, seguido de uma prolongada seca que se estendeu de 1859 a 1862 (PEREIRA, 2002, p. 69-89).

Ao longo da segunda metade do século XIX, formou-se, nas Lavras Diamantinas, como passou a ser designada a região entre Livramento e Lençóis, toda uma estrutura cultural, com suas peculiaridades políticas, econômicas e culturais. O escasseamento progressivo da produção diamantífera e o crescimento populacional levaram à exploração de outras fontes econômicas. Os carbonados, espécie de diamante negro e sem transparência, que a princípio eram desprezados, passaram a ser também um importante produto da mineração, utilizados para fins industriais e especialmente valorizados por serem encontrados apenas no Brasil (ARAÚJO et alii, 2002, p. 135).

O final do século XIX é assinalado pela escalada da violência política, criando, na região, uma situação de “guerra”, que se estende de 1895 a 1930, com períodos de “trégua armada” entre 1900 e 1912 e entre 1927 e 1930, quando as partes beligerantes foram finalmente desarmadas, após a vitória da revolução de três de outubro. Horácio de Matos é o personagem-símbolo desse

período sangrento, pois seu tio Clementino de Matos participou dos primeiros conflitos, entre o coronel Felisberto de Sá, líder político de Lençóis, e Heliodoro, constituinte estadual, que se desentendera com o supremo líder político da Bahia de então, o doutor Luís Viana. Desde então, os Matos se tornaram inimigos dos Sá, chegando mesmo a derrubar, na década de 1920, a hegemonia da família Sá sobre a política de Lençóis, principal cidade da região. Outro mandão legendário de Lençóis foi o coronel Alcântara de Carvalho, aliado do coronel Horácio, de quem se diz que tinha o poder de se transformar em moita de capim (ARAÚJO, 2002, p. 173-176).

Justamente devido ao esgotamento das jazidas, a mineração de diamantes e de carbonados foi se tornando cada vez mais agressiva em termos ambientais, até que, em 1996, foi proibida, o que provocou uma grave crise econômica. O turismo, contudo, vinha sendo desenvolvido desde a década de 1970. A Chapada Diamantina era, a princípio, destino de *hippies*, depois substituídos por pessoas que tentavam formas de vida alternativa e hoje é um dos principais destinos turísticos em um estado com vocação para esse tipo de atividade. A criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina bem como o fortalecimento de uma indústria artesanal e cultural tem contribuído para um aproveitamento mais sustentável das riquezas naturais da região (ARAÚJO, 2002, p. 177-184).

## **2.5. A FRONTEIRA SERTANEJA E O “FAROESTE TUPINIQUIM”**

Com essa apresentação dos espaços com os quais trabalharemos, esperamos ter deixado clara a caracterização de uma fronteira, que não é binária, mas múltipla, pois dividia não apenas as províncias-estados (Minas, Bahia e também Goiás), mas também civilizações (ameríndia, quilombola e brasileira) e economias, ou seja, modalidades de colonização (mineradora e bovinocultora). A par dessas fronteiras deve ser considerada aquela que dividia uma região onde a colonização era permitida e outra onde era proibida. Embora já não existisse no período que nos interessa, essa interdição determinou a modalidade de colonização de uma vasta região, entre Montes Claros e Vitória da Conquista, na medida em que refreou o caudal devastador da colonização “oficial”. A terra na tradição luso-brasileira é sempre apropriada através da violência praticada não apenas por particulares, mas também pelo aparato jurídico e policial do Estado; nessa região, entretanto, os quilombolas e outras pequenas comunidades marginais tiveram algum tempo para se estruturar. Os indígenas, por sua vez, haviam sido assimilados ou expulsos, não sem violência, por essas comunidades “marginais” que foram se instalando ali ao longo de todo o século XVIII, valendo-se justamente da situação de fronteira e da própria interdição.

Nelson de Sena, profundo conhecedor da terra mineira, mostra-se surpreso diante da quantidade de comunidades que compunham o município de Grão Mogol, que, em 1918, estava dividido em sete distritos, o da cidade, Conceição da Extrema, Conceição do Jatobá, Itacambira, Riacho dos Machados, Santo Antônio do Gorutuba e São José do Gorutuba, porém,

Além das povoações que são sedes desses distritos de paz, há no município dezenas de aldeias e de arraialetes, como sejam: Barroção, Boa Vista, Josenópolis, Marianópolis e Santa Rita (no distrito da cidade); São Gil, Partudo, Porteirinha, São Sebastião dos Mangues, que é um povoado nascente e capela filial da freguesia de Itacambira; Bananal, Ferrador, Serrinha, Tropinha e Vau (no distrito da Extrema); Jacaré Grande e Porteirinha (no distrito de Jatobá); Salitre, Gorutuba Velho, Tolda (no distrito de Santo Antônio do Gorutuba); Capela e Vereda (no de Itacambira); Curral de Pedra (no de Riacho); e Gameleira e Serra Branca (no de São José do Gorutuba) (1918, t. 2, p. 716-717).

Note-se que o autor menciona apenas as povoações maiores. Esse mesmo perfil pode ser aplicado também aos vizinhos municípios oitocentistas de Salinas, de Rio Pardo e de Caetité, e mesmo ao município colonial de Minas Novas. Em menor escala, também vale para a região mais próxima às margens do São Francisco, onde o elemento indígena resistiu, talvez devido ao trabalho missionário, às investidas truculentas da colonização. Na região da Chapada Diamantina e na região da Serra Geral baiana, a situação também não era muito distinta, cabendo insistir ainda na significativa presença de mineradores oriundos de Grão Mogol na ocupação das Lavras Diamantinas nos meados do século XIX.

A fronteira entre os distintos estados era particulamente respeitada na Primeira República, pois a Constituição de 1891, de caráter federativo, garantia-lhes uma autonomia que hoje seria impensável. Uma volante, por exemplo, que atravessasse a fronteira entre dois estados sem autorização expressa equivalia a uma invasão territorial. Criminosos perseguidos pela justiça, ou por famílias em busca de vingança, podiam ainda encontrar abrigo junto a coiteiros poderosos, cujo território era igualmente inviolável. A porteira da fazenda funcionando como espécie de fronteira, além da qual a força pública não se aventurava.

Todos aqueles que cresceram assistindo a filmes e séries de faroeste não conseguirão se furtar a uma associação desse quadro de fronteira sertaneja com o banguê-banguê estadunidense. De fato, segundo Mary Lombardi, a similaridade entre a vida e os costumes em fronteiras dos Estados Unidos e de países da América Latina já tinha sido apontada por Frederick Jackson Turner, fundador do estudo sobre as especificidades da sociedade nas regiões de fronteira. John Francis Bannon, em texto de 1942, afirma que os personagens que habitam as fronteiras, “*fron-*

*tier types*”, negociantes, soldados ou rancheiros, são similares em todo o continente americano; o mexicano Silvio Zavala chamava a atenção, em 1962, para as condições de vida que os colonos de origem europeia encontravam nas vastidões do Novo Mundo, e Pierre Chaunu propunha, dois anos depois, uma comparação entre a rápida expansão territorial dos Estados Unidos, de 1820 a 1850, e a da América portuguesa, cem anos antes, entre 1725 e 1740 (1975, p. 437-438). No Brasil, segundo Lombardi, o conceito turneriano de *frontier* é melhor traduzido por “sertão” do que pelo seu “aparente cognato - *apparent cognate*” que é “fronteira”, que, em português, refere-se mais propriamente ao espaço que divide dois países. Ainda no século XVIII, Antonil, Pedro Taques e Gaspar de Madre de Deus produziram textos historiográficos sobre o sertão, mas, no século seguinte, o interior do Brasil foi praticamente ignorado pelos estudiosos. Pode-se dizer que o estudo das especificidades sertanejas foi instituído por Capistrano de Abreu, na mesma época em que Turner fazia um trabalho similar nos Estados Unidos, na virada do século XX (LOMBARDI, 1975, p. 441-446).

No Brasil, os estudos sertanejos estão divididos em duas vertentes principais, uma que trata da cultura caipira e outra da cultura nordestina, que embora sejam similares, são indubitavelmente distintas. Uma comparação entre o caipira e o sertanejo nordestino, cuja abrangência geográfica alcança, como se viu, o norte de Minas, ainda está por ser feita. Em Minas Gerais a passagem de um tipo ao outro de cultura pode ser percebida à medida que se avança rumo ao norte. O índice que nos parece mais seguro para determinar essa distinção entre o caipira e o sertanejo nordestino parece ser o consumo da mandioca, pois, além da farinha de trigo, o caipira usa exclusivamente a farinha de milho, que praticamente não é utilizada pelo sertanejo “nortista”.

Essa passagem de uma cultura a outra talvez seja perceptível também em termos temporais, pois Antonio Candido detectou, em Rio Bonito, atual Bofete, região central de São Paulo, por volta de 1900, “a desapareção, em toda a zona, da farinha de mandioca, outrora coexistindo com a de milho, e que hoje não se fabrica nem se consome” (2010, p. 159). Outro índice dessa mudança são os elementos messiânicos presentes na revolta do Contestado (década de 1910), muito similares aos do messianismo nordestino. Embora o assunto exija investigações mais aprofundadas, pode-se supor preliminarmente que a cultura propriamente sertaneja ia dos currais nordestinos ao platô de São Paulo, mas que as mudanças introduzidas com a cafeicultura, a partir de meados do século XIX, propiciaram a formação de uma nova estrutura cultural, a do caipira, que se espalhou por toda a área de influência paulista. Além da substituição definitiva da mandioca pelo milho, o caipira difere do sertanejo curraleiro pelo uso de artefatos industriais

em lugar de produtos artesanais, entre os quais o mais característico é a indumentária de couro do vaqueiro. Um dos problemas dessa hipótese é que o bandeirante era, desde sempre, distinto do curraleiro, ou emboaba, mas essa diferença era, com certeza, bem menor antes do ciclo da cafeicultura.

Essa distinção se faz, entretanto, necessária para explicar a não utilização do referencial teórico, aliás de altíssimo nível, produzido pelos autores paulistas, entre os quais o Sérgio Buarque de Holanda de *Caminhos e fronteiras* e de *Monções*, o Alcântara Machado de *Vida e morte do bandeirante*, ou a Maria Sylvia de Carvalho Franco de *Homens livres na ordem escravocrata*, pois tratam de uma outra cultura, quase uma outra civilização.<sup>17</sup> Nossos referenciais, conforme deixamos claro desde o início, são outros, antes vinculados aos trabalhos literários de Euclides da Cunha, de Guimarães Rosa e aos estudos sobre jagunços e cangaceiro.

Se o uso de produtos industriais é um traço comum do caipira paulista e do caubói gringo, as semelhanças entre o vaqueiro do Nordeste, tanto mais se for também jagunço, e o vaqueiro dos Estados Unidos (*cowboy* em inglês) são ainda mais evidentes, a começar pela bovino-cultura. Obviamente também se cria gado bovino em São Paulo, mas não é o gado que dá a tônica econômica e cultural da região, como acontece nos sertões nordestinos e no *west* norte-americano. A indumentária do cowboy e do vaqueiro-jagunço também se assemelha, ambos usam perneiras, esporas, revólver na cintura, ambos são afeitos a bebedeiras, a desordens e possuem temperamento violento. Segundo Richard Slatta, em estudo comparativo sobre caubóis e fronteiras, à medida que os Estados Unidos invadiam as terras do norte do México, o vaqueiro “gringo” foi adotando os costumes, as técnicas e mesmo a terminologia dos *vaqueros* latino-americanos (1997, p. 171-172).<sup>18</sup> Slatta afirma que essa valorização do homem a cavalo pelas populações de origem ibérica vem do período da Reconquista, séculos VIII-XV, no mesmo processo que transformou *don* Rodrigo Díaz de Bivar, “El Cid Campeador”, em herói nacional espanhol (1997, p. 156). O próprio építeto de El Cid, “Campeador”, é atributo próprio de

17. O mesmo vale para a escola de Gilberto Freyre, que trata de sociedades urbanas e litorâneas, e também para as escolas que estudam as Minas no apogeu da mineração e o Rio de Janeiro, enquanto capital, pois tratam de outras culturas e outras sociedades, já que não abordam - quando muito apenas mencionam - os vaqueiros encourados, que eventualmente se tornam jagunços; nesse sentido, paradoxalmente, os estudos sobre os caubóis e a fronteira turneriana adquirem maior relevância dentro da nossa proposta de trabalho do que as pesquisas sobre o campesinato ligado à cafeicultura e sobre a sociedade urbana brasileira.

18. “*Cowboy material culture and ranch terminology reveal the profound debt that American ranch culture owes to Mexico*” (1997, p. 171); essa influência se estende à própria arquitetura e ao urbanismo do oeste americano: “*architecture, the built environment, likewise confirms the importance of the Spanish heritage in Texas and elsewhere in the Southwest*” (1997, p. 172).

vaqueiros, que diariamente campeiam, ou seja percorrem os campos, ou pastos, vistoriando o rebanho. Acreditamos que as origens dessa valorização do vaqueiro na cultura ibérica vem de tempos ainda mais remotos, de um fundo pré-cristão mediterrâneo, caracterizado pelo sacrifício ritual de bovinos, ainda hoje praticado no islamismo e no judaísmo, entre outras manifestações. São igualmente remanescentes dessa religião do boi mediterrânea tanto a elaborada tauromaquia espanhola e a famosa festa de santo Firmino, em Salamanca, quanto as vaquejadas, os bois-bumbás e as touradas circenses do sertão brasileiro, cabendo notar que, no caso brasileiro, existe também a influência de culturas africanas relacionadas à bovinocultura.

Quando trabalhamos com história comparada, tanto as semelhanças quanto as diferenças são importantes. Distinguindo o *cowboy* dos seus similares latino-americanos, Slatta chama a atenção para a origem industrial da indumentária e dos utensílios utilizados pelo primeiro contrariamente ao aparato artesanal e rústico dos demais (1997, p. 94-95), mesma oposição que se verifica no Brasil entre o sertanejo rústico “nordestino” e o caipira “paulista” industrializado. Outra distinção apontada por Slatta é a de que os “caubóis” latino-americanos, ao contrário dos gringos, são quase sempre mestiços, índios ou negros (“*men of color*”; 1997, p. 168). Cabendo acrescentar que, no caso dos vaqueiros e jagunços brasileiros, muitas vezes eram de condição escrava ou alforriados.

A falta de documentos é outro problema comum ao estudo tanto do *cowboy* quanto do vaqueiro latino americano. No caso ibero-americano, as fontes são ainda mais escassas, pois, sendo “usualmente analfabetos, os peões latino-americanos não deixaram nem diários, nem cartas para a família, nem memórias”, enquanto seus equivalentes estadunidenses e canadenses “deixaram relatos em primeira mão de suas vidas” (1997, p. 162).<sup>19</sup> Nesse ponto, voltando ao nosso “nordeste sertanejo”, que exclui o litoral e a Mata, mas acrescenta o norte de Minas e o Tocantins, os mandões nos deixaram, na medida em que pertenciam a uma elite letrada e que eram autoridades com trajetória política, as “convenientes trilhas de papel” de que fala o historiador estadunidense. No caso de Horácio de Matos e de Antônio Dó, contamos hoje com relatos de pessoas que conviveram com eles ou que colheram informações junto a informantes que participaram de eventos por eles protagonizados. O mesmo vale para Delmiro Gouveia, por exemplo, com a ressalva de que era antes industrial que bandido. No caso de Gentil de Castro,

19. “*Unlike elites, commoners do not leave long, wide, convenient paper trails. For researching a nonelite social group like cowboys we have a limited store of primary sources. Usually illiterate, Latin American ranch hands did not leave diaries, letters home, or memoirs. Fortunately, many cowboys on the ranges of western Canada and the United States were literate and left firsthand accounts of their lives*”.

embora se possua muita informação acerca do seu assassinato, a trilha da sua carreira política é um pouco mais difícil de seguir e as informações pessoais são escassas. Sobre Afonso Lopes e o padre José Vitório, as informações foram reunidas de forma tardia e por isso fortemente contaminadas pelo mito que se criou.

O estudioso do corpo fechado, da política jagunça e do mandonismo carismático - se é que alguém pode se interessar por esses assuntos “da roça” - encontrará muita informação, que não é de caráter propriamente histórico, mas antes sociológico, antropológico e etnográfico em fontes alternativas, que incluem a cultura material, o cancionero e também a literatura e o cinema que abordam justamente essa mesma temática (corpo fechado, violência política sertaneja, mandonismo carismático). Estudando a história dos caubóis e criando parâmetros para futuras pesquisas, Richard Slatta indica um caminho similar:

O estudo histórico sério não determina o desprezo ou a negação da nossa alegria diante dos filmes de faroeste baratos, do oeste fantasioso de Louis L' Amour, dos rodeios e da poesia dos caubóis. Ao contrário, um dos muitos campos fascinantes de exploração é o da interseção entre a história social dos caubóis, a cultura popular e a mitologia. Ficção, cinema, pintura e mitologia conseguem, por vezes, capturar certos elementos da “verdade” histórica, mas não são história (1997, p. 180-181).<sup>20</sup>

Além da literatura poética, mas fundada em dados históricos, de Euclides da Cunha e de Guimarães Rosa, o cinema brasileiro, influenciado por esses e outros autores, também enveredou no estudo, ou pelo menos, na descrição desses fenômenos que envolvem o trinômio política, violência e magia. O iniciador dessa linhagem foi certamente Glauber Rocha, com o clássico *Deus e o Diabo na terra do sol*, de 1964, que trata de cangaceiros sob um enfoque político-revolucionário, tomado de empréstimo dos jagunços-heróis de Guimarães Rosa. No filme de Glauber, a magia foi substituída por uma espécie de ideologia revolucionária e libertária, encarnada na figura de Corisco - na verdade, Cristino Gomes da Silva Cleto -, personagem ao mesmo tempo histórico, cinematográfico e glauberiano, em quem os aspectos político e carismático da inovação estão bem caracterizados. É muito significativo que Glauber Rocha tenha nascido em Vitória da Conquista. Mudou-se ainda menino para Salvador, mas estava certamente familiarizado com as histórias de jagunços feiticeiros e de guerras no sertão, inclusive a do Tamanduá.

20. “*Serious historical study, however, does not mandate scorning or abandoning our joy of B Western movies, Louis L'Amour western fantasies, rodeo, or cowboy poetry. On the contrary, one of the many fascinating realms of exploration is the intersection between cowboy social history, popular culture, and mythology. Fiction, film, painting, and mythology can sometimes capture some element of historical 'truth', but they are not history*” e acrescenta: “*Cowboy myth and history both have a place, but we must try to distinguish between them - Tanto o mito quanto a história dos caubóis têm seu lugar, mas devemos tentar distinguir um do outro*” (SLATTA, 1997, p. 180-181).

O aspecto sobrenatural do jagunço foi explorado no filme justamente intitulado *O homem do corpo fechado*, longa metragem lançado em 1972, escrito e dirigido por Schubert Magalhães. Cabendo observar que Schubert nasceu numa cidade situada a cerca de 150 quilômetros de Conquista, Cachoeira de Pajeú, e que pertencia ao mesmo movimento cinematográfico que Glauber Rocha, o Cinema Novo. Interpretado por Paulo Bonfim, que depois se tornou “ator global”, João de Deus é o “mocinho” desse “faroeste tupiniquim” passado nos sertões do vale do Jequitinhonha. É neto de um poderoso feiticeiro, o velho Cansação, que lhe fecha o corpo aos pés de um cruzeiro. João de Deus, além de ter o corpo fechado, é também curador, e consegue restaurar a saúde da heroína, Dinorá, amásia do coronel Turíbio dos Reis. O aspecto político está bem caracterizado na sequência final, em que João de Deus enfrenta e mata o coronel, metaforicamente dando um fim ao mandonismo violento dos “coronéis”.

Apenas dois anos depois do lançamento do filme de Schubert Magalhães, em 1974, o dom da invulnerabilidade voltou às “telonas”, como hoje se diz, com *O amuleto de Ogum*, dirigido por outro expoente do Cinema Novo, Nelson Pereira dos Santos. Aqui, contudo, não se trata de um “faroeste sertanejo”, mas a ação se desenvolve em ambientações urbanas e suburbanas. Depois que seu pai e seu irmão mais velho foram assassinados, Gabriel teve o corpo fechado em um terreiro de umbanda, em Feira de Santana. O mocinho se muda para o Rio, onde se torna um matador de aluguel, utilizado inclusive para cometer crimes de motivação política. A anti-heroína, que a troco de dinheiro entrega ao vilão o segredo da vulnerabilidade de Gabriel, tem nome épico, Eneida, e é interpretada por Anecy Rocha, irmã de Glauber. O cantor Jards Macalé interpreta o cantador cego que conta a história e também tem o corpo fechado. Nelson Pereira dos Santos, que também assina o roteiro, mas não o argumento, conseguiu equalizar com maestria a passagem do *corpus* de credices do sertão para a metrópole brasileira e para seus conturbados subúrbios. Um verdadeiro batalhão de meninos bandidos parece prefigurar a criminalidade de hoje, 40 anos depois, onde o menor de idade é figura central no tráfico de drogas. Essa equalização parece ter sido feita a partir da figura de Tenório Cavalcanti, deputado que comandava milícias na Baixada Fluminense, onde se passa a maior parte da ação, também considerado portador do corpo fechado. A doutrina e os rituais da umbanda, que também ocupam parte importante do enredo, são outro índice desse referencial urbano-suburbano, quando a crença no corpo fechado de Tenório era especificamente sertaneja nordestina, ou seja, rural. Originalmente, o título do filme era “O amuleto da morte” e visava retratar as lutas de Tenório contra os poderosos da Baixada, depois, porém, ganhou feições umbandistas (BARBOSA; CORRÊA, 2001, p. 74).

Banditismo sertanejo ou urbano, violência política e coronelismo voltaram a ser temas de longas metragens nos anos seguintes, mas agora sem ênfase no aspecto carismático, com os longas *Coronel Delmiro Gouveia*, de Geraldo Sarno (1978), *O bandido Antônio Dó*, de Paulo Leite Soares (1979, sem cópias disponíveis) e *O homem da capa preta*, de Sérgio Rezende, sobre Tenório Cavalcanti (1986), nos quais a temática do corpo fechado e dos poderes sobrenaturais parece ter sido deixada de lado, ou simplesmente vista com ceticismo. Uma série recente de filmes baianos está, contudo, resgatando o tema do corpo fechado, começando com o longa *Besouro*, de Daniel Tikhomiroff, sobre o mestre Manoel Henrique Pereira, de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo, chamado Besouro Mangangá ou Cordão de Ouro na capoeira (2008), seguido por George Neri, com o curta metragem *A tragédia do Tamanduá*, realizado em Vitória Conquista, sobre a chacina de 1895 (2010), e um terceiro filme, também de curta metragem, centrado no Santo Lenho, encontra-se em fase de produção, também em Conquista, terra de Glauber Rocha.

### CAPÍTULO 3

## INSTITUIÇÕES DA “GUERRA” POLÍTICA NO SERTÃO

É tradição brasileira secular a presença de uma força armada a serviço de um proprietário rural, grupo de função defensiva e ofensiva, presente dentro da propriedade, para garantir limites, mas igualmente importante por seu desempenho nas eleições, seja pelo número de votos que representa, seja pelos votos que pode conseguir por intimidação ou mediante fraude (GALVÃO, 1972, p. 21).

O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinho de metal (ROSA, 2006, p. 19).

Neste capítulo, tentaremos entender melhor o funcionamento dos conflitos armados que tiveram lugar nos sertões brasileiros. Nesta dissertação, como nosso objetivo é demonstrar o aspecto militar, ou paramilitar, dos “coronéis”, consideraremos esses conflitos enquanto “guerras”. Existe todo um gradiente entre a guerra e a paz. Geralmente, o termo guerra é aplicado apenas ao conflito entre Estados com exércitos organizados, mas existe também uma “guerra pobre”, guerra de guerrilhas, mas que eventualmente arregimenta contingentes consideráveis e pode até se tornar uma guerra de extermínio, particularmente contra nações indígenas. Os conflitos armados que nos interessam agora, aqueles com motivação ou justificativa política, não chegavam a tais extremos, contudo também ocasionaram morticínios que não podem ser ignorados.

Com relação à guerra - atividades bélicas em geral - no sertão que estudamos, podemos perceber dois estágios, um primeiro, que ainda subsiste em regiões esparsas, de guerra de ocupação, ou de colonização, que é o mais sagrento e o menos conhecido. Os sertões não estavam vazios, havia neles indígenas, quilombolas, populações tradicionais, pequenos posseiros e mesmo pequenos proprietários. Isolados ou em levas, quase sempre contando com apoio governamental, os colonos ocuparam as terras do sertão por meio da violência, invariavelmente armada. Uma vez estabelecida a comunidade, devidamente vinculada ao governo português ou brasileiro, começava uma nova etapa de conflitos, propriamente política, ainda não necessariamente partidária, no sentido que hoje damos à palavra, mas, sem dúvida, oligárquica.

A guerra é, por excelência, política, como já dizia Carl von Clausewitz, um dos maiores teóricos do assunto, “A guerra de uma comunidade - de nações inteiras e, particularmente, de nações civilizadas - sempre começa a partir de uma condição política e vai em frente por um motivo político. É, pois, um ato político” (CLAUSEWITZ, s.d., p. 45). Esse autor trata da gran-

de guerra, no estilo napoleônico, mas a guerra civil é ainda mais política, ou, mais propriamente, político-partidária. A guerra de guerrilhas também é de caráter eminentemente político. Esse aspecto bélico-político das sociedades tampouco pode ser separado do banditismo, conforme estudos recentes têm demonstrado.

Para enxergar a questão sob outro aspecto, podemos inverter os termos da máxima clausewitiana, já que, da mesma forma que a guerra é política, a política também é bélica, pois implica no enfrentamento entre duas ou mais facções. Toda eleição pode ser percebida como uma batalha incruenta, embora haja eleições nas quais corre bastante sangue. Assim como na guerra, na política há vitoriosos, que obtêm determinadas vantagens, e há derrotados, que são negativamente privilegiados, para usarmos o termo weberiano. No processo político, nunca faltaram as violências de parte a parte e, algumas vezes, essas violências degeneraram em guerra civil.

Dividimos o assunto da “guerra” política sertaneja em dois capítulos. No primeiro deles estudaremos as instituições da guerra política no sertão, ou seja, suas regras e estruturas, começando pelo mito da *pax brasiliensis*, tabu de não considerar guerras civis os vários conflitos políticos ocorridos no Brasil desde os tempos coloniais. Tentaremos também perceber as especificidades do coronelismo entendido numa perspectiva de guerra, já que “coronel” é uma patente militar; e como funcionava a instituição paramilitar, ou miliciana, da tropa de jagunços. Em seguida, analisaremos o banditismo praticado na primeira república em seu viés político, onde o coronel representava a situação política e o bandido era um aspirante a coronel, que se encontrava na oposição, mas podia passar à situação, o que equivalia a voltar para a legalidade. As práticas do coronel, do bandido e da força pública eram, *grosso modo*, as mesmas, e incluíam toda sorte de violências.

No próximo capítulo, voltaremos à região em foco e a três dos quatro mandões que tinham o corpo fechado: Antônio Dó, que se insere num ciclo de violências às margens do São Francisco; Horácio de Matos, que participou de um outro ciclo, mais bem demarcado e caracterizado, de guerras na Chapada Diamantina, lutando também no que podemos chamar de guerra da Coluna, contra a Coluna Prestes, que tem a especificidade de ser uma guerra em movimento contínuo com um imenso raio de ação, que vai do Rio Grande do Sul ao Maranhão e alcança os territórios do Uruguai, da Argentina, do Paraguai e da Bolívia; e ainda o subdelegado Afonso Lopes Moitinho, que participou de uma “guerra” de proporções bem mais reduzidas, mas denominada nas tradições populares da região de Vitória da Conquista, como a “guerra dos mocós e tamanduás”.

### 3.1. CONFLITOS ARMADOS E GUERRA CIVIL NO BRASIL

Se considerarmos guerras os conflitos armados envolvendo um número expressivo de participantes, digamos mil ou mais, podemos dizer que o Brasil foi palco de guerras civis desde os tempos coloniais. A nosso ver, a guerra contra o reino de Palmares não pode ser considerada uma guerra civil, mas era certamente uma guerra, contra uma outra nação, devidamente organizada, mas a guerra dos paulistas contra os emboabas, que tinham à frente um comandante invulnerável a tiros e a golpes de arma branca, Nunes Viana, e também a guerra da nobreza pernambucana, sediada em Olinda, contra os comerciantes portugueses reunidos, sobretudo, em Recife, são, sem dúvida, guerras civis ocorridas nos primeiros anos do século XVIII. O motim de 1736, na região do São Francisco, também pode ser considerado uma guerra civil, ainda que de dimensões reduzidas, já que duas localidades foram tomadas pelos rebeldes: os arraiais de Brejo do Amparo e de São Romão. Assim também a guerra contra as missões jesuítas no sul do Brasil, retratada no *Uruguai*, poema histórico de Basílio da Gama, foi certamente uma guerra civil. O movimento dos Inconfidentes, palavra que indica pessoas nas quais não se pode confiar, e o dos Alfaiates podem ser considerados conspirações para a tomada do poder político, mas foram debelados antes da eclosão dos conflitos.

O governo republicano de 1817, foi instituído sem derramamento de sangue, abrangendo três capitanias, de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e teria alcançado o sul do Ceará, se o nosso conhecido capitão-mor do Crato, José Filgueiras, não tivesse efetuado a prisão do padre José Martiniano de Alencar, pai do romancista José de Alencar. Foi justamente a falta de aptidão militar que causou a rápida derrota dessa “revolução de padres”, como foi chamada por Oliveira Viana, em umas poucas batalhas desastrosas para os revolucionários, com o habitual séquito de prisões e fuzilamentos.

A Independência brasileira não foi propriamente uma guerra civil, mas foi certamente uma guerra de libertação, com deslocamento de exércitos, batalhas sagrentas, cerco de cidades, etc. Os conflitos na Bahia começaram antes do sete de setembro, já em julho de 1822, no Recôncavo, e se estenderam até o dia dois de julho do ano seguinte, quando Salvador foi finalmente desocupada pelas tropas portuguesas. No Piauí e no sul do Maranhão também aconteceu uma guerra à parte, que colocou de um lado, o general português Cunha Fidiê, e do outro, nosso conhecido mandão com corpo fechado, o capitão-mor José Filgueiras, que sitiou a cidade de Caxias, cobrando, quando foi libertada, uma exorbitante indenização dos moradores. No Pará, onde os portugueses eram fortes, tanto em termos econômicos e políticos quanto em termos

militares, o processo de independência foi bastante complicado. Em Belém, a independência foi decretada pela câmara municipal composta unicamente por nacionais, que tomou posse no dia primeiro de março de 1823, mas a cidade ainda assistiu a levantes populares das distintas facções que se formaram, com fuzilamento de cabecilhas e a morte de cerca de 250 amotinados por asfixiamento, a bordo de um navio. No interior do Pará, formou-se, como continuação do movimento de independência, o da Cabanagem, no qual, segundo Artur César Reis, os “nativos” se voltavam “contra os brancos, que lhes pareciam pela pigmentação, reinóis ou adeptos deles” (1985, p. 87). A reação contra o movimento também foi bastante violenta e o estado de guerra, com muitas mortes de ambos os lados, durou até meados de 1824.

Nesse mesmo ano, os republicanos tomaram mais uma vez o poder em Pernambuco. O movimento era liderado por deputados constituintes cujos mandatos tinham sido cassados no ano anterior, o que explica a imediata adesão de outras províncias, particularmente Rio Grande do Norte e Ceará. No Piauí, o movimento já contava com a adesão das vilas de Parnaíba e de Campo Maior, enquanto na Paraíba, arregimentava-se um grande contingente para combater os republicanos, que foram, de fato, derrotados em uma grande batalha em Itabaiana, na Paraíba. Da mesma forma que o movimento republicano de 1817, a República do Equador não contava com elementos militares bem organizados. O Ceará, onde Filgueiras, com seu corpo fechado, estava à frente das tropas republicanas, ainda resistiu algum tempo depois da queda de Recife (QUINTAS, 1985, p. 227-237). A repressão à República do Equador vai influenciar indiretamente os movimentos messiânicos brasileiros, nos quais a política e o carisma estão ligados de forma indissolúvel, já que o líder carismático que serviu de modelo tanto para Antônio Conselheiro quanto para o padre Cícero Romão, o também padre José Maria de Ibiapina, teve seu pai, que fora deputado naquela efêmera república, fuzilado, e o irmão condenado à prisão perpétua pela participação no movimento de 1824.

No período regencial (1831-1840), o estado de guerra civil se generalizou em várias regiões do país. O sul se reuniu na República de Piratini, instalada com a revolução Farroupilha, ou guerra dos Farrapos, cujos conflitos ocorreram entre 1835 e 1845. Alguns desses movimentos aconteceram tão logo correu a notícia da abdicação do imperador, que tivera lugar no dia sete de abril de 1831. No agreste, mais exatamente no extremo sul do Ceará, o coronel Joaquim Pinto Madeira, da vila de Jardim, pegou em armas e, apoiado pelo pároco local, Antônio Manoel de Souza, que entrou para a história com o apelido de “padre Benze-Cacetes”, invadiu e tomou o Crato, onde, mais tarde, foi fuzilado. A leste dali, um movimento tomou os vastos matagais do vale do Jacuípe, na divisa entre Pernambuco e Alagoas, chamado de Cabanada pelo contingente

mestiço e rural dos seus integrantes; as táticas de guerrilha e a participação de quilombolas e de ameríndios tornou o território inexpugnável e, de fato, o enclave durou alguns anos. Mais tarde, no início do segundo império, a Balaiada, que tomou áreas imensas do sul do Maranhão, entre os anos de 1840 e 1842, teve as mesmas características mestiças, e portanto propriamente sertanejas, da Cabanada pernambucana, de 1832 a 1836, e da Cabanagem paraense, de 1823 e 1824. Movimentos como a tomada de Ouro Preto por militares absolutistas, em 1833, e o movimento Liberal, em Minas e em São Paulo, em 1842, entre outros tantos, encabeçados por políticos e por militares de carreira, podem também ser considerados guerras civis, mas não possuem essa característica sertaneja, visível na Cabanagem, na Cabanada e na Balaiada. A Sabinada (1837-1838) também pode ser considerada um movimento mestiço, porém urbano, pois estava centrado na área metropolitana de Salvador, apesar de alguns desdobramentos pouco conhecidos no interior da província.

Ao contrário das margens mineiras do São Francisco, que assistiram, na mesma época, a um crescimento da violência política, o império como um todo alcançou, por volta de 1850, uma paz relativa, por ser baseada em leis autoritárias, que durou até o conflito externo contra os vizinhos paraguaios, deflagrado em 1865. Essa paz não foi tão cedo readquirida, já que, a partir de 1870, o governo de Pedro II foi se tornando cada vez mais autoritário e provocou as reações de praxe. As constantes mudanças ministeriais, principalmente quando havia mudança no partido que compunha o gabinete, causaram, nas regiões sertanejas, inclusive no litoral vizinho a Ilhéus, repetidas sebaças, ou seja, o saque generalizado das propriedades daqueles que apoiavam o partido recém-destituído do poder. Delas participavam não apenas os jagunços do mandão e dos seus clientes vinculados ao partido que então voltava ao poder, mas também a força pública provincial e depois estadual, cujos praças assim compensavam o soldo atrasado. Na Bahia, as sebaças se tornaram uma instituição que persistiu pelo menos até o fim do primeiro período republicano. Em Minas Gerais, a tomada da vila de Januária, em 1882, por Manoel Tavares de Sá, o Neco, líder conservador do então distrito de Jacaré, hoje cidade de Itacarambi, acompanhado de centenas de jagunços ligados aos seus aliados e correligionários, pode ser incluída entre as sebaças partidárias, embora os liberais estivessem no poder. O fato de que se encontrava na oposição é surpreendente e demonstra o poder de fogo de Neco.

Com a instalação da República, houve um novo período de generalização dos conflitos armados, a começar pela revolução federalista no Sul, que contou com a adesão de grande parte da Marinha e de lideranças monarquistas, mas não teve feições sertanejas. O levante dos deodoristas contra os florianistas e depois dos civilistas contra os florianistas jacobinos teve

incontáveis repercussões, disseminadas em todo o território nacional. Nesse contexto é que se inserem, por exemplo, as lutas de Cochó do Malheiro, na Chapada Diamantina, onde Clementino de Matos, tio de Horácio, e o jagunço Montalvão tiveram atuação destacada. Embora esteja fora do contexto partidário, a guerra contra Canudos foi, sem sombra de dúvida, uma guerra civil, e das mais sangrentas, sendo sintomática a suposta vinculação dos conselheiristas com os monarquistas, por demonstrar nitidamente como era difícil, naquele tempo, separar a guerra da política. Na heroica resistência dos jagunços do Conselheiro podem ser percebidos os valores tipicamente sertanejos, que Euclides da Cunha considerava em boa hora extintos. Houve outros pequenos “Canudos”, também acompanhados de morticínio, inclusive bem ao sul, no Contestado, mas o messianismo teve pelo menos uma experiência bem sucedida, a do padre Cícero, em Juazeiro do Norte, cidade vizinha ao Crato. Contudo, devido à própria conjuntura, a dominação carismática do padre Cícero não pôde prescindir da ação bélica, seja promovendo a paz, como no tratado dos coronéis, de 1911, seja, mais tarde, desencadeando a guerra civil, como no levante sertanejo de 1914, que, em questão de dias, tomou o estado do Ceará, avançando sobre Fortaleza e forçando a substituição do governador, ou presidente estadual.

Além do messianismo, outro motivo de repetidos conflitos armados, que podemos considerar como pequenas guerras, era o cangaço, ou, de forma mais generalizada, o banditismo. Da mesma maneira que os seguidores de líderes messiânicos, os bandidos e os cangaceiros também se alinhavam a mandões locais e regionais, que, no caso, eram geralmente coiteiros, pessoas que davam abrigo e suporte ao grupo.<sup>21</sup> Os bandidos e cangaceiros, em contrapartida, faziam os “servicinhos sujos” requeridos pelo mandão coiteiro, intervindo em eleições, invadindo redutos da oposição e ameaçando, ou matando, os líderes adversários. Antônio Dó invadiu e tomou a vila de São Francisco, em 1911, e depois, em 1917, se comprometeu a tomá-la novamente, mas não se apresentou na hora combinada, deixando que seu comparsa - e ex-adversário - Indalécio, fosse preso e morto. Em 1918, participou da tomada de Carinhanha, sob o comando de João Duque. E a “guerra” não era apenas praticada pelos bandidos, pois, conforme foi visto, na perseguição ao grupo de Antônio Dó, o alferes da força pública mineira Félix Rodrigues da Silva, conhecido pelo apelido de Felão, comandou o massacre de Vargem

21. Os coiteiros não eram necessariamente coronéis, mas muitas vezes pequenos proprietários e mesmo agregados, que davam suporte logístico ao cangaceiro, ao bandido, ou ao foragido, fazendo compras nas vendas mais próximas, quando necessário; sobre os coiteiros mais humildes é que desabava toda a ira das volantes; existem dois pequenos tratados sobre os coiteiros, um de Ranulfo Prata (2010, p. 174-188) e um de Billy Jaynes Chandler (1980, p. 98-101), inseridos nos respectivos livros sobre Lampião.

Bonita, em 1913, onde cerca de 30 moradores, inclusive mulheres e crianças, foram mortos e o povoado foi reduzido a cinzas. São episódios e personagens reais aos quais Guimarães Rosa faz referência nas páginas do *Grande sertão: veredas*. Com os cangaceiros nos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Bahia e Sergipe, a situação foi ainda mais drástica. Muitas localidades foram tomadas e saqueadas pelos bandidos. Verdadeiras operações de guerra foram montadas pelas autoridades, entre as quais a evacuação total da população dos sertões baianos, entre o São Francisco e a fronteira com o estado de Sergipe, no ano de 1932, com a finalidade de prender ou matar o rei do cangaço.

Embora não tenham sido propriamente derrotados, os experimentados militares da Coluna Prestes tiveram grande dificuldade, em 1925 e 1926, ao se deparar com a guerra de guerrilhas da jagunçada dos “coronéis” nordestinos. Os “tenentes” do alto de seu racionalismo redentorista não se entenderam com o misticismo próprio da comunidade sertaneja. Horácio de Matos se revelou o pior inimigo da Coluna, bem mais persistente que os generais de carreira que tinham sido mandados em seu encalço. Sem dúvida, o movimento tenentista instaurou uma guerra civil, com lances surpreendentes, como a tomada pelos rebeldes da cidade de São Paulo e de incontáveis localidades distribuídas pela maioria dos estados da União. É significativo que entre seus inimigos mais encarniçados estivessem os “coronéis” e, em particular, Horácio de Matos, aquele mesmo mandão com o corpo fechado que tinha dado tantas dores de cabeça aos governos da república “velha”, desencadeando, ao lado de Rui Barbosa e de outros líderes, a Reação Sertaneja, que provocou uma intervenção federal na Bahia, em 1920, além de sitiado e ser sitiado em diferentes conflitos ao longo das décadas de 1910 e 1920.

Outra guerra civil do finalzinho da primeira república foi a guerra de Princesa, no sertão paraibano, onde os revoltosos chegaram a formar um estado independente, que respondia diretamente ao governo federal. O assassinato de João Pessoa indiretamente associado a essa guerra foi a “gota d’água” que desencadeou a Revolução de 30. Uma das primeiras medidas do governo revolucionário de Vargas foi justamente o desarmamento do sertão, com a prisão de alguns coronéis baianos, que eram os elementos que ofereciam perigo mais imediato à revolução. Nesse sentido, o assassinato de Horácio de Matos, ainda que motivado pela vingança, foi um trunfo para o novo governo. Ainda nos primeiros anos da sua hegemonia, Vargas teve que enfrentar uma guerra civil de proporções consideráveis, deflagrada por civis paulistanos, em julho de 1932. O processo de pacificação do sertão ainda durou algum tempo, pois os cangaceiros se mostraram bem mais difíceis de se curvar que os coronéis. A centralização e os avanços tecnológicos permitiram uma unificação dos esforços que levaram às mortes de Lampião, em 1938, e de Corisco, em 1940.

Essa longa tradição de guerras internas, incluindo as da Independência, mas sobretudo aqueles conflitos travados no sertão nordestino e na floresta amazônica, contando com consideráveis contingentes ameríndios, africanos, afro-brasileiros e mestiços, deu origem a um tipo distinto de política e de guerra, do qual não está ausente a magia. Surgiu assim um tipo específico de mandão local, apto para essa guerra de guerrilhas, na qual a magia desempenha importante função. Esse tipo de mandão local está inserido em uma cultura que temos denominado mandonismo mágico, mas que, com maior precisão, pode ser chamada de mandonismo mágico-guerreiro.

### **3.2. AS MILÍCIAS E A GUARDA NACIONAL**

Nesse quadro de guerras civis, as milícias desempenharam importante papel, sendo, por vezes, mais efetivas que as tropas regulares. Devido à sua própria multiplicidade, nunca todas, mas quase sempre algumas das milícias estiveram, durante as guerras intestinas, alinhadas aos insurgentes. Trata-se de uma instituição cuja função era justamente representar todos os segmentos da sociedade, que ficavam, assim, incorporados ao aparelho de guerra português. Havia distintas milícias formadas pelas diferentes nações indígenas aliadas dos portugueses, cada qual com seu próprio capitão. Cabe aqui notar que a patente de capitão, chefe de sua própria milícia, era a preferida até mesmo pelos caciques; os negros que atuavam nas áreas desabitadas ostentavam a patente de capitão do mato, e foi também essa a patente adotada pelo cangaceiro-rei, que assinava “Capitão Lampião”. Já o capitão-mor colonial, pela sua importância, não apenas militar, mas também administrativa e jurídica, distinguia-se do conjunto multiétnico dos capitães das variadas milícias coloniais.

As milícias de escravos eram numerosas, e aparecem com as denominações de “corpo militar de assalto”, de “pedestres”, ou de “homens do mato”, enquanto seus comandantes ocupavam os cargos de sargento-mor, capitão do mato, capitão-mor, coronel e mestre de campo. Muitos dos carijós e dos mamelucos que acompanharam os paulistas pelo Brasil afora fizeram-no na condição de cativos. Na África, as tropas de escravos e as milícias dos reis locais eram chamadas pelos portugueses de “guerra preta” e de “empacaceiros”. Mas essas forças eram muitíssimo utilizadas, não apenas na América portuguesa e na África, mas também na Ásia, para onde foram levados contingentes militares de escravos - e também de aliados - africanos para lutar em Ormuz, no Ceilão e em Macau (COTTA, 2010, p. 18, 61).

Voltando aos sertões baiano-mineiros, em mais de uma ocasião já nos referimos ao mandão com o corpo fechado Nunes Viana, que se fazia acompanhar de uma tropa de escravos, que a par de serem milicianos, eram também “mandingueiros”, segundo informação do governador Assumar (apud PAIVA, 2006, p. 121). As milícias de escravos eram a condição *sine qua non* dos potentados coloniais, fossem simples particulares ou autoridades oficiais, contudo não era o caso dos capitães-generais e dos ouvidores. No Distrito Diamantino, havia uma milícia de escravos, muitos deles alugados, vinculada, primeiro, aos contratos para a exploração de diamantes, depois, à Real Extração, empresa instalada em 1772 e que durou até 1832. Esses escravos milicianos da Extração também patrulhavam a serra do Itacambiruçu, embora essa função fosse exercida, sobretudo, pela tropa paga, os chamados dragões, de Minas Novas.

O armamento da infantaria nessas milícias étnicas era o mais simples possível, consistindo muitas vezes de um simples zaguncho, vara com a ponta afiada e endurecida no fogo, de onde possivelmente deriva o termo jagunço. Não passa, contudo, despercebida a similaridade entre os termos jagunço e jaga. Os jagas chegaram ao nordeste de Angola por volta do século XV, e mais que uma nação, eram um agrupamento militar, cujos acampamentos se chamavam quilombos. No Brasil, os escravos jagas eram geralmente denominados benguelas. Qualquer que seja a etimologia, não cabe dúvida de que a cultura guerreira dos jagas, diretamente, ou através da instituição dos quilombos, foi uma das formadoras da cultura dos jagunços sertanejos. No Nordeste, os cangaceiros e os homens em armas em geral eram também chamados de cabras, denominação que indica origem africana.

As milícias dos potentados coloniais eram constituídas não só pelos escravos de sua propriedade, como também pelos dos seus clientes, e pelos próprios clientes. Esses clientes eram, muitas vezes, ex-escravos do mandão, que tinham conquistado a alforria através de “serviços” prestados, mas havia também parentes de sangue, além de genros, cunhados, afilhados, compadres e sócios em empreendimentos. Havia ainda as milícias de forros de origem africana, inclusive nascidos na África, que formavam as “Ordenanças de pé” e a “Infantaria auxiliar” (COTTA, 2010, p. 61). A mais famosa dessas milícias de forros foi o Terço de Negros do Capitão Henrique Dias, cuja atuação nos campos de batalha foi fundamental no processo de expulsão dos holandeses que tinham se apossado de Pernambuco. Sua atuação foi tão importante que os terços de forros passaram a ser chamados, a partir de então, Terços de Henriques. O termo Terço se deve à divisão ternária da sociedade, entre portugueses, pardos (que incluíam índios e mulatos) e negros. Em Salvador, nos últimos anos do século XVIII, havia, contudo, quatro milícias, a primeira formada pelos atacadistas, quase sempre nascidos em Portugal, e seus funcionários; a

segunda, pelos artesãos, taberneiros, comerciários e “outras classes de homens brancos”; a terceira era de “pretos forros” e a quarta, de pardos livres (KRAAY, 2001, p. 82). Nessa estrutura, raça, estamento e casta se tornam sinônimos, embora haja certa arbitrariedade na categorização, o que permitia uma mobilidade vertical, ainda que muito restrita.

Nos sertões norte-mineiros, a situação não era muito diferente. Um quadro elaborado por Francis Albert Cotta mostra que o termo da Vila do Príncipe, no final do século XVIII, contava com 41 companhias de ordenanças, das quais 13 de pardos e seis de pretos forros. Nesse mesmo período, no termo da vila das Minas Novas, em um total de 22, havia oito companhias de pardos e quatro de negros livres. Para os “sertões do São Francisco”, embora houvesse um capitão-mor, não há um quadro de companhias, o que não quer dizer que não existissem milícias (COTTA, 2010, p. 72). Já se viu que foi na qualidade de capitão de uma das companhias de forros de Minas Novas que João Gonçalves da Costa acompanhou João da Silva Guimarães aos sertões das Salinas e da Ressaca.

Apesar de ser distinta em vários aspectos, a Guarda Nacional representou uma continuidade das milícias. No dia 25 de setembro de 1822, na terceira semana após a Independência, chegou a ser criada uma Guarda Cívica, altamente elitista, que era uma primeira experiência de substituição das milícias, mas teve vida curta (URICOECHEA, 1978, p. 88-90). A Guarda Nacional foi criada no dia 18 de agosto de 1831, em meio a distúrbios que vinham dos últimos meses do governo de Pedro I, marcados, sobretudo, pela lusofobia, ódio aos portugueses que tinham dominado o país durante tanto tempo. Esses conflitos se disseminaram por todo o território brasileiro,<sup>22</sup> aumentando em intensidade após a abdicação do imperador, no dia sete de abril de 1831. Nos meses seguintes, distintos projetos de criação de milícias tramitaram na Câmara Geral, com a lei da Guarda Nacional aprovada já no dia 18 de agosto. Por meio dessa mesma lei foram extintos todos os corpos auxiliares, fossem ordenanças, milícias ou guardas municipais. Muitos estudiosos argumentam que a Guarda Nacional foi criada devido à falta de confiança no exército regular, que ainda contava com muitos generais portugueses, porém, o exército era bastante reduzido, com contingente de cerca de cinco mil homens, que por si sós eram bem dispendiosos para o erário, não tendo condições logísticas de policiar o território, enquanto a Guarda Nacional, já nos primeiros anos de existência, arregimentava 200 mil (URICOECHEA, 1978, p. 131-132).

22. Na região que estamos estudando constam apenas alguns ataques a portugueses em Brejo do Amparo (BIEBER, 1999, p. 60) e o armamento geral da população da vila do Príncipe, sem que essas armas chegassem a ser utilizadas (CHAGAS, 1982, p. 34-38).

Segundo Jeanne Berrance de Castro, a Guarda Nacional não era “apenas mais uma milícia e sim o símbolo de uma nova nação” e foi ainda “a primeira instituição oficial que fez cessar a distinção de cor” (CASTRO, 1977, p. 23, 136). A nova instituição era denominada “força cidadã” (sic) pelo seu caráter popular, pela ausência de qualquer hierarquização racial *a priori* e pela sua divisão pelos municípios, paróquias e mesmo curatos. Numa fase inicial, os postos de oficiais da corporação eram preenchidos através de eleições com voto secreto, realizadas em cada paróquia. Em 1841, contudo, o grupo conservador alçado ao poder pelo imperador menino fez uma série de reformas administrativas, com visível impulso centralizador e antidemocrático. A eleição dos oficiais da GN passou então a ser objeto de legislações provinciais específicas, e o juiz de paz, apesar de continuar a ser um cargo eletivo, perdeu boa parte das suas funções policiais, que passaram para os delegados, nos municípios, e para os subdelegados, nos distritos e paróquias, ambos nomeados diretamente pelo chefe provincial de polícia. Dessa forma, o Partido Conservador conseguiu desarticular a rede clientelar dos Liberais, impondo-se em praticamente toda a nação.

Uma série de ações francamente autoritárias, que se repetiram ao longo da década de 1840, marcam o início do período propriamente partidário da história política brasileira. A disputa já existia, mas na fase imediatamente anterior ao período de predominância dos conservadores (1848-1862),<sup>23</sup> o antagonismo ficou mais acirrado, devido à demissão em massa dos funcionários públicos que militavam no partido oposicionista, substituídos por seus adversários políticos; a hegemonia conservadora-centralista, ou unitária, foi conquistada, por fim, em 48. Em alguns lugares, a substituição foi mais difícil de ser efetuada. Embora nenhuma câmara norte-mineira tenha aderido ao governo provincial paralelo instituído pelos liberais em 1842, o norte do estado era um reduto tradicional do Partido Liberal, devido, em parte, ao espírito de liderança de Teófilo Otoni. Na cidade do Serro, ainda em 1842, sob a hegemonia do conservador visconde do Serro Frio, numerosos simpatizantes dos liberais, inclusive um juiz de paz, um tabelião, um escrivão, dois padres e um capitão da GN, foram presos “no quartel e em uma enxovia”, pelo “tempo que aprouve ao delegado e ao juiz municipal”, conforme denunciou João Salomé de Queiroga na sessão de 31 de maio de 1843 da Assembleia Provincial (apud SANTIAGO, 2004a, p. 132; [periódicos:] *O COMPILADOR*, 31 mai. 1843, p. 2).

23. Entre o gabinete “miguelista”, de 29 de setembro de 1848, e o segundo gabinete de Caxias, substituído pelo primeiro gabinete Zacarias, finalmente liberal, já no dia 24 de maio de 1862; alguns gabinetes desse período foram dirigidos por liberais, mas tinham um caráter de “conciliação” e não fizeram a perseguição sistemática que voltou a ser praxe.

No município de Januária, o padre Marinho tinha grande ascendência política, porém foi preso pela participação no movimento armado de 1842, e depois de anistiado, elegeu-se deputado geral três vezes, contudo, em seu terceiro mandato, a Câmara foi novamente dissolvida e ele abandonou a política, tornando-se cônego da capela imperial. A política em Januária passou a ser comandada pelo português José Inácio do Couto Moreno, mas os liberais sempre mantiveram ali um significativo reduto, liderado pelo comerciante Manoel Caetano Souza e Silva. Em Montes Claros, os liberais mantiveram franca hegemonia, cabendo a liderança política ao padre Antônio Gonçalves Chaves. Em 1849, contudo, meses após a ascensão dos conservadores, a cidade foi invadida por um forte regimento de cavalaria, não da Guarda Nacional, mas do exército regular, sob o comando do tenente Manoel Joaquim Pinto Paca, que forçou a fuga do padre Antônio Chaves e dos principais líderes liberais. O padre refugiou-se em Diamantina que permaneceu sob o comando dos liberais até o fim do período imperial. Montes Claros passou a ter um novo líder político, Carlos José Versiani, porém o filho mais velho do padre, também chamado Antônio Gonçalves Chaves, bacharel em Direito, que chegou a ocupar a presidência da província na década de 1880, restituiu o poder aos liberais, pelo menos durante os períodos de hegemonia desse partido. Judy Bieber detecta um crescimento da violência político-partidária no norte de Minas, por volta de 1850, a tal ponto que, na década de 1860, os “confrontos políticos entre os dois partidos tinham se tornado lugar comum” (1999, p. 72).<sup>24</sup>

O ano de 1850 marca não apenas a metade do século XIX, mas uma virada nos rumos políticos que o país vinha seguindo. As mudanças são, todas elas, de cunho autoritário e centralizador. A importação de escravos da África é finalmente suspensa e tem início um tráfico interno, que leva boa parte dos cativos do nordeste e do sertão, em geral, para as promissoras regiões cafeeicultoras, onde eram ainda mais maltratados. Uma nova lei de terras, também aprovada naquele ano, tornou devolutas, ou seja, pertencentes à nação, as terras que não fossem devidamente registradas em cartório, legalizando a apropriação indébita de grandes extensões, ocupadas até então pelas populações tradicionais, inclusive indígenas e quilombolas. No âmbito da Guarda Nacional, com a implementação da lei de 19 de setembro de 1850, as eleições para o oficialato foram completamente abolidas, e o estado maior de cada regimento passou a ser objeto de nomeação pelo ministro da justiça. O contingente da corporação cidadã, nesse ano, chegou à casa dos 15 mil, menos de uma décima parte do que havia sido poucos anos antes.

24. “*By the 1860s, violent confrontation between the two parties became commonplace*”.

Em 1873, com o exército revigorado, graças à mobilização para a guerra paraguaia, uma nova lei restringiu a GN à qualidade de força de reserva, chamada à ação apenas em “casos extraordinários de guerra externa ou rebelião doméstica” (URICOECHEA, 1978, p. 137). As patentes de oficial da GN passaram a ter significado apenas honorífico, indicando prestígio político. Assim, a Guarda Nacional chegou à República com um contingente simbólico de 13,5 mil homens “em armas”. No novo regime, a instituição permaneceu sem maiores mudanças e até voltou a ganhar prestígio com a política de compromisso implantada pelo presidente Campos Sales, em 1900, que conferia poderes aos líderes políticos locais, ou seja, aos “coronéis”, dando início ao período posteriormente chamado de coronelismo. A Guarda Nacional, contudo, enquanto instituição, estava cada vez mais fraca e restrita à sua função honorífica, sendo extinta em 1918. Um último rebento das milícias do *ancien régime* ressurgiu poucos anos depois, por gestão do presidente Artur Bernardes, com a criação dos Batalhões Patrióticos, em 1925, encarregados de lutar contra o tenentismo e, depois, de perseguir a Coluna Prestes, porém extintos no início do governo de Washington Luís, e novamente criados, em diferentes estados, sem chegar a assentar praça, no fim do seu governo, ante a iminência da revolução de três de outubro.

### 3.3. TEORIAS ACERCA DO CORONELISMO

Um dos pontos acerca do quais não se discute é o axioma de que o coronelismo está fundado no patrimônio, já postulado na própria formulação do conceito de “coronelismo”, por Victor Nunes Leal, no clássico *Coronelismo, enxada e voto*, publicado pela primeira vez em 1949. Ao caracterizar o coronel, Leal diz que “a força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras” (1997, p. 42). Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, cuja primeira edição é de 1958, não contradiz a conceituação e ainda insere o “coronel” em um quadro “patrimonialista” (2008, p. 697-738). Essa teoria explicativa do “patrimonialismo brasileiro” fora formulada duas décadas antes, juntamente com o tipo puro neweberiano do “homem cordial”, concebido por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. Para Sérgio Buarque, entre as muitas características desse “cordialismo” brasileiro estão as formas de burocracia e de funcionalismo, herdadas de Portugal, que não distinguem o público do privado (2009, p. 145-146). Portanto Leal apontou para o patrimonialismo coronelista, e Faoro desenvolveu a ideia e a inseriu no quadro sergiano do homem cordial, a demonstração cabal coube, contudo, a Maria Isaura Pereira de Queiroz, quando

fala sobre os “bens de fortuna” (patrimônio pessoal), como requisito básico e imprescindível do “coronel” (1997, p. 171-178). Os outros requisitos, inclusive o carisma, são adicionais e dispensáveis.

Outro aspecto que nos parece incontestável é o caráter cada vez mais honorífico da Guarda Nacional, apontado, primeiro por Faoro (2008, p. 713-718) e desenvolvido por Fernando Uricechea, em *O minotauro imperial* (1978, p. 153-160). Assim também o clientelismo inerente a esse tipo de política, já presente na concepção original de Leal (1997, p. 41-44). Na presente seção, pretendemos abordar um quarto aspecto, pouco estudado, que é a guerra dos coronéis, o coronelismo enquanto instituição bélica, estrutura que se manteve mesmo quando a Guarda Nacional passou à reserva, em 1873, tornando-se puramente honorífica, mas, ainda assim, hierarquizada e estruturada como uma milícia. Possivelmente manteve essa estrutura militar mesmo depois de ter sido formalmente dissolvida, em 1918, com os oficiais conservando, no trato com a sociedade local, as suas distintas patentes, ao longo de toda a década seguinte, além de continuarem a se fazer acompanhar de cabras armados.

Apesar do fato de muitos considerarem que a função do coronel era meramente honorífica, e ainda que a Guarda Nacional fosse “amadorística”, em termos militares, conforme ressalta Uricechea, o coronelismo não era puramente político, mas baseava-se no uso da força e da violência, inclusive em larga escala. O amadorismo do coronel em termos militares, tão evidente, deve ser, contudo, relativizado, já que tem como referência a guerra praticada na Europa, distinta da guerra brasileira e sertaneja. Uricechea concede certo talento militar aos gaúchos, pela participação nas muitas guerras, internas e externas, que tiveram lugar nos pampas, mas não aos demais coronéis e oficiais da GN, que não teriam sido mais que *honoratioren*, portadores de um privilégio puramente litúrgico, que consistia em receberem o tratamento de coronéis, ou de capitães, de ostentarem a farda da “Briosa” e de carregarem a espada na cinta, além de desfilar a cavalo nas paradas cívicas e militares, ineptos para as atividades militares propriamente ditas, em particular para a guerra de cavalaria (1978, p. 181-193). Obviamente esses “coronéis” não eram mansas ovelhas, mas ardilosos políticos, e essas ostentações litúrgicas garantiam uma legitimação tanto junto ao governo quanto junto à população em geral.

O suposto amadorismo em termos bélicos dos “coronéis” é verdadeiro, ao norte dos pampas, no que se refere ao emprego do cavalo, deficiência demonstrada de forma ainda mais cabal nos conflitos entre a Coluna Prestes e os Batalhões Patrióticos. Os sertanejos eram também deficientes no uso de artilharia e no emprego das elaboradas técnicas europeias de combate. Porém esse amadorismo é falso se consideramos a existência de uma guerra tipicamente brasi-

leira, própria dos sertões. Se é que podemos aplicar o nome de guerra a esse conjunto de práticas. Trata-se, de fato, de uma guerra surda e quase sempre covarde, baseada em escaramuças, contra-ataques, emboscadas e diversas formas de traição. Essa guerra sertaneja, foi travada pelos “coronéis” contra os mais variados adversários: contra nações indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, contra insurgentes messiânicos ou partidários, contra bandidos, contra os posseiros das terras registradas em nome da família, contra os ocupantes de terras a serem griladas, contra os revoltosos da Coluna, contra famílias ou partidos rivais, quer dizer, contra os próprios vizinhos, e até mesmo contra as forças do governo, embate que, apesar de ser cuidadosamente evitado, era muitas vezes incontornável.

Também cabe relativizar a afirmação de que o coronelismo é antes “um sintoma da decadência do que manifestação de vitalidade dos senhores rurais”, presente já na formulação original da teoria coronelista, desenvolvida por Victor Leal (1997, p. 78), e endossada por José Murilo de Carvalho, para quem “o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e têm que recorrer ao governo”, e o “compromisso coronelista baseava-se justamente na decadência econômica dessa classe” (1999, p. 133, 138). Parece, entretanto, que, ao contrário, foram os governos estaduais e federais que procuraram os mandões locais, ou “coronéis”, para implementar um projeto centralista em áreas onde não havia policiamento suficiente para impor suas políticas públicas. Aí reside, talvez, a maior contradição do coronel, enquanto líder local, que é a de trabalhar pela centralização, solapando as próprias bases do seu poder político. A decadência econômica também deve ser relativizada, já que a austeridade despojada e a falta de dinheiro em espécie são características das populações sertanejas, tendo sido percebidas mesmo entre os potentados.

Na revisão das variadas teorias acerca do coronelismo, José Murilo de Carvalho acertadamente insere essa forma política em uma tradição mais antiga e ainda existente de mandonismo e de clientelismo. Segundo esse autor, o “mandonismo retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período relativamente curto” (1999, p. 135). Para ele, o coronelismo deixou de existir em outubro de 1930, com a revolução varguista. Esse autor não leva em conta que muitos líderes locais continuaram sendo considerados “coronéis”, tanto pelos seus “subalternos”, quanto por eles mesmos. Também parece não perceber que o “coronelismo” é um constructo criado *a posteriori*, um “neologismo surgido na década dos 30” (BARBOSA; DRUMMOND, 1986, p. 274), quando a “política das oligarquias”, nome mais apropriado para essa forma política, se encontrava em franco processo de demonização, neces-

sário para a legitimação do regime que se instaurava. A morte de João Pessoa, por exemplo, foi atribuída às oligarquias, termo vago que indicava uma rede política, formada por pirâmides superpostas, envolvendo tanto o jagunço, quanto o fazendeiro, o delegado, o deputado e o presidente da república, mas serviu para desencadear a revolução. Esse assassinato, também gerou, nos meses seguintes, a mudança no nome da capital estadual e a inclusão, na bandeira da Paraíba, do enigmático “Nego”, do verbo negar, pois o “protomártir” da Revolução de 30, recusara-se a dobrar os joelhos ante a política de sórdidos compromissos da “oligarquia”. Esse constructo do “coronel”, contou ainda com o ademão literário da escola denominada justamente “Romance de 30”, com nomes da envergadura de José Lins do Rego e Jorge Amado, que contribuíram consideravelmente para a formação da imagem que hoje temos do “coronel”. Também não pode ser negligenciada a influência de Dias Gomes, com seu *Bem amado*, nessa formação extemporânea da figura do coronel (FORTUNATO, 2008, p. 171-219). O termo “oligarquia”, contudo, parece exprimir melhor esse tipo de política, já que ressalta o caráter colegiado e familiar, além de mostrar que era uma herança senhorial, enquanto “coronelismo” enfatiza o aspecto personalista, mais próprio do período pós-45. Os autores atuais aplicam o termo oligarquia sobretudo à comissão executiva dos partidos estaduais hegemônicos, que era, de fato, a oligarquia das oligarquias, mas pode-se dizer que cada localidade tinha sua própria oligarquia, podendo também ter duas ou mais.

Pode-se, portanto, dizer que o “coronelismo”, de fato, somente começou a existir depois da primeira república, justamente como forma de sobrevivência da política das oligarquias adaptada à nova ordem. O problema é que essa afirmação, embora seja conceitualmente mais exata, vai contra o uso corrente, e a linguagem, sendo arbitrária por excelência, trabalha com convenções devidamente estabelecidas. De qualquer jeito, o emprego do termo “coronéis”, pelos meados do século XX, é atestado pelos quatro coronéis em plena atividade política na década de 1960, sempre a nível local, distribuídos na geografia pernambucana e apresentados no clássico *Coronel, coronéis*, de Marcos Vinícios Vilaça e Roberto Cavalcante de Albuquerque. A socióloga Maria Auxiliadora Ferraz de Sá apresenta uma cidade, à qual não nomeia, onde encontra o coronelismo em plena vigência, mas com novas especificidades, no ano de 1970, quando foi feito o levantamento de dados. Conclui, ao fim do trabalho, que o “coronelismo persiste, embora redefinido e parcialmente ameaçado em suas bases e como sistema de domínio” (1974, p. 121). A afirmação de que o coronelismo deixou de existir com a Revolução de 30 parte, contudo, de prestigiados pesquisadores. Para José Murilo de Carvalho, por exemplo, em sua revisão das teorias coronelistas, escrita no fim dos anos 70, quem não pensa assim confunde co-

ronelismo com mandonismo.<sup>25</sup> A posição contrária, também conta com renomados defensores. A professora Maria de Lourdes Janotti, em comunicação pouco conhecida, explica que alguns “autores insistem no ocaso do coronelismo, talvez por não terem se detido na observação dos seus novos compromissos”; e continua:

Não há dúvida de que Getúlio Vargas se valeu dos coronéis do sertão, dos estancieiros gaúchos e mesmo dos fazendeiros paulistas para tomar o poder e nele se manter. O mesmo poder-se-ia dizer de todos os governos da República, até hoje.

O coronelismo demonstra, portanto, ter uma estrutura bastante plástica, adaptando-se a sucessivos momentos históricos (1998, p. 513-514).

Com relação a essa polêmica, nossa posição é a de que se alguns líderes políticos locais, depois de 1930, continuaram a ser chamados de coronéis, ainda que seja apenas no sertão pernambucano, então o coronelismo resistiu à Revolução de 30, mesmo que tenha se tornado um “neocoronelismo”, um “pós-coronelismo clientelista” ou mesmo um “pseudocoronelismo”.

O poder desses coronéis, tanto do pós-30, quanto do período anterior, era necessariamente subalterno às instâncias estadual e federal. Desde os tempos imperiais, havia uma clara diferenciação entre o coronel da Guarda Nacional, apesar da sua influência local, ou mesmo regional, e o barão. O barão tinha acesso à Corte e o coronel era poderoso apenas no seu reduto, não tinha a disciplina do oficial das forças regulares, nem o conhecimento dos doutores, nem o carisma dos padres. Fora do seu domínio territorial, os coronéis eram, portanto, subalternos aos barões, aos senadores, aos deputados, aos oficiais das forças de primeira linha, aos doutores e aos padres, ainda que dentro de seus domínios usufríssem poderes quase absolutos.

Nesse aspecto, temos que concordar com José Murilo de Carvalho, quando critica, de forma implícita, a afirmação de Eul-Soo Pang de que Horácio de Matos e os demais coronéis do tratado de 1920 eram “coronéis com estados independentes”, ou seja, que instituíram, no sertão da Bahia, “estados dentro do estado”, já que tinham seus próprios exércitos de jagunços e acesso direto ao presidente da República (PANG, 1979, p. 149; CARVALHO, 1999, p. 133). É preciso relativizar a situação; Horácio de Matos e os demais “coronéis do tratado” ainda eram subalternos ao governador baiano, embora contassem com uma considerável autonomia em

25. “O coronelismo não existiu antes dessa fase [1889-1930] e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos,” entre os quais Horácio de Matos; e ainda: “O próprio Leal é incoerente ao sugerir um renascimento do coronelismo”; e mais adiante: “Os autores que vêem o coronelismo no meio urbano e em fases mais recentes da história do País estão falando simplesmente de clientelismo. [...] é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumentou em decréscimo do mandonismo” (1999, p. 132-135).

nível local e regional e pudessem até eventualmente se rebelar. Um dos mais seguros indicadores dessa subalternidade dos coronéis e dos mandões é o adesismo, ou governismo, tão próprio dos mandões locais sertanejos, pois evitam, de forma cuidadosa, alinhar-se à oposição seja estadual, seja federal. No período militar, por exemplo, nos menores municípios, os políticos não se filiavam de forma alguma ao MDB, e as facções locais se dividiam, quase sempre, em Arena 1 e Arena 2.

Outro aspecto bastante controvertido da vasta teorização coronelista é a associação desse tipo de dominação política com o feudalismo. Na maioria dos casos em que se aponta para a similaridade entre os dois sistemas, trata-se de referência não ao feudalismo propriamente dito, mas ao conceito marxista de modo de produção feudal (*feudale Produktionweise*), onde o trabalho escravo é substituído pelo trabalho servil, que, por sinal, coincide com o coronelismo em sentido estrito, já que a escravidão foi abolida em 1888 e o coronelismo teria começado no ano seguinte, com a proclamação da República. Da mesma forma que com o coronelismo, existe um feudalismo em sentido estrito, que existiu entre a França e a Alemanha e atingiu a Inglaterra, assimilando elementos carolíngios a uma nova realidade depois que a região foi devastada por invasões dos húngaros, dos normandos e dos muçulmanos, e também existe um outro feudalismo, em sentido amplo, em outras regiões e épocas (BLOCH, 1968, 73-95).

Para fins teóricos, Max Weber também trabalha o termo “feudal” em sentido bastante amplo, como sendo “toda concessão de direitos, especialmente aqueles de aproveitamento de terras ou de dominação territorial política, em troca de serviços militares e administrativos”, prática que “em quase toda a Antiguidade” desempenhou “papel fundamental” (2004, v. 2, p. 289). A política de distribuição das capitâneas e das sesmarias segue um princípio similar. Uma vez distribuídas as terras, os senhores passavam a ter obrigações militares, exercidas através da formação e comando das várias milícias compostas de escravos, colonos ou agregados, inclusive indígenas, clientes e familiares. Com isso, os senhores de terra, se não chegavam a constituir uma classe, eram certamente um estamento, cuja principal finalidade era econômica, como a maioria dos empreendimentos europeus na época moderna, mas cuja estrutura era basicamente militar e de tipo “feudal”, conforme a nomenclatura weberiana. Essa posição era reforçada pelo exercício de uma certa justiça senhorial, não apenas com relação ao escravo, mas também com relação aos colonos, ou arrendatários. O morgado Guedes de Brito, depois morgado da Casa da Ponte, por exemplo, que tinha direitos adquiridos sobre boa parte da região estudada, entre Minas e a Bahia, obteve de dom José, em 1762, a “graça” de nomear um juiz privativo, o desembargador Rodrigo Coelho, encarregado de resolver todas as questões envolvendo o latifúndio (NEVES, 1998, p. 68).

Quando o proprietário de escravos e terras era eleito, ou nomeado para algum cargo público, esse direito senhorial recebia, na prática, um imenso suporte da máquina estatal como um todo. Contudo os capitães-generais, os ouvidores e, mais tarde, os juizes de fora e os juizes de direito, tinham, entre outras atribuições, a de coibir os excessos desses mandões, cujos desmandos foram motivo de escândalo em todos os períodos históricos. As autoridades superiores, porém, deviam evitar o confronto armado, não apenas no sertão, mas também nos núcleos urbanos, pois os resultados podiam ser desastrosos, como, de fato, foram, em numerosas ocasiões. Em todo caso, para a legitimação dos seus atos, o mandão local dependia da indispensável anuência dos poderes superiores, que hoje chamamos de estadual e federal. Esse adesismo era uma questão vital para os “coronéis”, pois, muitas vezes, mesmo sendo derrotados nas eleições locais, quando pertenciam à situação, impugnavam o pleito e voltavam ao poder, através de intervenções governamentais ou jurídicas. Contudo, mesmo quando contavam com o apoio das esferas superiores de poder político, o uso da jagunçada era indispensável, caso contrário, a ordem legal não seria cumprida, já que o aparato policial era restrito e, no caso do sertão, havia a distância a ser percorrida e a ausência de estrutura logística.

Dessa forma, através dessas guerras e conflitos, de conteúdo fortemente político e de dimensões locais, ou, no máximo, regionais, formou-se o estamento dos mandões locais do sertão brasileiro, com suas características militares. Durante certo período, o governo desses mandões, exercido a nível local, pode ser denominado coronelismo; o que varia, de teoria para teoria, é a duração do período coronelista da história sertaneja. Propomos uma duração tríplice. Em sua amplitude máxima, o coronelismo começa com a política de descentralização implementada pela regência, em 1831. A criação da Guarda Nacional, cujo comando local coube justamente ao coronel, foi um dos tantos elementos dessa descentralização regencial.<sup>26</sup> Também não pode ser esquecido que faz parte do mesmo processo descentralizador a criação de alguns dos principais municípios do sertão mineiro: São Romão, Formigas, Rio Pardo e Januária, além de Grão Mogol e da Imperial Vila de Vitória, na Bahia, criados por ocasião da maioria, em 1840, mas ainda inseridos nessa política descentralizadora. Em sua extensão máxima, o coronelismo vai até a década de 1960, e mesmo começo dos anos 70, quando alguns líderes políticos ainda

26. Em *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, Teodoro Sampaio informa que ouviu, em 1879, a seguinte fala de um morador de Bom Jesus da Lapa: “Os coronéis daqui vivem a fazer política para guardarem para si essas funções [fala da função de sacristão], tanto que dificilmente aqui pára um capelão, não tolerando a presença do vigário”; se é que essa fala não foi “maquiada” pelo autor, que publicou o texto já no início do século XX, indica que o termo “coronel” já tinha então um sentido não apenas de oficial da Guarda Nacional, mas de mandão local (2004, p. 139).

eram tratados com o título de “coronel”, que passou, a partir de então, a ter certa conotação de injúria. Em sua extensão média e mais usual, o coronelismo tem as mesmas dimensões da primeira República, 1889-1930, considerado-se mesmo um anacronismo - palavrão entre os historiadores - chamar de coronelismo qualquer forma de dominação fora do contexto da “República Velha”. Uma extensão ainda mais restrita, associa o início do coronelismo à “política dos governadores” de Campos Sales, em 1900, e o seu fim, em 1918, juntamente com a Guarda Nacional e a patente de coronel outorgada a pessoas que não eram militares de carreira. Para além desses limites e para fins estritamente teóricos, podemos falar em um pré-coronelismo, com o mandonismo local dos potentados coloniais, e em um pós-coronelismo, com o clientelismo, ainda existente, dos currais eleitorais, e com as arbitrariedades de prefeitos, presidentes de câmaras e outras autoridades locais.

Quando consideramos o coronelismo uma forma de dominação exercida por um estamento com características militares no sertão brasileiro, o termo “sertão” tem o sentido de fronteira colonizadora, mas é importante lembrar que não se trata de um processo de povoação ou de civilização, no sentido estrito, pois essas terras já eram ocupadas por indígenas, quilombolas e posseiros. Essa ocupação de uma terra que já tinha moradores determinou boa parte do caráter militar desse estamento. Esses mandões certamente estão agrupados em um estamento, ou casta, no sentido weberiano. A sociedade brasileira era uma sociedade de castas, a começar pelos escravos, representando aquele estamento menos privilegiado, na base da pirâmide sócioestamental; depois, logo acima, vinham os forros, os indígenas aldeados, os jornaleiros, ou trabalhadores a dia, os artesãos, funcionários em geral, comerciantes e pequenos proprietários, estamentos situados abaixo dos mandões locais; acima de quem estavam as autoridades governamentais em geral, inclusive militares de carreira, deputados, senadores, a nobreza brasileira, sempre ambígua, os doutores e os bispos, mas não necessariamente nessa ordem.

Dentro do seu território, contudo, não cabe dúvida de que os “coronéis” detinham o poder supremo, pelo menos enquanto assegurassem esse poder com o aparato das suas milícias particulares e contassem com o respaldo dos governos estadual e federal. Os doutores e os padres, mesmo quando alçados à condição de líderes políticos locais, comandando suas próprias milícias, preferiam seus títulos acadêmicos e eclesiásticos às patentes de miliciano, que indicavam escolaridade incompleta. Isso não impede que esses doutores e padres fossem “coronéis” no sentido de mandões locais, por isso se fala em coronéis-doutores, coronéis-padres, coronéis-comerciantes e coronéis-industriais, mas essa terminologia é utilizada apenas com fins teóricos. Essa necessidade de exercer um poder de caráter senhorial sobre uma pequena localidade, ou,

na última das hipóteses, sobre um logradouro, com suas poucas famílias, parece ter determinado o caráter imprescindível da posse de uma gleba de terras para legitimar a posição de mandão local na Primeira República brasileira, frente a uma população rural.

A importância da posse de terras pode ser ilustrada pela figura de um coronel inteiramente atípico, do interior de São Paulo. Nascido Al Dehy, em terras libanesas, chegou ao Brasil adolescente, por volta de 1910. Aqui, mudou seu nome para Zacarias Nicolau e, mais tarde, montou um estabelecimento comercial em Cássia dos Coqueiros, distrito de Cajuru. Tornando-se o “coronel Zacarias”, líder local que se viu envolvido em distintos conflitos políticos, inclusive armados, entre os anos de 1925 e 1932. A origem da fortuna do coronel Zacarias estava no comércio, a princípio local, passando à exportação de café, porém, uma das suas primeiras preocupações foi a de adquirir propriedades rurais, pois, somente dessa forma, segundo a professora Janotti, “legitimou o seu poder junto à sociedade rural” (1998, p. 510-511).

A recorrência de conflitos relacionados à honra ferida, que se desdobram em intermináveis vinditas, ou guerras entre famílias, muitas vezes iniciadas por ninharias, também são indício inequívoco da existência de um código estamental inserido em um sistema mais amplo de direito costumeiro profundamente arraigado. Maria Sylvia de Carvalho Franco atribui essa violência quase gratuita a uma “sobreposição de áreas de interesse” e à “integração a uma economia de mercado” (1997, p. 28-29), contudo não se pode esquecer que a violência inerente ao processo de ocupação da terra também instaurou padrões de comportamento que, no caso do vale do Paraíba, vinham de algumas gerações, mas que continuarão se reproduzindo na paulatina colonização das matas do leste mineiro, ao longo de todo o século XIX, com o tradicional emprego de distintas formas de violência, inclusive de caráter genocida.

As características militares desse estamento são variadas, a começar pela patente de “coronel”, que dá nome ao tipo de política do qual estamos tratando. O quadro administrativo do coronel também possui patentes relacionadas ao papel que cada um desempenhava dentro da estrutura local de dominação: tenente-coronel, major, capitão, tenente e alferes. O uso de cavalos estava restrito aos oficiais e não há qualquer forma de guerra hípica, ao contrário do que acontecia nos pampas e nos *llanos* da Colômbia e da Venezuela. A infantaria, na área estudada, recebia, sobretudo, o nome de jagunçada, formada pelos jagunços, talvez de origem jaga, munidos simplesmente com zagunchos. O termo clavinoteiro, também muito empregado, indica o uso de arma de fogo, o clavinote. Nos documentos judiciais em torno do padre José Vitório e dos desmandos da família Lopes Moitinho, e também na correspondência da Guarda Nacional baiana, encontra-se o termo “peitos largos” aplicado àqueles que hoje chamamos de jagunços

(URICOECHEA, 1978, p. 208; IVO, 2004, p. 152; [arquivos:] AFGM, 1856). No ciclo do canção recebem o nome de cabras, designação de cunho étnico, que indica ascendência africana. No sul da Bahia, o termo capanga é aplicado a esse miliciano a serviço de um particular, e Silva Campos fala mesmo numa “instituição da capangagem” de cunho partidário, introduzida na região em 1885, pelo coronel Gentil de Castro, que Faoro considera, não sem certa razão, “o pai do futuro coronelismo” (CAMPOS, 1981, p. 266; FAORO, 2008, p. 442).

O caráter eminentemente militar do “estamento dos mandões” também pode ser percebido no grande valor outorgado a carismas tipicamente guerreiros, tais como a invencibilidade, a invulnerabilidade, ou corpo fechado, o furor guerreiro, a capacidade de se transformar em cupinzeiro, tronco de árvore ou outro componente da paisagem e o poder de fugir de forma miraculosa dos mais apertados cercos, através da magia ou recorrendo ao recurso ao disfarce, que não é mágico, mas é extracotidiano.

### 3.4. OS CORONÉIS-BANDIDOS

É curioso que os teóricos do coronelismo tenham falado em coronel-padre, em coronel-comerciante, em coronel-industrial, em coronel-doutor e até em coronel-coiteiro, diretamente ligado ao banditismo, mas não tenham formulado o tipo do coronel propriamente bandido, quando, ainda em vida, muitos desses mandões, aos quais denominamos genericamente “coronéis”, receberam o epíteto de “bandidos”.<sup>27</sup> Essa designação partiu, obviamente, de adversários, fossem autoridades legalmente constituídas, encarregadas de punir as infrações deles, ou moradores da localidade ou região, muitas vezes vítimas dos desmandos desses bandidos com poder político.

27. Para Moreira Lima, em *Coluna Prestes - Marchas e contramarchas*, Horácio não passava de um “truculento cangaceiro”, “um bandido da pior espécie, que vivia incendiando fazendas, povoados, vilas e cidades, assassinando e roubando seus moradores, sem possuir o menor traço de dignidade e não passando de um êmulo de Lampeão e de outros cangaceiros semelhantes”; em Campestre, ouvira de moradores que “Horácio era um bárbaro”, que os espoliava e maltratava, pelo “simples espírito de ferocidade”; sua tia Casemira, segundo esse autor, era “um jagunço de saias” (1979, p. 288-294); esse conjunto de imprecações não nos devem impressionar, pois, para o autor, quem quer que lutasse ao lado dos legalistas estava a um passo de ser bandido, e o próprio presidente Bernardes, se não era exatamente um bandido, era um inimigo da lei e da ordem; o general Cândido Rondon, que chefiou os “bernardescos” na região de Foz do Iguaçu, apesar da fama de honesto e pacífico, “era dono de latifúndios em Mato Grosso e não pagava regularmente os funcionários subalternos, contra os quais cometia toda sorte de violências” e afirma que, quando chegou à região do rio Madeira, em 1918, viu que a fama de Rondon na região “era a pior que se possa imaginar” (1979, p. 102).

Esses chefes políticos de bandidos são os personagens centrais do *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, e também aparecem em reminiscências da infância de Antonio Candido no sudoeste de Minas, inseridas em “Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”, um dos primeiros textos a tratar das especificidades do banditismo em Minas, a partir da literatura produzida no estado. Além dos episódios literários, Antonio Candido se refere também a episódios históricos e chega a prestar um testemunho pessoal, ao falar de um jaguncinho adolescente, talvez do seu círculo, morto a serviço do “padrinho” coronel, e em um “coronel facínora”:

vi pelo menos um bando de jagunços passar sob o comando desempenado de um *coronel facínora*, chefe de uma vila próxima, mandante de infinitas mortes, dono de uma fazenda fortificada e cheia de subterrâneos, cujo nome é hoje motivo de lendas (2004, p. 123; itálicos nossos).

O texto, contudo, trata dos jagunços e não dos comandantes, embora se refira a eles, e não chega a tratar especificamente do coronel enquanto bandido, mas há outras menções a essa ambivalência. Fica a impressão de que, em Minas, os bandidos não se constituíam em bandos independentes, mas que eram escravos, agregados e clientes, denominados jagunços ou clavinoteiros, a serviço desses mandões criminosos.

Em terras baianas, o coronel Heliodoro de Paula Ribeiro, que fora intendente de Campes- tre, e o capitão Clementino de Matos, tio de Horácio de Matos, foram chamados de “bandidos” pelo governador Luís Viana. O fato de ser presidente estadual e de ter sido juiz de direito não fazia de Viana um cumpridor estrito da lei. O epíteto foi antes uma forma de legitimar o envio da força pública, que, unida à jagunçada dos mocós, arrasou Cochó do Malheiro, e saqueou, depois incendiou, Queimadinhos, principais redutos políticos de Heliodoro. Heliodoro foi preso e condenado a uma longa pena; quanto a Clementino, diante da impossibilidade de prendê-lo, foi julgado e condenado à revelia, mas ambos foram absolvidos, em 1900, tão logo Severino Vieira substituiu Viana (CHAGAS, 1956, p. 55-100; QUEIROZ, 1985, p. 26-27).

O mesmo aconteceu com José Pereira, líder político do município paraibano de Princesa, hoje Princesa Isabel, denominado “cangaceiro” pelo governador João Pessoa. De fato, José Pereira reunia algumas das características do “cangaceiro”, não apenas por comandar um grupo de particulares armados, mas também porque atendia à exigência geográfica, já que Princesa fica na área endêmica do verdadeiro cangaço, o vale do rio Pajeú. Esse rio nasce na Paraíba e deságua no São Francisco, depois de cortar o estado de Pernambuco. José Pereira tinha entre suas forças muitos ex-cangaceiros. Muitos desses cabras certamente tinham o corpo fechado.

O recurso à magia do corpo fechado foi utilizado também pelas forças que vinham do litoral, numa malograda expedição formada por 12 caminhões carregados de policiais, na frente da qual vinha um pai de santo de Campina Grande, que tinha se unido ao grupo com a missão de fechar o corpo de toda a soldadesca. Obviamente esse fechamento coletivo de corpos não deu resultado, pois o comboio caiu numa emboscada, em Água Branca, e a tropa estadual foi posta em fuga, depois de numerosas baixas, inclusive a do feiticeiro (INOJOSA, 1980, p. 109-130, 139-143, 163-165, 230-231; LEWIN, 1993, p. 348-359).

O massacre do Tamanduá, seguido do saque das fazendas, vendas e localidades vizinhas, apesar da motivação política e familiar, foi certamente um ato de banditismo, cujos perpetrantes foram designados mocós (IVO, 2004, p. 185-187). Apesar de ter tido motivação prioritariamente político-partidária, a invasão de Januária, pela jagunçada do Neco e de seus clientes, foi seguida de saque e da venda do butim, no qual tanto o Neco quanto seus aliados tiveram uma parte considerável, o que a caracteriza como ato de banditismo (SAMPAIO, 2002, p. 190). Embora esteja fora do contexto cultural deste estudo e seja também politicamente motivada, a morte do presidente da Câmara e de outras autoridades de Passos, em 1912, pelo líder político de Cássia, alferes Isidoro de Lima, foi também um ato de banditismo, servindo de eixo narrativo para o romance *Chapadão do Bugre*, de Mário Palmério (CANDIDO, 2004, p. 105-107).<sup>28</sup> João Brígido, citado por Oliveira Viana, relata que, por ocasião de uma eleição no Crato, em 1821, possivelmente para as Cortes, quando os votantes engalanados se dirigiam para a matriz, que era o local de votação na época, apareceram “os cabras”, ou seja, “uma multidão numerosa de habitantes, sujos, mal vestidos ou cobertos de trapos, armados de parnaíbas, espingardas e cacetes”. A chacina somente não foi maior porque “o caudilho Filgueiras”, que além do corpo fechado tinha força física descomunal, apareceu, certamente acompanhado de homens armados, e conseguiu conter a multidão. Os jagunços utilizados no ataque aos locais de votação eram chamados, no Ceará, de “cerca-igrejas” (apud VIANNA, 1987, v. 1, p. 238).

Após a contagem dos votos, tinha lugar a sebaça, saque às fazendas cujos proprietários tinham apoiado a facção derrotada, na qual tomavam parte os jagunços dos “coronéis” vitoriosos unidos a integrantes da força pública estadual. No sul do país, segundo Oliveira Viana, essa

28. Da mesma forma que Guimarães Rosa, no *Grande sertão*, Mário Palmério, em *Chapadão do Bugre*, romance publicado em 1966, mistura história com ficção e muda o nome das localidades; oferece, no entanto, um quadro abrangente do banditismo no sudoeste de Minas, no qual não falta o “corpo fechado”, que aqui não é associado a nenhum tipo de autoridade, mas tão somente a criminosos; poucos eram os que sobreviviam e se regeneravam: “Até bonita carreira esses regenerados delinquentes logravam fazer, se de corpo fechado ou muita sorte, escapos aos perigos de vida assim tão arriscada” (1966, p. 193).

mesma prática era denominada “saltada” ou “assuada” (1987, v. 1, p. 213). Mesmo quando não era praticada por bandidos, a sebaça não tinha qualquer diferença do banditismo. O mesmo vale para a chacina, acompanhada de saque e incêndio, realizada pela força pública mineira e por numerosa jagunçada no povoado de Vargem Bonita, município de Januária, em 1913, a pretexto de prender Antônio Dó e desbaratar seu bando de serranos (MARTINS, 1997, p. 49-54). Riobaldo faz algumas referências à localidade, no correr do *Grande sertão*, direta e indiretamente, ao mencionar o Felão, como era chamado o alferes Félix Rodrigues da Silva, da força pública mineira, que comandou o massacre, e também citar outro inimigo do bandoleiro das barrancas, Andalécio, na verdade Indalécio Gomes Pereira, que também tomou parte nessa desastrosa operação militar (ROSA, 2006, p. 166-167, 436). Esses desmandos e violências de toda sorte praticados pela força pública não são exclusividade mineira, pois as crueldades praticadas pelas volantes sertanejas, na perseguição aos cangaceiros, são lugar comum da literatura acerca do cangaço, desde os primeiros autores que trataram do tema, Gustavo Barroso e Ranulfo Prata, por exemplo.<sup>29</sup>

A violência se torna legal quando praticada pelo correligionário, principalmente se é exercida contra um opositor. Mas com a alternância dos partidos no poder, a nível nacional, provincial-estadual, ou mesmo municipal, a autoridade de ontem se transformava em vítima de hoje, e, se se defendesse, recebia a denominação de bandido. Enquanto seu partido estava no poder, Antônio Antunes de França, o Antônio Dó, estava entre os mandões e é possível que tenha participado do massacre realizado na cidade de São Francisco, em 1896, arregimentando e mesmo comandando os jagunços serranos que invadiram a cidade, já que pertencia à facção dos morcegos; ou talvez tenha acompanhado seu irmão Honório, que era o valentão da família. Porém, quando a hegemonia dos morcegos foi substituída pela dos gaviões, Antônio Dó passou a sofrer perseguições, e quando, com um safanão, derrubou o delegado dentro do quartel da polícia, foi preso e ingressou na vida de crimes.

29. Um dos primeiros livros sobre banditismo no Brasil é *Heroes e bandidos - Os cangaceiros do Nordeste*, de Gustavo Barroso, publicado em 1917, obra rara, que não nos consta que tenha sido novamente editada; em 1930, Barroso publicou *Almas de lama e de aço - Lampeão e outros cangaceiros*, que traz um estudo sobre o banditismo dos “caxeados”, antepassados coloniais dos cangaceiros, onde se lê que, em 1843, as armas de fogo que os protocangaceiros usavam eram “bacamartes, trabucos e lacambéxes de pederneira, [que] não permitiam continuado tiroteio” e o combate logo passava para o corpo a corpo da briga de facas (1930, p. 43-52); *Almas de lama e de aço* fornece ainda relevantes informações acerca da trajetória de Antônio Silvino; em *Lampeão - Documentário*, Ranulfo Prata faz um estudo sobre a atuação do cangaceiro-rei, em território sergipano e baiano, enquanto Virgulino ainda aterrorizava a região, recebendo edições em 1932 e 1947, com uma reedição facsimilar da segunda, em 2010; sobre os cangaceiros, pode-se ainda acrescentar *Cangaceiros do Nordeste*, de Pedro Baptista, publicado na cidade da Paraíba, em 1929; e, tratando de outra região, *O banditismo no sul da Bahia*, de Eduardo Santos Maia, publicado em 1928.

Na trajetória de Antônio Dó, percebida por meio de uma leitura estamental, fica claro que, além dos estamentos negativamente privilegiados, compostos por escravos, sobretudo africanos, forros e caboclos, entre outros, havia também setores negativamente privilegiados dentro do estamento dos mandões-coronéis. Nos casos aqui estudados, esses setores negativamente privilegiados se alternavam, primeiro, conforme os gabinetes, liberais ou conservadores, depois, na República Velha, seguindo os caprichos da política oligárquica, com alternância entre as facções, quase sempre duas, conforme as alianças de cada uma com as esferas superiores. Não se pode esquecer, contudo, do imprescindível apoio da população, seja na qualidade de clientes-eleitores-aliados, direta ou indiretamente integrados à parentela, ou na de agregados-jagunços, ligados à propriedade do mandão ou à de seus correligionários. Cabe notar ainda que foi justamente o privilegiamento negativo que legitimou as violências cometidas pelos ex-mandões transformados em bandidos, por força da política partidária. Além de ter sido preso e espancado na delegacia de São Francisco, numerosas reses do rebanho de Antônio Dó foram roubadas e seu irmão Honório foi assassinado, sendo que o provável assassino tinha sido absolvido por pertencer à facção dos gaviões. Quando invadiu a cidade, em 1911, dois anos após sua prisão, a justificativa do resgate que cobrou dos cidadãos, de seis contos de réis (6:000\$000), foi “o ressarcimento dos prejuízos que lhe foram causados” (BRAZ, 1977, p. 387).

Ao desencadear a tragédia do Tamanduá, o Calistinho apoiava-se também no privilegiamento negativo, ainda que pertencesse ao estamento dominante da vila de Conquista. Dois irmãos seus tinham sido assassinados por uma diligência policial. A tradição guarda outras agravantes: as vítimas encontravam-se acamadas com malária, e o assassinato aconteceu diante da mãe dos jovens, a viúva Lourença de Freitas, que também teria sido destratada. Os réus foram levados a julgamento mas absolvidos. A narrativa já mencionada de que a viúva teria colocado os cadáveres dos dois filhos sobre mulas e os deixado em frente ao cemitério, como que exigindo justiça, mesmo sendo uma lenda, reforça a importância do privilegiamento negativo como elemento legitimador da chacina. A justiça divina, ou teodiceia (θηοδικεία), elemento sempre presente nas manifestações relacionadas com o privilegiamento negativo, conforme Max Weber (1991, v. 1, p. 326-355), serviu para justificar as numerosas mortes e outros crimes perpetrados pelos mocós na vingança da morte dos dois irmãos e, de fato, pelo menos em nível da justiça humana, os autores da chacina do Tamanduá foram absolvidos.

Com relação a esse privilegiamento negativo de setores do estamento dos mandões locais como elemento determinante do banditismo sertanejo, os exemplos são também muito numerosos e estão por toda parte. Já foi dito que o chefe do bando no qual Lampião se

iniciou no cangaço, Sinhô Pereira, tornou-se bandido depois que assassinaram seu irmão mais velho por motivos políticos; e seu primo e principal aliado, o também cangaceiro Luís Padre, vingava a morte de seu pai, também politicamente motivada. Esses assassinatos aconteceram em meio à disputa política entre as famílias Pereira e Carvalho, no município pernambucano de Vila Bela, hoje Serra Talhada, onde a família de Lampião fazia parte da clientela dos Pereira. Obviamente, o grupo dos Pereira também fazia das suas e a família de Lampião certamente tomava parte, mas o ingresso “formal” dos primos Sinhô Pereira e Luís Padre no cangaço, apoiado pela família e pelos correligionários, foi justificado pela morte dos parentes. No ingresso de Virgulino Ferreira da Silva, o futuro Lampião, no cangaço, o privilegiamento negativo - leia-se oposição na política local - também desempenha importante papel. Primeiro, ao ingressar no grupo do seu correligionário Sinhô Pereira, depois, pela expulsão, politicamente motivada, de sua família de terras pernambucanas para o estado de Alagoas, onde seu pai foi morto por um destacamento da polícia estadual, sob o comando do sargento José Lucena. Não chega a ser uma regra estrita, mas pode-se dizer que a maioria dos chefes de cangaceiros, de jagunços, ou de grupos de outros tipos foras da lei, nos sertões brasileiros, era constituída por mandões negativamente privilegiados, devido ao fato de que suas respectivas facções políticas estarem fora do governo.

Outro conceito teórico que ajuda a compreender o banditismo praticado pelos mandões locais sertanejos é o de bandido social, desenvolvido por Eric Hobsbawm e, em *Rebeldes primitivos* (1959) e *Bandidos* (1968), aplicado a célebres bandidos do mundo inteiro, inclusive Lampião. O bandido social é aquele que vem de uma camada pobre da população rural, entre a qual distribui o produto do seu roubo, à maneira de Robin Hood, recebendo dessa mesma população o suporte e as informações necessárias à sua sobrevivência e à de seu grupo. No Brasil, a aplicação desse conceito ao cangaço foi desenvolvida, com maior detalhe, por Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *Os cangaceiros* (1968, p. 205-206). Rejane Meireles Amaral Rodrigues, em dissertação de mestrado em História, intitulada *Antônio Dó - Um bandido social nas margens do rio São Francisco*, aplicou o conceito de bandido social a esse mandão-bandido, também considerado portador do corpo fechado. Nesse trabalho, a historiadora utilizou, sobretudo, as representações culturais acerca da trajetória do bandoleiro, onde seu caráter social, no sentido hobsbawmiano, fica mais evidente (2004, p. 101). Mais recentemente, Célia Nonata da Silva, em *Territórios de mando*, considerou insatisfatória a aplicação do conceito do bandido social a Manoel Nunes Viana, o turbulento mandão com corpo fechado, devido à complexidade do seu caráter (2007, p. 190-191).

A transformação nas pesquisas históricas sobre o banditismo, proporcionada pelos estudos comparativos de Hobsbawm, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, foi imensa. Contudo apareceram, também, algumas críticas muito bem fundamentadas ao conceito de “bandido social”. Sem querer fazer uma revisão completa, é necessário, a esta altura, esclarecer que o conceito de bandido social é diametralmente distinto do de coronel-bandido, ou mandão-bandido, como também pode ser chamado. Um dos poucos pontos em comum é o aspecto social dos dois tipos, sendo que o bandido social do historiador inglês é pré-político, enquanto o coronel-bandido é propriamente político e, muitas vezes, partidário. Entre os cangaceiros, Hobsbawm aplicou sua teoria apenas a Lampião, e muito superficialmente a Antônio Silvino (2010, p. 86, 88, 187, 191), mas Linda Lewin, em instigante artigo, demonstra, através da trajetória desse outro rei do cangaço, que os cangaceiros, ou melhor dizendo, os chefes de cangaceiros, tinham muito mais pontos em comum com os coronéis do que com os camponeses. Através desse artigo que trata mais bem de um bandido-coronel, ou de um cangaceiro-coronel, atuando um pouco fora da nossa área de estudo, podemos, contudo, perceber algumas das especificidades políticas, econômicas e logísticas do coronel-bandido.

Lewin apresenta elementos que permitem a constatação de que Antônio Silvino, não sendo bandido social, nem “bom ladrão”, como era chamado durante o tempo em que ainda atuava, apresentava, ao contrário, muitos traços em comum com o estamento, ou classe, dos proprietários rurais, que serve de base ao mandonismo local. Nasceu em uma família de bandidos, porém seus parentes, tanto por parte do pai quanto da mãe, eram homens de posses, proprietários de glebas consideráveis, onde criavam seus rebanhos bovinos, começando pelo barão do Pajeú, cujo título não o fazia menos criminoso, e que teve sérios atritos com o exército, que o remeteu, preso, para o Rio de Janeiro onde obteve, do imperador Pedro II, o indulto pleno dos crimes de que era acusado. Uma outra parenta, dona Carlota, teria sido condenada, pelas muitas mortes das quais era a mandante, às galés perpétuas em Fernando de Noronha, onde morreu (BARROSO, 1930, p. 75-76).

Silvino entrou para o cangaço após a morte do pai, Pedro Batista Rufino de Almeida, o “Batistão”, assassinado por um primo que, segundo Linda Lewin, “podia contar com a proteção dos políticos locais” (2012, p. 73),<sup>30</sup> e, de fato, os envolvidos no crime foram absolvidos, segundo Gustavo Barroso (1930, p. 82). Batistão era rábula - advogado sem formação universitária - nas

30. “*Silvino ‘turned cangaceiro’ in 1897 for the customary exaction of family justice after his father was murdered by an enemy cousin who could count on local political protection*”.

vilas de Pajeú das Flores e de Afogados da Ingazeira, chegando a ocupar o cargo de subdelegado de polícia, além de ser proprietário de rebanhos, de plantações de cana-de-açúcar e de um plantel de doze escravos, mas nem por isso era menos violento. Após o assassinato do pai, que teve lugar em 1897, Antônio Silvino ingressou no grupo de cangaceiros do seu padrinho e tio-avô, pelo lado materno, Aires Silvino, tornando-se o líder do bando em 1899, após a prisão de Aires.

Da mesma forma que Lampião, ele passou a ostentar a patente de capitão, sendo chamado de capitão Antônio e também possuía, segundo se acreditava, os poderes sobrenaturais do guerreiro-feiticeiro, pois desaparecia em meio aos tiroteios, como se fosse um fantasma. Para Lewin, o “comportamento de Silvino, enquanto bandido, se encaixa na estrutura de dominação e patronagem familiar”, denominada coronelismo, pois ele se adequava a essa estrutura, conforme seus objetivos e interesses (2012, p. 78).<sup>31</sup> Ele contava ainda com uma vasta rede de proteção, em Pernambuco e na Paraíba, que não apenas lhe garantia o couro, ou abrigo contra as perseguições policiais, mas também proporcionava alguma vida social. Em troca, Silvino prestava “serviços” a esses protetores, ou coiteiros, atacando seus inimigos políticos, entre os quais o coronel Antônio Pessoa, irmão do futuro presidente Epitácio Pessoa. Além da troca de favores, Silvino muitas vezes recebia dinheiro por esses “serviços”. Ainda segundo a pesquisa de Lewin, em determinadas ocasiões, o bandido, já então célebre, chegou a tecer elogios aos seus protetores em discursos eleitorais. Em 1912, participou de uma revolta de cunho político, na Paraíba, tomando parte nas operações militares ao lado dos líderes do levante, os doutores Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz, e saqueando várias localidades.

Em seu artigo, Linda Lewin relativiza as distribuições de dinheiro, de alimentos e do produto de saques que Antônio Silvino fazia entre a população pobre. Esses atos eram não apenas de patronagem, mas também uma forma de conseguir a colaboração dos sertanejos, e se enquadram mais bem nas práticas clientelísticas de uma *gentry* brasileira, do que nas do bandido social de Hobsbawm. Outra prática de Silvino, que o coloca antes ao lado dos patrões que dos empregados, é a de não utilizar bandidos experientes em seu bando, mas preferir noviços que eram instruídos e passavam a receber uma diária em dinheiro, o que garantia que o butim todo, ou sua maior parte, coubesse ao chefe. Além de demonstrar a interdependência existente entre o cangaceiro e o coronel, já que os líderes políticos precisavam dos bandidos, seja como força de reserva, em suas disputas com outros políticos, seja para o enriquecimento, através do

31. “*Silvino’s behavior as a bandit fell within this structure of family domination and patronage, for coronelismo’s organizational variations could influence his particular pattern of local accommodation*”.

saque, da grilagem de terras e da eliminação de competidores, Linda Lewin também ressalta, a honra estamental, que ela chama de “honra da família - *honour of the family*” (2012, p. 85), e a importância do privilegiamento negativo na formação dos líderes do cangaço paraibano, ao afirmar que, a partir de meados do século XIX, “a liderança do cangaço na Paraíba foi recrutada entre os perdedores em conflitos da elite local, em torno de terra, comércio e das benesses da patronagem partidária” (2012, p. 86).<sup>32</sup> Embora, conforme enfatizamos acima, Silvino seja antes um bandido-coronel do que um coronel-bandido, a análise de Lewin ajuda a compreender aspectos pouco estudados do coronelismo e da violência política nos sertões.

Por meio das inúmeras semelhanças que possuem com relação aos cangaceiros, percebemos que os mandões com o corpo fechado, ao mesmo tempo guerreiros, políticos e feiticeiros, podem também ser considerados bandidos. Contudo a designação de bandidos, somente era “legalmente” aplicada a esses mandões durante o tempo em que o partido, a facção, a família ou, numa palavra, a oligarquia, da qual faziam parte, se encontrava na oposição com relação ao poder hegemônico. Também recebiam a denominação de bandidos quando se tornavam profissionais do crime e da violência, que, desde sempre, são atividades rentosas, ou ainda, eram bandidos aos olhos de suas vítimas, que eram seus adversários políticos, ou parentes, clientes, agregados e escravos desses adversários. A violência militar, ou policial, e institucional tampouco se diferenciava do crime comum, pois também tinha conotações econômicas, de manutenção de uma série de privilégios rentosos, e políticas.

A constatação da existência de uma função política do banditismo foi, nas palavras de Richard Slatta, “o passo de gigante” de Hobsbawm (2012, p. 1).<sup>33</sup> Slatta, contudo demonstra que o conceito do bandido enquanto “rebelde primitivo” fica comprometido tanto por uma simplificação excessiva ao trabalhar com a dicotomia “bandido social - bandido antissocial”, quanto por uma certa ingenuidade que parece não enxergar a motivação econômica do bandido, mesmo quando socialmente, ou politicamente, motivado (2012, p. 198). Outro problema da abordagem de Hobsbawm, fortemente marcada pela leitura marxista, ou classista, da política, é a ideia de que a inexistência de uma “consciência de classe” e de filiação partidária caracterizava o banditismo como forma de ação pré-política. A política, porém, é uma atividade que vai muito além de partidos legalmente organizados, ou ideologias cientificamente construídas,

32. “*From the mid-nineteenth century the leadership of the cangaço in Paraíba had been recruited from the losers in local elite conflicts over land, commerce and the spoils of party patronage*”.

33. “*The systematic study of banditry took a giant step forward in 1959, when Eric J. Hobsbawm published his provocative examination of Primitive rebels, including social bandits*”.

pois existe desde sempre, e está bem caracterizada nas lutas entre oligarquias, que podem ser famílias, parentelas ou facções. No caso dos guerreiros-políticos-feiticeiros-bandidos que aqui estamos estudando, tal qual entre seus similares do cangaço, que também eram guerreiros, políticos, feiticeiros e bandidos, o termo pré-político esbarra ainda no fato de que tomavam parte direta nas eleições, não só votando e sendo votados, mas também influenciando, por meio da violência, o voto de muita gente.

CAPÍTULO 4  
QUATRO “GUERRAS” POLÍTICAS  
- ESTUDO DE CASOS

*Il y a bien un dieu de la guerre, mais de tous les dieux c'est le plus impassible, le moins perméable aux prières* (DELEUZE, 1997, p. 123).<sup>34</sup>

Analisaremos agora quatro situações de violência coletiva que aconteceram na região estudada, ao longo do período demarcado. Na verdade, são casos relativamente isolados que aconteceram em regiões vastas e que envolveram conflitos armados entre diferentes clãs político-familiares. A mais longa e mais dispersa é a primeira série de conflitos, que denominaremos “guerra política no São Francisco”, abrangendo todo o período estudado. A “guerra” da Chapada Diamantina, ao contrário, tem dois grupos principais claramente delineados, o clã dos Matos, de Chapada Velha, que ascendeu a um poder de abrangência regional justamente com os conflitos armados, e o tradicional clã dos Sá, de Lençóis; tem também uma duração mais bem demarcada, começando em 1895 e terminando em 1926, ou entrando em outra fase, por ocasião da passagem da Coluna Prestes. A perseguição à Coluna por jagunços e oficiais oriundos do sertão que estudamos está inserida nos ciclos de conflitos que denominamos “guerra na Chapada” e “guerra no São Francisco”, porém, devido às suas especificidades e ao seu alcance que vai bem além do horizonte regional, preferimos considerá-la como uma guerra específica, que denominaremos “a guerra da Coluna”. A quarta guerra que estudaremos é a “guerra do Tamanduá”, ou “guerra dos Tamanduás e Mocós”, ou “guerra do Pau de Espinho”, que, ao contrário, das outras três, não parece ser propriamente uma “guerra”, mas uma vindita com fortes determinantes políticos e muitas mortes; por isso, entre as populações sertanejas, o episódio ficou também conhecido como “tragédia”, aqui com sentido de chacina, e também como “barulho”, no sentido de ação de jagunços ou bandidos.

Essas quatro séries de eventos contaram com a participação destacada de três mandões com o corpo fechado: 1) Horácio de Matos, no segundo e mais longo estágio da guerra na Chapada e na perseguição à Coluna Prestes, da qual foi o mais encarniçado dos inimigos, e para a qual era a segunda pessoa mais odiada, perdendo apenas para o presidente Artur Bernardes; 2) Antônio Dó, nas “guerras”, ou “barulhos”, que tiveram lugar na região são-franciscana, à frente dos temidos serranos, seja na tomada da cidade de São Francisco, na defesa do povoado

34. “Certamente existe um deus da guerra, mas, de todos os deuses, ele é o mais impassível, o menos influenciável pelas preces”.

de Vargem Bonita, pequenas ações de guerra ocorridas em 1913, ou na tomada de Carinhonha, integrando o grupo de João Duque, em 1918; 3) Afonso Lopes, que provocou as duas mortes no episódio conhecido como “tragédia do Pau de Espinho”, que, por sua vez, desdobrou-se na “tragédia do Tamanduá”, ou “guerra do Tamanduá”.

#### 4.1. GUERRA POLÍTICA NO SÃO FRANCISCO

Na região do São Francisco, pela própria antiguidade da sua colonização, os dois estágios dos conflitos armados sertanejos podem ser melhor demarcados: o primeiro estágio, propriamente de colonização, de ocupação da terra, ou mais bem, a apropriação a mão armada do território, e o segundo estágio de caráter político, envolvendo os distintos grupos que se aposaram da terra. O estágio de colonização, certamente mais sangrento do que o político, não é o tema do presente estudo. Cabe, contudo, dizer que foi na guerra contra as nações indígenas do grande vale que os dois maiores, ou pelo menos os mais renomados, latifúndios da colônia se formaram: os morgados da Casa da Torre e da Casa da Ponte, ambos sediados em Salvador. As terras da Casa da Torre ocupavam, sobretudo, a região em que o rio corre em direção ao leste, estendendo-se em ao longo dos variados afluentes e atingindo o Maranhão, o Piauí, o Ceará e a Paraíba. As sesmarias da Casa da Ponte estavam localizadas mais ao sul, inclusive uma delas se estendia ao longo da margem leste, desde a curva até, pelo menos, a Barra do Rio das Velhas. As repetidas lutas dos sesmeiros, representados pelos seus procuradores, entre eles Nunes Viana, contra os arrendatários, índios aldeados, quilombolas e posseiros, fazem parte do primeiro estágio, portanto não estão em pauta no momento, mesmo porque ainda estão à espera de um levantamento preliminar.

A sistematização histórica das lutas políticas no médio e baixo São Francisco também ainda está por se fazer, embora existam estudos de âmbito local. Um rascunho de sistematização da história política do São Francisco baiano, muito bem escrito, resultou nos capítulos centrais do clássico *Médio São Francisco - Sociedade de pastores guerreiros*, de Wilson Lins. Trata-se de um primeiro esboço, portanto não se pode exigir muita profundidade do livro, também pode ser criticado um certo tom ufanista que perpassa o trabalho, mas oferece um quadro geral. A política e os conflitos políticos na região em que o rio banha Pernambuco, Alagoas e Sergipe não foram, até onde sabemos, objeto de estudo, com exceção da trajetória político-empresarial do coronel Delmiro Gouveia e dos acontecimentos em torno da morte de Lampião.

O estudo dos conflitos políticos na região mineira do Médio São Francisco (área navegável do leito), que vão agora centralizar nossa atenção, contaram, ao contrário, com um padrinho de peso, o ficcionista João Guimarães Rosa. O romance *Grande sertão: veredas* mostra, como nenhum outro trabalho, as especificidades da política sertaneja. Obviamente não se trata de uma política de negócios de Estado e diplomacia, mas o que temos chamado de “política jagunça”, dotada de valores e de uma práxis política, que, em linhas gerais, é perceptível na região onde os cangaceiros atuaram e também nas conturbadas *hinterlands* do Ceará, do Piauí, do Maranhão e de Tocantins, onde a situação de “guerra política sertaneja” é ainda mais evidente do que nos sertões baiano-mineiros retratados pelo autor de Cordisburgo. O principal referencial político e histórico do romance rosiano é certamente a figura de Antônio Dó, repetidamente mencionado, de forma direta e indireta, que personifica todo esse ciclo de conflitos políticos armados no sertão do São Francisco mineiro, incluindo o município baiano de Carinhanha e chegando mesmo ao estado de Goiás.

Além desse auspicioso padrinho, a região mineira do São Francisco (área navegável) conta ainda com a sistematização de Judy Bieber (2004), de quem tomamos emprestado o termo “violência política”, que aparece no subtítulo deste trabalho. Bieber, contudo, não aborda o período republicano e, por isso mesmo, nem sequer menciona Guimarães Rosa ou Antônio Dó. Tampouco trata da política na região durante o período colonial. Os conflitos armados com motivação política que assolaram a região mineira do São Francisco datam da primeira metade do século XVIII, com o levante dos moradores da Barra do Rio das Velhas, hoje Guaicuí, para impedir a instalação da vila do Papagaio, em 1719, seguida do famoso Motim do Sertão, em 1736. Depois disso, a região, ao que parece, esteve em paz ao longo de quase cem anos até por volta de 1830. Uma paz obviamente relativa, já que os conflitos pela posse da terra, o banditismo e conflitos políticos de menores dimensões continuaram existindo.

No ano de 1830, contudo, tem início um ciclo de conflitos políticos - armados e com eventuais mortes -, que vai durar outros cem anos, até 1930. Esse ciclo começa com a tomada de São Romão, em 1830, por Joaquim José Azevedo (BIEBER, 2004, p. 120) e termina com a consolidação de João Duque e seu grupo em Carinhanha, em 1930, em conflito que pertence, também, ao ciclo da revolução varguista (PANG, 1979, p. 203-204; LINS, 1983, p. 83). Os primeiros lances dessa “guerra” são praticamente desconhecidos. Encontramos referência apenas em *Power, patronage, and political violence* [Poder, patronagem e violência política], de Judy Bieber, que trabalhou, sobretudo, com documentos do Arquivo Público Mineiro. Com a invasão de São Romão, Joaquim José Azevedo, à frente de uma milícia de escravos, assumiu, em 1830,

o comando político sobre o arraial, que, já no ano seguinte, era elevado à categoria de vila. Joaquim José foi um dos últimos potentados de um tipo colonial (BIEBER, 2004, p. 120-121). Em 1831, um outro levante de cunho político, mas também não partidário, culminou no ataque aos portugueses que residiam no arraial do Brejo do Amparo, inserido em uma série de violências desse tipo que aconteciam em todo o país, um surto de lusofobia, ou antilusitanismo. Bieber relata um episódio similar ao clichê que se vê nos filmes de faroeste, quando os bandidos, geralmente mexicanos, fazem com que um cidadão pacato dance, atirando próximo aos seus pés. A situação aconteceu quando brasileiros, acompanhados de numerosos escravos, tomaram o estabelecimento do português José Joaquim Loredó, e fizeram com que dançasse o “batuque”, que a autora chama de “*sensual and energetic Afro-Brazilian dance*”, enquanto atiravam nos seus pés, e houve até um plantador de cana que teria caçoado, dizendo que o português dançava o batuque melhor que ele (2004, p. 60).

A repressão ao movimento deve ter sido exemplar, pois o comando político sobre o arraial passou para as mãos de um militar nascido em Portugal, o coronel José Inácio do Couto Moreno. Esse poder era, contudo, dividido, ou antes alternado, com o comerciante brasileiro Manoel Souza e Silva, que liderava o Partido Liberal, conforme a alternância dos gabinetes ministeriais entre os dois partidos, que, por sua vez, determinava as mudanças da sede do município de Januária, entre os arraiais do Brejo e do Porto. Em 1833, o arraial de Porto do Salgado foi elevado à categoria de vila com o nome de Januária. Até então, a sede administrativa da região, coubera ao julgado de Brejo do Amparo, situado a cerca de seis quilômetros dali, que agora voltava a ser um mero arraial. Porém, apenas três anos depois, em 1836, quando a regência passou por um período de predominância dos conservadores, a sede da vila de Januária foi deslocada para o Brejo, voltando para o Porto em 1845 e passando mais uma vez para o Brejo em 1850; em 1853, a sede do município vai, pela terceira vez, para o “Porto liberal”; em 1871, para o “Brejo conservador” e, em 1885, agora em caráter definitivo, para o Porto (COSTA 1997, p. 250; BIEBER, 2004, p. 52-55, 71-72).

A tese de Judy Bieber é de que em 1848 houve uma escalada e a violência política se tornou endêmica na comarca do São Francisco, instalada em 1834, e composta pelos municípios, ou vilas, de São Romão, Januária e Montes Claros, os três recém-criados. A própria alternância do poder em Januária não estava isenta de violências. Ainda no início da década de 1830, o tenente coronel Parada e Souza foi enviado para “restaurar a lei e a ordem” em Januária, porém logo se aliou a uma das facções locais, cometendo prisões arbitrárias e torturando índios. Em sua passagem por São Romão, os militares sob o comando de Parada e Souza provocaram ta-

manha desordem que a população local se rebelou, e um soldado foi morto nos conflitos que se seguiram (BIEBER, 2004, p. 125). Por volta de 1850, contudo, a impunidade das elites passou, segundo Bieber, a estar “conectada com o partido mais do que com o parentesco”, enquanto “aumentavam as ocorrências de banditismo, assassinatos e assaltos violentos” (BIEBER, 2004, p. 128).<sup>35</sup> Os já mencionados conflitos de 1719 e 1736, apesar de conectados um com o outro, foram acontecimentos relativamente isolados, contudo, a partir da década de 1830, coincidindo justamente com a institucionalização da região, através da criação das três vilas e da comarca, já se percebe um sensível aumento da violência, de acordo com os dados fornecidos pela própria Judy Bieber.

Ainda no período anterior a 1850, Bieber fala sobre o conflito do vigário do arraial de Contendas, hoje Brasília de Minas, padre Antônio Nogueira Duarte, com Joaquim José Azevedo, que, sendo natural dali, teve de se mudar para São Romão, em 1812, cidade que tomará em 1830, conforme vimos acima. Joaquim José estava ligado ao grupo que vai dar origem ao Partido Liberal. Querendo estender seu poder à paróquia de Santana de Contendas, acusou o padre Duarte, em 1832 ou 1833, de ser favorável à restauração de Pedro I. Duarte foi então substituído por um filho de Joaquim José, o padre Francisco José, determinando a mudança na hegemonia política sobre a localidade, que foi comemorada com tiros para cima, gritos de “Morte aos que não pertencem ao nosso partido” e três dias de batuques na casa do novo vigário. A casa do antigo padre, que perdera o cargo, foi invadida e saqueada, crime pelo qual o padre Francisco José foi posteriormente acusado e preso, permanecendo algum tempo na cadeia de Montes Claros, porém continuou sendo o pároco de Contendas, até ser assassinado, em 1843 (BIEBER, 2004, p. 122-123).

A instalação da comarca do São Francisco, em 1834, abarcando São Romão, Januária e Montes Claros talvez tenha ajudado a arrefecer os ânimos e as paixões políticas, por algum tempo; contudo, em 1849, a ocupação militar da cidade de Montes Claros e do distrito de Brejo das Almas, hoje Francisco Sá, por uma tropa regular de cavalaria, impediu que os liberais votassem, e ainda fez com que o líder liberal padre João Gonçalves Chaves abandonasse a localidade. Em todo caso, ainda segundo Bieber, depois das eleições conflituosas, que aconteceram entre 1848 e 1851, seguiu-se um novo período de relativa paz, marcado pelos gabinetes de “coligação”, até que, em 1864, em Montes Claros, as eleições foram novamente tumultuadas, com a prisão para recrutamento militar de votantes do Partido Conservador, pelo delegado de polícia José Rodri-

35. “*After 1850, the nature of elite impunity changed, being channeled through party more than kinship*”; “*Reports of banditry, murder and violent assaults increased*”.

gues Prates, enquanto dois jovens filhos do padre Chaves, Eusébio e João, teriam entrado armados em determinado local de votação e impedido que as eleições ocorressem. Os conservadores reagiram, o juiz de paz conservador Gregório José Veloso distribuiu munição e uma “horda de conservadores sitiou a casa” do delegado Prates, além de atirar contra as casas de vários outros liberais (BIEBER, 2004, p. 144-146).

Nas eleições de sete de setembro de 1868, os conservadores de Montes Claros foram à desforra e impediram que os liberais locais votassem, sendo que no distrito de Boa Vista, hoje Monte Azul, dias antes, tinham sido presos os líderes do partido na localidade: o vigário Maximiano da Silva Pimentel, o capitão Amador Rodrigues Cardoso, Severiano de Medeiros Lima e os juizes de paz alferes Domingos da Silva Pereira Júnior e João Gonçalves Pereira. Os três primeiros foram remetidos para Montes Claros, sendo que o capitão Amador acusava as autoridades que o prenderam do furto de 8:500\$ (oito contos e quinhentos mil réis) em espécie, além de dez barrinhas de prata e duas moedas de ouro. Conforme se lê na edição de 27 de setembro de 1868, do semanário *O JEQUITINHONHA*, em abaixo-assinado. É significativo que no jornal não apareçam os nomes dos assinantes do abaixo-assinado e que tenha sido publicado na imprensa de Diamantina, reduto liberal da região ([periódicos:] *O JEQUITINHONHA*, 27 set. 1868, p. 2).

Em 1878, os liberais cometeram uma série de desmandos em Januária, que culminaram na expulsão do juiz municipal. No ano seguinte, o líder liberal Manoel Caetano foi impedido de concorrer às eleições locais, em função do processo aberto contra ele pelo rábula Pais Landim. O rábula conservador foi aprisionado, amarrado e colocado no fundo de uma canoa, solta ao sabor da correnteza do São Francisco, mas, felizmente, sobreviveu (LIMA, 1960, p. 52). Além disso, os liberais teriam também atirado contra uma festa de casamento dos conservadores, sem contudo causar vítimas. Manoel Tavares de Sá, o “Neco”, líder conservador do distrito do Jacaré, hoje Itacarambi, resolveu pôr um fim a todas essas violências, e arregimentou, entre clientes e aliados, um grande exército de jagunços, que invadiu, no dia 30 de novembro de 1879, a cidade de Januária, já então abandonada pelos moradores e pelas autoridades. A jagunçada saqueou Januária e outras localidades ribeirinhas, vendendo o produto do saque nas localidades baianas de Carinhanha e Malhada. Segundo Jonas Vieira Lima, o Neco chegou a ser processado, mas foi absolvido (LIMA, 1960, p. 53; SAMPAIO, 2002, p. 140-156, 159-160, 165-167, 190; BIEBER, 2004, p. 149-150).

A transferência da sede do município de São Romão, em 1871, para a localidade de Pedras dos Angicos, também foi condicionada pela política, já que, em São Romão, os liberais representavam a maioria, enquanto Pedras dos Angicos era dominada pelos conservadores.

Contudo, diferente da alternância entre o Brejo e o Porto, Pedras dos Angicos se tornou sede de município desde então, passando a se chamar São Francisco, em 1877, enquanto São Romão somente reconquistou sua emancipação em 1923.<sup>36</sup> Entretanto não demorou a surgir uma dissidência e, na década de 1880, a cidade de São Francisco já estava dividida entre os dois partidos, com a formação de um grupo do Partido Liberal, liderado pelo coronel Joaquim Antônio Nunes Brasileiro, que passou a enfrentar abertamente o grupo conservador sob o comando de Teófilo Sales Peixoto (BIEBER, 1999, p. 169-171).

Com a proclamação da República, em 1889, mesmo ocorrendo uma monolitização dos partidos estaduais, o bipartidarismo continuou dando a tônica à política da região. São Francisco estava dividida entre morcegos e gaviões; em Januária, os luzeiros combatiam os escureiros, e, em Montes Claros, a luta era entre estrepes e pelados. A “guerra” difusa de orientação político-partidária também continuou e manteve as mesmas características do período anterior, parece mesmo que houve uma nova intensificação dos combates. A primeira ação bélica de maiores proporções no Velho Chico mineiro, durante o período republicano, foi a tomada da cidade de São Francisco, em 1896, por um grupo de aproximadamente 40 serranos. Os serranos são uma população tradicional que vive na serra das Araras, onde ficam as nascentes dos rios Urucuia e Carinhanha. Durante muito tempo foram sistematicamente empregados em guerras.

Judy Bieber esclarece que, em 1862, quando o clã dos Souza Meira, vindo da Bahia, tomou posse da fazenda Gameleira, terras devolutas que tinham sido compradas ao governo, ali havia um povoado, composto por famílias que tinham vindo da vizinha serra das Araras, mas a autora não diz o nome da povoação. Expulsos, esses serranos se agruparam em uma fazenda da região e depois atacaram e tomaram a sede da Gameleira, exigindo parte das terras, numerosas cabeças de gado e valores em dinheiro, além do que já haviam amealhado através do saque. De Januária foram enviados 20 integrantes da Guarda Nacional, e de Paracatu, 50. Segundo os documentos que Bieber compulsou no Arquivo Público Mineiro, os serranos eram em número de 200, mas a força da Briosa, aliada aos inúmeros jagunços, muitos deles arregimentados a força, dominou a situação e expulsou os serranos, prendendo o líder, de quem tampouco diz o nome, que foi encaminhado para Ouro Preto. Os serranos se refugiaram na grande capoeira entre Minas e a Bahia, tornando-se, já nos anos 1880, “*mercenaries for hire* - mercenários de aluguel”,

37. Um terceiro município da região esteve sujeito a essas mudanças de sede em função da política partidária: a vila de Jequitai foi criada em 1873, com sede em Bonfim, hoje Bocaiúva, tradicional reduto conservador numa região liberal, porém, em 1881, a sede foi transferida para Jequitai, ainda hoje com este nome, onde a maioria era, por certo, liberal; com a República, a sede municipal volta para Bonfim, que passa a se chamar Bocaiúva, em homenagem ao republicano histórico Quintino Bocaiúva.

na expressão de Bieber (1999, p. 126-127). Trata-se de episódio que compõe essa situação de guerra dispersa, ou surto endêmico de violência, no São Francisco mineiro. Embora não seja partidária, a guerra pela posse da terra é obviamente política, porém se enquadra em outro ciclo que é o das guerras de colonização, cabendo notar que os mesmos contingentes tomam parte nos dois tipos de guerra. A guerra entre os serranos e o clã dos Souza Meira, entretanto, nos interessa no momento porque vai ser uma força de 40 serranos, jagunços profissionais, que vai tomar São Francisco, em 1896.

Ao longo da década de 1880, a cidade de São Francisco foi governada pelos liberais, que cometeram todo tipo de desmandos. Com a instalação da República e a promulgação da nova Constituição estadual, o poder municipal passou para a mão dos ex-conservadores, agora chamados “gaviões”, que fizeram o primeiro agente executivo do município, Teotônio Canabrava. Nas eleições seguintes, os gaviões conquistaram o poder mais uma vez, com a eleição de João Gangana para o cargo de agente executivo, mas com o padre João Martins, dos “morcegos”, governando em caráter interino. O juiz de direito da comarca de São Francisco, agora separada das de Montes Claros e de Januária, Antero Simões, fora acusado de favorecer os gaviões nas primeiras eleições do período republicano, porém a revolta da “morcegada” contra o magistrado aumentou quando não foi feita nenhuma investigação para apurar a morte de um correli-gionário, José Tomé do Rosário, guarda-costas de Nunes Brasileiro. José Tomé fora ferido na perna, após um desentendimento em uma festa, pelo guarda-costas e sobrinho do juiz Antero Simões, Eufrásio Atué. O ferimento não era mortal e nem impedira que José Tomé fugisse em direção a uma fazenda vizinha, porém, na manhã seguinte, apareceu morto no meio do caminho. Em 1895, como nada tinha sido feito para apurar o crime, os morcegos juntaram grande número de homens em armas e cercaram a residência do juiz que, juntamente com a família, foi colocado em um barco e expulso da cidade. De Januária, sua esposa seguiu para Barra, na Bahia, e ele foi, a cavalo, para o então distrito de São Romão, onde passou a despachar normalmente (BRAZ, 1977, p. 82-86).

Ainda em 1895, no entanto, o juiz resolveu retornar à cidade, acompanhado dos seus dois filhos, um dos quais vereador pela facção dos gaviões, e do seu sobrinho e guarda-costas Eufrásio Atué, e processou os autores da sua expulsão. Passados poucos meses, segundo relata o historiador local Brasileiro Braz, as famílias da facção dos morcegos começaram a deixar a cidade, sob variadas alegações. Na noite de 31 de março de 1896, os 40 jagunços, contratados na serra das Araras, tomaram São Francisco, sem que a força policial esboçasse qualquer reação. Depois que a cidade foi tomada, afluíram das vizinhanças vários outros gru-

pos de jagunços, sob o comando de Rodrigão, Manoel Cordeiro, Benedito, Altino Borges e Teodorão, enquanto na cidade, o padre João Martins, agente executivo interino, arregimentou “conhecidos agitadores”, nas palavras de Brasiliano Braz. A cidade foi submetida ao saque durante a noite de 31 de março e os dias 1º e 2 de abril, com numerosas mortes de gaviões, inclusive do juiz, de seus dois filhos e do sobrinho Eufrásio. Foi permitido que as mulheres e crianças deixassem a cidade. Ao ter notícia do que ocorria, o governo enviou uma tropa de polícia que retomou a cidade, prendendo alguns dos mandantes e envolvidos, entre os quais os dois canoeiros, remetidos para o presídio de Ouro Preto, por terem transportado os serranos. A maioria conseguiu fugir assim que a polícia estadual chegou. Os mais poderosos, inclusive Nunes Brasileiro, foram absolvidos, contudo, os morcegos foram, mais uma vez, desalojados do poder local (BRAZ, 1977, p. 86-101).

Essa mudança na hegemonia de São Francisco determinou o ingresso de Antônio Antunes de França, o Antônio Dó, na carreira de fora da lei e chefe de jagunços. Não consta que tenha participado da tomada de São Francisco, em 1896, porém não é improvável, já que era de temperamento marcado pela truculência, militava nas fileiras dos morcegos e, posteriormente, ao longo de sua carreira de lutas, recrutava seus companheiros em armas preferencialmente entre os moradores da serra das Araras, onde, mais tarde, possuiu uma pequena propriedade e algum gado. Seu irmão Honório fora morto em 1909, e o assassino fugira, sem ter sido levado a julgamento, mas a disputa de Antônio Dó com a municipalidade de São Francisco, então dominada pelos gaviões, começou quando um vizinho de terras, Manoel Francisco da Silva Porto, o Manoel Peba, cercou um dos dois olhos d’ água perenes que serviam à região da Boa Vista, situada a pouco mais de 20 quilômetros da cidade, mas na margem oposta do rio; as pastagens estavam situadas num platô, separado do rio por íngremes ladeiras. Antônio Dó cercou a outra nascente, porém Chico Peba, que pertencia à facção dos gaviões, conseguiu que o fiscal da Câmara derrubasse a cerca que fora construída por Dó, que ele voltou a levantar, e foi chamado à delegacia de polícia para prestar esclarecimentos. Na delegacia, desentendeu-se com o titular, que era também oficial da força estadual, capitão Américo Ferreira Lima, a quem teria derrubado e montado em suas costas, como se fosse um cavalo. A soldadesca acorreu, Antônio Dó foi controlado e, depois de amarrado ao tronco de um umbuzeiro, que ficava em frente à delegacia, foi severamente espancado e ficou algum tempo preso, sendo depois absolvido (BRAZ, 1977, p. 379-382).

Em liberdade, Antônio Dó continuou a ser perseguido pelos gaviões. Houve uma denúncia de que se preparava para invadir a cidade, e a polícia foi enviada para prendê-lo. Ele se

escondeu no mato, mas várias reses do seu rebanho foram levadas pelos policiais. Desgostoso, seguiu para a região de Olhos d' Água, no município de Januária, onde procurou um lugar para deixar o restante do rebanho, contudo, quando regressava em companhia de alguns vaqueiros para pegar o gado, pouco antes de chegar à Boa Vista, foi recebido a tiros em uma emboscada, e alguns dos integrantes da comitiva foram mortos. Passado mais algum tempo, no dia 31 de maio de 1913, Antônio Dó à frente de dezessete jagunços entrou em São Francisco sem dar tiros e tomou posição no mercado local, deixando a cidade apenas depois que prometeram lhe pagar seis contos de réis, a título de indenização pelos prejuízos que sofrera. Enquanto isso, ele esperaria na sede da sua fazenda, em companhia dos serranos. Nesse ínterim, contudo, uma tropa da polícia mineira, que fora avisada ante a iminência da invasão, saiu de Belo Horizonte, no dia primeiro de junho, chegando à região da Boa Vista no dia cinco. Acontece que Antônio Dó e seus jagunços não estavam na sua fazenda, situada a alguma distância do leito do São Francisco, mas em uma choupana que ficava a meio caminho, na beira do rio, onde a tropa policial foi pega de surpresa sob fogo cruzado, já que alguns jagunços tinham se postado no meio do mato. O comandante da expedição, alferes João Batista de Almeida, tentando fugir pelas águas do São Francisco e alcançar uma ilha fronteira, morreu afogado. Outros soldados morreram durante o tiroteio e vários integrantes da expedição foram feridos, inclusive Chico Peba, que servia de guia. Outros policiais entraram nos matagais, de onde depois foram resgatados pelos moradores (BRAZ, 1977, p. 379-392; MARTINS, 1997, p. 33-43).

Estava decretada a “guerra” do poder público mineiro contra o “bandido” Antônio Dó. A notícia da morte dos policiais foi estampada nas manchetes dos jornais de Belo Horizonte. Tropas foram mobilizadas em toda a região. Segundo Brasileiro Braz, que acompanhou os fatos, cerca de 200 policiais concentraram-se em São Francisco naqueles dias. Outro combate aconteceu pouco depois, no qual foram mortos dois policiais e um integrante do grupo de Dó. Em um terceiro embate, ainda em junho de 1913, a polícia fez três prisioneiros. O grupo do bandedeiro era agora composto por quinze integrantes, um deles gravemente ferido. Antônio Dó se refugiou em Vargem Bonita, localidade situada nas cabeceiras do rio Pandeiros, onde um irmão seu residia. O alferes Félix “Felão” Rodrigues da Silva, à frente de um numeroso destacamento, foi no seu enalço. A localidade foi sitiada na madrugada de 18 de junho de 1913, e o tiroteio começou por volta das quatro horas da manhã. Dois dos jagunços foram mortos e o restante conseguiu evadir. A força policial invadiu o povoado colocando fogo em todas as casas, sem que os moradores pudessem sair. Apenas a igreja de Sant' Ana não foi queimada, mas a caixa de doações fora levada. Calcula-se que, nesse ataque, morreram cerca de trinta moradores do

lugar, inclusive mulheres e crianças. Os policiais continuaram a percorrer a região cometendo roubos, defloramentos e toda espécie de maldades contra a população local. O alferes Felão ficou famoso por sua crueldade. Em Corinto, então chamada Currealinho, e também em Curvelo, onde residia, e em toda a região noroeste do estado, conta-se que Felão tinha particular ojeriza pelos batuques, que tratava de reprimir, invadindo as casas onde estavam sendo realizados, e praticando desmandos contra os participantes.<sup>37</sup> Ao lado das injustiças que sofrera, as atrocidades praticadas pelo alferes Felão, também ajudaram a legitimar os crimes e a criar uma aura de herói em torno de Antônio Dó (BRAZ, 1977, p. 392-395; MARTINS, 1997, p. 45-57; PEREIRA, 2004, p. 326-327; RODRIGUES, 2004, p. 38-40).

Segundo Saul Martins, que dedicou várias décadas da sua vida à pesquisa sobre Dó, depois da chacina de Vargem Bonita, o bandoleiro das barrancas passou a atacar as forças estaduais de polícia, tanto de Minas Gerais, quanto de Goiás e da Bahia, criando uma área de entorno que os policiais não se atreviam a adentrar, pois certamente cairiam em emboscada. Muitos teriam sido os policiais que perderam suas vidas em escaramuças contra o bando de Dó. O que parece certo é que Antônio Dó, que pode ser chamado de bandido social, mas é antes um bandido político, tornou-se definitivamente profissional, executando, à frente de seus homens, muitos deles serranos, vários serviços, e recebendo, em troca, a proteção de coiteiros, além de vantagens financeiras. Certamente, participou da expulsão do intendente de Carinhanha, em 1918, onde também enfrentou as forças estaduais, agora baianas. Antônio Dó participou, sob o comando de João Duque, desse e de outros conflitos em Carinhanha. Contudo, ao se alinhar a determinados coronéis-coiteiros, o bandoleiro se tornava automaticamente inimigo dos adversários desses mandões, conforme a regra costumeira do sistema “bipartidário” sertanejo. Ao mesmo tempo que era aliado, ou “mercenário”, de João Duque, era inimigo de seu adversário João Alkmin. Em Goiás, seus coiteiros eram Herculano Lobo e Joaquim Gomes de Ornelas, em cujas terras Antônio Dó garimpava diamantes, nos momentos de folga, e na região de Montes Claros e Bocaiúva, contava com a proteção de Pedro Versiani Júnior. Ganhara, em contrapartida, a inimizade do coronel Rotílio Manduca, também famoso pelos numerosos crimes, quase sempre de natureza político-eleitoral, que cometera em Minas, na Bahia, em Goiás e até no Pará. Rotílio comandou um dos batalhões patrióticos empregados na perseguição à Coluna Prestes.

38. O alferes Felão é um desses personagens controversos que merece uma biografia; reverenciado pela Polícia Militar mineira, foi tido por matador de Antônio Dó por um historiador da corporação, Anatólio Alves, que acreditou no relatório, onde Felão justificava a destruição de Vargem Bonita com a morte do bandido; algumas informações adicionais podem ser encontradas no livro de Saul Martins (1997, p. 49-57) e na dissertação de Rejane Rodrigues (2004, p. 38-40).

O nome desse coronel era frequentemente estampado nas manchetes de jornal, conforme relata Manuel Bandeira, em crônica sobre o rápido encontro que teve com ele. Rotílio chegou a ser ferido em um combate com Antônio Dó, numa dessas batalhas da guerra no São Francisco, que ficaram relegadas ao esquecimento (BRAZ, 1977, p. 397-401; MARTINS, 1985, p. 8; MARTINS, 1997, p. 59-61, 79-82).

Em outro desses tantos episódios, ocorrido no ano de 1917, Antônio Dó combinou que iria ajudar Indalécio Gonçalves Pereira, também chamado Andalécio, que até então era seu inimigo, numa nova invasão da cidade de São Francisco. Os dois grupos, de fato, chegaram às imediações da cidade no dia marcado, 21 de setembro, porém, quando Andalécio avançou, a jagunçada de Dó retirou-se, e Andalécio foi capturado e morto pela polícia. Antônio Dó foi assassinado por seus próprios comparsas, em seu refúgio na serra das Araras, em novembro de 1929. A “guerra” na região norte-mineira banhada pelo São Francisco e por seus afluentes não durou muito tempo. Ainda em 1929 e nos primeiros meses do ano seguinte, a campanha eleitoral deu ensejo a violências em Grão Mogol e em Araçuaí, onde o jornal *A LÂMPADA*, teria sido empastelado por elementos ligados à Aliança, porém o episódio mais sério foi a passeata seguida de tiroteio, com muitas mortes, em Montes Claros. Menos de um ano depois da morte de Dó, o governo Vargas deu início ao processo de centralização e de extinção dos privilégios oligárquicos, que foi eficiente contra a situação de violência endêmica na região. Obviamente não era o fim definitivo do coronelismo; em Carinhanha, por exemplo, João Duque apoiou a Aliança Liberal e logo aderiu à revolução de três de outubro, permanecendo por muito tempo no poder local, embora tenha sido também desarmado (BRAZ, 1977, p. 400-403; MARTINS, 1997, p. 89-96; [periódicos:] *DIÁRIO DE MINAS*, 4 fev. 1930, p. 3; 6 fev. 1930, p. 3).

Descontados os elementos metafísicos e literários, que não são poucos, e sob um prisma estritamente sócio-histórico, pode-se dizer que o tema central do *Grande sertão: veredas* é a guerra no São Francisco, e de fato as referências são inúmeras. Antônio Dó, Andalécio, Rotílio Manduca, João Duque, Felão e vários outros personagens históricos do ciclo de Dó, ou de ciclos precedentes, são mencionados no romance. Segundo Levínio Coelho, embasado em variados indícios e endossado por Saul Martins, um dos personagens centrais do romance, Zé Bebelo, é inspirado em Rotílio Manduca. Para Martins, em hipótese que aparece apenas na terceira edição do seu *Antônio Dó*, a própria Diadorim, ou Deodorina, principal personagem feminina do romance rosiano, é inspirada em uma ajudante de ordens, trajada com uniforme militar e, por isso, confundida com homem, que acompanhava o coronel

Manduca na perseguição à Coluna Prestes (SILVEIRA, 1971, p. 89-90; MARTINS, 1997, p. 82; [arquivos:] CASTILHO, [1985]). Vários elementos isolados, referências veladas em seu discurso, permitem supor que Riobaldo, o narrador e personagem central do grande romance, era aliado de Andalécio e de Felão, teria participado do massacre de Vargem Bonita e perseguido a Coluna Prestes, sob o comando de Bebelo, aliás Manduca, tendo conseguido, em função desse último serviço, a absolvição dos seus crimes (ROSA, 2006, p. 98, 167, 436, 458-459, 605-607).

#### 4.2. GUERRA NA CHAPADA

A “guerra” na Chapada Diamantina é mais claramente delimitada, tanto em termos geográficos, quanto cronológicos e partidários, que sua similar são-franciscana. Essa guerra começa em 1895 e, com alguns anos de trégua, vai até 1926, continuando, de certa forma, na perseguição à Coluna Prestes, e se encerrando, de forma definitiva, apenas em 1931, com o desarmamento dos sertões, e da Chapada Diamantina, em particular. Ao desarmamento, reforçando a medida, seguiram-se ainda a prisão, por curto tempo, de alguns coronéis, que tinham apoiado a candidatura de Júlio Prestes, entre os quais Horácio de Matos, e o assassinato dele, em Salvador. Conforme foi dito, Horácio está ligado a todo esse ciclo de guerras nos municípios da Chapada, pois foi o principal líder do segundo estágio, enquanto o primeiro estágio do conflito armado na região teve seu tio, Clementino de Matos, chefe do clã familiar-partidário (no Império, eram ligados ao Partido Conservador), na função de “general”, ou *στράτηγας* (*strátega*), de uma das facções clânico-partidárias em luta. A outra facção era a da família Sá, pertencente a uma “nobreza” brasileira, que vinha dos tempos coloniais, mestiça mas “embranquecida”, enquanto os Matos podem ser considerados propriamente mulatos.

Quem deu início à primeira série de atritos não foi Clementino, mas o coronel Heliodoro de Paula Ribeiro, jovem ambicioso em termos econômicos e políticos, filho do capitão Francisco de Paula Ribeiro, este chamado “Capitãozinho”. Heliodoro era chefe político da localidade de Cochó do Malheiro, situada no município de Lençóis. Foi deputado estadual constituinte e, graças à sua influência junto a Luís Viana, que ainda não era governador, mas já era o todo poderoso no estado da Bahia, conseguiu impedir a posse do coronel Felisberto de Andrade Sá no senado estadual, e diminuir seu raio de dominação, com a emancipação da Vila Bela de Palmeira e da Vila Agrícola de Campestre, desmembradas da Comercial Vila de Lençóis.

Heliodoro foi inclusive nomeado intendente de Campestre. Esse antagonismo político vinha acompanhado de toda sorte de violência, inclusive assassinatos de uma e outra parte. Um grupo de 40 jagunços, por exemplo, chefiados pelo famoso Montalvão, chegou a invadir Lençóis e adentrar na residência do coronel Felisberto Sá para matá-lo, porém atiraram na pessoa errada, um aliado, irmão do coronel Douca Medrado. Mais tarde, Heliodoro teve um desentendimento, ao que parece em questão de negócios, com Luís Viana, já então presidente estadual, e o coronel Felisberto de Sá aproveitou a oportunidade para atacar o principal reduto de Heliodoro, Cochó do Malheiro. Vendo que o conflito armado com o poderoso coronel era iminente, Heliodoro se retirou para outro de seus redutos-latifúndios, em Queimadinhos, e incumbiu Clementino de Matos de defender Cochó do Malheiro, com a importante ajuda do jagunço José de Montalvão. Então, em vez de atacar Cochó, os jagunços de Felisberto de Sá, chamados mocós, ou mocozeiros, invadiram a povoação de Milagres, onde Clementino vivia. A esposa de Clementino, Ana Rita, conseguiu fugir, mas Canuto de Matos, irmão de Clementino, morreu no combate. Ana Rita, nascida na família Queiroz, era irmã da mãe de Horácio, Jovelina, e Clementino era primo de seu pai, Martiniano, ou Quintiliano segundo Walfrido Moraes, apelidado “Tiano” de Matos (CHAGAS, 1956, p. 17-38; MORAES, 1973, p. 38-40; QUEIROZ, 1985, p. 16-23).

Depois do saque da fazenda Milagres e de algumas tentativas malsucedidas de tomar Cochó do Malheiro, o coronel Felisberto preparou uma força de cerca de 300 jagunços para se apoderar do povoado. Essa expedição era chefiada por seu filho Francisco e pelo genro, o doutor Francisco Caribé da Rocha. Contudo, a meio caminho, quando filho e genro pernoitavam numa fazenda, foram atacados e aprisionados por uma força de dez jagunços liderados por Montalvão. Felisberto de Sá conseguiu, então, que o governador Luís Viana enviasse uma tropa da polícia estadual para a região, sob o comando do coronel Policarpo Ferreira de Campos, que obteve, através de acordo, a libertação dos reféns. O acordo, no entanto, não foi cumprido, e o presidente estadual decretou a prisão tanto de Heliodoro quanto de Clementino, enquanto Cochó do Malheiro era invadida pela jagunçada dos Sá e de seus aliados, e totalmente arrasada, depois do saque. Para que Heliodoro fosse preso, foi necessário, primeiro, matar Montalvão, o que só foi possível num momento em que estava embriagado. A localidade de Queimadinhos também foi saqueada e incendiada. Clementino resistiu à prisão, primeiro com seus próprios jagunços e aliados, depois sob a proteção de Porfírio José Brandão, chefe político de Macaúba. Em 1900, depois que Viana foi substituído por Severino Vieira, tanto Clementino quanto Heliodoro foram absolvidos (CHAGAS, 1956, p. 43-86; MORAES, 1973, p. 40-45; QUEIROZ, 1985, p. 24-27).

Entre 1895, data da destruição de Cochó do Malheiro, e 1912, a Chapada Diamantina viveu, segundo Claudionor Queiroz, um período de relativa paz. Porém, conforme acrescenta,

Não houve durante esse tempo conflitos de importância, mas o trabuco, o rifle 44 e depois o fuzil Mauser continuaram imperando.

Em cada cidade, vila ou povoado, erigiu-se um feudo e um senhor dava-se a ditar leis (QUEIROZ, 1985, p. 27).

Afirma ainda que a criminalidade grassava por toda parte, com grande morticínio. Ao criminoso bastava buscar refúgio no território de um mandão para ficar impune. Por outro lado, as próprias diligências para prender Clementino e Heliodoro, principalmente sob o comando do coronel Policarpo, ficaram famosas pela violência empregada. Vítor de Matos, irmão de Horácio, era um típico representante desses tempos de violência generalizada. Com fama de valentão, Vítor se envolvia em toda sorte de confusões, causando muitas mortes e criando fortes inimizades, até que, por fim, mataram-no, na noite de quatro de dezembro de 1912. O crime não foi a julgamento, apesar da insistência dos familiares da vítima, e os assassinos se refugiaram em Campestre, que agora tinha por chefe político o coronel Manoel Fabrício de Oliveira, aliado da família Sá. A essas alturas, o líder da família, Clementino de Matos, tinha falecido, passando o comando para Horácio, que, a princípio, desejava temporizar, mas sua tia Casemira insistiu na vingança. Ela era irmã de sua mãe e também casada com um primo de seu pai, José Macedo de Matos (MORAES, 1973, p. 53-57; QUEIROZ, 1985, p. 30-33; BARBOSA, 2008, p. 43-45).

Horácio estabeleceu seu quartel general no lugar chamado Carrapicho, terras da sua tia Casemira, onde recebeu o reforço dos aliados. A guerra, propriamente dita, pela vingança da morte de Vítor de Matos teve início em 1914, com uma primeira tentativa de tomada de Campestre, que fracassou, já que um chefe aliado, talvez de propósito, deixou de atacar um dos flancos da cidade, no momento combinado. Horácio, em seguida, tomou Cochó do Pega, situado a doze quilômetros de Campestre, onde montou novo comando para suas operações. Entrementes, Manoel Fabrício, coiteiro dos assassinos, tratava de estocar alimentos e construir fortificações com torres das quais seus jagunços podiam atirar nos invasores. Também contava com o apoio das cabroeiros de João Pedro de Souza Santos, chefe de Descoberto, de Jovelino José de Souza, chefe de Palmeira do Mendes, e de Pedro Mariano, chefe político de Estiva, hoje Afrânio Peixoto, além do governo estadual, que enviou dois contingentes, o primeiro de apenas 15 soldados, e o segundo, de 130. O cerco durava 42 dias e os constantes combates já tinham causado muitas mortes, além de numerosas deserções do lado dos sitiados, quando, em maio

de 1915, a comissão para promover a paz, designada pelo governador J. J. Seabra, conseguiu o armistício das partes beligerantes. Manoel Fabrício afirmou ter aceito o acordo apenas devido à falta de mantimento e de munição. O processo contra os assassinos de Vítor foi aberto, mas parece nunca ter sido concluído, devido ao não comparecimento de “duas testemunhas” (QUEIROZ, 1982, p. 34-36; CHAGAS, 1996, p. 37-49; MENDONÇA, 2006, p. 19-20; BARBOSA, 2008, p. 45-61). Manoel Fabrício ainda manteve o poder político em Campestre, mas não com a mesma hegemonia de antes, e posteriormente, por uma das cláusulas do tratado de 1920, foi “desterrado” para Itaberaba (MORAES, 1973, p. 62).

No dia 18 de outubro de 1914, antes mesmo do cerco de Campestre, o chefe político do povoado de Barra do Mendes, coronel Militão Rodrigues Coelho, invadira a vila de Brotas de Macaúbas, com 200 jagunços, além de contar com o apoio da polícia estadual e das principais autoridades, e promoveu o saque generalizado nas residências dos moradores que pertenciam à outra facção política, passando, desde então, a governar o município. Seus desmandos foram denunciados em uma “Carta aberta ao governador do estado”, publicada na imprensa baiana, no início de 1916, pelo major Joviniano “Venas” dos Santos Rosa,<sup>38</sup> tabelião local, que foi preso em seguida. Devido à sua ligação com Horácio de Matos, os familiares do major Venas pediram ao coronel que fosse libertá-lo. Horácio entrou na cidade com 40 jagunços e, graças ao apoio de muitos brotenses, desgostosos com o mandonismo de Militão, tomou a praça sem dificuldade. Militão não se encontrava presente, mas um de seus filhos, atirou contra o major Venas, antes de entregá-lo. O tiro, porém, que visava o ouvido, atingiu o maxilar do prisioneiro. Ao saber da tomada de Brotas pelos horacistas, Militão reuniu um grande contingente de jagunços, arregimentados junto a seus aliados, e seguiu para a localidade. Horácio, agora também contando com consideráveis reforços, deixou Brotas, disposto a enfrentar Militão em terreno aberto. A batalha entre os dois grupos durou sete dias, ao fim dos quais, sem receber o reforço que esperava das tropas estaduais, Militão se retirou para Barra do Mendes. Horácio firmou-se como chefe de Brotas de Macaúbas, exercendo inclusive o cargo de intendente municipal, em 1917 (QUEIROZ, 1982, p. 37-41; CHAGAS, 1996, p. 50-54).

Graças ao seu prestígio junto ao governador Antônio Moniz, Militão conseguiu dele a criação do município de Barra do Mendes, desmembrado de Brotas de Macaúbas, juntamente com o distrito de Fundão. Em 1918, Militão resolveu aumentar “seu” município com a anexação do distrito de Guigós, pertencente a Gameleira do Assaruá, cujo chefe, Renovato Alves

38. Essa carta é transcrita na íntegra em nota de *Jagunços e heróis* (MORAES, 1972, p. 72-75).

Barreto, que até então fora seu aliado, se negou a entregar o distrito. Em dezembro de 1918, contudo, a localidade de Guigós foi ocupada por um grupo de jagunços sob o comando de Hermógenes, um dos chefes dos “mosquitos”, nome dado à jagunçada de Militão. Renovato tentou retomar Guigós, por meio das armas, e pediu auxílio a Horácio de Matos, que ocupou Gentio do Ouro, posição estratégica por estar entre Gameleira do Assarú e Barra do Mendes.<sup>39</sup> Um grupo de jagunços de Militão, por sua vez, ocupou a fazenda Melancia, outra posição estratégica, que poderia impedir o acesso a Barra do Mendes, além de pertencer a Manoel Pereira de Matos, o “Né” Matos, parente e aliado de Horácio. A sede da fazenda Melancia foi fortificada por Militão, sendo retomada apenas depois de um longo tiroteio e do emprego de bananas de dinamite. Outras posições de Militão também tiveram que ser tomadas antes do cerco de Barra do Mendes: Cachoeira, a fazenda da Lapinha, cuja sede também fora fortificada, São Bento e Caracol; enquanto sitiavam Barra do Mendes, os jagunços horacistas, chamados “mandiocas”, nome que vinha da facção conservadora, nos tempos da monarquia, tiveram ainda que tomar as praças de Lagoa e Queimada. Entretanto, Hermógenes ainda ocupava Guigós e ameaçava avançar sobre Mirorós (MORAES, 1972, p. 68-69; CHAGAS, 1996, p. 60-63; BARBOSA, 2008, p. 68).

Para defender Barra do Mendes do ataque de Horácio, o coronel Militão tomou uma série de medidas. Ele confiscou todo o gado das fazendas vizinhas, que foi levado para a sede do município, para onde também foram os moradores das roças mais próximas, cujas casas foram também ocupadas pela cabroeira, enquanto seus moradores trabalhavam nas obras defensivas da cidade. Dividindo os roçados e pequenas propriedades em torno da vila, tinham sido plantadas sebes de quiabento, espinheiro através do qual nem animais de pequeno porte conseguem passar, além de trincheiras cavadas em pontos estratégicos. Na cidade foram construídas quatro fortificações, interligadas por valas, através das quais as pessoas podiam transitar, sem serem alvejadas pelos sitiantes. Essas fortalezas receberam os nomes de forte da Estrada de Queimada, forte da Praça, forte Branco e forte Vermelho; este último, considerado inexpugnável, era assim chamado por ter sido construído com tijolos, sem receber reboco. O cerco durou mais de quatro meses e, novamente, Militão não recebeu reforço das tropas estaduais. Na verdade, dois destacamentos tinham sido enviados, mas o primeiro acampou a pouca distância do teatro de guerra, recusando-se a entrar na luta, e o segundo, ainda a caminho de Barra do Mendes, foi

39. Tanto Renovato quanto Hermógenes são nomes incomuns, por isso, nos parece significativo que Hermógenes seja um dos personagens centrais do *Grande sertão*, e que Renovato seja citado entre outros personagens históricos no romance de Guimarães Rosa (2006, p. 113), que dessa forma faz, certamente, uma referência velada a esse conflito.

desbaratado por camponeses, depois de cometer saques e incendiar as moradias que encontrava no caminho. Novamente, foi a falta de alimentos e de munição que provocou a rendição de Barra do Mendes, em junho de 1919, depois de mais de quatro meses de sítio e pouco após a tomada do forte Vermelho (MORAES, 1972, p. 70-71; QUEIROZ, 1982, p. 46-52; CHAGAS, 1996, p. 64-76).

Militão fugiu com alguns de seus principais cabos de guerra, sendo perseguido pelas forças sitiadas, mas logrou alcançar Pilão Arcado, onde, sob a proteção e com o auxílio do coronel Franklin de Albuquerque, reuniu novas forças e marchou para retomar Barra do Mendes. Horácio, por sua vez, tomou as localidades vizinhas de Barro Alto, Rochedo e Canabrava do Miranda, impedindo que as forças de Militão chegassem a Barra do Mendes. Em setembro de 1919, Landulfo Medrado foi designado delegado regional de polícia e incumbido de resolver a situação em Barra do Mendes, porém os partidários de Militão já não se faziam presentes, e ele teve que tratar com Horácio (MORAES, 1972, p. 75-76; CHAGAS, 1996, p. 80-81).

Outubro e novembro de 1919 foram meses de rara paz na região, porém com as eleições de 29 de dezembro, o clima de insegurança voltou se instaurou. Apurados os votos, os partidários dos dois candidatos ao governo estadual se diziam vencedores; de um lado, os do juiz Paulo Fontes, apoiado por Rui Barbosa, que, apesar da idade avançada, fizera campanha para ele, inclusive no interior, e do outro, os partidários do ex-governador J.J. Seabra, que se candidatara novamente, também numerosos. O governo de Antônio Moniz, no entanto, reconheceu a vitória de Seabra, e os coronéis, que, segundo Luís Henrique Dias Tavares, vinham sendo aliciados desde outubro por forças “anti-seabristas”, recebendo inclusive armas e munições, levantaram-se na Reação Sertaneja, depois chamada “Revolta Sertaneja” e até “Revolução Sertaneja”. Forças ligadas a Horácio de Matos tomaram Lençóis e impuseram novo cerco a Campestre, enquanto batalhas “sangrentas” aconteciam em Guarani, Remédio e Estiva, que foram ocupadas pelos insurgentes (TAVARES, 2008, p. 345). Líderes seabristas foram depositos em Maracás e em Macaúbas, enquanto, no São Francisco, uma grande tropa de jagunços se apoderou de vapores e, deslocando-se a bordo deles, forçou a adesão de várias localidades. Campestre foi novamente sitiada, mas dessa vez não capitulou. Em pouco tempo, a cidade de Wagner tinha sido também ocupada e as forças horacistas avançavam agora sobre Sítio Novo, hoje Iaçú, onde poderiam interromper o trânsito nos trilhos da ferrovia Central da Bahia (CHAGAS, 1996, p. 89; BARBOSA, 2008, p. 80-81).

Outros deslocamentos de tropas sob o comando de coronéis, com a ocupação de localidades, aconteceram em diversas partes do sertão. O objetivo era fazer com que o presidente da

República instaurasse uma intervenção na Bahia, conforme previa a Constituição de 1891, e revertesse o resultado das eleições. A intervenção foi formalmente requisitada pelo governador Antônio Moniz, mas resultou em um novo reconhecimento da vitória seabrista. O interventor, contudo, por meio de seus oficiais, fez tratados com Horácio de Matos, no “convênio de Lençóis” e com outros coronéis, nos convênios “do São Francisco”, tendo à frente Anfilóbio Castelo Branco, e “de Castro Alves”, cidade vizinha a Maracás, que passara, esta última, a ser chefiada pelo coronel Marcionílio de Souza. No tratado de Lençóis, eram indicados novos “chefes políticos”, certamente com o sentido de intendentess, dos municípios de Lençóis, Brotas de Macaúbas, Wagner, Remédios, Guarani e Brejinho, enquanto a população de outros municípios da região - Itaberaba, Orobó, hoje Rui Barbosa, e Capivari, hoje Macajuba - eram livres para escolher o representante que desejassem. O município de Barra do Mendes foi suprimido e Campestre mudou seu nome para Doutor Seabra, e hoje é apenas Seabra. Os chefes políticos da facção contrária tiveram que abandonar a região, entre eles Manoel Fabrício, Militão, César Sá, de Lençóis, e o monsenhor Hermelino Leão, que até então chefiara o município de Macaúbas. Horácio de Matos foi ainda nomeado delegado regional, com jurisdição sobre 12 municípios, depois estendida a outros dois, além de ter acesso direto ao presidente da República, sem precisar da intermediação do governador estadual (BARBOSA, 2008, p. 100-109; TAVARES, 2008, p. 344-348).

Todo esse conjunto de poderes políticos e policiais levou o professor Eul-Soo Pang a formular a tese de que Horácio e os outros coronéis que participaram dos convênios de 1920, teriam instalado “estados dentro do estado” (1979, p. 149). A colocação de Pang, deve ser, contudo, relativizada, pois Horácio de Matos e os outros coronéis baianos, apesar de comandarem forças que bem poderiam fazer frente aos contingentes estaduais, ainda eram formalmente subordinados ao governador, como fica demonstrado pelo próprio caso de Horácio, apenas três anos depois da Reação. Em 1923, a Bahia tinha duas assembleias legislativas, a oposicionista funcionando em Jequié, mas o Senado Estadual permanecera fiel a Seabra, salvo por um senador, César Sá, de Lençóis, mas agora residindo no Recôncavo, cujo mandato foi cassado pelos demais senadores. Depois de se encontrar com o governador em Bom Jesus da Lapa, Horácio de Matos ocupou a vaga que fora aberta no Senado baiano. A substituição de Seabra por Francisco de Góis Calmon foi tumultuosa, mas Horácio apoiou o novo governador e continuou a exercer o mandato para o qual tinha sido indicado e eleito. O vínculo de Góis Calmon com César Sá era mais forte do que o que tinha com Horácio, e o novo governador resolveu restituir o mandato de César, apoiando a candidatura dele ao senado, e garantir seu retorno a Lençóis,

nomeando um novo delegado regional para os municípios da Chapada, no lugar de Horácio, além de demitir, de forma sistemática, os aliados de Horácio que ocupavam cargos públicos estaduais (CHAGAS, 1996, p. 152-156; BARBOSA, 2008, p. 114-130). Toda essa sequência de fatos já demonstra a posição de subalternidade na qual, apesar do seu inegável poder de fogo e da vasta rede clientelar, o coronel Horácio de Matos se encontrava com relação ao governador baiano, mas há mais.

Quando um destacamento da polícia estadual acampou nas proximidades de Lençóis, para dar suporte à posse do novo delegado regional, major Otávio Passos, o delegado interino, Aristides Tilão, demonstrou que não estava disposto a entregar o cargo. Segundo Américo Chagas, esse primeiro grupo contava com 30 soldados; Otávio Passos vinha logo atrás, com outra tropa, de 90 policiais, acrescidos pelos mocós, jagunços de César Sá e de seus aliados, além de duas outras forças expedicionárias, que avançavam em flancos distintos. Todo esse contingente travou batalhas nos locais onde se concentravam as forças horacistas, em Lajedinho, em Bom Prazer, em Araçás e em Wagner, que era sede de município, mas foi arrasada pelas tropas estaduais, sob o comando do tenente Macedo, entrou em franco processo de decadência e voltou à condição de distrito. Assim, pelos meados de janeiro de 1925, Lençóis foi sitiada. A população civil teve oportunidade de sair. Os sitiados tinham maior contingente, além de um estoque praticamente ilimitado de munição, porém não conseguiram transpor a linha de defesa criada em torno da cidade. No início de fevereiro, a situação era desesperadora para os partidários de Horácio, devido à falta de munição e conseqüente debandada dos jagunços. O comandante do cerco, major Mota Coelho, teve, contudo, a infeliz ideia de liderar pessoalmente um ataque fulminante, à frente de cerca de 80 soldados e jagunços, porém caiu entre fogo cruzado, e a força tarefa foi posta em fuga, depois de deixar cinco soldados mortos. Corpos de outros feridos, que morreram enquanto tentavam fugir, foram encontrados, entre eles o do major Mota Coelho. Entre os boatos que correram então, há o de que Horácio de Matos fora o autor do tiro que matou Mota Coelho. Em meio ao tiroteio, o paletó que Horácio trajava foi retalhado pelos projéteis inimigos, enquanto seu corpo sofreu apenas algumas escoriações. O fato reforçou a fama de que tinha o corpo fechado e ele próprio guardou esse paletó até o fim da vida, como uma espécie de talismã protetor. Em outra batalha, travada pouco depois, no lugar chamado Ribeirão, as forças estaduais foram novamente derrotadas. Todos esses revezes, apesar da superioridade numérica de que dispunham, baixavam o moral dos sitiados (QUEIROZ, 1982, p. 74-84; CHAGAS, 1996, p. 154-175).

No mês de março, o cerco ainda estava indeciso e as repercussões eram as piores possíveis para o governo baiano. O governo federal, tendo à frente o presidente Bernardes, se viu, então, na contingência de criar uma comissão encarregada de negociar a paz entre os beligerantes, celebrada no tratado de Mucugê, onde o coronel da Chapada fez novas exigências (CHAGAS, 1996, p. 176-179). Horácio de Matos saiu vitorioso do episódio, como fora vitorioso em oportunidades anteriores. Todo o conjunto de acontecimentos demonstra, porém, que ele estava subordinado ao governo estadual, que tinha, pelo menos em tese, poderes para destituí-lo dos cargos que ocupava. O próprio sangue derramado de parentes, de correligionários e de adversários é uma prova, a meu ver cabal, de que o poder político de Horácio de Matos era bastante restrito.

No ano seguinte, 1926, ante a aproximação da Coluna Prestes, o coronel Horácio de Matos foi convocado para dar combate aos “revoltosos”, como ficaram conhecidos na tradição sertaneja, mas antes de tratar desse assunto, convém observar algumas características e especificidades da guerra travada na Chapada Diamantina. Existem estudos esclarecedores sobre as táticas de “guerra” do cangaço, descritas, por exemplo, em *Guerreiros do sol*, de Frederico Pernambucano de Mello. O cangaceiro apesar de ser um tipo bastante específico, está inserido em uma tipologia mais extensa, do homem do campo, que exerce também o ofício de armas, existente no Brasil, e na qual, está também inserido o jagunço do norte de Minas e do sertão da Bahia. Os dois representantes mais famosos desse tipo de “guerreiro” baiano-mineiro, retratado por Guimarães Rosa, são justamente Horácio de Matos e Antônio Dó, ambos portadores, segundo se acreditava, do corpo fechado.

Uma das maiores deficiências da “guerra jagunça” era a falta de prática em uma guerra a cavalo, que conferia inestimável vantagem àquele que soubesse manejá-la. Essa deficiência ficou bastante visível no combate contra as forças lideradas por Luís Carlos Prestes, que vindas do sul, sabiam empregar a cavalaria. Fernando Uricoechea mostra que, excetuando-se o Rio Grande do Sul, as distintas tropas da Guarda Nacional do período monárquico eram ineptas em termos de cavalaria (1979, p. 192-194). Segundo Claudionor Queiroz, a jagunçada não usava cavalos nem mesmo para se locomover: “jagunço não viaja a cavalo” (1982, p. 39). Ainda segundo esse autor, a jagunçada que defendia a vila de Seabra, antiga Campestre, foi facilmente posta em fuga pela Coluna, embora houvesse entre seus defensores “alguns jagunços bons, mas nunca haviam lutado com *cavalaria*, metralhadoras e com número tão elevado de adversários” (1982, p. 91, grifo nosso). A Coluna também desnortou seus perseguidores e causou pânico entre a população civil com as potreadas, pequenos destacamentos montados, que se deslocavam

com grande rapidez em todos os sentidos. O jagunço, contudo, guerreia a pé, usando montarias apenas eventualmente para um primeiro ataque de surpresa. Essa mesma deficiência também pode ser percebida no cangaço e no jaguncismo messiânico.

No sertão que estudamos, relativamente populoso, aconteceram grandes arregimentações entre a população rural, ou das pequenas localidades. Essa infantaria jagunça participava das atividades bélicas pelas mais distintas razões, seja o pagamento de uma diária combinada, a oportunidade de saque, uma vingança familiar, favores a serem retribuídos, ou o simples fato de pertencer a uma facção da política local; muitas vezes, os jagunços eram pegos à força, ou recrutados sob as mais diversas formas de coação. Esse grande contingente, pela suas dimensões e pela ausência de treinamento, era pouco disciplinado e os ataques quase sempre degeneravam em saque acompanhado de outras formas de violência. Outro problema, aliás próprio do emprego de mercenários, apresentava-se na hora de se desfazer dessas milícias, que, muitas vezes, dividiam-se em grupos menores, que passavam a se dedicar ao banditismo propriamente dito.

Na Chapada Diamantina, a arte da guerra chegou a certa especialização nas formas de defesa das localidades, com fortalezas, torres e trincheiras em lugares estratégicos. As igrejas eram, naturalmente, as melhores fortalezas. Essa guerra de sítio e de fortificação, que é urbana, ou suburbana, pode ser também percebida no cerco e na tomada de Canudos. Muitas vezes, para chegar até a igreja, os atacantes derrubavam as paredes entre as casas situadas na vizinhança. Outra peculiaridade da guerra na Chapada é o que podemos denominar “tiro de ouvido”. Mesmo em meio à mais completa escuridão, o jagunço encostava o ouvido à culatra da espingarda e esperava. Essa espera podia demorar muitas horas, mas, num determinado momento, a voz de um inimigo ecoava no cilindro oco do cano e o jagunço desferia um tiro certeiro. Segundo Claudionor Queiroz, “assim morreu Isidoro na Barra, Procópio em Lençóis” e um outro cabra foi atingido no maxilar. No primeiro cerco de Campestre, um jagunço, “entrancheirado no alto do Cruzeiro”, atingiu a virilha de um inimigo que pilava café dentro de casa a mais de duzentos metros de distância (QUEIROZ, 1982, p. 47-48).

### **4.3. A GUERRA DA COLUNA**

Ponto curioso da historiografia brasileira esse de não querer considerar conflitos armados como “guerras”. Aplicar o termo “guerra civil” a algum episódio da nossa história é um tabu tacitamente aceito por toda a comunidade intelectual. Isso se deve, em parte, ao fato de que os

massacres são perpetrados no sertão, bem longe dos centros urbanos, como a dizer: “longe dos olhos [e, se possível, da imprensa], longe do coração”.

Geralmente, opta-se por um eufemístico “movimento”. A guerra da Coluna está inserida numa guerra maior, que é a guerra dos Tenentes, ou “movimento Tenentista”, conforme o padrão estabelecido pela historiografia. A guerra dos Tenentes, ou movimento Tenentista, por sua vez, insere-se em um quadro mais amplo, que pode, com justeza, ser denominado “questão militar”, ou seja, a luta dos militares por maior participação na vida política do país e contra as forças que vetavam ou restringiam essa participação. Esse movimento da categoria, que começou no fim da guerra do Paraguai (1870), foi um dos fatores determinantes tanto na proclamação da República, quanto na substituição de Deodoro por Floriano, e na de Floriano por Prudente de Moraes (1889-1894), além de estar presente na candidatura vitoriosa do marechal Hermes contra o civilista Rui Barbosa, em 1910; no Tenentismo, na Revolução de 30, na derrubada de Vargas, em 1945, e na instalação do governo militar de 1964.

No governo do presidente Epitácio Pessoa, a questão militar voltou à ordem do dia, quando vieram a público duas cartas, cuja autoria era atribuída ao candidato que apoiava para sua própria sucessão, Artur Bernardes. As cartas foram estampadas em diversos jornais no mês de outubro de 1921, contendo sérias injúrias e até ameaças à classe militar. Embora tenham sido unanimemente reconhecidas como falsas, os militares, enquanto grupo, e uma boa parcela das classes médias urbanas, passaram a hostilizar Bernardes, que, mesmo assim, venceu Nilo Peçanha nas eleições de primeiro de março de 1922. A apuração dos votos tinha sido conturbada e o Clube Militar, entidade da categoria, apoiou ostensivamente o candidato de oposição, manifestando-se de forma pública. A oposição ficou ainda mais acirrada depois que o vice-presidente da chapa de Bernardes, Urbano dos Santos, faleceu, no início de maio. O resultado das apurações, divulgado apenas três meses depois da eleição, no dia sete de junho, confirmou a vitória de Bernardes com mais de dois terços dos votos. Antes mesmo da posse do presidente eleito, em julho de 1922, o ex-presidente Hermes da Fonseca foi preso, no dia dois, e o Clube Militar, do qual ele era diretor, foi fechado no dia seguinte, provocando a rebelião de distintas tropas sediadas no Rio de Janeiro. Os levantes foram rapidamente abafados, com exceção do grupo de cerca de 300 militares que tinham se apossado do forte de Copacabana. Antes de fazer uma investida final, o governo ofereceu a oportunidade de capitulação e a grande maioria dos rebelados deixou o forte. Seguiu-se o bombardeio por navios de guerra que participavam do cerco. Na manhã de seis de julho, outros ocupantes deixaram o forte, mas um grupo de 18 rebelados, na maioria tenentes, saiu armado da fortaleza e trocou tiros com os sitiantes. Apenas

dois sobreviveram aos ferimentos recebidos, os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes, que terão futuramente destacada atuação na política nacional. O presidente Epitácio Pessoa conseguiu, logo em seguida, que fosse sancionada uma lei de “estado de sítio” na capital federal e no estado do Rio de Janeiro, com duração até dezembro, enquanto tentava a aprovação de uma “Lei de Imprensa”, que autorizava o governo a exercer uma severa censura sobre os veículos de comunicação (CARONE, 1971, p. 337-360).

Bernardes tomou posse no dia 15 de novembro de 1922, porém conseguiu manter, ao longo do ano seguinte, o “estado de sítio”, situação que permitiu ao seu governo realizar uma série de arbitrariedades. Em 1923, o Clube Militar foi reaberto, mas era agora dirigido pelo próprio ministro da Guerra de Bernardes, o general Setembrino de Carvalho. A situação parecia estar controlada, porém elementos descontentes do exército brasileiro, sobretudo aqueles que estavam sendo perseguidos pela participação nos levantes de 1922, ou por estarem ligados à oposição, passaram a conspirar contra o governo. Na madrugada de cinco de julho de 1924, dois anos depois da tomada do forte de Copacabana, uma força de aproximadamente mil homens em armas, do exército e das forças estaduais, ocuparam bairros inteiros de São Paulo, em cujas ruas enfrentaram um número mais ou menos igual de legalistas. Até o dia 10, os insurgentes ganharam várias posições, porém nesse dia começou uma contra-ofensiva do governo, que agora utilizava artilharia pesada e bombardeio aéreo contra alvos tanto militares quanto civis. Pelo fim do mês de julho, o governo começou a retomar os pontos até então ocupados pelos rebeldes, que deixaram a capital e se espalharam por um grande número de cidades do interior paulista, nas quais foram sendo sucessivamente derrotados pela força legalista, ainda no mês de agosto. Com tudo isso, um contingente considerável de insurgentes paulistas conseguiu sustentar posições na região paranaense de Foz do Iguaçu (CARONE, 1971, p. 368-376).

Enquanto os militares se levantavam e tomavam a cidade de São Paulo, focos de revolta eclodiram entre os militares assentados em outros estados: Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Rio Grande do Sul. Nessa contingência, o governo criou réplicas, agora restritas às regiões de conflito, das milícias de jagunços da Guarda Nacional, que tinha sido extinta em 1918. Essas milícias eram denominadas “Batalhões Patrióticos”, quase sempre comandados pelos chefes políticos, que até pouco tempo atrás tinham sido coronéis da “Briosa”. No Rio Grande do Sul, os militares se rebelaram no final de outubro, em diferentes lugares, porém o mais bem sucedido foi o grupo do capitão Luís Carlos Prestes, ao qual se reuniram os insurgentes de outras partes do estado. Essa força revolucionária seguiu para o Paraná, onde se reuniu com a coluna que viera de São Paulo. Em junho de 1925, depois de várias batalhas e de atravessarem um trecho de

terras paraguaias, incluindo a difícil travessia do rio Paraná, Prestes, que tivera uma promoção para a patente de coronel, assumiu o comando das tropas, formadas por dois terços de gaúchos e um terço de paulistas, além de outros integrantes das mais diversas origens. O comandante anterior, Miguel Costa, preservava a patente de general e a chefia do estado maior, e havia mais um coronel na Coluna, o cearense Juarez Távora (CARONE, 1971, p. 377-383; MACAULAY, [1977], p. 49-54, 113-116).

Depois de atravessar o sul do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, e o estado de Goiás, a Coluna Prestes chegou ao noroeste de Minas, pelos afluentes da margem oeste do São Francisco, alcançando, pela primeira vez, o grande rio, em São Romão, no mês de agosto de 1925, com um destacamento de noventa soldados liderados por João Alberto. Houve troca de tiros, tanto na cidade de São Romão, quanto rio abaixo, quando tentaram emboscar um vapor que transportava tropas legalistas. Dois oficiais das forças revolucionárias foram capturados nas imediações da cidade ribeirinha. Os insurgentes regressaram a Goiás e seguiram para norte, atravessando a região hoje pertencente ao estado de Tocantins, adentrando o sul do Maranhão e atravessando o Piauí, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Pernambuco, até chegarem novamente às margens do São Francisco.

Na travessia dos estados nordestinos, podem ser percebidas algumas das deficiências político-ideológicas do movimento tenentista. Esses revolucionários não eram muito distintos dos oficiais e soldados que, 30 anos antes, tinham tomado parte no massacre de Canudos, pois se consideravam portadores da razão e da modernidade, entedidas como sinônimos. Para os integrantes da Coluna, os sertanejos não eram mais que pessoas retrógradas, que, em vez de agradecerem pela “salvação” que traziam, ainda que acompanhada de pilhagem e outras formas de violência, recebiam-nos a bala.<sup>40</sup> No Maranhão e no Piauí, que são estados com tradição político-revolucionária, conseguiram um considerável número de adesões, contudo enfrentaram forte hostilidade nos demais estados da região Nordeste, sobretudo depois que o padre Cícero e

40. Os termos utilizados por Moreira Lima, advogado que foi secretário da Coluna, para se referir aos moradores da área rural, aos quais chama repetidas vezes de “tabaréus”, mostram o profundo desprezo que ele e a maioria dos integrantes nutriam pela população camponesa; ele menciona, por exemplo, a “inacreditável ignorância dos pobres matutos que mal sabem falar” e perdem a capacidade de se expressar “quando se acham diante de pessoas que reconhecem lhes serem superiores”; e, mais adiante, se refere à “profunda e inominável ignorância dos nossos sertanejos”, um “povo semibárbaro”, que estava “acostumado a ser pisado pelo poder público” e era “incapaz de reagir”, constituindo “uma massa amorfa que não tem ideia de liberdade, um verdadeiro rebanho de brutos, vivendo uma vida puramente vegetativa” e continua: “um simples ajuntamento de párias guiados por impulsos inconscientes dos instintos inferiores”, que “evidentemente, estacionou nos degraus inferiores da escala ascendente da civilização”; para ele, o padre Cícero não era um “homem mau”, mas apenas um “sacerdote rústico e mais ou menos analfabeto, cheio de superstições grosseiras” (1979, p. 171, 182, 243).

seu braço direito político, Floro Bartolomeu, passaram a arregimentar contingentes para formar novos Batalhões Patrióticos. O próprio Lampião e seu bando foram arregimentados, receberam fardamento e armamento de altíssima qualidade. A Lampião coube a patente de capitão, que passou a ostentar com orgulho. Chegou mesmo a enfrentar os revolucionários em dois combates, um contra uma potreada, logo que entraram em Pernambuco, e outro contra a retaguarda da Coluna, no sítio Rochedo, próximo ao riacho do Navio (LIMA, 1979, p. 271). O cangaceiro também capturou dois piauienses que tinham aderido à Coluna e desertado quando chegaram ao São Francisco. Os dois foram levados para Juazeiro do Norte, de onde foram reconduzidos, sob escolta, até suas moradias (CHANDLER, 1980, p. 83-84).

Preparado para um tipo de guerra que vinha enfrentando há séculos, o vaqueiro nordestino, que eventualmente se tornava jagunço, mostrou-se mais uma vez temível. Segundo Neill Macauley, o vaqueiro sertanejo tinha algumas vantagens militares sobre o gaúcho, mesmo sem se levar em conta a adaptação e o conhecimento do terreno: “seu senso de comunidade era muito mais forte do que o do gaúcho e sua lealdade para com seu chefe era virtualmente inquebrantável”; “ao contrário do gaúcho, o vaqueiro era bom atirador”; estava defendendo seus poucos bens; enfim, conclui o historiador estadunidense, a “Coluna Prestes estava mal preparada para lidar com os jagunços do sertão nordestino” ([1977], p. 196-197). Mas a recíproca também é verdadeira: a jagunçada estava igualmente mal preparada para enfrentar a guerra própria da fronteira gaúcha. A carga de cavalaria era de todo desconhecida, porém somente utilizável em terreno relativamente aberto. O grande trunfo que a guerra de cavalaria dava à Coluna era o emprego das potreadas, cujo objetivo principal era a rapina de animais de montaria, de carga e de abate, além de desorientar o inimigo, graças ao seu grande alcance geográfico e rapidez de movimento, constituindo ainda uma valiosa fonte de informações.

O rio São Francisco foi outra barreira na marcha da Coluna, sobretudo porque chovia muito na região, nos últimos dias de fevereiro de 1926. Depois de andarem rio acima, conseguiram um bote que permitiu a captura de outras embarcações na margem baiana, todas de pequeno porte, demandando muitas horas para transportar os 1.200 revolucionários, muitos dos quais feridos. Os cavalos que não se encontravam em condição de transpor o rio a nado, foram deixados na margem pernambucana. A Coluna chegava assim ao estado da Bahia. Na parte norte do estado, recém-irrigada pelas chuvas, os revolucionários se depararam, segundo Lourenço Moreira Lima, com uma espécie de deserto florido, que ele chama de “*desertus austral*”, e até se permite uma expressão poética: “Dir-se-ia que a Natureza desabrochava em flores para festejar a travessia da Coluna Invicta” (1989, p. 276). Seria um lugar maravilhoso, não fosse a

falta de montarias, em poucos dias remediada. Continuavam, porém, as pedras do caminho, as longas “travessias” de muitas léguas sem água e a hostilidade dos moradores. No dia dois de março, a Coluna capturou uma boiada que seguia de Canudos para Santo Antônio do Glória, destinada a alimentar as “forças bernardescas”, na expressão de Moreira Lima (1989, p. 279). A população tinha sido orientada a abandonar as povoações. Na tomada do povoado de Várzea do Ema, houve dois governistas mortos, porém a imprensa baiana divulgou que tinham sido 29. Adiante, um senhor de cerca de 60 anos, empunhando um machado, matou um revolucionário, enquanto gritava, “Bandidos! Por aqui vocês não passam!” Felizmente, o comandante do grupo, João Alberto, dera ordens expressas no sentido de não agredir a população local, e o senhor foi apenas amarrado a uma árvore. A Coluna perdeu ainda vários integrantes em episódios semelhantes, sem que houvesse combates de grande porte (MACAULAY, [1977], p. 208).

Em Uauá, no dia nove de março de 1926, a Coluna foi repelida por uma força legalista, da polícia paulista, porém, dois dias depois, próximo a Bonfim, o destacamento de Djalma Dutra, capturou um trem de carga, destinado a abastecer as tropas de Uauá, com “café, açúcar, bolos e cigarros”, arroz, feijão e muita munição (MACAULAY, [1977], p. 208). Aproximavam-se agora dos domínios do coronel Horácio de Matos, renomado pelo seu tremendo poderio bélico. Ainda em fevereiro, Horácio recebera um telegrama do presidente Bernardes autorizando a criação de um Batalhão Patriótico, com quadro de oficiais e numerosa jagunçada. No dia 25 de março, depois que os rebeldes ocuparam o povoado de Caraíbas, hoje Irecê, um amigo, Leovegildo Cardoso Viana, e um primo de Horácio, chamado Augusto de Matos, procuraram o estado maior da Coluna, com quem conferenciaram, recebendo uma carta na qual o coronel era convidado a se unir à luta revolucionária ou, pelo menos, manter-se neutro e não seria atacado. Essa proposta não poderia ser cumprida, devido à própria logística da Coluna, e já no dia 27 de março, a fazenda de um parente de Horácio, experimentado na guerra de jagunços, Manoel Quirino de Matos, foi saqueada, e ele contra-atacou, causando baixas entre os revolucionários. No dia 28, a Coluna tomou a localidade de Barra do Mendes, que perdera o status de cidade. Se é que até então havia possibilidade de conciliação entre os dois grupos, ela se dissipou quando dois parentes, que levavam cartas de Horácio para a sua tia Casemira, chamados Francisco Macedo e João Bernardo, foram presos e fuzilados pelos rebeldes, e a modalidade da guerra passou do plano partidário para o da vingança, o que legitimava, na tradição estamental sertaneja, uma guerra aberta (LIMA, 1979, p. 286-288; MACAULEY, [1977], p. 208-213; QUEIROZ, 1985, p. 91).

No fim de março, Campestre foi ocupada e, no dia dois de abril de 1926, a Coluna tomou a vila de Guarani, hoje Boninal, de onde foram enviadas três forças-tarefas à fazenda Carrapicho de dona Casemira para prendê-la, mas ela se escondera no mato. A casa foi saqueada e os móveis queimados em fogueira, mas a terceira dessas tropas foi atacada por Francisco de Matos, irmão de Horácio, causando a morte de três “revoltosos”. No dia seguinte, um outro parente de Horácio, Sancho Macedo, recebeu um tiro na nuca depois de ter sido preso, ficando paraplégico. Ainda no início de abril, já ao sul da Chapada, a Coluna foi bem recebida em Minas do Rio de Contas; no dia oito daquele mês ocupava a Vila Velha de Livramento, hoje apenas Livramento; no dia seguinte, a Vila Nova de Brumado, hoje Brumado, e, no dia 13, tomava Caculé. No dia 15 de abril, depois de atravessar a nado o rio Gavião, que estava cheio devido às chuvas, a Coluna ocupou Condeúba, sem luta, pois a cidade tinha sido evacuada pelos moradores, e ali permaneceu dois dias, a fim de refazer as forças. Um boletim revolucionário foi impresso na tipografia local. Pouco depois de deixarem Condeúba, foram alcançados pelo Batalhão Patriótico do coronel Rotílio Manduca, que conseguiu aprisionar três integrantes da Coluna, um homem e duas mulheres. Era preciso apertar o passo (LIMA, 1979, p. 303-304; CHAGAS, 1996, p. 201-203).

Ainda na Bahia, foram ocupados os povoados de Jacaraci, hoje cidade, e de Boa Vista do Jacaraci, hoje Mortugaba, e, no dia 19 de abril de 1926, a Coluna entrava, pela segunda vez, em Minas Gerais. Naquela noite, o estado-maior acampou às margens do rio Pardo, enquanto a retaguarda ocupava o povoado de Água Quente, hoje Montezuma. No dia seguinte, ao atravessarem a atual cidade de Santo Antônio do Retiro, um rapaz que corria foi alvejado. No dia 21 de abril, acamparam em Serra Nova, ainda hoje distrito de Rio Pardo de Minas. Ali, Nilson Antônio de Oliveira, que era de Tremedal, hoje Monte Azul, se uniu voluntariamente aos revolucionários. Mais tarde, Nilson desertou da Coluna, com outros integrantes, junto dos quais foi preso em São Paulo, na estação da Luz, sendo posto novamente em liberdade em 1928 (COTRIM, 2000, p. 97-98; 2004, p. 108-113). Ainda em Serra Nova, no dia seguinte, 22 de abril, a retaguarda foi atacada pelos jagunços legalistas de Horácio de Matos e do coronel Abílio Wolney. Os revolucionários mudaram então o curso para o oeste, atingindo o povoado de Jatobá, hoje Serranópolis de Minas, depois dobraram de novo, agora em direção ao nordeste, até atingirem Taiobeiras, de onde rumaram novamente para o norte, ingressando de novo no território da Bahia, no último dia de abril de 1926. Tinham executado a manobra denominada Laço Húngaro. Uma força-tarefa alcançou a cidade de Boa Vista de Tremedal, hoje chamada Monte Azul, onde houve troca de tiros com forças locais, e outro destacamento, com João

Alberto à frente, teria chegado mesmo a Riacho dos Machados, nas cabeceiras orientais do rio Gorutuba, onde enfrentou legalistas (LIMA, 1979, p. 304-308; MACAULAY, [1977], p. 217; LISBOA, LISBOA, 1992, p. 42-43).

Abdênago Lisboa (1916-1977) era criança de nove para dez anos e residia em Taiobeiras quando a Coluna chegou à cidade, que então era distrito de Salinas. Mais tarde, escreveu um relato do que viu e ouviu dizer. Ao saber da aproximação dos “revoltosos”, a família de Abdênago refugiou-se numa fazenda vizinha, mas pouco adiantou, pois a Coluna chegou até lá. Segundo outro autor, Américo Chagas, os revolucionários tinham uma forma de revistar uma casa até então desconhecida para os sertanejos.

A técnica empregada pelos revoltosos, no *correr uma casa*, parecia ter sido copiada das formigas de correição. Em poucos minutos penetravam pela frente e saíam pelos fundos, deixando-a completamente revistada e levando o que lhes interessava, como se para cada metro quadrado houvesse um deles encarregado da revista, nada escapando ao seu minucioso exame (1996, p. 198, n. 8, grifo nosso).

No caso em pauta, na fazenda onde a família se refugiara, apareceram três deles, novos, cabeludos e não muito assustadores. A mãe do menino Abdênago, cujo nome de solteira era Mariana d’ Irlanda Gomes, conversava com eles de maneira desassombrada. Um ficou postado à porta, enquanto os outros dois iam percorrendo os cômodos da casa, em busca de armas ou outro objeto que os pudesse interessar. O pai do menino, Otacílio Lisboa, que estava acamado devido a uma doença, foi também revistado, encontrando-se um relógio de bolso em ouro, que foi furtado. A casa onde residiam, uma das maiores da localidade, situada logo na entrada de Taiobeiras, foi igualmente invadida e saqueada. Os dois irmãos mais velhos do autor, tinham ficado lá, para impedir a ação de ladrões comuns. Enquanto uns revistavam a casa, outros pediram café aos garotos, que, oportunamente, conseguiram fugir e se reuniram ao restante da família. O pai de Abdênago queixava de prejuízos da ordem de 40 contos (uma pequena fortuna), sobretudo em medicamentos levados da sua farmácia, enquanto sua biblioteca permanecera intacta. Muitas coisas que sumiram de sua casa, apareceram em outros lugares. Diz o autor que a “tesoura de mamãe foi parar noutra casa e deu muito fuxico por causa disso,” que um “vidro de jalapa da farmácia do papai fora parar na farmácia do Jovito Rego” e ainda que “todo mundo na cidade sofreu furtos” (LISBOA, LISBOA, 1992, p. 38).

Em Taiobeiras, os líderes da Coluna foram recebidos na casa de Teófilo Rego, apelidado “Dandim”. Ali se hospedaram o próprio Prestes, o tenente João Alberto, Siqueira Campos e Isidoro Dias, outros ficaram na casa de seu irmão, João Rego. Como precisavam de

tecidos, levaram algumas coisas da loja de Teófilo, deixando, porém, uma “requisição” para ser posteriormente resgatada. Antes de entrarem na cidade, mataram José Nascimento que, acreditando que se tratava de bandidos comuns, e não da temível Coluna, gritou: “A polícia vem aí!” A narrativa de Avay Miranda é um pouco diferente, parece que batedores da Coluna encontraram-no com uma carabina na mão e, quando perguntaram o porquê da arma, dissera que estava esperando os revoltosos e recebeu, na mesma hora, vários tiros (MIRANDA, 1997, v. 1, p. 69). O subdelegado Procópio Moreira reagiu à invasão, certamente com tiros, tendo sido preso e espancado. Teria sido enforcado se Teófilo Rego não interviesse. João Correia, que fazia carros de boi, também reagiu e foi preso. Os dois foram levados pela Coluna, mas logo adiante conseguiram fugir. Pouco depois da passagem dos revolucionários, chegou à cidade um Batalhão Patriótico, composto de cerca de 30 jagunços, sob o comando de Horácio de Matos, e conta-se que “deram mais prejuízo que os homens da referida Coluna” (LISBOA; LISBOA, 1992, p. 38-39).

Os batalhões estavam nos calcanhares da Coluna, por isso foi concebida a estratégia do Laço Húngaro, quando, de Serra Nova, os revolucionários seguiram para sudoeste e fizeram uma volta inesperada para nordeste, aparecendo em Taiobeiras e dali seguindo para norte e ingressando novamente na Bahia. O Batalhão de Horácio, poucos dias antes, estivera em São José do Gorutuba e em Brejo das Almas, hoje Francisco Sá. Essa localidade fica próxima a uma das poucas vias de acesso, ou bocainas, que, do lado ocidental, permite que se chegue ao imenso platô da serra Geral, cortada ao centro pela serra de Grão Mogol, continuação do Espinhaço. Talvez por isso, Brejo das Almas tenha recebido a incômoda visita de tantos Batalhões Patrióticos. Olinto da Silveira fala da passagem de Horácio de Matos pela região, que tentou extorquir dinheiro de seu pai, na época, agente executivo da localidade (SILVEIRA, SILVEIRA, 1962, p. 100-101). Seu primo Geraldo Tito Silveira fala de outros dois Batalhões Patrióticos e um destacamento da força pública estadual, passando pelo Brejo das Almas. Um dos Batalhões, que assolou a cidade e a região, era comandado por Rotílio Manduca, mas não fez muitas maldades no lugar, pois tinha sido absolvido em júri realizado em Montes Claros, do qual participara um dos poderosos locais, Felisberto Alves da Silveira. A particularidade já mencionada dessa visita, ou mais propriamente ocupação, foi que ele acampou em uma barraca montada na praça do mercado, em companhia da sua ajudante de ordens, que, apesar de trajar uniforme, era, na verdade, uma “bela amásia”, enquanto seus jagunços capturavam as montarias que encontravam nas vizinhanças. No mesmo dia em que o coronel Rotílio deixou o Brejo, a localidade foi invadida por outro Batalhão, menos amigável, comandado pelo major Honório Granja, que chegou

de tardinha, com muitos tiros para o alto. Durante a “ocupação” do major Honório, a captura de montarias foi tão grande que a praça do mercado ficou intransitável devido à quantidade de animais (SILVEIRA, 1971, p. 88-92).

A cidade de Grão Mogol foi visitada pelos batalhões do capitão Neves e do tentente Amorim, conforme telegrama de Sóter Carmo, presidente da Câmara local, publicado no livro de Moreira Lima (1979, p. 323). O Batalhão de Rotílio Manduca também passou em Brasília, hoje Brasília de Minas, onde ocupou e depredou a casa, que ainda se encontrava em construção, de um antigo desafeto (BRASIL, [1979], p. 270-271). Em Montes Claros, a força pública mineira causou sérios prejuízos, chegando a se apropriar do dinheiro que havia em uma agência bancária, que tinha sido aberta havia pouco, e das montarias dos moradores da área rural, que vinham à feira. Um destacamento da força pública baiana, ao contrário, portou-se de forma pacífica, mas estavam esfarrapados e esfomeados, a ponto de serem alimentados pela população, que ficou condoída. Nas margens mineiras do São Francisco, que era o eixo de deslocamento das tropas legalistas, também foram cometidos inúmeros desmandos, tanto pelos Batalhões, quanto pelas forças públicas estaduais e pelas tropas do exército (COTRIM, 2008, p. 101-103, 134-137).

Não cabe dúvida de que não só os Batalhões, mas também a Coluna, cometeram toda sorte de violências, inclusive estupros.<sup>41</sup> Em Formosa, na Chapada Diamantina, por exemplo, a Coluna teria matado, segundo Claudionor Queiroz, um cego, chamado Manoel Barbosa, e em Guarani, conforme Américo Chagas, um rapaz com problemas mentais foi fuzilado depois de ferir um revolucionário com um canivete (QUEIROZ, 1982, p. 91; CHAGAS, 1996, p. 201). Na verdade, não havia diferença entre os métodos da Coluna e os métodos dos Batalhões Patrióticos, e para o sertanejo a violência certamente não era uma novidade introduzida por essa guerra “moderna” da Coluna, mas os procedimentos eram idênticos àqueles que vinham sendo praticados desde algum tempo pela cabroeira dos coronéis, pelas forças públicas estaduais e pelos cangaceiros, ou outros bandidos. O sertanejo, quando apoiava um cangaceiro, ou a polícia, ou um Batalhão Patriótico, ou a Coluna Prestes, não fazia mais que escolher um

41. Embora os crimes cometidos pelos integrantes da Coluna sejam atribuídos pelos seus defensores aos criminosos que soltavam das cadeias nas localidades por onde passavam, não cabe dúvida que eram cometidos também por outros revolucionários; quanto aos estupros, o próprio repúdio de Moreira Lima às infâmias “estúpidas e mentirosas” espalhadas pelo governador de Mato Grosso e pelos “seus serviçais”, de que os soldados do destacamento de Siqueira Campos “estupravam mulheres na sua própria presença”, indica que esse crime era cometido por outros agrupamentos da Coluna, ou quando o comandante não se encontrava presente (1979, p. 405).

lado, pois se via forçado a tal, mesmo sabendo que as consequências dessa escolha podiam ser bastante desastrosas.

Os perseguidores da Coluna ficaram desnorteados com o Laço Húngaro. A confusão foi ainda maior devido às potreadas, que chegaram a cerca de 150 quilômetros a leste de Taiobeiras, em Fortaleza, hoje Pedra Azul, cujo presidente da Câmara, doutor Antero Ruas, em telegrama, avisava que a Coluna se encontrava no município e pedia reforços com urgência, que não tardaram a chegar, com os batalhões de Abílio Wolney e de Horácio de Matos e com um destacamento da polícia estadual (LIMA, 1979, p. 324-325). Enquanto isso, a Coluna pôde se distanciar das numerosas tropas que fechavam o cerco e queriam, por todos os meios, impedir que os “revoltosos” alcançassem a capital mineira, relativamente próxima da capital nacional, Rio de Janeiro. No caminho de volta para o norte, a Coluna seguiu, a princípio, um pouco a leste do trajeto que fizera na vinda.

No dia 30 de abril de 1926, como foi dito, a Coluna regressava ao estado da Bahia, depois de doze dias em território mineiro. No dia quatro de maio, a cidade de Ituaçu foi ocupada pela expedição revolucionária, porém, na véspera, um soldado da Coluna fora atacado por um grupo de jagunços armados de cacetes, vindo a falecer mais tarde, em consequência dos ferimentos. Os tenentes tinham novamente chegado às Lavras Diamantinas, passando, primeiro, em Cocos, atingindo, no mesmo dia, o arraial de Barra da Estiva, cujos habitantes não tinham abandonado suas moradias. No povoado de Bom Jesus, depois de tiroteio com a jagunçada, uma potreada aprisionou Natalino, ou Anatolino Medrado, filho do coronel Douca Medrado e irmão da esposa de Horácio. Segundo Moreira Lima, ele fora instruído a levar os integrantes da Coluna até uma emboscada, próximo à cidade de Mucugê. E, de fato, enquanto o restante da Coluna seguia para Guiné de Cima, o Destacamento Dutra que foi encarregado de levar o prisioneiro para Douca, em Mucugê, caiu na emboscada preparada por uma “força superior a 400 homens de polícia e garimpeiros”, segundo Lourenço, enquanto o contingente sob o comando de Dutra era composto por, no máximo, 250 homens. A vanguarda do destacamento caiu na emboscada e teve que sustentar um tiroteio pela maior parte do dia, até que foi resgatada, depois que uma das posições altas da gente de Douca foi tomada. Muitos revolucionários foram feridos no combate e um deles veio a morrer no dia nove de maio, em Cochó do Malheiro, povoado que já fora palco de numerosas batalhas e tampouco fora abandonado pelos moradores (LIMA, 1979, p. 309-314; MACAULAY, [1977], p. 217-218).

No dia 10 de maio, a Coluna chegava a Água de Rega, onde tinha sido travado um combate contra os jagunços de Horácio de Matos, havia mais de um mês, mas os moradores ainda não

tinham regressado a suas casas. Dois dias depois, quando uma potreada passava pela localidade foi atacada por um grupo de jagunços, perdendo um dos soldados. Os revoltosos, indignados, incendiaram Água de Rega. No dia 12, o destacamento de João Alberto alcançou Barra do Mendes, que também tinha sido ocupada no mês anterior. A partir daí passaram a seguir a oeste do caminho que tinham feito quando rumavam para Minas. No dia 13 de maio, o povoado de Canabrava do Gonçalo também foi incendiado pelos revolucionários. Eles tinham sido novamente alcançados pelos seus perseguidores e as batalhas voltaram a ser travadas diariamente. A partir do dia 19, a situação foi agravada pela chegada à região de caatinga, onde os recursos eram bastante reduzidos, porém a frequência dos combates também diminuiu, à medida que se afastavam da Chapada (LIMA, 1979, p. 334-341).

No dia 29 de maio de 1926, quando alcançaram o São Francisco pela terceira vez, agora próximo a Santo Sé, boa parte dos revolucionários já estava sem montaria. Ao longo do mês de junho, o exército de Prestes acompanhou o curso do rio em direção ao leste, atravessando o Velho Chico, nos dias dois e três de julho, e encerrando a fase “baiana”, mais propriamente “baiana e norte-mineira”, da guerra da Coluna. Uma etapa de quatro meses, particularmente desastrosa para o grupo, que perdera cerca de trezentos homens, entre desertores, feridos e mortos, com o contingente reduzido de 1.200 para 900 (MACAULAY, [1977], p. 220). Depois de uns poucos dias em terras pernambucanas, a 11 de julho, a Coluna voltou a adentrar o Piauí, sempre seguida de perto pelos Batalhões Patrióticos de Horácio de Matos, Abílio Wolney, Franklin Albuquerque, Honório Granja e Rotílio Manduca. No dia 18 de agosto, houve um novo combate sério com as forças de Horácio de Matos, e no dia 20, os rebeldes entraram novamente em terras goianas. No dia 27 de agosto, houve outro combate de grandes dimensões, travado agora contra os jagunços de Abílio Wolney, comandados por um desertor da Coluna (LIMA, 1979, p. 409-410). Em outra batalha, quando entravam novamente no Mato Grosso, o destacamento de Djalma Dutra teve nove dos seus homens mortos e outros nove aprisionados. A Coluna, contudo, permanecia invicta, pois, segundo Macaulay, “os jagunços mantiveram a Coluna em fuga, mas foram incapazes de ultrapassá-la e de aniquilá-la” ([1977], p. 222-223).

No dia três de fevereiro de 1927, o coronel Luís Carlos Prestes, à frente de 620 homens, ingressava na Bolívia, onde armamento e munição foram entregues às autoridades de San Matías. No dia 24 de março, uma outra força, de 65 homens, passou ao Paraguai. Estavam sob o comando de Siqueira Campos, um dos dois sobreviventes dos “18 de Forte”, em 1922, que, quase cinco anos depois, ao pedir asilo no país vizinho, dava fim ao que chamamos de guerra da Coluna (MACAULAY, [1977], p. 227). O papel dos Tenentes na política brasileira ainda não tinha,

contudo, terminado. Dois anos mais tarde, em 1929, durante a campanha da Aliança Liberal, o candidato Getúlio Vargas incorporou várias reivindicações do “tenentes” ao seu programa de governo e, com a eclosão da Revolução de três de outubro do ano seguinte, muitos veteranos do movimento atuaram na tomada de posições, ocupando importantes cargos no governo do país durante o período 1930-1945.

#### 4.4. A “GUERRA” DO TAMANDUÁ

A chacina da fazenda Tamanduá, ocorrida no dia 20 de outubro de 1895, bem como seus antecedentes e desdobramentos, não caracterizam, a nosso ver, uma guerra no sentido tradicional da palavra, ao contrário das guerras na Chapada Diamantina e contra a Coluna, nem tampouco um estado endêmico de violência como na “guerra política” do São Francisco. A guerra do Tamanduá é antes uma vindita familiar e política. Para Roberto Lettière, ao contrário, que reside em Belo Campo, cidade vizinha ao local onde se deu o trágico acontecimento, trata-se, sim, de uma guerra, devido ao trabalho de arregimentação, de armamento e de municiação e ao planejamento da ação (2011, p. 71-76).

A origem do conflito não está claramente explicada, porém, foi um motivo banal, ainda mais quando se tem em conta o morticínio que desencadeou. Uma vaca do coronel Domingos Ferraz de Araújo, proprietário da fazenda do Tamanduá, apareceu morta, e os prováveis autores do crime eram Sérgio e Gasparino, os filhos mais novos da viúva Lourença de Oliveira Freitas, proprietária da vizinha fazenda do Pau de Espinho; ou, conforme outra versão, foi devido à meação de uma roça de mandioca, ou por outra questão de “extrema”. Embora não tenha sido o motivo direto do conflito, o fator político esteve presente desde o início, pois as famílias do coronel Domingos e da viúva Lourença apoiavam facções opostas na conturbada política da vila de Conquista, à qual a região estava subordinada. A família de Lourença era aliada do coronel Pompílio Nunes de Oliveira, enquanto o coronel Domingos e seu genro Afonso Lopes pertenciam ao grupo do coronel José Fernandes de Oliveira Gugé, que se encontrava no poder. Certo dia, houve uma discussão do genro de Domingos, o subdelegado Afonso Lopes Moitinho, com um filho e um genro da viúva, respectivamente Sérgio de Almeida Freire e Calisto de Oliveira Freitas, chamado “Calisto Grande”, ou “Calistão”, para diferenciá-lo do “Calistinho”, outro filho de Lourença. A discussão degenerou em briga e Afonso Lopes saiu muito ferido. Isso teria acontecido em 1893 (IVO, 2004, p. 157-165).

Sérgio e seu irmão Gasparino de Almeida Freire foram indiciados por um outro crime, possivelmente a morte da vaca, e não pela briga com Afonso, o que explica por que o Calisto Grande não foi processado com eles. Sabendo da ordem de prisão, os dois irmãos foram para a região de Itabuna, onde contraíram malária, o que forçou o regresso para a casa materna. Ao tomar conhecimento de que se encontravam na fazenda do Pau de Espinho, Afonso Lopes conseguiu que o juiz expedisse um mandato de prisão e, acompanhado de um grupo de 15 jagunços cercou a casa da viúva Lourença, por volta da meia noite, mas os ocupantes resistiram às primeiras investidas. Sérgio e Gasparino aceitavam se entregar, desde que fossem acompanhados por “homens de bem”. Na manhã de 11 de janeiro de 1895, os integrantes da diligência entraram na casa e mataram os dois na frente da própria mãe. O nome de Afonso Lopes não aparece nos autos, e talvez não tivesse mesmo tomado parte direta da ação, mas, nesse ponto, a versão popular também é mais verossímil, já que ele tinha bons motivos e autoridade suficiente para não incluir seu nome no inquérito que se seguiu (IVO, 2004, p. 166-176).

Calisto de Almeida Freire, o Calistinho, outro filho de Lourença, não se encontrava presente e iniciou uma série de gestões no sentido de concretizar a vingança familiar. Arregimentou grande número de jagunços junto aos integrantes da oposição, que foram devidamente armados e municados. No dia 20 de setembro de 1895, um grupo tomou a fazenda de Afonso Lopes, situada nas vizinhanças do povoado de Suçuarana. O subdelegado conseguiu fugir, mas um agregado, de nome João Francisco, foi morto com requintes de crueldade (IVO, 2004, p. 181-182). Na tarde de 18 de outubro, reuniram-se jagunços vindos dos povoados de Pau de Espinho, do Panela, da Lagoa do Timóteo e de Quaraçu. Desses jagunços, 98 foram nominalmente acusados no processo que se seguiu, mas o número total seria 216, conforme, posteriormente, o próprio Calistinho afirmara, e fala-se em cifras ainda maiores, 300 ou 400. Esses jagunços ficaram conhecidos, nas tradições sertanejas, com o nome de “mocós”. No dia 19 de outubro, a sede da fazenda do Tamanduá, estava cercada, e no dia 20 foi tomada, com a morte de grande número de pessoas presentes. Segundo Lettière, 22 cadáveres foram identificados, sem incluir, contudo, dois corpos que não foram reconhecidos. Uma lista publicada no livro *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho*, de Isnara Pereira Ivo, relaciona, além dos corpos não identificados, 22 pessoas presentes, das quais seis escaparam com vida, o que reduz o número para 18 vítimas, inclusive o coronel Domingos e Afonso Lopes, este último entre os corpos não reconhecidos (IVO, 2004, p. 191-197; LETTIÈRE, 2011, p. 100-111).

A “guerra do Tamanduá” não terminou aí, mas teve vários desdobramentos, começando pela sebaça que se seguiu, em meio à dispersão dos mocós, que passaram a atacar localidades e

propriedades de pessoas ligadas à facção política do coronel Gugé, saqueando, incendiando e causando novas mortes. A região ficou a tal ponto dominada pela jagunçada, que uma perícia somente chegou à sede da fazenda Tamanduá, local da chacina, 54 dias depois, a 13 de dezembro, quando os corpos das vítimas foram inventariados. Não apenas enquanto vindita, mas também enquanto ação política, a chacina deu resultado satisfatório, pois o grupo do coronel Gugé foi retirado do poder na vila de Conquista, substituído pelo do coronel Pompílio. Para um outro genro do coronel Domingos, Manoel Fernandes de Oliveira, o “Maneca Grosso”, o coronel Pompílio foi o mentor intelectual do morticínio. Nos anos seguintes, 1896 e 1897, o coronel Pompílio foi nomeado juiz municipal e delegado de polícia, enquanto seu irmão Terêncio Nunes Bahiense era eleito para o cargo de juiz de paz. Sob os auspícios da facção que agora era alçada ao governo local, o processo contra os 98 autores da chacina foi se arrastando na justiça ao longo dos anos, com a absolvição final de todos os envolvidos em 1919 (IVO, 2004, p. 202, 214-219; LETTIÈRE, 2011, p. 96, 110-115).

Os parentes do coronel Domingos e de Afonso Lopes encarregaram-se também de dar resposta à chacina, ou seja, iniciaram uma nova vindita. Essa função coube a João Nunes Ferraz, que, conforme conta Israel Araújo Orrico, foi quem contratou o pistoleiro Antônio Vieira dos Santos, o “Liro”, para matar o Calistinho. O assassinato aconteceu em Gissaras, povoado hoje pertencente ao município de Pedra Azul, já em Minas Gerais. O Calistinho foi morto, segundo se conta, com um único tiro de rifle, disparado a grande distância, mas cujo projétil estava envenenado. João Nunes Ferraz faleceu no início de 1905, mas a tarefa de vingar as vítimas da chacina teve prosseguimento graças ao empenho de sua viúva, Isabel Nunes Ferraz, a “Isabelinha”, ou “Zabelinha”, acusada de ser a mandante de vários crimes, inclusive a morte dos irmãos Napoleão e Cícero Ferraz de Oliveira, o primeiro, coronel e o segundo, tenente-coronel, mortos, segundo Orrico, com dois tiros certos disparados por um filho de Liro, chamado Manoel de Liro, ou segundo Lettière, com cinco tiros, o primeiro, e com um único tiro, o segundo, disparados por Manoel Lírio Vieira e seus filhos Joaquim Vieira e João Vieira, no dia cinco de abril de 1913, próximo à localidade de Panelas, hoje Campo Formoso, distrito de Belo Campo (ORRICO, 1982, p. 148-152; LETTIÈRE, 1997, p. 43-44).

Do ponto de vista historiográfico, o conjunto de eventos que compõem a guerra do Tamanduá contém numerosas contradições e episódios francamente inverossímeis. Essa mitificação se deve, em parte, ao fato de os episódios terem sido narrados em livro apenas muito tardiamente, a partir do trabalho de Israel Orrico, *Mulheres que fizeram história em Conquista*, de 1982, ou seja, quase 90 anos depois dos eventos em questão, quando todos, ou quase

todos, que tinham tomado parte neles, ou acompanhado as notícias ainda “novas”, já tinham falecido.

Um dos motivos de confusão em torno dos acontecimentos “do Tamanduá” é justamente a pluralidade de nomes, pois são chamados de Guerra do Tamanduá, Barulho do Tamanduá, Caso do Tamanduá, Episódio do Tamanduá, Tragédia do Tamanduá. Os mesmos atributos aplicados também ao Pau de Espinho: Guerra do Pau de Espinho, Tragédia do Pau de Espinho, etc. Outro termo utilizado para denominar o conjunto de eventos é o de Guerra dos Tamanduás e Mocós, ou dos Mocós e Tamanduás. Parece-nos que o termo “barulho” é inapropriado, já que, apesar de ser utilizado também com o sentido de batalha cruenta, dá uma ideia de muitos tiros, mas poucas mortes. “Episódio” e “caso” são termos demasiadamente vagos. Conforme dissemos acima, a “guerra” tampouco está bem caracterizada, pois tem vários elementos de vindita familiar, sem que o aspecto político possa ser omitido. Tampouco podemos discordar de forma radical da postura de Lettière, para quem foi sim, uma guerra (2011, p. 71-76). Sugerimos a seguinte nomenclatura: 1) Tragédia do Pau de Espinho: assassinato dos irmãos Sérgio e Gasparino, na fazenda do Pau de Espinho, no dia 11 de janeiro de 1895; 2) Tragédia do Tamanduá: chacina de 18 pessoas, na fazenda do Tamanduá, no dia 20 de outubro do mesmo ano; 3) o termo Guerra dos Tamanduás e Mocós pode ser aplicado ao conjunto dos acontecimentos, realçando o aspecto de “facções” político-familiares em luta, cada qual com seu “totem”, ou, de forma mais específica, à luta surda que se travou entre os dois grupos, depois dos acontecimentos de 1895.

O primeiro autor a tratar do assunto, Israel Orrico, seguido por outros escritores, afirma que o assassinato dos dois irmãos aconteceu no dia 17 de março de 1893, mas Isnara Ivo, com base no processo que se seguiu, demonstrou que a data estava errada em quase dois anos, pois o crime aconteceu no dia 11 de janeiro de 1895 (ORRICO, 1982, p. 140; VIANA, [1985-1986], v. 1, p. 129; IVO, 2004, p. 163). A narrativa da viúva deixando os filhos sem enterrar nos parece francamente inverossímil e até absurda, conforme foi dito, mas o episódio propriamente chamado de “Tragédia do Tamanduá” foi objeto de uma mitificação ainda mais intensa, começando com o canto da acauã, uma espécie de gavião, pousado em um galho seco da grande gameleira. O canto dessa ave, para o sertanejo, sobretudo quando está em galho seco, é sinal inequívoco de algum desastre ou acontecimento funesto. A lenda conta que um ex-escravo ainda avisou o coronel Domingos, mas que este não deu atenção. Também merece apuração a afirmação de que estava acontecendo uma grande festa de casamento na fazenda do Tamanduá, ou se, ao contrário, os defensores-vítimas eram, na maioria, não convivas, mas jagunços encarregados de dar proteção ao coronel e sua família, e as mulheres, acompanhadas de crianças, nesse caso,

estariam ali para dar suporte logístico à jagunçada. Outra contradição é a da permissão para que mulheres e crianças deixassem a sede da fazenda, já que havia corpos de mulheres e de crianças entre os cadáveres. Um ponto que também merece ser mais bem estudado é o das seis pessoas que foram poupadas, depois que a sede do Tamanduá foi tomada.

Outras situações mal explicadas ou contraditórias poderiam ser ainda elencadas, porém o elemento central do “mito historiográfico”, que se formou em torno do conflito, é o corpo fechado do subdelegado Afonso Lopes Moitinho. Para o brasileiro de classe média, morador das capitais e dos polos regionais, não existe tal coisa, corpo fechado, Lettière afirma, porém, que, entre os antigos moradores da região, com os quais conversou, todos confirmaram que Afonso Lopes tinha mesmo o corpo fechado, por isso não foi possível matá-lo a bala, a facadas ou a porretadas (2011, p. 109, n. 70). Foi ele mesmo que indicou o procedimento através do qual poderia ser morto: sua cabeça devia ser colocada sobre um pilão e o pescoço cortado com uma foice, ou a cabeça esmagada por uma mão de pilão. O corpo de Afonso Lopes foi certamente mutilado e por isso o cadáver não foi encontrado. Com base nas tradições sertanejas, Isnara Ivo afirma que o subdelegado, que se vangloriava de ter o corpo fechado graças a um pedaço da Santa Cruz costurado sob sua pele, teve a língua cortada pelo Calistinho, que, com isso queria indicar que ele era, na verdade, um mero contador de vantagens (IVO, 2004, p. 197; LETTIÈRE, 2011, p. 109). Falta ainda uma pesquisa sobre a sebaça que se seguiu e que certamente se estendeu aos municípios vizinhos, talvez inclusive do norte de Minas, e sobre as mortes, sobretudo de mocós, durante a vindita que se seguiu.

#### 4.5. CONCLUSÕES

Resta, a título de conclusão do presente capítulo, tecer algumas considerações gerais acerca dessas quatro “guerras” políticas sertanejas. O primeiro aspecto que chama a atenção é o “processo coetâneo de mitificação” pelo qual todos esses eventos passaram, ao serem assimilados ao conjunto das tradições populares. O corpo fechado é um dos exemplos evidentes dessa mitificação e está presente nas quatro “guerras” estudadas, seja com Antônio Dó, nas barrancas do São Francisco, seja com Horácio de Matos, nas disputas político-partidárias da Chapada e na perseguição à Coluna Prestes, ou com Afonso Lopes, na guerra dos Tamanduás e Mocós. A própria Coluna, portadora da razão, passou a ter características legendárias aos olhos dos sertanejos que viviam nas regiões pelas quais os “revoltosos” passaram. Para muitos, os integrantes

da Coluna também tinham o corpo fechado, conforme relato recolhido por Moreira Lima, entre os prisioneiros que fizeram, que diziam

que não podíamos ser batidos porque conduzíamos uma preta feiticeira, chamada Tia Maria, que dançava nua, “deante das metralhadoras”, e ao som de um flautim tocado por “um tá de coroné” Favorino, antes de entrarmos em combate, para “fechar o corpo” dos nossos homens às balas inimigas (1979, p. 218).

E era por isso, continua, “que os nossos soldados avançavam como demônios armados de facão, contra as trincheiras e as suas metralhadoras, tomando-as com a maior facilidade e sem que morresse um só” (1979, p. 218).

Outra questão instigante que surge no estudo dessas guerras políticas sertanejas é a presença dos mocós, tanto nas guerras da Chapada Diamantina quanto na guerra dos Tamanduás e Mocós. Na região das Lavras Diamantinas, o termo mocó, ou mocozeiro, ou ainda mocozada, era aplicado aos jagunços a serviço dos mandões da família Sá, em particular os do coronel Felisberto de Sá e de seus filhos, mas também de outros parentes e dos clientes mais próximos, sediados na vila de Lençóis, ou em suas imediações. O mocó é um roedor que vive escondido no meio das pedras, por isso, até hoje, na gíria brasileira, o termo “mocó” também se aplica ao esconderijo de um criminoso, ou grupo de criminosos, ou de um foragido, seja da justiça, ou de bandidos. Outro aspecto que deve ser levado em conta é que Cochó do Malheiro “foi completamente arrasada em meados de 1895” (CHAGAS, 1956, p. 60), ou seja, entre os meses de abril e setembro, e o massacre da fazenda Tamanduá aconteceu no dia 20 de outubro daquele mesmo ano, numa região situada a poucos dias de viagem. Embora a historiografia mencione apenas oito ou nove mocozeiros propriamente ditos, ou seja, jagunços recrutados na Chapada, presentes no massacre, é possível que o número de cabras provenientes da região fosse bem maior, devido a necessidade de se dispersarem tropas muito numerosas, e que os mocozeiros, cujos nomes estão registrados na tradição sejam apenas os chefes de turmas ou “oficiais de caveiras”.<sup>42</sup>

42. São eles, segundo Orrico: “Manoel Pelado, João Soldado, Augusto César (o Tomba Morro) e Cazuzinha” (1982, p. 140); Viana amplia a lista: “Calisto trouxe das Lavras, *apenas* os seguintes ‘oficiais de caveiras’: Antônio Casais, conhecido por ‘Volta Grande’; Tomás ‘Tomba Morro’, João ‘Soldado’ (desertor da Polícia, tornando-se bandido), Hormino de Tal, vulgo ‘Mocó’, José Medrado, vulgo ‘Cazuzinha’ e Manoel ‘Pelado’” ([1985-1986], v. 1, p. 130); os itálicos em “apenas” e em “oficiais” são nossos e visam ressaltar, primeiro, a opinião, contrária à nossa, de que vieram apenas essas pessoas e mais ninguém, apontando ainda para o fato de que os jagunços cujos nomes ficaram guardados na tradição seriam os “oficiais”, como concorda Viana, caindo em contradição, que comandavam grupos de “soldados”, que eram, muitas vezes, seus próprios filhos, afilhados e outros tipos de parentes; o

Em texto publicado em 1908, Antonino Neves conta que, no ano de 1896, quando os mocós “faziam, destemerosos, a pilhagem nas terras da Conquista, não longe da fronteira mineira”, os moradores de São João do Paraíso montaram uma estrutura de defesa, com “ponto de vigia”, “batalhões de lanceiros, infantaria e cavalaria” e até um canhão pesando 14 arrobas, ou seja 210 quilos, que felizmente não precisou ser usado (2009b, p. 133, 158-159). Dez anos mais tarde, Nelson de Sena denunciou que os célebres bandidos do bando dos Cauaços, fugindo da polícia baiana, refugiavam-se nas pequenas localidades dos municípios mineiros de Araçuaí, Jequitinhonha, Fortaleza, Salinas, Tremedal e Rio Pardo, cometendo toda sorte de barbaridades contra a população desses povoados. Afirmava ainda que essas pequenas localidades não eram visitadas apenas pelos Cauaços, mas também pelos bandidos denominados Mocós e Rabudos (1918, t. 2, p. 684). Talvez, então, o termo Mocós, já designasse, de forma genérica, todo bandido que viesse da região da Chapada, mas não é impossível que, vinte anos mais tarde, criminosos que tomaram parte na Tragédia do Tamanduá e, antes dela, na luta contra Heliodoro, chefe de Cochó do Malheiro, ainda continuassem reunidos, tanto mais numa região de fronteira, que propiciava certa impunidade. E a Coluna Prestes, portadora, como vimos, do corpo fechado, tampouco ficou livre do nome de mocós, pois suas tropas ficaram conhecidas na região de Serra Nova, distrito de Rio Pardo de Minas, com o nome de “mocoçadas”, conforme informação recolhida por Dário Cotrim (2000, p. 100; 2008, p. 94, 118), certamente pela similaridade com os jagunços denominados mocós.

Fizemos aqui, portanto, o estudo de caso de quatro séries de conflitos armados, entendidos, para os nossos fins teóricos, como “guerras políticas”: primeiro, a guerra no São Francisco, que é uma espécie de endemia de violência, envolvendo distintos grupos, cujas raízes encontram-se certamente no processo de colonização da região, mas que ganhou novas feições, ou entrou num novo estágio, com a implantação dos partidos políticos no Brasil, a partir de 1831; depois, a guerra da Chapada, de cunho ao mesmo tempo político e familiar, mas que envolveu numerosos contingentes, fortificações e toda uma tecnologia sertaneja da guerra e pode ser delimitada em distintas etapas, ou “guerras”;<sup>43</sup> segue-se a guerra da Coluna, com a participação de

---

sobrenome de José Medrado pode indicar que fosse filho do coronel Douca Medrado; Moreira Lima ouviu de Anatolino, outro filho desse coronel, que Douca tinha 43 filhos (1979, p. 312), e muitos deles, certamente, levavam vida de jagunços, ou, mais propriamente, de chefes de jagunços.

43. A “guerra” na Chapada pode ser dividida nas seguintes fases: 1) guerra de Cochó do Malheiro, 2) paz armada, 3) guerra de Campestre, 4) guerra de Brotas de Macaúbas e de Barra do Mendes, 5) Reação Sertaneja, 6) cerco de Lençóis, 7) passagem da Coluna Prestes; e um apêndice que foi o desarmamento ainda nos últimos meses de 1930.

grande número de sertanejos baianos e mineiros, que, a despeito do desdém e do menosprezo de alguns estudiosos, tinham razoável domínio do terreno e empregavam táticas muitas vezes bem-sucedidas, conforme já foi demonstrado por Neill Macaulay ([1977], p. 196-197);<sup>44</sup> e por fim, embora não esteja tão bem caracterizada como guerra, temos os trágicos acontecimentos de 1895, nas fazendas Pau de Espinho e Tamanduá, situadas na região de Belo Campo, então pertencente ao termo da vila de Conquista, cuja motivação inicial foi a da vindita familiar, mas que tomou proporções claramente político-partidárias.

Algumas das especificidades dessas quatro guerras sertanejas podem ser aplicadas a outros conflitos armados. Três elementos característicos, que estão diretamente ligados à nossa abordagem dos acontecimentos, podem ser identificados. O primeiro é o elemento de mitificação dos eventos e personagens, para o qual já chamamos a atenção, que vai “distorcer” os fatos, do ponto de vista puramente historiográfico, mas que, para os olhos do antropólogo, pode ser bastante esclarecedor. As outras duas especificidades para as quais queremos chamar a atenção estão relacionadas à onipresença de uma motivação política nas quatro guerras estudadas. Essa onipresença da motivação política para as variadas práticas de violência, já foi apontada por Judy Bieber (1999), porém nos parece necessário ressaltar que essa práxis política tinha dois aspectos essenciais para a compreensão das nossas asserções, primeiro, a existência de um bipartidarismo que não se restringe ao período imperial, mas continua determinante na Primeira República, e ainda a legitimação pelo carisma, não apenas da política coronelista, mas da política sertaneja, em sentido amplo, assunto que agora passamos a tratar.

44. A guerra da Coluna foi uma guerra de movimento muito bem caracterizada, similar à de Pirro e de Aníbal na Itália, sem esquecer o fato de que as distâncias percorridas por Prestes, que contava com recursos iguais de deslocamento, foram muito maiores; por outro lado, tanto em termos de distância quanto de contingente, a guerra da Coluna teve dimensões menores que as da guerra de movimento dos hunos e outros povos da planície central da Ásia, por volta do primeiro milênio da era cristã, mas uma comparação com essas invasões que modificaram a Europa oriental, ainda que menos “glamourosa”, também pode ser elucidativa.

## CAPÍTULO 5

### O MANDONISMO MÁGICO

Coronéis extremamente prestigiosos podem operar a mesma reorganização [que os messias rústicos], alcançando grande domínio sobre outros chefes políticos que não têm tanto renome quanto eles; as pirâmides familiares se justapõem sob seu mando, que representa uma *autoridade carismática* mais elevada que a dos outros e que cria novos laços entre elas. Têm, assim, pontos de contato com o messias, o qual talvez pudesse ser caracterizado como um coronel cujo carisma é religioso... Em ambos os casos, essas estruturas formadas de várias pirâmides familiares geralmente se destróem com a morte do líder (QUEIROZ, 2003, p. 329, n. 61, grifo nosso).

O termo “mandonismo mágico” se refere aqui às características carismáticas do “coronel”, ou, em sentido mais amplo, do mandão local. Trata-se de um mecanismo de legitimação política, por meio de elementos mágicos, numa estratégia similar à do “toque régio”, que, conforme se acreditava, proporcionava a cura mágica do mal de escrófulas, em ritual que somente poderia ser celebrado pelo monarca da dinastia sacralizada. O toque régio, conforme demonstra Marc Bloch, em *Os reis taumaturgos*, foi utilizado como instrumento de legitimação do governo das dinastias francesas e inglesas ao longo de mais de meio milênio.

Os “coronéis” se valiam de outros tipos de carisma, alguns francamente taumátúrgicos, como era o caso do corpo fechado e do poder de desaparecer misteriosamente; mas também lançavam mão, para se legitimar perante a população, de outros carismas bem mais prosaicos, como o apadrinhamento, inseparável do compadrio, que criava laços de parentesco espiritual e, portanto, de lealdade, inclusive, ou sobretudo, em casos de vindita. Os laços de sangue, de compadrio, de padrinagem e mesmo o parentesco por casamento criavam vínculos familiares, portanto sagrados e mesmo mágicos. O aspecto mágico dessas relações cotidianas é claramente perceptível na ação aparentemente banal da bênção, que segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, “perde o seu caráter formal e rotineiro”, colocando “em evidência o seu caráter sagrado” (1997, p. 23). A dimensão do sagrado também fica evidente na medida em que o desrespeito às obrigações relacionadas com esse parentesco em sentido amplo era tabu, passível de provocar a “ira divina”, ou seja, desastres de toda sorte, segundo se acreditava. O mesmo ocorria com relação aos favores: quem não correspondesse aos favores do chefe político incorria em outro tabu, o da ingratidão, pelo descumprimento da “lei do dom e contradom”, e se tornava também passível de incorrer na justiça divina (teodiceia) e de sofrer um severo castigo “do destino”. Dessa forma, o vínculo sócio-político nas pequenas localidades sertanejas, mesmo sendo partidário, reveste-se de elementos ainda mais irracionais que aqueles que se vê política urbana

brasileira, onde o carisma, ou qualidade extracotidiana, também tem grande peso até hoje, mas numa dimensão não taumatúrgica e onde o compadrio já não é tabu, embora os vínculos familiares, e mesmo, em ocasiões, a “lei da vindita”, continuem sendo muito valorizados.

Neste último capítulo da nossa dissertação, pretendemos, inicialmente, apresentar um quadro dos aspectos carismáticos do coronel, com algum destaque para os carismas de tipo bélico, ou seja, relacionados com atividades guerreiras, entre os quais o poder sobrenatural do corpo fechado. Em seguida, através do padre José Vitório, que supostamente também tinha o corpo fechado, tentaremos entender alguns aspectos da utilização de carismas especificamente sacerdotais na política local sertaneja durante o período estudado. Por fim, depois de constatar que os quatro mandões com o corpo fechado que são o objeto central desta pesquisa foram assassinados, tentaremos entender esses crimes como parte de um esforço para a cotidianização de dominações excessivamente carismáticas e, portanto, demasiado irracionais para que fossem toleradas pela sociedade.

### 5.1. OS CARISMAS DO CORONEL

Já tendo definido o que entendemos pelo termo “coronel”, antes de passar aos carismas do coronel, é necessário esclarecer um pouco melhor o que significa a palavra “carisma”, na acepção aqui utilizada. Trata-se de um termo grego, que chegou até nós através dos textos do *Novo testamento*, onde χάρις (charis ou kháris) aparece dezenas de vezes, com o significado de graça, no sentido espiritual, mas também com o sentido de coisa dada gratuitamente, de onde “caridade”. Seu derivado χάρισμα (charisma ou khárisma), também empregado no sentido de coisa dada de graça, mas significando mais propriamente dom espiritual, aparece em pelo menos 13 passagens neotestamentárias, muitas vezes no plural χαρισμάτα (kharismáta). Uma passagem famosa da *Primeira epístola aos coríntios* (12,4-11) enumera os nove principais carismas, ainda aqui com o sentido de dons espirituais.<sup>45</sup> Além de caridade, o grego χάρις também deu origem ao termo “charme” e seus derivados, tomado não diretamente da língua helênica, mas através do inglês *charm*, que, originalmente, tinha o sentido de “feitiço”.

45. Os nove principais dons espirituais, segundo Paulo de Tarso, são 1) “mensagem de sabedoria”, 2) “palavra de ciência”, 3) “a fé”, 4) “o dom das curas”, 5) “o poder de fazer milagres”, ou taumaturgia, 6) “a profecia”, 7) “discernimento dos espíritos”, 8) “dom de falar em línguas” e 9) “dom de as interpretar”, isto é, de interpretar as “línguas” (*BÍBLIA DE JERUSALÉM*, 2008, p. 2008).

No campo da sociologia, Max Weber parece ter sido o primeiro a utilizar o conceito de carisma, em alemão *Charisma*, em um sentido bem mais amplo, com um significado que não é necessariamente religioso, nem necessariamente mágico, mas simplesmente extracotidiano. O conceito de carisma foi usado por ele para designar uma modalidade da política, ou, melhor dizendo, um dos três “tipos puros” de *Herrschaft*, ou dominação.<sup>46</sup> Os três tipos puros, ou tipos ideais, de dominação, segundo Weber, são a dominação carismática, a dominação tradicional e a dominação racional, ou burocrática. Esse autor adverte ainda que esses tipos são ahistóricos, pois não costumam “existir historicamente de forma realmente pura”, o que existe são dominações mais carismáticas, mais tradicionais ou mais racionais (1991, v. 1, p. 141-142). O mandonismo local sertanejo, que inclui o coronelismo, é uma forma de dominação predominantemente tradicional, embora possua também um elemento racional-econômico implícito no próprio processo de colonização, e ainda, conforme esperamos ter demonstrado no capítulo 3, em situações críticas, adota elementos do que Weber, tratando de instituições medievais, chama de *Kriegerstände*, “estamentos guerreiros” (1991, v. 1, p. 205-206). Tentaremos agora apresentar seus aspectos propriamente carismáticos.

O caráter tradicional do mandonismo local é mais ou menos óbvio, uma vez que essa forma de dominação estava ligada à família, ao clã, ao grupo oligárquico, porém o interesse econômico que impulsionou a colonização portuguesa desde o princípio deu uma conotação racional a essa forma de dominação. Não se trata aqui da racionalidade weberiana ligada ao cumprimento da lei, mas da racionalidade fundada na dicotomia “lucro ou prejuízo”, uma racionalidade “patrimonial”, presente também na burocracia nacional e inerente ao tipo ideal neo-weberiano do “homem cordial”, específico da civilização luso-brasileira. O conceito de “dominação patrimonial” foi formulado originalmente por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (2009, p. 145-146), e depois ampliado pelo sociólogo Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, passando a incluir os “coronéis” (2008, p. 697-738). Dez anos antes, porém, de Faoro, Victor Nunes Leal, ao formular o conceito de “coronelismo”, apontara para a importância dos bens patrimoniais na legitimação do poder político do coronel, enquanto típico mandão local

46. Conforme Max Weber, em *Economia e sociedade*, dominação significa “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo” (1991, v. 1, p. 33); quanto à dominação carismática, o sociólogo alemão esclarece que parte de “uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas, quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e *heróis de guerras*) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, *líder*” (1991, v. 1, p. 158-159; o grifo em “líder” é do autor e em “heróis de guerra” é nosso).

brasileiro da Primeira República (1997, p. 41-44). Maria Isaura Pereira de Queiroz mostrou de forma ainda mais clara que os “bens de fortuna” são um elemento indispensável para o coronel, mas que ele pode ser racional, à maneira de Delmiro Gouveia, ou carismático, como foi o caso dos coronéis Chiquinho<sup>47</sup> e Horácio de Matos (1976, p. 198-199). A socióloga parece ter chegado ao aspecto carismático do coronelismo ao estudar os messias brasileiros de tipo rústico. Ela notou que o messias estava sempre inserido na rede clientelar de algum coronel, quando não era ele mesmo o centro dessa rede, como foi, por exemplo, o caso do padre Cícero. Percebeu ainda uma reciprocidade, ou seja, tanto o coronel adotava elementos do messianismo rústico, quanto o messias utilizava os métodos políticos dos coronéis (2003, p. 312-329). O elemento carismático na trajetória do coronel Horácio de Matos foi mais bem explorado por Eul-Soo Pang, que o compara ao padre Cícero (1979, p. 119-121, 139-140); porém o aspecto carismático do coronelismo não foi mais estudado desde então (RÊGO, 2008, p. 69), salvo pelo trabalho de Maria Cristina Texeira Machado sobre Pedro Ludovico (1990, p. 124-152), mas que trata de uma política de âmbito estadual e não local. Na nossa pesquisa sobre o corpo fechado, que é um carisma muito bem caracterizado, tivemos oportunidade de identificar cinco modalidades principais de carisma perceptíveis no mandonismo sertanejo: 1) carismas associados à parentela estendida, inclusive o compadrio e o processo sucessório das chefias familiares ou clônicas, 2) carismas relacionados com a troca de favores, 3) carismas associados à religiosidade, 4) carismas que podemos denominar retóricos e 5) carismas bélicos, entre os quais o do corpo fechado. Vejamos cada um em separado.

Embora a parentela, ou família estendida, seja um elemento prosaico na política, logo praticamente desprovido de aspectos extracotidianos, não se pode esquecer que os vínculos entre pais e filhos, entre irmãos, entre tios, sobrinhos e primos, entre sogros, genros e cunhados, etc. revestem-se de um aspecto sagrado. Existe o que se pode chamar de uma ascendência “mágica” do pai sobre os filhos e netos, do tio sobre os sobrinhos e do sogro sobre o genro.<sup>48</sup> Essa ascendência, que incluímos no rol dos elementos carismáticos, era utilizada pelos chefes políti-

47. No início do século XX, o líder político da região serrana de Santa Catarina, coronel Almeida, preferiu passar a hegemonia política ao forasteiro Chiquinho de Albuquerque, devido às suas “qualidades para o exercício do mando”, no lugar do seu filho Henriquinho de Almeida, que passou a ser o líder da oposição, ao qual se aliaram os devotos messiânicos do Contestado (QUEIROZ, 1976, p. 186-187).

48. Na civilização latina, que é uma das nossas matrizes culturais, havia a instituição do pátrio poder, poder de vida e morte de um pai sobre seus filhos e demais dependentes; em outra de nossas matrizes, a civilização congoleza, quando, devido a alguma incapacidade ou impedimento, o primogênito não podia ocupar a chefia familiar e era substituído pelo irmão mais novo, este passava a ser chamado honorificamente de *nkazi*, primogênito, indicando a hierarquização familiar (GONÇALVES, 1985, p. 104).

cos para conseguir votos, adesão e a realização de “serviços”. Romper com esses vínculos, que eram, ao mesmo tempo familiares e partidários, tornar-se um “vira-folha”, ou “vira-casaca”, podia ser vantajoso em determinadas situações, mas acarretava uma condenação por parte da opinião pública local, inclusive dos novos aliados. Esse tabu, comum a todas as sociedades, mas sempre com particularidades esclarecedoras, é apenas um dos elementos carismáticos da política sertaneja de parentelas.

Outro elemento carismático da política de parentelas é a sucessão da chefia. Essa sucessão mágica sertaneja pode ser percebida através dos relatos da passagem do poder de Clementino para o jovem Horácio de Matos, que não era seu filho e nem ao menos era casado, mas tinha certas qualidades, difíceis de se definir, de mando. Porém não se pode esquecer o lado econômico, já que Horácio era o braço direito, certamente armado, do também legendário coronel Francisco Dias Coelho, de Morro do Chapéu, que, segundo Pang, era “o maior comerciante de diamantes da Bahia” (1979, p. 119), portanto Horácio era possivelmente mais rico que os demais membros da parentela. No processo de mitificação da figura de Horácio de Matos, o coronel Dias Coelho tornou-se uma espécie de “guru” do futuro coronel, ensinando-lhe uma certa “doutrina da paz”, mas, no campo prático, teria conseguido para seu protegido a patente de tenente-coronel, o que, inclusive, colocava-o hierarquicamente acima do tio Clementino, que, apesar do seu poder de fogo, era apenas capitão da Guarda Nacional. Há que se lembrar ainda que essa sucessão era relativa, pois a família Matos era “matriarcal”, quem mandava de fato era a tia Casemira. Conforme relatam as tradições, foi ela que, contra a vontade de Horácio, deu a ordem para a vindita contra Manoel Fabrício, que acoitara os assassinos do irmão de Horácio, Vítor de Matos. Mais tarde, quando perseguia a Coluna, era a ela que Horácio escrevia repetidas cartas, solicitando jagunços, armamentos e outros recursos. Algumas dessas cartas foram interceptadas pelos revolucionários, que passaram a considerá-la, com razão, uma líder inimiga e comandante da jagunçada bernardista. Em todo caso, o carisma de Horácio, seu poder de comando militar, ou *imperium*, para usar a terminologia latina, era inegável.

O compadrio tem um elemento claramente carismático em sua própria definição, já que o padrinho era uma espécie de pai espiritual da criança, seu pai perante Deus, logo o representante de Deus em sua vida, já a partir do batismo. O costume, porém, era bem mais mundano, quase venal, já que o padrinho era escolhido, de preferência, entre pessoas situadas em uma condição social e econômica melhor que a dos afilhados. De qualquer jeito, o afilhado passava a ter um vínculo “sagrado” com seu padrinho, o que implicava, nas sociedades sertanejas, voto nos candidatos indicados e prestação de “serviços”. O termo “serviço”, muitas vezes no diminutivo

“servicinho”, um desses eufemismos tão ao gosto do sertanejo, geralmente designa uma atividade criminosa, seja de violência ou de fraude. É significativo que os guarda-costas de maior confiança dos coronéis fossem seus afilhados e mais significativo ainda que os fiéis chamem, ainda hoje, o padre Cícero de “Padrinho”, ou “Padim”, que não é diminutivo de padre, como se pode pensar, mas demonstração do vínculo espiritual através do apadrinhamento. Esse vínculo, enquanto o padre estava vivo, determinava, entre outras coisas, que seus “afilhados” votassem nos candidatos que ele apoiava e nele mesmo. Esse apadrinhamento de Cícero Romão também está intimamente relacionado com o sistema peculiar de policiamento urbano de Juazeiro do Norte e com a arregimentação de jagunços para a guerra civil de 1914, quando as tropas convocadas pelo padre Cícero, invencíveis em repetidas batalhas, avançaram sobre Fortaleza e derrubaram o governo estadual. Lourenção, líder espiritual e comandante militar no conflito, ou guerra, do Caldeirão, era um desses afilhados armados do padre de Juazeiro. O “carisma de apadrinhamento”, conforme podemos chamá-lo, confere ao padrinho poderes extraordinários de mando, já que proporciona uma lealdade sagrada, na medida que, muitas vezes, por parte dos afilhados, é mais forte do que o próprio apego à vida.

A troca de favores, ou lei do dom e contradom, também tem seus elementos carismáticos, devido à crença de que a ingratidão desperta a justiça divina, ou teodiceia, contra aquele que não retribuiu os favores recebidos. Entre esses favores não pode ser esquecida a proteção contra as violências a que estavam sujeitas as populações rurais, sobretudo no período inicial da nossa pesquisa, quando havia uma grande população escrava, ou alforriada, ou que tinha a mácula de ancestrais escravos, desprivilegiamento que legitimava toda uma série de arbitrariedades. O acesso da população rural aos serviços e aos cargos públicos era muito reduzido e totalmente dependente da intercessão de “padrinhos” poderosos. Essa intercessão, no caso de escravos e de forros que possuíssem algum recurso, era comprada, mas sempre, fosse paga ou não, implicava também uma obrigação moral do beneficiado com relação ao seu protetor, pagável com votos e “serviços”.

Sem tratar agora do carisma de cargo, carisma de batina, ou carisma sacerdotal, que é o carisma religioso por excelência, próprio dos inúmeros coronéis-padres, mas que será o assunto central da próxima seção, convém mencionar os carismas religiosos do coronel corriqueiro, pai de família sem formação acadêmica. Uma das principais funções do chefe político sertanejo, sobretudo antes da laicização do Estado, era a de fabriqueiro da igreja. Quando os arraiais eram fundados no sertão pelos colonos portugueses, uma capelinha, geralmente de pau-a-pique e com telhado de palha, ou de cavacos de madeira, era construída. Com o progresso da localida-

de, para demonstrar esse progresso, uma nova igreja, agora com o título de matriz, devia ser erguida, sinal da devoção e da gratidão dos moradores às muitas graças alcançadas através da intermediação de Nossa Senhora, ou de algum santo. Para a construção de uma igreja imponente, a população ia reunindo ao longo de anos e até de décadas, os recursos necessários, que eram administrados pelo fabriqueiro. A própria construção podia demorar muito tempo e, depois de erguido o templo, havia ainda que se comprar sinos, imagens, paramentos e outros objetos litúrgicos. O fabriqueiro, muitas vezes, apropriava-se desses fundos, inclusive em reses bovinas ou imóveis, ou de parte deles. Na maioria das vezes, eram consignações a serem posteriormente cobradas e a cobrança dos recursos prometidos cabia ao fabriqueiro. Por outro lado, os chefes políticos que queriam aumentar seu prestígio faziam vultosas doações, tanto para a construção quanto para a aquisição de imagens e alfaias. Gentil de Castro, por exemplo, doou imagens adquiridas na França para a matriz de Santo Antônio, em Araçuaí (CAMPOS, 1981, p. 266). O suporte às ações do pároco ou capelão e a presença nas missas e procissões eram obrigações do mandão local, porém os seus carismas não precisavam ser necessariamente católicos, mas podiam estar ligados à religiosidade afro-brasileira, o que, aliás, era a regra no caso dos “coronéis” tidos por feiticeiros. Essa faceta mágica, no entanto, não era pública, mas cuidadosamente escondida, o que fomentou, ainda mais, a criação de mitos e lendas.

A escrita, tanto no Segundo Império quanto na Primeira República, era caracterizada pela grandiloquência, perceptível nos textos jornalísticos e nos discursos políticos que foram impressos e preservados. Estudando as representações da política montesclareense da Primeira República, Laurindo Méckie Pereira percebe que o “coronel” era retratado, nos jornais, como sendo “dotado por Deus para orientar e conduzir” a população, assumindo o papel de um “salvador”, que “encarna a esperança da população” e garantindo, assim, “a certeza da ordem e segurança sociais e da realização das suas aspirações”, conforme as expressões utilizadas por esses jornais. Em período posterior, década de 1950, certo líder político montesclareense, o capitão Eneias Mineiro, era ainda apresentado na imprensa local, como sendo o “exemplo simbólico das virtudes superiores” e um “predestinado a dirigir as massas”, no cumprimento de uma “missão sagrada” (2002, p. 105-107). A crença em todas essas afirmações hiperbólicas, que compõem o que podemos chamar de “carisma retórico”, era certamente muito reduzida, porém todos esses textos e discursos tinham a função de exaltar os ânimos e de legitimar as chefias políticas, sobretudo nas situações de disputa, que podiam ser tanto de cunho eleitoral quanto armadas, ou dos dois tipos ao mesmo tempo.

Os carismas de tipo bélico eram bastante variados. Em situações de guerra, existe um carisma que é superior aos demais, o da invencibilidade. A crença na invencibilidade é o supremo critério definidor do bom general. Acreditava-se, por exemplo, na invencibilidade de Lampião até sua derrota em Mossoró, em 1927, que redefiniu toda a sua atuação bélica. A Coluna Prestes, ainda que perseguida e forçada a se refugiar na Bolívia, pode ser considerada invencível e realmente recebe o título de “A invicta”. Segundo esse mesmo critério, Horácio de Matos também pode ser considerado invencível, apesar de ter sido preso e forçado a entregar suas armas, por ocasião da Revolução de 30, mas jamais foi derrotado em campo de batalha, e o mesmo vale também para Antônio Dó.

O corpo fechado, ou invulnerabilidade, é frequentemente associado à invencibilidade. Esse vínculo pode ser percebido no enredo da *Iliada*, onde o invulnerável e, portanto, invencível Aquiles se desentende com o supremo comandante das operações, Agamenon, e se recusa a lutar pela tomada de Troia. Os gregos, que até então vinham sendo vitoriosos, começaram a sofrer repetidos revezes. Pátroclo, o lugar-tenente de Aquiles, trouxe algum alento quando vestiu a armadura e envergou as armas de Aquiles, mas foi morto, e os sucessos da guerra ficaram, de novo, a favor dos troianos, pois o troiano Heitor era o principal combatente. Com a volta de Aquiles ao campo de batalha, e a morte, em combate individual, de Heitor, Troia voltou à defensiva e foi, por fim, derrotada. Essa associação da invulnerabilidade com a invencibilidade explicava, aos olhos do sertanejo, o sucesso de Horácio de Matos, de Antônio Dó e de Lampião, apesar de Mossoró, nos vários combates que travaram.

Outro carisma associado à invencibilidade, porém em menor grau, é o furor bélico, que aumenta a força, a agilidade e, sobretudo, a coragem dos guerreiros. Serve ainda para assustar os inimigos, que entram em pânico diante das feições alteradas, gestos exagerados e gritos dos que estão tomados pelo furor. Infundir o pânico no peito do adversário sempre foi uma preocupação dos guerreiros de todos os tempos. As estrelas na aba da frente do chapéu de cangaceiro criavam reflexos, que ofuscavam a vista do inimigo na hora do ataque. Os boruns usavam “batoques” de madeira no lábio inferior e nas orelhas para criar uma aparência monstruosa; os jagas, do oeste de Angola, povo banto especializado na guerra, arrancavam os dentes da frente, para obter uma expressão assustadora. Outros recursos eram os gritos, que criavam pânico e confusão mental, e as ofensas pessoais, que podiam dar origem a um destemor suicida. Também não faltavam recursos mágicos, dos quais o mais famoso é a égide (αἶγίς), da mitologia grega, espécie de estandarte, talvez uma pele de cabra, ostentado pela deusa Atenea, que infundia o terror no coração daqueles que ela queria desfavorecer; nas guerras da Antiguidade havia

a função de *aigikoréus* (αἰγικορέες), ou portador da égide, exercida exclusivamente pelos nobres (BEVENISTE, 1983, p. 189-190). Entre os pedidos das orações guardadas em “breves” de sertanejos e de africanos figura o de criar pânico entre os inimigos e mesmo paralisá-los (PAIVA, 2010, p. 28, n. 33; cf. ANEXO). No *Grande sertão*, Guimarães Rosa menciona ainda uma oração a ser rezada na hora do combate para que o inimigo errasse os tiros, ensinada por José Misuso ao jagunço Etelvininho, mediante o pagamento de 40 mil réis, depois reduzidos para 20, pois o aprendiz já conhecia uma reza quase igual (2006, p. 433). O bandido Angelo Duca, o Angiolillo, da Calábria, possuía um anel ao qual era igualmente atribuído o poder de desviar as balas (HOBSBAWM, 1959, p. 15). De modo geral, a crença nesses carismas bélicos relacionados com a invencibilidade serve para aumentar o moral das tropas lideradas pelo chefe carismático e para diminuir o moral dos oponentes.

Existe uma outra série de carismas bélicos que não está relacionada diretamente com a invencibilidade, por exemplo, a habilidade de se transformar em tronco, ou termiteira, ou moita de capim, e o poder de desaparecer. Esses supostos poderes mágicos estão antes associados a situações de cerco e de perseguição. Outro carisma muito apreciado entre os guerreiros é a pontaria infalível, que não é propriamente mágica, mas é certamente extracotidiana. A pontaria de Antônio Dó era proverbial. Em combate próximo à tríplice fronteira entre Minas, Bahia e Goiás, ocorrido no dia cinco de julho de 1914, o comandante da operação, alferes Otávio Amaral da força mineira, viu-se forçado a se esconder “atrás de um cupim”, ou cupinzeiro. Com repetidos disparos de rifle, o bandoleiro das barrancas foi desmanchando o monte de terra até que atingiu a cabeça do alferes. Felizmente o tiro não foi mortal, porém a expedição teve que retornar aos quartéis (MARTINS, 1997, p. 65-66). Rotílio Manduca foi igualmente alvejado por um disparo de Dó, que também o retirou de combate (DEODATO, 1977, p. 2).

A capacidade de interpretar sinais, sejam materiais, tais como pegadas, galhos quebrados e ruídos inesperados, ou sobrenaturais, como o canto de certas aves, os sonhos, as aparições ou algum acontecimento insólito, também era indispensável para um líder militar carismático. Lembremos, por exemplo, que, entre as funções mágicas que constituíam o *imperium* dos chefes militares da Roma republicana, estava a de tirar os augúrios, antes de qualquer batalha. Para a população sertaneja, Lampião também tinha esse poder, ou carisma, de tipo premonitório, conforme esclarece Élise Grunspan-Jasmin:

Conta-se que Lampião, conforme as crenças do sertão, lia nas estrelas, sabia compreender os fenômenos naturais suscetíveis de lhe anunciar um perigo ou uma traição e também interpretar os sonhos. O mugido intempestivo de um boi, os saltos

estranhos de uma cabra, os uivos incessantes de uma raposa nas noites sem lua, os combates entre pássaros, o choque de um pássaro contra a aba do chapéu de um cangaceiro, o pio da coruja nas noites silenciosas, o canto do galo fora das horas habituais eram-lhe perfeitamente inteligíveis (2006, p. 238-239).

Os carismas bélicos merecem um estudo específico, que ainda está por ser realizado. Nosso objetivo no momento é apenas demonstrar que a exigência de carismas de tipo bélico para legitimar o poder de um coronel, ou de outro tipo de chefe político local, é um entre tantos indícios do estado de guerra em que se encontrava o sertão.

## 5.2. A UTILIZAÇÃO DE CARISMAS SACERDOTAIS NA POLÍTICA SERTANEJA

Segundo Max Weber, “o conceito de ‘sacerdote’ de muitas grandes religiões, também o da cristã, inclui precisamente a qualificação mágica” (1991, v. 1, p. 294), e o sacerdote católico “ainda conserva algo desse poder mágico na transubstanciação da missa e na custódia das chaves”, que abrem ou fecham as portas do Céu, ou seja, tem um controle direto sobre a própria salvação das almas, conforme o dogma católico (1991, v. 1, p. 292).<sup>49</sup> Pode-se considerar ainda que, se a invencibilidade era o carisma, por excelência, dos guerreiros, o principal carisma dos sacerdotes era o da infalibilidade, inclusive a “infalibilidade papal”, que, embora seja uma crença relativamente recente, tem raízes profundas tanto no César-papismo, quanto, em tempos ainda mais remotos, na religião imperial romana. Para os católicos, os sacerdotes, inclusive os papas, na medida em que são representantes legítimos de Deus, são incapazes de falhar, pois Deus nunca erra. Mesmo quando esses sacerdotes, ou papas, levam uma vida desregrada e cometem toda sorte de delitos, ainda assim, esses erros não podem ser imputados aos autores, devido ao que Weber chama de *character indelebilis*,<sup>50</sup> que exime o autor de toda culpa, pois sua ação, sendo diretamente guiada por Deus, é infalível ao mesmo tempo que não é passível de compreensão. O *character indelebilis* opera uma “separação rigorosa do carisma de cargo e do merecimento pessoal” (2004, v. 2, p. 349), mas é justamente essa separação que vai eximir os homens de batina de toda culpa.

49. A salvação da alma, para o católico, é garantida pelos sacramentos: batismo, confissão, primeira comunhão, eucaristia, casamento, extrema-unção; os sacerdotes recebem ainda uma série extra de sacramentos que, além da salvação, proporcionam, segundo se crê, distintas bem-aventuranças no além túmulo; a salvação também podia ser magicamente negada através da excomunhão.

50. O termo latino *character indelebilis* pode ser facilmente traduzido para o português por “caráter indelével”, querendo dizer que se trataria de uma pessoa, ou personalidade, inatingível, do ponto de vista espiritual, moral e legal; pode-se ainda dizer que é o equivalente espiritual do corpo fechado.

A utilização dos carismas sacerdotais na política sertaneja está demonstrada pela atuação ao mesmo tempo sacerdotal e política do padre Cícero, contudo a influência dos padres na política já tinha sido maior do que no tempo do “Padim”. No período colonial e na monarquia, os padres estavam intimamente ligados à Coroa, através da instituição do Padroado, desempenhando todas as funções relacionadas ao registro civil. Também era na igreja que se realizava todo tipo de eleições. Quando as capitânicas, por uma ou outra razão, ficavam sem governante, os bispos, quando os havia, eram chamados para governar, sozinhos ou compondo juntas administrativas. Em 1821, nas primeiras eleições de âmbito regional que aconteceram no Brasil, para as Cortes, uma das profissões mais representadas, entre os deputados eleitos, foi a do sacerdócio. Entre 1831 e 1833, o país foi governado pelo padre Feijó, na qualidade de regente.

Na região que estudamos, o padre José Antônio Marinho, de Januária, que significativamente era de origem humilde e não pode ser considerado um mandão, foi eleito repetidas vezes, tanto para a Assembleia Provincial, em 1835 e em 1838, quanto para a Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, nos anos de 1842, 1845 e 1848. Em Montes Claros, inicialmente chamada vila das Formigas, depois de um período em que a política foi dominada pela família Vaz Mourão, ligada ao Partido Liberal, a chefia local passou para um correligionário dessa família, o padre Antônio Gonçalves Chaves, eleito para a Assembleia Provincial em 1840 e 1846, e, em 1848, para a Câmara, sendo, já no ano seguinte, expulso da cidade, por questões partidárias (BIEBER, 1999, p. 65). No entanto, por volta de 1850, a influência política dos padres começou a diminuir sensivelmente, ficando ainda mais restrita com a laicização do Estado determinada pela Constituição de 1891.

Mesmo assim, entre a segunda metade da década de 1850 e a primeira metade dos anos 1870, o padre José Maria Ibiapina, nascido em Sobral, em 1806, realizou um importante trabalho, que, apesar de não ter cunho partidário, mostra as potencialidades de uma política carismática. O pai de Ibiapina fora fuzilado pela sua participação na República do Equador, e seu irmão mais velho morreria na ilha de Fernando de Noronha, onde cumpria prisão por também ter militado no movimento de 1824. Parece que sua mãe já havia falecido, pois o futuro padre passou a cuidar das três irmãs e do irmão mais novo. Em 1827, ingressou na primeira turma do curso de Direito de Olinda e, em 1832, bacharelou-se. Foi professor da faculdade durante alguns meses, mas já no ano seguinte era nomeado juiz de direiro da comarca de Quixeramobim, no Ceará, onde residia o garoto Antônio Vicente Mendes Maciel, futuro Antônio Conselheiro. Já em 1834, foi eleito deputado geral, porém, quando sua noiva, filha de ilustre família, fugiu com um primo, abandonou as carreiras de deputado e de juiz, passando a dedicar-se às ativida-

des de advogado, com banca em Recife, mas tendo também trabalhado algum tempo em Brejo de Areia, na Paraíba. Freqüentador assíduo da igreja, em 1853, contando 47 anos, foi convidado a se ordenar sacerdote, sendo dispensado de cursar seminário, devido à sua formação, que incluía o direito canônico. Em seguida, o bispo de Olinda o nomeou vigário geral e provisor da diocese. Ele, porém, optou por trabalhar em missões pelo interior dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

As missões eram verdadeiros acontecimentos na vida das populações sertanejas, sobretudo nas localidades que não contavam nem com pároco nem com capelão, pois muitos eram os casais que não tinham recebido o sacramento do matrimônio e havia inúmeras crianças que não tinham sido batizadas e estavam todos, portanto, excluídos da salvação. Muitas vezes, os padres missionários aproveitavam o imenso afluxo de gente que vinha da área rural e das localidades vizinhas, tanto para quitar as obrigações religiosas quanto para assistir aos edificantes sermões, e promoviam a realização de obras pias, tais como reformas de igrejas e construção de cemitérios. As multidões que acorriam às “santas missões” também participavam de subscrições para a construção ou reforma de igrejas. Poucos, porém, foram os missionários que realizaram tantas obras quanto o padre Ibiapina. Segundo um de seus biógrafos, em Santana do Acaraú, por exemplo, em 1862 ou 1863, conceitou a população a construir, em apenas 73 dias, uma grande casa de caridade, que contava com 15 portas de frente, além de um cemitério junto à matriz e um canal de navegação, entre os locais denominados Armazéns e Espera do Negro, que reduzia a distância fluvial em uma légua. Em Picos, no Piauí, em apenas 11 dias, promoveu a construção de “uma igreja com adro e cruzeiro” (AMARAL, 1953, p. 294). Segundo Walnice Galvão, além de estradas e açudes, Ibiapina promoveu a construção de nada menos que 22 casas de caridade, destinadas a atender órfãos e inválidos, nas quais trabalhavam as irmãs de caridade de uma espécie de ordem que ele instituíra (2002, p. 30-31). Esse trabalho que não era partidário mas era certamente político e, embora seja desconhecido da “grande” história, faz parte de dezenas de crônicas locais, às vezes escritas por outros padres. Existe mesmo um processo em prol da canonização do padre Ibiapina. Em 1876, ele sofreu um acidente vascular, que o forçou a encerrar o trabalho missionário e levou ao seu falecimento, aos 77 anos, na tarde de 19 de fevereiro de 1883. Seu exemplo, contudo, celebrado nos sertões, influenciou a atuação dos também cearenses padre Cícero e Antônio Conselheiro.

Sobre o padim Cícero Romão basta dizer que transformou uma pequena localidade, subúrbio do Crato, em uma grande e próspera cidade, onde, apesar de ainda não ter sido canonizado, é adorado com mais fervor do que qualquer outro santo, exceto, talvez, Nossa Senhora

das Dores. Não era um missionário, mas conseguiu mobilizar toda uma comunidade e trazer novos moradores que trabalharam pelo enriquecimento da cidade. Diferente do padre Ibiapina, o Padim teve uma destacada atuação partidária, exercendo cargo de intendente municipal e de deputado estadual e chegando a arregimentar um grande exército de jagunços, que marchou contra a capital cearense. Antônio Conselheiro também se viu na contingência de promover uma guerra, ou, pelo menos, de dirigir as ações de defesa de uma localidade, Canudos. Ao estudar sua atuação, devemos sempre lembrar que realizara importantes obras, numa ação missionária muito similar à do padre Ibiapina, “congregando a população para edificar ou reparar igrejas, cemitérios, açudes e tanques, estradas e calçadas” (GALVÃO, 2002, p. 36), com destaque para a reforma geral que promoveu na via sacra de Monte Santo, longa escadaria com capelas que retratam as etapas da paixão de Cristo, e para a fundação das localidades de Bom Jesus, hoje Crisópolis, e de Belo Monte, hoje Canudos, nos sertões baianos. Também é preciso esclarecer que os “conselheiros” sertanejos, embora não fossem sacerdotes, estavam inseridos em uma hierarquia do catolicismo rústico. Aos olhos da população local, esses conselheiros estavam dotados de carismas sacerdotais, mas, a princípio pelo menos, apenas aqueles relacionados à sabedoria e à oratória, já que não podiam celebrar os sacramentos, condição, aliás, que respeitavam. Além dos conselheiros e abaixo deles, o “sacerdócio” rústico contava também com os “beatos”, que eram discípulos e aspirantes a conselheiros.

Antônio Conselheiro não era um líder puramente carismático, pois não conseguiu, se é que jamais tentou, abolir a economia, enquanto atividade racional por excelência, podendo ser também considerado um mantenedor da tradição vigente. Na localidade de Belo Monte, logo se formou uma pequena elite de negociantes, que residia na praça central, com suas duas igrejas, ambas imponentes, ou na rua das Casas Vermelhas, assim denominada devido aos tetos cobertos com telhas. Havia mesmo um magnata local, Antônio Vilanova, que, por razões comerciais, teria divulgado o boato de que o outro negociante de vulto da localidade, Antônio da Mota, avisara a polícia acerca da expedição de jagunços conselheiristas a Juazeiro, o da Bahia, para receber um madeiramento que já tinha sido pago. Os jagunços estavam sendo esperados pela polícia em Uauá, cidade vizinha a Canudos, no caminho para Juazeiro, onde houve um tiroteio, no qual a tropa policial foi posta em fuga. Era uma “inverdade”, conforme afirma o historiador José Calasans, pois a polícia fora avisada pelo próprio comerciante de Juazeiro, que recebera e não entregara. Mesmo assim, o conselheiro, instigado por Vilanova, ordenou a morte de Antônio da Mota e de seus filhos do sexo masculino, executada pela “Guarda Católica”, ou “Companhia do Bom Jesus”, milícia uniformizada, que agia sob o comando de João Abade,

denominado “chefe do povo” (2000, p. 53-54). O governo de Antônio Conselheiro tinha, assim, muitos pontos em comum com o mandonismo sertanejo, embora tivesse um caráter carismático bem mais proeminente que o do coronelismo propriamente dito.

Antes do trabalho político-missionário de Ibiapina, de Antônio Conselheiro e do padre Cícero, o norte de Minas também recebera um missionário, tido por “santo”, o padre-mestre Antônio Espínola, que era, porém, antes iracundo que benfazejo, realizando “milagres” e lançando maldições sobre os pecadores que não se arrependessem. Sua passagem pela região durou pouco mais que um ano, entre 1842 e 1843, época conturbada em que a província mineira esteve dividida entre dois governos paralelos, além de ter sido palco de uma guerra civil e da perseguição aos suspeitos de terem participado da derrotada Revolução Liberal. Espínola vinha do sul da Bahia, pois a primeira localidade mineira visitada pelas suas missões foi São Sebastião do Salto, depois Salto Grande, hoje Salto da Divisa, onde já existia uma capela. O padre-mestre promoveu a reforma desse pequeno templo e iniciou a construção de um outro, que até 1919, quando o frei Samuel Tetteroo publicou seu estudo, ainda não tinha sido concluído. Em São Miguel, hoje cidade de Jequitinhonha, ergueu um cruzeiro, em cujo pedestal havia uma inscrição, transcrita por Tetteroo, onde era indicada sua ereção no dia 24 de maio de 1842, ao lado das iniciais do padre missionário (1919, p. 15, 26).

Ainda nas margens do rio Jequitinhonha, pregou no arraial da Itinga, onde promoveu a construção da capela de Santo Antônio, conforme conta José Claudionor dos Santos Pinto, em suas *Memórias de Itinga* ([2010], p. 34-46). Em Santa Rita, hoje Medina, parece ter sido o impulsionador da construção da primeira capela, inaugurada apenas em 1847, relata Joanésio Cardoso de Souza, em seu livro sobre a cidade (2004, p. 15). O padre Espinola também passou pela freguesia de Rio Pardo, cujo templo já contava então cerca de 200 anos, segundo informa o cônego Newton de Ângelis, promovendo uma grande doação em gado, destinada à reforma da matriz, que somente foi restituído à comunidade em 1870, depois de uma longa ação judicial (1998, v. 3, p. 113). Em São José do Gortuba, já em 1843, ergueu um cruzeiro e conseguiu uma grande doação para a reforma do templo existente e para a construção de uma nova matriz, conforme se lê no processo aberto em 1846, para reaver os recursos levantados. Por meio desse documento, pertencente ao Arquivo do Fórum de Grão Mogol, ficamos sabendo que as missões do padre-mestre passaram ainda pela vila de Montes Claros das Formigas, onde ocorreram três “missões”, e pelas localidades de Coração de Jesus, Contendas, hoje Brasília de Minas, Pedras dos Angicos, hoje São Francisco, Santo Antônio da Boa Vista, depois Tremedal, hoje Monte Azul, Brejo das Almas, hoje Francisco Sá, Olhos d’Água e Bonfim, hoje Bocaiúva ([arquivos:] AFGM, 1846).

Com relação à sua passagem por São José do Gorutuba, em função do processo de 1846, o alferes Manoel Mendes Lourenço, fez uma minuciosa prestação de contas, na qual afirma que recebeu apenas 40 das 173 reses bovinas prometidas e que uma delas morrerá. O fabriqueiro esclareceu ainda que da subscrição para reforma, embora montasse a pouco mais de um conto de réis (1:063\$440), tinha recebido apenas 309 mil réis, aos quais ajuntara pouco mais de 400 mil réis de outras proveniências e que já tinha feito alguns gastos. A prestação de contas do alferes traz o nome de todos que subscreveram as duas listas, para reforma e para a construção, a primeira delas com 149 nomes e valores prometidos, com ou sem a sigla pg, de pago, ao lado, além do nome do local onde residia a maioria dos contribuintes. Os valores são quase sempre bastante reduzidos, sendo que duas pessoas prometeram valores inferiores a um mil réis e duas outras prometeram dias de serviço, cinco e seis respectivamente. A lista para a construção da nova matriz traz apenas dezoito assinantes, porém os valores são bem mais vultosos, alcançando um total de mais de 2,5 contos (2:597\$500), fora as reses prometidas, mas parece que nada havia sido pago até então, exceto as 40 reses. Anexado a esse valioso processo, há ainda uma carta do vigário de São José, que era o padre Carlos da Silva e Oliveira Rolim. Em 1847, já bastante idoso, Carlos Rolim foi substituído pelo padre José Vitório de Souza, que também escreveu um documento, anexado, em 1855, a esse processo, que então já contava quase dez anos em tramitação (ÂNGELIS, 1997, v. 2, p. 150; [arquivos:] AFGM, 1846).

Até aí, não temos nada além de um bom pregador, que conseguia levantar recursos consideráveis para a construção de igrejas e capelas, mas cuja pregação nem sempre criava raízes e era, por vezes, esquecida. No arraial de Capelinha de Nossa Senhora da Graça, hoje Capelinha, segundo a tradição, os moradores não quiseram ajudar o padre Espínola a carregar um pesado cruzeiro de madeira até o alto de um morro, e ele contou com a ajuda de umas poucas pessoas, na maioria mulheres, e teria lançado uma maldição sobre os moradores do lugar, dizendo que um dia haveriam de “comprar um prato de comida ao preço de um prato de ouro” (MACHADO, 2007, p. 60). Em São João Batista, hoje Itamarandiba, conforme relato do jornalista Carlos Herculano Lopes, um fazendeiro fez uma brincadeira com o padre e foi igualmente amaldiçoado, passando desde então a comer incessantemente até que morreu tão gordo que foi necessário um carro de bois, com várias juntas, para transportá-lo até a matriz, em cujo piso foi enterrado, conforme o costume da época. A maldição, porém, não terminou com a morte do fazendeiro, que passou a assombrar a própria matriz, construída ainda no século XVIII, e teria sido essa alma amaldiçoada a causadora do incêndio que destruiu a igreja centenária, nos primeiros anos do século XXI (2007, p. 57-58).

Joaquim de Sales conta uma outra anedota, ocorrida quando Espínola pregava na matriz de Diamantina. Segundo esse autor, o padre-mestre mandava que as mulheres casadas ficassem de um lado da igreja e as “candongas” do outro. Quando uma candonga ia para o lado das propriamente casadas, o sacristão fazia-lhe um sinal combinado. Certa vez, a amante de um personagem influente tomou lugar no lado das mulheres “direitas”, e o padre Espínola insistiu repetidas vezes, em tom cada vez mais alto, para que as casadas e as moças ficassem de um lado e as candongas do outro, dizendo que não começaria o sermão enquanto essa determinação não fosse cumprida. A mulher percebeu os sinais que o sacristão fazia e passou a injuriá-lo, porém, enquanto xingava o rapaz, uma porca entrou na igreja, correndo, e bateu nas pernas dela, que caiu. A mulher começou então a chorar compulsivamente e foi se postar no lado da igreja que lhe cabia, devido à sua condição de amante. Ainda segundo Sales, “por onde quer que andasse o padre Espínola, davam-se coincidências parecidas” (1993, p. 154-156).

Na história do Serro, o nome do padre-mestre está associado à chuva de granizo que caiu sobre a cidade no dia 1º de outubro de 1843. Segundo a notícia que se tem, reproduzida nas *Efemérides mineiras*, de Xavier da Veiga, essa tempestade foi “tão furiosa, [...] que, se tivesse durado mais que um quarto de hora [...], teria arrasado a cidade”. O relato afirma ainda que não se tratava de granizo comum, mas de “cristalizações em prismas regulares com seis faces pontudas; quase todos os pedaços tinham formas análogas e oblongas, alguns pesavam mais de libra,” ou seja, cerca de meio quilo. Outra atenuante foi que essas pedras de gelo não caíram “em tanta abundância como costuma cair a saraiva ordinária”, porém o estrago foi grande, pois “os telhados ficaram quase todos arruinados e por um quarto de hora a cidade apresentou o quadro mais aflitivo: eram por toda a parte gritos de desesperação, espanto e terror” (1998, v. 2, p. 867-868). Conta-se ainda que foi no Serro que o padre-mestre benzeu um santinho, imagem de algum santo, que fechava o corpo do bandido Quintiliano Tedéa (OLIVEIRA, [1975], p. 22).

Para Joaquim de Sales, o padre Espínola realizara as missões a pedido do marquês de Paraná, que era, então, o primeiro ministro, com a finalidade de fazer as pessoas esquecerem da política, depois dos conflitos de 1842 (1993, p. 154). Essa opinião, contudo, esbarra com o fato de que, quando a revolução foi deflagrada, no início daquele ano, o padre-mestre já se encontrava no norte de Minas. O que não quer dizer que não pregasse contra ela. Falando sobre a sua passagem por São José do Gorutuba, Nelson de Sena conta que “em 1843, aí plantou um cruzeiro o célebre missionário Espínola, que deixou tamanha tradição de *terror fanático* nos sertões de Minas” (1918, v. 2, p. 718; grifo nosso). Cabe supor que o ciclo de pessoas com o corpo fechado, que se percebe nas décadas seguintes, teria sido iniciado por influência do

padre Espínola, que revalorizou uma “dimensão mágica”, geralmente desacreditada. A crença na invulnerabilidade de algumas pessoas já era, então, mais ou menos disseminada no sertão, porém com a passagem do padre taumaturgo voltou a ser assunto de interesse geral. No caso de ter sido Espínola o instaurador desse ciclo mais agudo de portadores do corpo fechado, esse “surto” teria se originado no norte de Minas, daí passando ao sertão baiano.

Em todo caso, apenas quatro anos depois das missões do padre-mestre Antônio Espínola, em 1847, chegou a São José do Gorutuba o jovem padre José Vitório de Souza. Hospedou-se na casa do padre Carlos Rolim, a quem viera substituir. Foi o próprio Carlos Rolim que pedira para ser substituído, em função da idade avançada.<sup>51</sup> José Vitório nascera em 1821 ou 1822, em Itabaiana, Sergipe; era um jovem ambicioso e, com pouco tempo na região, amealhou uma considerável fortuna, adquirindo várias fazendas de criação de gado, entre elas uma de nome Barra do Sucesso, no atual município de Mato Verde, outra onde hoje fica a cidade de Catuti, e a fazenda da Passagem, a poucos quilômetros de São José do Gorutuba. Durante algum tempo residiu em Tremedal, no início da década de 1850, mas, devido à sua cobiça e a certo autoritarismo, criou inimizades, chegando a ser tocado, no dia 23 de dezembro de 1853, por cinco pistoleiros. O cavalo em que vinha montado foi alvejado e morreu, e o padre recebeu um carço de chumbo, que teria entrado “dedo e meio” em seu pescoço. O ferimento, porém, não foi sério. Certamente foi depois desse episódio que surgiu a crença de que ele tinha o corpo fechado. Em todo caso, a permanência em Tremedal tinha se tornado impossível, e ele regressou a São José do Gorutuba (ÂNGELIS, 1997, v. 2, p. 150-151; v. 3, p. 171).

Em 1856, José Vitório abriu um processo junto ao governo provincial com o objetivo de anular as eleições para juiz de paz de São José do Gorutuba, que tiveram lugar no dia dois de novembro daquele ano. Esse ano marca o início da delimitação temporal do nosso estudo, porque dá início, conforme nos parece, a um “ciclo” de uso do corpo fechado na política dos sertões de Minas e da Bahia, com pelo menos quatro exemplos bastante renomados, ao longo de um período de 75 anos, que se encerra em 1931, com o assassinato de Horácio de Matos. No dia 18 de novembro de 1856, o padre José Vitório fez uma representação ao presidente provincial Herculano Ferreira Pena, correligionário do Partido Conservador. Acusava o juiz de paz Manoel José Ferreira Godinho de cercar sua casa com seis jagunços para matá-lo e de ter fraudado as

51. O padre Carlos da Silva e Oliveira Rolim ainda permaneceu na região, agora na vila de Grão Mogol, e depois, talvez já nonagenário, mudou-se dali; no dia 14 de janeiro de 1866, estava em Araçuaí, onde assinou um documento de doação de uma casa com telhas, na rua de Baixo, em Grão Mogol, onde residira por cerca de 10 anos; o favorecido era Francisco José de Sá ([arquivos:] AFGM, 1866).

eleições do dia dois de novembro, obtendo 263 votos, contra apenas dois votos para o candidato apoiado pelo padre. A apuração teria tido lugar no dia quatro ou cinco, a portas fechadas, na residência do professor Adriano Araújo Braga. No início do ano seguinte, o processo foi encaminhado ao juiz da comarca de Jequitinhonha, que abrangia os termos de Minas Novas, de Rio Pardo e de Grão Mogol, cidade da qual São José do Gorutuba era um distrito. O alferes Manoel Godinho defendeu-se dizendo que cercara a casa do vigário, no dia 16 de novembro, para prender um foragido da justiça, e que, na oportunidade, José Vitório saiu à porta acompanhado de vários capangas munidos de clavinhas, garruchas e facas de ponta, impedindo que a prisão fosse efetuada. Godinho conseguiu que fosse anexado ao processo um abaixo-assinado com 62 nomes, além de atestados das principais autoridades da região, confirmando sua boa conduta e, eventualmente, referindo-se também aos desmandos do padre. Entre os que atestaram favoravelmente a Manoel Godinho estavam o magnata local, João de Deus Faria, que exercia o cargo de delegado de polícia de Grão Mogol, Ângelo de Quadros Bittencourt, outro homem rico, futuro barão do Gorutuba, e o padre Carlos Rolim, que não fez qualquer acusação ao seu sucessor, mas elogiou a conduta de Godinho ([arquivos:] AFGM, 1856).

O padre abriu vários outros processos e foi, por sua vez, processado por diversos atos ilícitos que teria cometido, até que a situação ficou insustentável, sobretudo depois do assassinato de Ursulino da Costa Faria, filho de João de Deus Faria, homicídio do qual José Vitório era o suposto mandante. Por fim, José Faustino de Sá foi contratado para matar o vigário de Gorutuba. A emboscada foi montada na ladeira do Gravatá, próximo ao córrego do Limoeiro, onde o padre foi assassinado no dia 26 de julho de 1868 (PIRES, [1982], 109-112; ÂNGELIS, 1997, v. 2, p. 150).<sup>52</sup> Da mesma forma que a guerra entre os tamanduás e os mocós, os acontecimentos relacionados à morte do padre José Vitório demoraram muitos anos, quase 90, para deixarem de ser uma tradição puramente oral e passarem à forma impressa, período ao longo do qual a narrativa recebeu vários elementos lendários. Foi Hermes de Paula, em 1957, que colocou a história em livro pela primeira vez, num curto capítulo do seu *Montes Claros - Sua história, sua gente, seus costumes*. Em texto de sabor literário, incluído justamente entre as lendas da região, esse autor conta que José Vitório era “vigário, fazendeiro, político e chefe de família” e que também era “um pouco esquecido das coisas de Deus”. Conta ainda que tinha inimigos poderosos, contra os quais “mantinha luta acesa, havendo algumas mortes, de parte a parte”.

52. Segundo Simeão Pires, o assassinato aconteceu no dia 20 de agosto de 1865 ([1982], p. 31), porém parece ter se equivocado, pois Newton de Ângelis consultou o inventário do padre José Vitório (1997, v. 2, p. 151).

Hermes de Paula relata que, após sobreviver à emboscada, que segundo esse autor ocorrera na localidade de Gameleira, hoje Janaúba, o padre teria se vangloriado com amigos: “Eles estão perdendo tempo. Essas balas não entram em meu corpo. Para me matar, só com bala de ouro benta por mim”, e em seguida soltou uma estrondosa gargalhada. Segundo se conta, os mandantes do assassinato teriam seguido esse procedimento, fundindo uma bala de ouro, que foi colocada ao lado do cálice e benzida pelo padre em sua “derradeira missa”, ou, segundo outra versão, foi colocada na forma de pingente no pescoço de um neném cujo batizado foi celebrado por José Vitório. O texto de Hermes de Paula ganha contornos ainda mais literários ao descrever os momentos finais do padre:

Agonizante, vendo o sangue tingir as pedras da beira da estrada, amaldiçoou a terra que tanto amara: “De agora em diante, as terras de Gorutuba entrarão em decadência... até que as águas do rio [Gorutuba], numa enchente nunca vista, venham lavar o meu sangue...”

Dizem que a enchente grande ainda não veio e lá estão nas pedras, junto à cruz, as manchas vermelhas desafiando o tempo (1957, p. 388).

Duas décadas mais tarde, em livro antológico, Simeão Ribeiro Pires acrescentou alguns detalhes interessantes, com base na pesquisa que fez sobre o padre. Entre outras coisas, afirmou que a maldição, de fato, realizou-se, mas apenas em parte, pois o rio Gorutuba foi represado e uma parte do povoado de São José do Gorutuba, agora chamado simplesmente Gorutuba, foi inundada pelas águas da represa Bico de Pedra, já na década de 1980. Essas águas, porém, não alcançaram a ladeira do Gravatá e, portanto, não lavaram seu sangue ([1982], p. 153).<sup>53</sup>

A explicação pode ser outra, não foi o padre que amaldiçoou São José do Gorutuba, foi Deus, já que enviara seu pastor às ovelhas, mas as ovelhas mataram o pastor. Embora tivesse toda sorte de defeitos, o padre José Vitório, enquanto sacerdote, era um enviado de Deus, portador não apenas do corpo fechado, mas partícipe da infalibilidade divina. Seus muitos defeitos não podiam ser levados em conta devido ao *character indelebilis*, ou seja, por mais que pecasse, continuava, segundo se acreditava, sendo o legítimo representante de Deus.

53. O cônego de Ângelis, em suas *Efemérides riopardenses*, também traz valiosas informações extraídas de documentos que compulsou, porém sequer menciona a lenda que se criou em torno de José Vitório; as informações mais completas estão na efeméride de 26 de julho de 1868, relativa à sua morte, mas a de 23 de dezembro de 1853, sobre a emboscada que sofreu em Tremedal, também é esclarecedora (1997, v. 2, p. 150-151; v. 3, p. 171).

### 5.3. O ASSASSINATO COMO FORMA DE COTIDIANIZAÇÃO

Esses caras é que são os donos da biografia,  
já que a grande maioria daria um livro por dia,  
sobre arte, honestidade e sacrifício.  
Também morre quem atira ([discografia:] O RAPPÀ, 1996).<sup>54</sup>

*Aussitôt qu' ils sont pris, on les tue. Tous ceux dont les chroniques disent quelque chose finissent de cette façon* (DUBY, 1973, p. 104).<sup>55</sup>

Não existem, nem podem existir, dominações, ou governos, plenamente carismáticas, pois, para tal, seria necessário acabar com a economia, enquanto instituição racional, e com a família, enquanto instituição tradicional. As dominações de caráter mais acentuadamente carismático são aquelas que inovam. Essa inovação, contudo, subverte e ameaça tanto a economia quanto a família, o que torna as dominações mais carismáticas perturbadoras para os setores da comunidade que não estão diretamente engajados nela. Fazem-se, então, necessárias ações para restabelecer a normalidade, no processo que Max Weber chama de *Veralltäglichung*, que significa rotinização, ou cotidianização, em oposição ao carisma, que é, por definição, uma qualidade extracotidiana, *ein außeralltäglich Qualität*.

Logo no início da pesquisa que deu origem ao presente estudo, chamou nossa atenção o fato de que os quatro mandões com o corpo fechado que nos propusemos a pesquisar foram assassinados: o padre José Vitório, o subdelegado Afonso Lopes, o bandido Antônio Dó e o coronel Horácio de Matos. Seria simples coincidência? Seria em função da crença no corpo fechado, como que para desmascarar esse poder sobrenatural? São argumentos válidos, porém não explicam o assassinato dos quatro mandões estudados. Outra causa que não pode ser descartada é a própria violência da política, porém há outros “coronéis” igualmente assassinados, que, se não foram carismáticos no sentido mágico, foram carismáticos pelo menos no sentido de “inovadores”, isto é, na medida em que um mandão pode ser inovador. Trata-se de quatro mandões que fizeram parte do mesmo contexto político estudado e que também foram assassinados: 1) o Calistinho, que vimos na tragédia do Tamanduá, 2) Rotílio Manduca, que era inimigo de Antônio Dó, 3) Gentil de Castro, que atuou no vale do Jequitinhonha e no sul da Bahia, considerado o pai do coronelismo por Faoro, e 4) Delmiro Gouveia, no baixo São Francisco.

54. A canção “Hey Joe”, composta e gravada pelo O Rappa é versão de música com o mesmo título, de Jimi Hendrix; “esses caras” são os bandidos envolvidos com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

55. “Tão logo eles são pegos, são mortos. Todos aqueles acerca de quem as crônicas dizem alguma coisa terminam dessa maneira” (tradução nossa); “eles” são os integrantes da infantaria medieval.

A violência política certamente explica o assassinato desses oito mandões, senhores do trabuco e também de votos, porém o que nos parece mais decisivo na motivação da morte desses “coronéis” é o caráter subversivo da política que eles praticavam, pouco ortodoxa e pouco racional. O corpo fechado era apenas um dos tantos elementos heterodoxos e irracionais na política perturbadora desses mandões. As razões alegadas para o assassinato desses oito chefes são as mais diversas, porém, em cada uma das mortes, a cotidianização, se não foi “o motivo”, foi certamente um dos frutos colhidos. Vejamos, caso a caso, como se deram as mortes desses oito mandões, tentando entender, em cada crime, o fator de cotidianização.<sup>56</sup>

O padre José Vitório escandalizava a população. Nos processos contra ele, uma das queixas que mais se repetia era com relação ao elevados valores que cobrava para administrar os vários sacramentos, sobretudo quando tinha que se deslocar ([arquivos:] AFGM, 1856). A ambição do vigário de São José do Gortuba não era dissimulada e, em tempo relativamente curto, ele se tornara proprietário de vastas extensões de terra. Além disso, depois que sofreu uma emboscada em Tremedal, o padre passou a se fazer acompanhar de “peitos largos”, que eram seus capangas, e certamente uma parcela do patrimônio que ele amealhou foi obtida por meio de práticas violentas e fraudulentas. A cobiça desenfreada de José Vitório era ainda menos aceitável quando comparada com a atuação desinteressada do seu predecessor, o padre Carlos Rolim. Além de cobiçar bens de capital, José Vitório tinha também ambições de cunho político, alinhando-se, em 1856, aos conservadores, na tentativa de substituir a hegemonia que os liberais haviam alcançado na região, mas não foi bem sucedido e passou a ser francamente hostilizado pela elite local ([arquivos:] AFGM, 1856). Conflito que pode ser considerado como a principal causa do seu assassinato, pois, embora a causa direta tenha sido o assassinato de Ursulino, filho de João de Deus Faria, que legitimou a vindita, essa morte não pode ser separada do conflito político-econômico entre o padre e a elite local.

Não se pode, tampouco, esquecer que José Vitório vivia em companhia da “comadre” Joaquina Rosa, com quem tinha três filhos, segundo Simeão Pires ([1982], p. 31). A fama de que tinha o corpo fechado, pelas implicações com a feitiçaria e com o próprio diabo, por meio de supostos “pactos”, era também fonte de escândalo, tanto mais em um padre, que já era portador

56. Em seu trabalho sobre Pedro Ludovico, Maria Cristina Teixeira também constata a presença do elemento de rotinização na trajetória política do governador goiano, porém num contexto diferente, onde a cotidianização teria partido do próprio Pedro Ludovico, que deixou de imprimir um caráter inovador à sua atuação política; essa mudança tem lugar por volta de 1935 e acontece em função da própria “consolidação no poder” (1990, p. 138).

de outros carismas, propriamente sacerdotais. Conforme foi dito, José Vitório foi assassinado no dia 26 de julho de 1868, por José Faustino de Sá, que aguardava de tocaia, no trajeto entre a fazenda da Passagem, onde vivia, e a comunidade que pastoreava, ou deveria pastorear. Teria sido morto com um único tiro, cujo projétil, segundo se acredita, além de ser de ouro, tinha sido benzido pela própria vítima. Segundo uma tradição local, os mandantes do crime teriam sido Deus, os Santos e os Anjos, onde Deus era João de Deus Faria, os Anjos estão representados por Ângelo de Quadros Bittencourt e sua família e os Santos eram certamente outra família que compunha a elite local (PIRES, [1982], p. 154).

A nordeste dali, na região da Conquista, a família Lopes Moitinho podia ser caracterizada pelo emprego da truculência com finalidades políticas. Bernardo Lopes Moitinho e seus filhos Manoel e João foram réus em distintos processos, nos quais quase sempre se unem a violência e os objetivos políticos, seja a transferência do distrito de São Felipe, de Caetité para o termo da vila de Vitória, ou a luta pelo resultado das eleições em Poções ou na Verruga, locais onde dividiam a hegemonia com outros grupos. Também estavam associados à família Ferraz, que dominava na região de Tremedal, hoje Tremedal dos Ferraz, perto de onde ficava a fazenda do Tamanduá. Tanto Manoel quanto João Lopes Moitinho tinham esposas da família Ferraz. Afonso Lopes era filho de João e o nome de solteira de sua mãe era Honorata Ferraz de Araújo. Jovem de futuro, muito valente, fora eleito vereador, casara-se com Maria Hermelina, sua prima, filha do tio materno Domingos Ferraz, patriarca do Tamanduá, e exercia o cargo de sub-delegado. Sem aceitar uma surra que sofrera, Afonso fora o autor, direto ou indireto, da morte dos irmãos Sérgio e Gasparino. O caráter de guerra entre famílias da Tragédia do Tamanduá fica visível no fato de Afonso Lopes não ter sido a única vítima, mas também seu sogro e a maioria das pessoas que se encontravam na sede da fazenda Tamanduá. Por outro lado, o aspecto político desse assassinato múltiplo é perceptível pelo envolvimento, na qualidade de mandantes, de outros mandões locais, ligados ao grupo do coronel Pompílio, que, em seguida, ascendeu ao poder. Houve mesmo uma acusação veiculada na imprensa local de que esse coronel teria sido o verdadeiro mandante da chacina, em texto de um outro genro do coronel Domingos Ferraz (IVO, 2004, p. 137-219; LETTIÈRE, 2011, p. 57-135).

O aspecto carismático, contudo, não pode ser desdenhado, primeiramente na teodiceia, ou seja, em uma suposta justiça divina, que, compensando um privilegiamento negativo, teria legitimado a chacina do Tamanduá. Esse privilegiamento negativo que exigia a intervenção de forças extraordinárias, fica evidente na morte dos dois filhos diante dos olhos da própria mãe, a viúva Lourença, que teria ainda sido destrutada. A narrativa da viúva Lourença levando os ca-

dáveres em lombo de burro até a vila de Conquista e deixando-os insepultos às portas do cemitério é muito significativa, já que ressalta esse aspecto do privilegiamento negativo, que exige uma intervenção da justiça “divina”, ou teodiceia. Assim, a vindita, enquanto agente de uma lei consuetudinária, supostamente respaldada pela suprema divindade, serviu de pretexto para uma ação armada politicamente motivada e bem-sucedida. A valentia de Afonso Lopes também se tornou legendária. Conta-se que, depois de ter recebido tiros e facadas que não lhe causaram dano algum, explicou aos seus agressores o procedimento mágico para que fosse morto: colocar sua cabeça sobre um pilão e cortá-la com uma foice, ou esmagá-la com uma mão de pilão (VIANA, [1985-1986], v. 1, p. 131-132). Outra tradição esclarece que um dos chefes mocós, Tomás Tomba Morro, recebia esse apelido por sua ligação com o Exu Tomba Morro. Tomás fora procurado nos jarés, como são chamados os candomblés da Chapada, para neutralizar a invulnerabilidade do subdelegado ([filmografia:] NERI, 2011).

O Calistinho, Calisto de Almeida Freire, articulador da chacina do Tamanduá, também tinha poderes extraordinários, não apenas pelo fato de ser chefe familiar, cargo que implicava certo carisma, similar ao do chefe tribal, mas sobretudo por ter arregimentado o numeroso e aguerrido “exército” dos mocós, ou mocozeiros. Sendo o principal instigador da chacina, Calistinho era particularmente odiado, tendo sido assassinado, segundo Israel Orrico, a mando de João Nunes Ferraz, primo ou sobrinho do coronel Domingos. O “serviço” foi realizado pelo pistoleiro Antônio Vieira dos Santos, o “Liro”. Sabendo que o Calistinho se encontrava no povoado do Gissaras, hoje pertencente ao município de Pedra Azul, Liro se postou a mais de cem metros da praça central da localidade, escondido entre a ramagem, de onde disparou um único tiro, particularmente mortífero, porque o projétil tinha sido envenenado (ORRICO, 1982, p. 148).

O assassinato do coronel Gentil José de Castro também pode ser inserido nessa lista dos homicídios que foram cometidos em prol do regresso à rotina, um retorno ao velho e bom cotidiano. Sua área de atuação política era a mesma que estudamos. Por meio do seu empenho pessoal, o jovem Afonso Celso foi eleito deputado geral repetidas vezes pelo distrito eleitoral de Grão Mogol, que começava nas vizinhanças de Montes Claros mas chegava ao distante povoado do Salto Grande, hoje Salto da Divisa, situado na extremidade leste das Minas Gerais (1998, p. 13-25). A área de maior influência do coronel Gentil ficava às margens do rio Jequitinhonha. O médio Jequitinhonha, naquele tempo, era ainda pouco habitado, pertencendo ao município de Araçuaí, onde o coronel residiu algum tempo. Entre as suas atividades comerciais, há notícia de uma frota de canoas, dirigida pelo irmão, major Licínio José de Castro; as canoas haviam

se transformado, naquele tempo, no principal meio de transporte da região, primazia que durou até a década de 1930 (SANTIAGO, 2004b, p. 12-13). Gentil também conseguira, em 1881, uma concessão para a construção de uma ferrovia ao longo do rio, inclusive com subvenção da ordem de nove contos (9:000\$000), conforme se vê nas *Efemérides mineiras* (VEIGA, 1998, v. 2, p. 868), mas que, por um ou outro motivo, não chegou a ser construída. Por volta de 1880, mudou-se para Canavieiras, cidade situada no litoral baiano, mas tipicamente sertaneja, para explorar os diamantes recentemente descobertos no Salobo. A recepção não foi das mais calorosas, e o jornal que ele montou, o primeiro a ser editado no lugar, foi empastelado, tendo seu maquinário lançado nas águas do rio Pardo. Os motivos foram políticos, o jornal chamava-se justamente *O Liberal*, demonstrando as inclinações políticas do coronel (COSTA, 1963, p. 24-25; DURVAL, [1981], p. 39-40).

Em 1883, Gentil de Castro se estabeleceu em Ilhéus, onde se envolveu em confusões ainda maiores, inclusive no assassinato de um outro líder político, o tenente coronel João Carlos Hohlenweger, e de dois jagunços que o acompanhavam, ocorrida no dia nove de setembro de 1885. Em 1886, foi preso no Rio de Janeiro, de onde o levaram para Ilhéus, para ser julgado. O julgamento desse crime foi um dos mais afamados que aconteceram no fórum local. Para a defesa de Gentil, veio da Corte o jovem bacharel e político Afonso Celso, acompanhado de outros três advogados que estavam entre os melhores da nação. Contra eles, bateu-se o promotor local, Ciridião Durval, que fez uma acusação memorável, segundo Silva Campos, mas o réu foi absolvido. Depois de sofrer dois atentados, em 1888, Gentil de Castro aumentou consideravelmente seu contingente e seu armamento. Conseguiu a transferência para Ilhéus de uma tropa do exército regular, pois o visconde de Ouro Preto, pai de Afonso Celso, patrono de Gentil, presidia o ministério e potanto governava toda a nação. Nessa época, seus desmandos se tornaram ainda mais frequentes, e sua jagunçada, acompanhada da polícia estadual e até de tropas imperiais, realizou repetidas sebaças nos sertões que faziam parte do município de Ilhéus. Porém, com a proclamação da República, seus inimigos passaram a atacar as suas fazendas e as de seus correligionários, e Gentil mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a se dedicar a uma propriedade que adquirira e à direção de dois jornais de orientação monarquista (CAMPOS, 1981, p. 266, 272-275). Em 1896, foi novamente preso, sob a suspeita de estar envolvido na revolução da Armada, e levado para os calabouços da ilha das Cobras, onde ficou durante semanas (CELSO, 1929, p. 215-216).

Conforme Silva Campos, foi Gentil de Castro o introdutor da “nociva noção da capangagem” na região de Ilhéus (1981, p. 266). Em outras palavras, teria sido, segundo esse autor, o

introdutor das práticas de violência política que, em seu conjunto, temos denominado “política jagunça”. Quando Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, diz que Gentil de Castro foi o “pai do futuro coronelismo”, não se refere diretamente ao uso da violência política, mas à efetivação de uma “influência local”, que, a partir de então, ganharia espaço no teatro político, ainda que sempre subordinada a uma “influência geral” (2008, p. 442). Em todo caso, o coronel Gentil era sempre, para o bem ou para o mal, um inovador, perturbador do *status quo* e da rotina vigentes, lembrando que a inovação é uma das características das dominações carismáticas weberianas (WEBER, 1991, p. 161, 167).

Apesar de todas essas proezas, Gentil de Castro entrou definitivamente para a história brasileira com seu assassinato, sintomaticamente omitido em *Os sertões*, trabalho histórico-literário-jornalístico do militante republicano Euclides da Cunha. Seu assassinato está inserido em uma série de acontecimentos da história pátria, ocorridos no início de março de 1897, quando a notícia da morte de Moreira César, em Canudos, causou fortes reações populares. A racionalidade republicana não podia conceber que míseros jagunços tivessem derrotado a terceira expedição, enviada pelo governo Prudente de Moraes, contra o populoso povoado de Antônio Conselheiro. Tanto mais porque essa terceira expedição tinha à frente o competente coronel Moreira César, o “Corta Cabeças” da repressão à revolução Federalista, morto logo no primeiro combate contra os jagunços sertanejos da “Troia de taipa”. Parecia inexplicável para a população urbana brasileira, a não ser que os “fanáticos” do sertão baiano estivessem recebendo armamento e treinamento de personagens poderosos. O próprio presidente da república, Prudente de Moraes, foi acusado de favorecer os conselheiristas, assim também o governador da Bahia, Luís Viana. Mas os culpados mais evidentes eram os monarquistas.

No início de março de 97, jornais monarquistas foram empastelados em diferentes partes do país, entre eles os dois de propriedade de Gentil de Castro. Esses empastelamentos faziam parte da reação à morte de Moreira César, que, de degolador de prisioneiros, passava à condição de mártir, rebatizando a rua do Ouvidor, principal ponto de encontro da elite brasileira, que, ainda naquele ano, recebeu seu nome. As capitais do país foram tomadas pelo “terror republicano”, espécie de mazorca, que percorria as ruas atrás de monarquistas a serem linchados (JANNOTTI, 1986, p. 134-140). O coronel Gentil de Castro, além de ser parceiro e sócio de um dos principais líderes monarquistas, Afonso Celso, era notório conhecedor dos sertões e senhor de jagunços e, portanto, o mais provável elemento de junção entre a elite monarquista e o exército rústico que defendia Canudos. A casa de Gentil de Castro fora invadida e depredada, na noite anterior ao seu assassinato, mas ele não estava presente. Os assassinos do coronel se sentiam

tão justificados que realizaram o crime em uma estação ferroviária, a de São Francisco Xavier, que estava cheia de gente, bem diante de numerosas testemunhas, entre as quais o conde Afonso Celso e seu pai, o visconde de Ouro Preto, que, apesar de serem monarquistas mais renomados que Gentil, foram poupados, embora houvesse no grupo quem os quisesse matar (CELSO, 1929, p. 162-169). O coronel recebeu numerosos tiros, mas os criminosos, que eram na maioria militares, foram todos absolvidos. Afonso Celso, percebendo que a situação era bastante adversa, logo embarcou para a Europa, mas, ao chegar à França, registrou o que vira em um livreto, intitulado justamente *O assassinato do coronel Gentil de Castro*, publicado ainda em 1897, em Paris. Gentil de Castro, de valentão sertanejo que era, também se tornou uma espécie mártir, pois, segundo Maria de Lourdes Janotti, “passou a personificar o heroísmo da resistência monarquista” (1986, p. 147).<sup>57</sup>

O coronel Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, embora pertença ao quadro político-partidário que estudamos, está um pouco fora dos sertões abordados, pois atuou nas margens alagoanas do São Francisco, na localidade de Pedra, elevada de povoado a sede de município, graças ao seu trabalho. Antes, residira em Recife, mas nascera e passara a primeira infância em Ipu, no sertão cearense. Também tem a particularidade de ter sofrido, mais que cometido, violências. Outra característica que diferencia Delmiro Gouveia dos mandões que estudamos, com seus corpos fechados e outros carismas, é a sua racionalidade. Delmiro Gouveia era um coronel industrial, que montou, nos primeiros anos do século XX, uma grande tecelagem movida pela energia elétrica gerada por uma queda d'água do São Francisco. Antes disso, nos últimos anos do século anterior, se dedicara a outro empreendimento visionário, o mercado do Derby, em Recife, que era uma espécie de *shopping center*, com restaurante, diversões e funcionando também à noite. Desentendimentos políticos fizeram com que fosse perseguido em Recife, onde vários processos foram abertos contra ele, e o Derby foi criminosamente incendiado, forçando sua mudança para o estado de Alagoas. Enquanto os mandões sertanejos eram objeto de credices ligadas à guerra, Delmiro estava diretamente ligado ao grande mercado, inclusive internacional, pois ficou rico agenciando a exportação de peles de carneiro e de cabra, através do porto de Recife (QUEIROZ, 1976, p. 195-197; MAGALHÃES MARTINS, 1979, p. 11-67).

Nem por isso Delmiro estava destituído de carisma. O caráter inovador das suas ações e do seu comportamento, na medida em que fugia ao cotidiano, continha o elemento extracoti-

57. Afonso Celso, por exemplo, se refere a ele em termos grandiloquentes: “Mártir da liberdade de imprensa, imolado em virtude da independência e coragem da sua fé política, - eis o que foi o coronel Gentil José de Castro” (1929, p. 215).

diano, que é específico da dominação carismática weberiana, ainda que não seja propriamente mágico. Mário de Andrade, que também tem o mérito de reunir o tradicional e o moderno de maneira inesperada, percebeu o caráter inovador da dominação política e econômica de Delmiro. O escritor modernista faz uma série de considerações acerca do coronel industrial, que, para ele, era “um Antônio Conselheiro do trabalho”. Constava, segundo Mário afirma com certa ressalva, que não mandara matar ninguém, mas, em compensação, “mandou sovar gente sem conta”. Relata ainda, entre outros detalhes inusitados, que “Delmiro Gouveia coronelava tudo”, inclusive os alunos que estivessem faltando às aulas para fazer algum “servicinho” (aqui no sentido de trabalho na agricultura) para os pais, e houve quem chegasse a ser demitido por esse motivo; “tinha birra de mulher fumante” e seguia “a religião da higiene”. Referindo-se ao tempo em que Delmiro Gouveia trabalhara na função de faroleiro de ferrovias, antes de enriquecer, faz uma comparação, onde expressa o mesmo ponto que estamos defendendo:

Pelo menos Delmiro Gouveia conservou no espelho dos atos a imagem do faroleiro rapaz. Foi um dramático movimentador de luzes, luzes verdes, luzes vermelhas dentro do caráter noturno do Brasil. Por isso teve o fim que merecia: assassinaram-no (1983a, p. 211).

Longe de se enquadrar no nosso modelo de mandões violentos, afeitos à guerra, Delmiro Gouveia serve antes de contraponto, inclusive pelo distanciamento com relação à política propriamente partidária. Embora tentasse se afastar dela, a política da violência chegou ao coronel da Pedra, que foi assassinado na noite de 11 de outubro de 1917, pelos pistoleiros José Inácio Pia, alcunhado de “Jacaré”, e Róseo Morais. Os dois cumpriram pena pelo crime, ao contrário dos supostos mandantes, o deputado estadual José Rodrigues de Lima, que se defendeu atrás da imunidade parlamentar, e José Gomes de Sá, antigo “amigo” da vítima, que fugiu sem que se soubesse do seu paradeiro. O povoado da Pedra, que Delmiro encontrara com cinco casebres, tinha, 14 anos depois da sua chegada, seis mil habitantes e hoje é a cidade de Delmiro Gouveia (MAGALHÃES MARTINS, 1979, p. 175-186). Nesse aspecto do desenvolvimento urbano, seu trabalho político pode ser comparado ao do padre Cícero Romão e ao de Antônio Conselheiro, embora haja, ainda aqui, uma contraposição entre a racionalidade e a irracionalidade.

As características carismáticas de Antônio Dó são bastante notórias, a começar pelo corpo fechado. A motivação política da sua carreira de fora da lei, seu envolvimento em lutas políticas em Minas, na Bahia e em Goiás, além do fato de ser criminoso e chefe de bandidos, eram motivos mais que suficientes para que houvesse muita gente disposta a pagar por sua morte, visando

a restauração da lei e da ordem. Essa perseguição por todos os meios de um fora-da-lei, culminando com sua morte depois de várias tentativas, pode ser também percebida no assassinato do capoeirista Besouro, na morte de Lampião, em uma ação policial, e na morte dos mandões que estamos estudando. Não se pode esquecer que, ao lado do elemento de traição, já que foi perpetrado por comparsas que contavam com a cumplicidade da sua companheira, o assassinato de Antônio Dó foi cercado de procedimentos mágicos. O crime aconteceu no dia 14 de novembro de 1929 e foi saudado pela imprensa da capital mineira, que afirmava: “Podem, agora, repousar tranquilas as inúmeras localidades que ele aterrorizou por tanto tempo, notadamente a cidade de São Francisco, o alvo predileto de sua cobiça vandálica” (apud MARTINS, 1997, p. 109).

O coronel Rotílio de Souza Manduca era outro comandante militar que, apesar da crueldade, era notável em muitos aspectos, tanto assim que teria inspirado o personagem Zé Bebelo, do *Grande sertão*, conforme afirmam, apresentando muitas evidências, Levínio da Cunha Castilho ([1985]) e Saul Martins (1997, p. 82). Rotílio foi também descrito em texto de Manoel Bandeira, que confirma a descrição com que é apresentado no romance rosiano (BANDEIRA, 1977, p. 513). Zé Bebelo é, sem sombra de dúvida, o personagem que tem mais nuances no romance, e Rotílio, em quem seria baseado, é o único dos personagens históricos nomeados no *Grande sertão* cuja aparência é descrita (ROSA, 2006, p. 458-459). Além de ser valente, desde os tempos de menino, Rotílio Manduca dominava, entre outras, a arte do disfarce, e também não deixava de ser inovador trazer uma mulher uniformizada em sua campanha contra a Coluna Prestes. Seu assassinato tem certa conotação mundana, quase rasteira, distinta da morte dos mandões mais propriamente carismáticos. O crime aconteceu a bordo do vapor Wenceslau Braz, que se encontrava ancorado na cidade da Barra, no dia 30 de maio de 1930, quando Rotílio estava completando 45 anos e foi apunhalado em seu próprio camarote por um homem apelidado “Mesquinheza”, que, anos antes, ele mandara castrar (MARTINS, 1997, 79-83).

Cerca de um ano mais tarde, no dia 15 de maio de 1931, o coronel Horácio de Matos, cujas características carismáticas e inovadoras são inegáveis, era assassinado no largo do Acioli, em pleno centro de Salvador. Sua morte não estava diretamente relacionada à sua atuação política, mas o crime fora encomendado por Manoel Dias Machado, tio da viúva do major Mota Coelho, que morrera em combate no cerco de Lençóis, seis anos antes, e que, conforme muitos acreditavam, tinha sido morto com um tiro desferido por Horácio. Porém não se pode esquecer que o coronel da Chapada tinha sido desarmado, preso e, depois de ser posto em liberdade, forçado a permanecer em Salvador, onde foi um alvo fácil para os três tiros disparados às suas costas, quase à queima-roupa, por Vicente Dias dos Santos. O governo revolucionário, instalado havia

sete meses, ficou livre de um temível inimigo e pôde implantar sua política centralizadora na região das Lavras Diamantinas, sem maiores contratemplos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Le Chef institué qui, avant l'arrivée des Portugais était le chef politique et rituel - incarnation de l'autorité magique -, avec la tentative de structuration en "royaume" et de centralisation, se met en dehors de la société: plus l'échange se dégrade, plus la cohésion du groupe est menacé; en d'autres termes, plus l' "ordre" s'installe, plus le groupe se défait (GONÇALVES, 1985, p. 132).<sup>58</sup>*

Conforme relatamos uma e outra vez ao longo deste trabalho (trata-se de um *leitmotiv*),<sup>59</sup> os escritores Mário de Andrade e Guimarães Rosa analisaram as práticas relacionadas à crença no corpo fechado, mas viram nelas antes um expediente de charlatões para conseguir algum dinheiro. No diário da viagem que fez ao Norte e ao Nordeste do Brasil, em 1929 e 1930, publicado sob o título de *O turista aprendiz*, Mário narra sua experiência ao se submeter, na cidade de Natal, a uma cerimônia de fechamento do corpo. Segundo ele, seria “impossível descrever tudo que se passou nessa sessão disparatada, mescla de sinceridade e charlatanismo, ridícula, dramática, cômica, religiosa, enervante, repugnante, comovente, tudo misturado”, a um custo de 30 mil réis (30\$000; 1983a, p. 251). No *Grande sertão: veredas*, o rezador João Misuso ensina uma reza para que o inimigo errasse os tiros contra a pessoa que a pronunciasse, mas o aprendiz, Etelvininho, já conhecia uma reza parecida e, em vez dos 40 mil réis que haviam sido combinados pela oração, pagou apenas 20 (ROSA, 2006, p. 433). Muito possivelmente, nesse segundo texto, há uma referência ao primeiro, de Mário de Andrade.

O conto rosiano intitulado “O corpo fechado”, apesar do título, é antes um estudo sobre os valentões de aldeia, que o autor cordisburguense pôde observar quando exercia a medicina em pequenas localidades dos sertões centro e norte-mineiros. A questão do fechamento do corpo

58. “O chefe instituído [conforme as tradições congolosas], que, antes da chegada dos portugueses, era chefe político e litúrgico - encarnação da autoridade mágica -, devido à tentativa de estruturação em ‘reino’ e de centralização, foi se afastando da sociedade; quanto mais a mudança se aprofundava, mais a coesão do grupo se via ameaçada; em outras palavras, quanto mais se instalava a ‘ordem’, mais o grupo se desarticulava” (tradução nossa).

59. O termo *leitmotiv*, ou tema condutor, indica a repetição de um tema melódico nos diferentes movimentos de uma composição; levado para a literatura por nomes da envergadura de James Joyce e Guimarães Rosa, foi aplicado à escrita histórica por Braudel: “De que forma se poderia perceber, então, no sincronismo de um só instante e como que por transparência, essas histórias diferentes superpostas pela realidade? Eu tentei criar essa impressão retomando repetidas vezes, de uma parte a outra deste livro, certas palavras, certas explicações, como se fossem outros tantos temas e cantigas familiares comuns às três partes - *Comment pourrait-on apercevoir alors, dans le synchronisme d'un seul instant, et comme par transparence, ces histoires différents que la réalité superpose? J'ai essayé d'en donner l'impression en reprenant souvent, d'une partie à l'autre de ce livre, certains mots, certaines explications, comme autant de thèmes, d'airs familiers communs aux trois parties*” (1990, t. 3, p. 422).

aparece apenas nas páginas finais do texto, quando o personagem central, diante da iminência de um combate com o valentão local, que vinha armado de revólver, se vê na contingência de pedir a um pedreiro, Antonico das Pedras, que lhe feche o corpo. Esse feiticeiro improvisado tinha uma “alma de pajé” e também tinha uma bela sela mexicana, mas não possuía montaria e fechou o corpo a troco do bem mais caro de Manoel Fulô, sua mula. Guimarães Rosa não narra a cerimônia, conta apenas que, primeiro, se fecharam em um quarto, de onde se ouviam suas vozes, até que Antonico saiu de lá, “muito cínico e sacerdotal, requisitando agulha-e-linha, um prato fundo, cachaça e uma lata com brasa” e voltou para o quarto, onde se deu a operação. O resultado foi que Manoel Fulô, tomado de furor bélico e de uma agilidade desconhecida, enfrentou o valentão com uma faca e o matou, tornando-se o novo valentão da localidade, porém perdendo sua querida mula (1984, p. 297-298). A epígrafe que precede o texto de “O corpo fechado” é significativa, trata-se de versos da cantiga de roda que começa assim: “A barata diz que tem sete saias de filó, é mentira da barata, ela tem é uma só” (1984, p. 269), indicando essa ideia de embuste, tanto do feiticeiro *ad hoc*, que se tornou proprietário da mula, quanto do novo valentão, que tinha bom coração, e dos outros valentões de aldeia, em geral, cuja valentia é antes uma forma de engrandecimento social, do que bravura propriamente dita.

No seu romance, é pouco o que Guimarães Rosa fala sobre o corpo fechado, três ou quatro menções, sem maiores desenvolvimentos, porém é significativa a passagem em que coloca o corpo fechado em posição subalterna com relação ao pacto com o demônio. A “valência” do pacto, nos diz o narrador do *Grande sertão*, “é despropositada de enorme, medonha mais forte que a de reza-brava, muito mais própria do que a de fechamento de corpo” (2006, p. 408-409). Ao romancista interessa muito mais o pacto com o demônio, enquanto fonte de um poder carismático insuperável, tanto na guerra, quanto na “política” sertaneja. De fato, através do pacto com o “tinioso”, Guimarães Rosa faz toda uma série de colocações éticas e ontológicas.

No presente trabalho, contudo, o corpo fechado, abordado em um enfoque não ficcional, mas histórico, nos permitiu chegar a interessantes constatações acerca da política local nos sertões brasileiros da segunda metade do século XIX e das três primeiras décadas do século XX. É verdade que tudo o que dissemos ao longo deste trabalho já tinha sido tratado no *Grande sertão: veredas* e no conto “A hora e a vez de Augusto Matraga”, porém em um contexto ficcional, no qual as categorias da sociologia e da política partidária ficariam deslocadas. Por outro lado, trabalhar com crenças tampouco é tarefa fácil para o historiador; felizmente, contudo, contamos com a metodologia utilizada por Marc Bloch, que, em *Os reis*

*taumaturgos*, partiu do toque régio, que é um carisma “menor”, sobretudo comparado com o da “monarquia absoluta”, ou monarquia instituída por Deus, atribuído a esses mesmos reis franceses e ingleses, para perceber como a política europeia do século XII ao século XIX estava permeada de credices de origem popular. Da mesma forma, o corpo fechado, crença de origem manden, possibilitou-nos uma melhor compreensão da violência empregada na colonização e no governo dos sertões de Minas Gerais e da Bahia.

O corpo fechado permitiu ainda perceber a irracionalidade própria dos processos políticos anteriores à Revolução de 30, sobretudo nas pequenas localidades, afastadas dos centros de poder, em que os partidos políticos eram inseparáveis das famílias poderosas, e as campanhas eleitorais se transformavam em campanhas bélicas, com todo seu séquito de mortes e violências. Ao longo deste estudo, contudo, sempre que possível, relembramos, tanto para o leitor quanto para nós mesmos, que devemos nos resguardar dos juízos de valor com relação ao objeto de estudo histórico. Esse tipo de julgamento, que considera o tempo em que viveu o historiador melhor do que o período que ele está estudando, é uma das modalidades mais frequentes de anacronismo, similar à crença de que a nossa religião é a correta e as outras religiões, de alguma forma, são falsas, ou menos eficientes. O próprio Marc Bloch, modelo de historiador completo, também escorrega nessa forma de anacronismo, geralmente invisível para os coetâneos, ao comparar a França rural do século XIII com a do século XVII, sugerindo que as sociedades que estão “mais próximas de nós”, eram “mais *pacíficas* e mais *estáveis*” (1999, p. 80; grifo nosso).<sup>60</sup> O termo “pacíficas” aplicado às sociedades, em função da sua proximidade com o tempo presente, não fosse a nota trágica, poderia ser considerado irônico por ter sido proferido por um historiador que lutou nas trincheiras de duas guerras bastante sangrentas, e desastrosas para seu país, e escapou do genocídio dos campos de concentração, mas morreu diante de um pelotão de fuzilamento, no dia 16 de junho de 1944.

As armadilhas desse tipo de anacronismo são sutis. Nós, brasileiros, por exemplo, ao nos referirmos ao tempo de Bloch, podemos pensar, “que tempos cruéis!”, “que malvados esses nazistas genocidas!”. Em vez de fazer esse tipo de julgamento, deveríamos, antes, voltar os olhos para nossa própria sociedade, com suas inumeráveis formas de violência. Os nazistas alemães tentaram, em vão, dizimar completamente a nação hebraica, enquanto nós, brasileiros,

60. “*Ce sont qualités de temps plus proches de nous, de sociétés plus pacifiques et plus stables*”, que pode ser traduzido da seguinte forma: “Essas são qualidades de tempos mais próximos dos nossos, com sociedades mais pacíficas e mais estáveis”; as “qualidades” às quais Bloch se refere são a observação dos “solos costumeiros” pelos camponeses, que voltavam da guerra, no fim do século XVII.

efetivamente dizimamos povos sem conta, pelo sertão adentro. Os nazistas justificavam-se com o nacionalismo, enquanto os portugueses e, depois, os brasileiros, justificavam-se com a ideia religiosa de cruzada e de catequese, mas logo, já no primeiro século da colonização, ficou claro que o verdadeiro objetivo era o lucro. Esse processo de colonização genocida, com objetivos puramente capitalistas, continua em andamento, com incontáveis e repetidas violências praticadas contra as nações indígenas e as populações tradicionais, conforme se pode ver no noticiário. Ao tratar desse aspecto da sociedade brasileira, tampouco se pode omitir os surtos endêmicos de violência nos grandes centros brasileiros, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, causadores de muitos milhares de vítimas. Devemos, portanto, evitar, sobretudo no estudo da história, os juízos de valor, tanto em relação às religiões e crenças, quanto com relação às sociedades e suas respectivas culturas políticas.

No campo das concepções teóricas, a luta entre os elementos racionais e irracionais, com ciclos de uma e de outra “tônica” de dominação, permite o questionamento de uma suposta evolução da sociedade colonial brasileira, com relação ao estado de coisas no sertão, antes da chegada dos colonos portugueses dizimadores e escravizadores de povos, e o mesmo vale para os sertões do antigo reino do Congo e de Angola. As sociedades pré-coloniais dispunham de outras formas de solução para os problemas comunitários, que podemos chamar, sem anacronismo, de problemas políticos.<sup>61</sup> O anacronismo está justamente na posição contrária, que considera essas manifestações como sendo “pré-políticas”. Essa mesma relativização de uma suposta melhoria social também é sugerida por Jude Bieber, que denuncia o aumento da violência política no norte de Minas, a partir de 1850, coincidindo com um processo de institucionalização da região. Por meio do nosso estudo, podemos ainda constatar a existência de ciclos de guerra, ou violência coletiva, cuja legitimação é muito variada, mas que dispõem de um repertório de ações relativamente reduzido.

Através da “política do corpo fechado” e das estratégias utilizadas para combatê-la, foi possível também perceber que distintos elementos irracionais se infiltraram na estrutura supostamente racional da sociedade contemporânea, começando pela própria crença na superioridade desse racionalismo, usada para legitimar inúmeras violências e crimes, o que, por si só,

61. Acerca das formas políticas, particularmente eficazes, da civilização congo-angolana, conferir *Kongo - Le lignage contre l'Etat* [Congo - A linhagem contra o Estado], de António Custódio Gonçalves, e sobre as práticas políticas das nações indígenas do Planalto Central brasileiro, conferir o clássico *Tristes trópicos*, de Claude Lévi-Strauss, sobretudo os capítulos intitulados “Uma lição de escrita” e “Homens, mulheres, chefes” (1993, p. 319-355).

demonstra que a nossa sociedade não é assim tão racional como supomos. O exemplo clássico dessas violências praticadas em nome de uma racionalidade, a guerra de Canudos, ao fim da qual milhares de sertanejos foram sumariamente degolados, exige, do ponto de vista ético, uma revisão completa dos conceitos de racionalismo, hoje vigentes, para que esse tipo de tragédia não volte a acontecer.

Existe no mundo de hoje, uma espécie de “ditadura da razão”, um verdadeiro fanatismo que faz com que as pessoas considerem que o racionalismo vai indicar sempre a melhor forma de se resolver um problema. O racionalismo, no entanto, tem sérias limitações, sobretudo quando se trata de um racionalismo baseado no lucro e na manutenção de uma hegemonia. A razão, embora seja uma ferramenta importante na construção do conhecimento, tem suas deficiências. Sua principal função, a nosso ver, é a de checar os elementos de uma premissa, porém ela é extremamente lenta, pois trabalha apenas com dois postulados de cada vez, sempre colocados em posições antitéticas, ou seja, baseia-se em dicotomias: certo ou errado, lucro ou prejuízo, progresso ou atraso, capitalismo ou socialismo, civilização ou barbárie, quando a realidade exige operações muito mais complexas, que não se prestam à simplificação desse dualismo redutor, pois estão em jogo vários fatores que precisam ser analisados em conjunto. Outros instrumentos podem e devem ser utilizados, em substituição, ou como auxiliares, da razão, tais como a criatividade, a intuição, a empatia, a visão de conjunto e mesmo a fé. Esses elementos não devem ser considerados irracionais, mas são, sem dúvida, não racionais. No momento em que as sociedades e seus governos passarem a valorizar essas qualidades, ao lado de, e mesmo sobre o racionalismo, talvez nossa sociedade se torne menos violenta e mais justa.

ANEXO  
ORAÇÃO DE CARTA DE ARMAS

O documento está em uma única folha de papel, dobrada de maneira a formar quatro páginas, das quais três com texto, sempre dividido em duas colunas, totalizando as seis colunas e 186 linhas, devidamente enumeradas na nossa transcrição, do lado esquerdo e, à direita, escrito conforme a ortografia atual e acompanhado de algumas anotações entre colchetes [ ].

- Coluna 1 -

Oração de carta de armas	1	<b>ORAÇÃO DE CARTA DE ARMAS</b> / Jesus [fa-
Jesus + Jesus + Jesus +		zer o sinal da cruz] Jesus [fazer o sinal
Christo seja comigo em to		da cruz] Jesus [fazer o sinal da cruz] /
dos os apertos e perigos. Valeime		Cristo sede comigo em to/dos os apertos
meo bom Jesus, pela vossa	5	e perigos. Valei-me / meu bom Jesus, pela
Santa Encarnação pelo vos		vossa / santa encarnação, pelo vos/so nas-
so Nascimento, pela lagri-		cimento, pelas lágrimas que no crucifixo
[mas q <sup>e</sup> no crucifixo] choraste,		chorastes, pelo sangue que derramastes
pelo sangue q <sup>e</sup> derramastes na		na / circuncisão, pelos desterrros / pelas
circuncisão, pelos desterrros	10	fragosas montanhas, / pelo frio rigoroso,
pelas fragozas montanhas,		pela cal/ma e vento, pela obediência / que
pelo frio rigoroso, pela cal		tivestes a vossa Mãe e a são / José, pelos
ma e vento, pela obdiencia q.		33 anos / que vivestes neste mundo com
tivestes a vossa Mãe e a S.		/ trabalhos, pelos Sermões que pregas/
Jose, pelos trinta e trez annos	15	tes, pelos jejuns do deserto, pe/las esmo-
que vivestes neste mundo con		las que destes, pelo vos/so santo batismo,
trabalhos, pelos Sermoens q pregas		pela ins/tituição do Santíssimo Sacra/
tes pelos jejuns do dezerto, pe	20	mento, pelo lava-pés dos vos/sos Discípu-
las esmolas q. destes, pelo vos		los, pela entrada de / Romas [Ramos] em
so Santo Baptismo, pela ins		Jerusalém, pela / oração do Horto, pela
tituição do Santiscimo Sacra		prisão, / pelos empuxões [empurrões] e
mento, pelo lava pés do vos	25	pancadas que / vos deram, pelos tribunais
sos Decipulos, pela entrada de		que / [per]correstes, pela humildade que
Romas em Jeruzalem, pela		ti/vestes, pelos açoites que vos de/ram,
Oração do Orto, pela prizão,		pela coroa de espinhos / que na vossa san-
pelos empuxões, e pancadas q <sup>e</sup>		tíssima cabeça puseram, / pela cana verde
vos derão, pelos Tribunais que	30	que nas vossas //
correstes, pela humildade q. ti	31	
vestes, pelos açoutes q. vos de		
ram, pela corôa de espinhos		
q. navossa SS. Cabeça puzerão,		
pela cana verda q nas vossas		

- Coluna 2 -

S.S. mãos puzerão, pelo pregão	32	santíssimas mãos puseram, pelo pregão /
q pelas ruas Publicas apregoarão,	33	que pelas ruas públicas apregoaram, /

pela gritaria q ouvistes d' aquel  
 le povo malvado, pela pezada  
 Cruz, que sobre os vossos S.S.  
 hombros levastes pelos trez cr  
 vos com que fostes cravado, pelas  
 trez horas que estivestes vivo na  
 cruz, pelas sete palavras q na  
 cruz discestes, pelas dores de vossa  
 Mãe e de vosso Decipulo S. João,  
 pelo Calix de amargura q. bebestes,  
 pela hora em q. espirastes, pela  
 Dessida q. fizestes aos infernos,  
 pela vossa Gloriosa Ressurreição,  
 pela vossa admiravel Ascenção,  
 pela vinda do Espirito Santo,  
 pelo tremendo dia do Juizo, vos  
 pesso meu Bom Jesus me livreis  
 de todas as armas q. setem inventa  
 do neste mundo, para morte  
 corporal; pesso-vos Senhor  
 por aquella aguda Lançada  
 que sobre o vosso amante cora  
 ção vos derão, q a mim vosso ser  
 vo Querais Valerme meo corpo  
 mortal do fogo violento, de aguas  
 correntes de dentes pessoentos e con  
 dições de má gente e de todos os  
 perigos presentes, do sulfurio ba  
 camarte e furias de suas ballas  
 a qualquer metal e quaisquer  
 armas de ponta ou corte; ou

- Coluna 3 -

vegetativas ou sinsitivas ou meti  
 vas, E vos o malditos demonios;  
 eu como criatura de Deus feito a sua  
 Imagem e semelhança, vos descon  
 juro. Escondace de afrontadas nos  
 Infernos satanaz e toda sua da  
 nada catrua, desfaseis vos maldi  
 tos demonios, como o fumo no ar e  
 a seira no fogo. Mança benigna  
 e carinhosa, se volte para  
 mim a fassse de meo Senhor Jesus  
 Christo. Valhame o puder do San  
 to Lenho, e o Sangue derramado de  
 meu Senhor Jesus Christo, seme  
 ta entre mim e o perigo, por aquel

34 pela gritaria que ouvistes daque/le povo  
 35 malvado, pela pesada / cruz, que sobre os  
 vossos santíssimos / ombros levastes, pe-  
 los três cra/vos com que fostes cravado,  
 pelas / três horas que estivestes vivo na  
 40 / cruz, pelas sete palavras que na / cruz  
 dissestes, pelas dores de vossa / mãe e de  
 vosso discípulo são João, / pelo cálice de  
 amargura que bebestes, / pela hora em  
 45 que expirastes, pela / descida que fizestes  
 aos infernos, / pela vossa gloriosa ressur-  
 reição, / pela vossa admirável ascensão,  
 / pela vinda do Espírito Santo, / pelo tre-  
 mendo dia do Juízo, vos / peço, meu bom  
 50 Jesus, [que] me livreis / de todas as armas  
 que se têm inventa/do neste mundo, para  
 morte / corporal; peço-vos, Senhor, por  
 aquela aguda lançada / que sobre o vosso  
 55 amante cora/ção vos deram, que a mim,  
 vosso ser/vo, queirais valer-me [livrando]  
 meu corpo / mortal do fogo violento, de  
 águas / correntes, de dentes peçonhentos  
 60 e con/dições de má gente [gentes de má  
 condição] e de todos os / perigos presen-  
 tes, do sulfúreo ba/camarte e [da] fúria de  
 suas balas, / a qualquer metal e quaisquer  
 64 / armas de ponta ou corte; ou //

vegetativas, ou sensitivas, ou *meti/vas* [?],  
 65 e vós, ó malditos demônios, / eu, como  
 criatura de Deus, feito à sua / imagem e  
 semelhança, vos escond/juro. Escondei-vos  
 de *afrontadas* [?], nos infernos, [ó] Sata-  
 70 nás e toda sua da/nada *catrua* [caterva],  
 defazei-vos, [ó] maldi/tos demônios, como  
 fumo no ar e / a cera no fogo. Mansa, be-  
 nig/na e carinhosa, se volte para / mim a  
 75 face do meu senhor Jesus Cristo. Valha-  
 me o poder do Santo Lenho, e o sangue  
 derramado de meu senhor Jesus Cristo se  
 me/ta [coloque-se] entre mim e o perigo,  
 79 por aque/las palavras que Moisés disse /

las palavras q Moyzes disse  
no mar Vermelho; Senhor vejo  
grande puder de povo sobre  
mim, caia sobre elles o medo eo  
pavor, e o esforço do vosso braço  
puderoso, q fiquem todos em mo  
veis, como pedras em campos,  
em quanto passa asalvamento  
este vosso Servo Benedicto. Senhor  
ninhun dos meos inimigos sepos  
sa me ver e nem xegarce amim,  
em quanto passo pelo perigo, as  
armas cairão enterra, o puder  
de Deus Sobre elles os destrua;  
Jesus Nazareth seja com mi  
go em tão apertada hora. Con  
servai-me Deus Padre + Guardai  
me Deus Filho + defendeime

- Coluna 4 -

Deus Espirito Santo. +  
Enemigos destruate o puder da  
SS Trindade, todas as armas que  
trouxeres sejam destruidas e tor  
nemse em pó, e não tenha vigor  
contra mim Benedicto pelo pu  
der de Deus e da Virgem Maria,  
e de todos os Santos das Cortes dos  
Ceus, os Patriarcas Abraham e I  
saac e Jacob, os Prophetas Jere  
mias, Izaías Natao, Elizeu Jo  
nas Elias Samuel Daniel os  
confessores as virgens Martires  
Pontifices Eremitas, por todos os  
Santos Evangelistas João Marcos  
Lucas Mateus, os Apostolos  
S. Pedro S. Paulo S. Thome S.  
Bartolomeo, S. André S. Felipe  
S. Thiago S. Matheus S. Tadeu:  
Valhame os nove couros Ange  
licos os Serafins, os Querubins,  
os Thronnos Dominações, Potes  
tades Principados Virtudes Ar  
canjos e Anjos: Valhame opu  
der de S. Miguel. S. Gabriel  
S. Raphael, por elles Senhor,  
tende piedade de mim Bene  
dicto, Jesus Christo ouveme

80 no mar Vermelho; Senhor, vejo / grande  
poder de povo [vindo] sobre / mim, [que]  
caia sobre eles o medo e o pavor, e o es-  
forço [a força] do vosso braço / poderoso,  
85 que fiquem todos imó/veis, como pedras  
nos campos, / enquanto passais para o  
salvamento / deste vosso servo Benedicto.  
Senhor, / [que] nenhum dos meus inimi-  
gos pos/sa me ver e nem chegar-se a mim  
90 / enquanto passo pelo perigo, as / armas  
cairão em terra, [que] o poder / de Deus  
[caindo] sobre eles destrua-os; / Jesus  
de Nazaré seja comi/go em tão apertada  
95 hora. Con/servai-me Deus Pai [sinal da  
cruz], guardai-me Deus Filho [sinal da  
cruz], defendei-me //

Deus Espirito Santo [sinal da cruz].

98 Inimigos, que vos destrua o poder da /  
Santíssima Trindade, [que] todas as armas  
100 que / trouxerdes sejam destruídas e tor/  
nem-se pó, e não tenham vigor / contra  
mim, Benedicto, pelo po/der de Deus e da  
Virgem Maria, / e de todos os santos das  
cortes dos / Céus, os patriarcas Abraão, e  
I/saque e Jacó, os profetas Jere/mias, Isa-  
ías, Natan, Eliseu, Jo/nas, Elias, Samuel,  
Daniel, os / confessores, as virgens, már-  
tires, / pontífices, eremitas, por todos os  
santos evangelistas, João, Marcos, / Lu-  
cas [e] Mateus, os apóstolos / são Pedro,  
são Paulo, são Tomé, são / Bartolomeu,  
santo André, são Felipe, / são Tiago, são  
Mateus, são Tadeu; / valham-me os nove  
coros angé/licos, os serafins, os queru-  
bins, / os tronos, dominações, potes/tades,  
120 principados, virtudes, arcanjos e anjos; /  
valha-me o poder de são Miguel, são Ga-  
briel, são Rafael, por eles, Senhor, / tende  
piedade de mim, Bene/dito; Jesus Cristo,  
125 ouvi-me! / Jesus Cristo, atendei-me /

Jesus Christo attendeime	126	Deus do Céu, Pai infinito, <i>a/vei</i> [tende]
Deus do Ceo Pai infinito <u>a</u>		misericórida de mim! / Trindade Santí-
vei misericórdia de mim		tíssima, livrai/-me! Virgem Santíssima,
Trindade Santiscima livrai		livrai-me! //
me Virgem Santiscima livraime	130	

## - Coluna 5 -

Mãe de Jesus Christo livraime Ra	131	Mãe de Jesus Cristo, livrai-me! Ra/inha
inha dos Anjos, amparaime. Rai		dos Anjos, amparai-me! Rai/nha de todos
nha de todos os Santos, valeime		os santos, valei-me! / Mãe de todos os
Mãe de todos os pecadores defen		pecadores, defen/dei-me! Ó Deus forte,
deime. O Deus forte principio	135	princípio / e fim de todas as coisas, domi-
e fim de todas as cousas Domi		nador incompreensível, entre po/derosos
nador incompreensível, entre pu		[trecho danificado], e eu vos / invoco e a
derosos [...], e Eu vos		todas as vossas potesta/des, licitamente,
invoco e a todas as vossas posteta	140	a fim de me conser/vardes a vida, e, por-
des licitamente afim de me conce		tanto, ó divino / autor da natureza, sede o
vardes avida, e portanto O Divino		meu / amparo e o meu escudo, rebatendo a
auctor da natureza, sedeme omeo		/ força dos meus inimigos, pela for/ça das
amparo e o meo escudo rebatendo a		palavras da consagração, / com as quais
força do meus inimigos, pela for	145	faz o sacerdote descer / Jesus dos Céus à
ça das palavras da Consagração,		terra: <i>Hoc es/te enim calis sanguinis meu</i>
con as quais faz o Sacerdote descer		<i>noce</i> / [sinal da cruz], <i>eterne testamen-</i>
Jesus dos Ceus aterra: Hoc es		<i>te misterium</i> / <i>fides que proverbio</i> [sinal
te mim. corpus meum. Hec este	150	da cruz], <i>pramathes</i> , / <i>efunditum</i> [sinal
enim Calis sanguinis meu nocte		da cruz] <i>enimicium nim</i> / <i>peccatorim</i> . As-
X. eterne testamente misterium		sim como estas mis/teriosas palavras são
Fides q proverbio. X. pramathes,		cheias de ver/dades, assim eu Benedito,
enfunditum + inimicium nim		serei / livre da morte do chumbo e da pon-
peccatorim. Assim como estas mis	155	ta da seta, de palanqueta e da / bala e de
teriosas palavras São Xeias dever		todas as armas que se têm / inventado
dades, assim eu Benedicto serei		neste mundo para mor/te corporal. “Eu
livre de morte do chumbo e da pon		sou quem sou”, dis/se o Senhor, [diante]
ta da seta, e de palanqueta e da	160	de quem tremem to/dos os homens e an-
balla e de todas as armas q <sup>e</sup> setem		jos, //
eventado neste Mundo paramor		
te corporal, Eu sou quem sou di	162	
sse o Senhor: de quem tremen to		
dos o homens, e Anjos,		

## - Coluna 6 -

e adorão os Archanjos, e dobram os joe	163	e adoram os arcanjos, e dobram os joe/
lhos todas as criaturas dos Ceus e da ter		lhos todas as criaturas dos céus e da ter/
ra, e dos infernos, a cuja vontade ne	165	ra, e dos infernos, a cuja vontade ne/nhu-
nhuma criatura pode resistir.		ma criatura pode resistir.
JESUS. passando pelo meio e por		JESUS passando pelo meio e por to/
todos hia em paz, assim eu Benedi	168	dos, ia em paz, assim, eu Benedi/to, and

cto andarei em paz entre os meus eni  
 migos, O Trindade SS, um só Deus  
 Verdadeiro: eu não posso livrar  
 dos meus inimigos, porem se elles  
 me procurarem sede vos entre  
 mim e elles, e que sejam confundi  
 dos. Queiraime Deus forte nas  
 trevas, para que possa pisar  
 sem temor sobre serpentes sem  
 que me communicem o seu  
 fatal veneno. Tudo espero  
 Senhor por Jesus Christo Rei  
 da Gloria e salvador do mun  
 do que vives e reinais em hu  
 manidade de Deus e Espirito  
 Santo por todos os ceculos  
 dos Ceculos Amem.  
 10 do 2º de 1923.

169 rei em paz entre meus ini/migos. Ó Trin-  
 170 dade santíssima, um só Deus / verdadei-  
 ro: eu não posso [me] livrar / dos meus  
 inimigos, porém, se eles / me procurarem,  
*sede vós* [que vós estejais] entre / mim e  
 175 eles, e que sejam confundi/dos. *Queirei-*  
*me* [ajudai-me], Deus forte, para que  
 possa pisar / sem temor sobre serpentes,  
 sem / que me comuniquem o seu / fatal  
 veneno. Tudo espero, / Senhor, por Jesus  
 180 Cristo, rei / da Glória e salvador do mun/  
 do, que vive em *hu/manidade* [unidade]  
 de Deus e Espírito / Santo, por todos os  
 séculos / dos séculos, amém.  
 185  
 186 Dez de fevereiro de 1923.

## REFERÊNCIAS

### I. FONTES IMPRESSAS

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial (1500-1800)*. 7. ed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000;
- AGUIAR, Cynara Silde Mesquita Veloso de. *A prática do coronelismo em São João da Ponte - MG, no período de 1946-1996 - Um estudo de caso*. Dissertação de mestrado em Direito, Florianópolis: Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, 2001.
- AMARAL, Alberto. "Para a história de Sobral". In FROTA, José Tupynambá da (bispo de Sobral). *História de Sobral*. Fortaleza: Pia Soc. de S. Paulo, 1953, p. 284-298.
- AMBRÓSIO, Manoel. *Brasil interior - Palestras populares - Folk-lore das margens do São Francisco - Januária - Minas Gerais - 1912*. São Paulo: Nelson Benjamin Marcão, 1934, v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Antônio Dó - O bandoleiro das barrancas*. Januária: Prefeitura Municipal; Lion's Club, 1976.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes - Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A geografia do crime - Violências nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. 2 ed., org. Telê Porto Ancona Lopez, São Paulo: Duas Cidades, 1983a.
- \_\_\_\_\_. *Música de feitiçaria no Brasil*. 2. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1983b.
- ÂNGELIS, Newton de. *Efemérides riopardenses - 1698-1972*. Rio Pardo de Minas: [ed. do autor], 1996, 4 v.
- ANTONIL, André João [João Antônio Andreoni]. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- ARAÚJO, Delmar Alves. "Realidade imaginária e concretude realizada - Garimpando as trilhas do cotidiano". In ARAÚJO, Delmar Alves; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Salles (org.). *Bambúrrios e quimeras - Olhares sobre Lençóis - Narrativa de garimpos e interpretações da cultura - Com anotações sobre a "Memória histórica e descritiva do município dos Lençoes (Lavras Diamantinas)" de Gonçalves de Athayde Pereira*. Feira de Santana: UEFS, 2002, p. 167-188.
- ARAÚJO, Delmar Alves; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Salles (org.). *Bambúrrios e quimeras - Olhares sobre Lençóis - Narrativa de garimpos e interpretações da cultura - Com anotações sobre a "Memória histórica e descritiva do município dos Lençoes (Lavras Diamantinas)" de Gonçalves de Athayde Pereira*. Feira de Santana: UEFS, 2002.
- BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- BARBOSA, Jorge Luiz; CORRÊA, Aureanice Mello. "A paisagem e o trágico em O amuleto de Ogum". In ROSENTHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, imaginação e espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p. 71-102.
- BARBOSA, Livia Neves de Holanda; DRUMMOND, José Augusto. "Coronelismo" [verbete]. In SILVA, Benedicto (org.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. da Fund. Getúlio Vargas, 1986, p. 274-276.
- BARBOSA, Olympio [Olimpio Antônio]. *Horácio de Mattos - Sua vida e suas lutas*. 2. ed., Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 2008.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte:

- [edição do autor], 1972.
- BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BEVENISTE, Émile. *Vocabulario de las instituciones indoeuropeas*. Trad. Mauro Armiño, Madrid: Taurus, 1983.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Trad. brasileira do francês, nova ed., rev. e ampliada, São Paulo: Paulus, 2008.
- BIEBER, Jude. *Power, patronage, and political violence - State building on a brazilian frontier, 1822-1889*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1999.
- BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de la histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Os reis taumaturgos - O caráter sobrenatural do poder régio - França e Inglaterra*. Trad. Júlia Mainardi, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BOLLE, Willi. *Grandesertão.br - O romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidade; Editora 34, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 9. ed., Paris: Armand Colin, 1990, 3 t.
- BRASIL, Henrique de Oliva. *De Contendas a Brasília de Minas - Monografia*. [Brasília de Minas: edição do autor, 1979].
- BRAZ, Brasileiro. *São Francisco nos caminhos da história*. Belo Horizonte: Lemi, 1977.
- BRAZ, Petrônio. *Serrano de Pilão Arcado - A saga de Antônio Dó*. 2. ed., Ipatinga: Saramandaia, 2011.
- BRÍGIDO, João. *Ceará - Homens e factos*. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1919.
- CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas - Religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CALASANS, José. *O Estado-maior de Antônio Conselheiro - Quase biografias de jagunços*. Ed. rev. e amp., São Paulo: GRD, 2000.
- CAMPOS, [João da] Silva. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: MEC, 1981.
- CANDIDO, Antonio. "Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa". In \_\_\_\_\_. *Vários escritos*. 4. ed. reorganizada, São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 99-124.
- \_\_\_\_\_. *Os parceiros do Rio Bonito - Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11. ed., Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CARONE, Edgard. *A República Velha - Evolução política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo - Uma discussão conceitual". In \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados - Escritos de história política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 (1. reimp.).
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Meleagro - Depoimento e pesquisa sobre magia branca no Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1951.
- CASTILHO, Levínio da Cunha. "Zé Bebelo: codinome Rotílio Manduca, matador do Grande sertão" [recorte do acervo Guimarães Rosa, Puc Minas]. In [ESTADO DE MINAS, 1985].
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã - A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

- CELSO [de Assis Figueiredo], Afonso. “O assassinato do coronel Gentil de Castro - Subsídios para a história do regime republicano no Brasil”. In *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, t. 103, v. 157, p. 133-227.
- \_\_\_\_\_. *Oito anos de parlamentarismo - Reminiscências e notas*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CÉSAR, Elieser. “O coronel da Chapada”; In *MEMÓRIAS DA BAHIA*. Salvador: Empresa Baiana de Jornalismo, n. 4, nov. 2002, p. 6-21.
- CHAGAS, Américo. *Montalvão*. São Paulo: Bisordi, 1956.
- \_\_\_\_\_. *O chefe Horácio de Matos*. 2. ed., Salvador: s.e., 1996.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni - Ministro do povo*. 4. ed. rev. e ampl., Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1982.
- CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião - O rei dos cangaceiros*. Trad. Sarita Linhares Barsted, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CLÁUDIO, Jean. *Pau de espinho na banda da janela azul*. Vitória da Conquista: [ed. do autor], 2008.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Trad. do inglês por Inês Barros, [Lisboa:] Publicações Europa-América, s.d.
- COELHO, Maria do Socorro Vieira. *Os gorutubanos - Língua, história e cultura*. Tese de doutorado em Letras, Belo Horizonte: Prog. de Pós-Graduação em Letras / Puc-MG, 2010.
- COSTA, Alcides. *Canavieiras - Sua história e sua gente - Lendas e festas*. Salvador: Imprensa Oficial, 1963.
- COSTA Filho, Aderval da. *Laudo de identificação e delimitação territorial do quilombo do Gorutuba - Norte de Minas Gerais*. Brasília: [Fundação Palmares], 2005.
- \_\_\_\_\_. *Os gorutubanos - Territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro*. Tese de doutorado em Antropologia. Brasília: PPGAS / UnB, 2008.
- COSTA, João Batista. *Mineiros e baianos - Englobamento, exclusão e resistência*. Tese de doutorado em Antropologia, Brasília: PPGAS / UnB, 2003.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. 2. ed., Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.
- COTRIM, Dário Teixeira. *Ensaio histórico do distrito de Serra Nova - Município de Rio Pardo de Minas*. [Montes Claros: edição do autor.] 2000.
- \_\_\_\_\_. *O Laço Húngaro - Uma estratégia militar bem sucedida*. Montes Claros: Millenium, 2008.
- COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões - Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [1979].
- DELEUZE, Gilles. *Logique du sens*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1997.
- DEODATO, Alberto. “Rotílio Manduca”. In *ESTADO DE MINAS*, 14 abr. 1977, 2. Seção, p. 2.
- DURÃES, Narciso. *Rios do meu tempo*. Belo Horizonte: O Lutador, 2005.
- DURVAL [Pereira da França] Filho. *Canavieiras - Sua história*. Canavieiras: Prefeitura Municipal, 1981.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. rev., São Paulo: Globo, 2008 (11. reimp.).
- FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira - O Brasil republicano - Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- FERNANDES, Rinaldo de (org.). *O clarim e a oração - Cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração, 2002.
- FICK, Carolyne E. *The making of Haiti - The Saint Domingue revolution from below*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1994 (3. imp.).
- FIGUEIREDO, Geovane Antunes. *Causos de beira de fogo - Em prosas e versos*. Eunápolis: Gráfica Caçula, [1999].
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “Pós-tudo - Banimento e abandono no *Grande sertão*”. In *REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS*. São Paulo: USP; Editora 34, n. 44, fev. 2007, p. 159-172.
- FORTUNATO, Maria Lucinete. *O conceito de coronelismo e a imagem do coronel - De símbolo a simulacro do poder local*. Campina Grande: Ed. da Univ. Fed. de Campina Grande, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed., São Paulo: Fund. Ed. da Funesp, 1997.
- FROTA, José Tupynambá da (bispo de Sobral). *História de Sobral*. Fortaleza: Pia Soc. de S. Paulo, 1953.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde - O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Anna Blume, 1996.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso - Um estudo sobre a ambigüidade no Grande sertão: veredas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- \_\_\_\_\_. *O império de Monte Belo - Vida e morte de Canudos*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2002 (1. reimp.).
- GONÇALVES, António Custódio. *Kongo - Le lignage contre l'état - Dynamique politique kongo du XVIème au XVIIIème siècle*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Évora: Universidade de Évora, 1985.
- GRUNSPAN-JASMIN, Élise. *Lampião - Senhor do sertão*. Trad. Maria Celeste Franco Faria Marcondes; Antonio de Pádua Danese, São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, 2006.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. “Os quilombos do século do ouro”. In *REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA*. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, n. 6, jul. 1988, p. 15-45.
- HOBBSBAWM, Eric. *Primitive rebels - Studies in archaic forms of social movement in 19th and 20th centuries*. Nova Iorque: Norton, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Bandidos*. Trad. Donaldson M. Garschagen, 4. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira - O Brasil monárquico - O processo de emancipação*. 6. ed., São Paulo: Difel, 1985a, l. 3, v. 2, t. 1.
- \_\_\_\_\_. (org.). *História geral da civilização brasileira - O Brasil monárquico - Dispersão e unidade*. 5. ed., São Paulo: Difel, 1985, l. 4, v. 2, t. 2.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (32. reimp.).
- INOJOSA, Joaquim. *República de Princesa - José Pereira X João Pessoa - 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1980.
- IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do Tamanduá - Um estudo de caso local e de mandonismo no sertão da Bahia - 1840-1898*. Dissertação de mestrado em História, Belo Horizonte: UFMG / FAFICH, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho - Poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Trânsito, conquista e aventura na América portuguesa - Sertão baiano no século XVIII”.

- In *DIMENSÕES - REVISTA DE HISTÓRIA DA UFES*. Vitória: UFES, n. 21, jul.-dez., 2008, p. 63-82.
- \_\_\_\_\_. *Homens de caminho - Trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa - Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “O coronelismo ainda é uma questão historiográfica?”. In MARTINS, Ismênia de Lima; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá; IOKOI, Zilda Gricoli (org.). *História e cidadania - XIX Simpósio Nacional da ANPUH*. São Paulo: USP / FFCLH, 1998, v. 2, p. 505-515.
- JANUÁRIA - COMEMORAÇÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO - 1860-1960*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-era Brazil - Bahia, 1790s-1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto - O município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 (5. imp.).
- LE GOFF, Jacques. “Prefácio”. In BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos - O caráter sobrenatural do poder régio - França e Inglaterra*. Trad. Júlia Mainardi, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 9-37.
- \_\_\_\_\_. *São Luís - Biografia*. Trad. Marcos de Castro, 3. ed., Rio de Janeiro: Record, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges, 5. ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 2008 (3. reimp.).
- LETTIÈRE, Roberto. *Belo Campo - Memórias*. Belo Campo: Prefeitura Municipal; Vitória da Conquista: UESB, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Guerra do Tamanduá - 1895*. São Paulo: HR Gráfica e Editora, 2011.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Trad. Gabinete Literário de Edições 70, versão para o Brasil, Lisboa: Edições 70, 1993.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba - Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Trad. André Villalobos, São Paulo: Record, 1993.
- \_\_\_\_\_. “The oligarchical limitations of social banditry in Brazil - The case of the ‘good’ thief Antônio Silvino”. In SLATTA, Richard W (ed.). *Bandidos - The varieties of latin american banditry*. Westport: Greenwood Press, 2012 [sob demanda], p. 67-96.
- LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Trabalho livre, trabalho escravo - Brasil e Europa nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Anna Blume, 2006.
- LIMA, Jonas Vieira. “Januária e seu passado político”. In *JANUÁRIA - COMEMORAÇÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO - 1860-1960*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960, p. 51-58.
- LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes - Marchas e contramarchas*. 3. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- LIMA, Marcela Telles Elian de. *Pelas margens do São Francisco - A trajetória história e ficcional de Antônio Dó*. Dissertação de mestrado em História, Belo Horizonte: UFMG / FAFICH, 2006.
- LINS, Wilson. *O Médio São Francisco - Uma sociedade de pastores guerreiros*. 3. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- LISBOA, Abdênago; LISBOA, Apolo Heringer. *Octaciliada - Uma odisséia do norte de Minas*. Belo Horizonte: Nova Canaã, 1992.
- LOGAN, James Richardson (org.). *THE JOURNAL OF THE INDIAN ARCHIPELAGO AND EASTERN ASIA*. Singapura: G. M. Frederick, 1849.

- LOMBARDI, Mary. The frontier in brazilian history - An historiographical essay”. In *PACIFIC HISTORICAL REVIEW*. Los Angeles: University of California Press, v. 44, n. 4, nov. 1975, p. 437-457.
- LOPES, Carlos Herculano. “O monstro de Itamarandiba”. In MACHADO, José Carlos. *Casos, lendas e lorotas do Jequitinhonha*. Capelinha: ed. do autor, 2007, p. 56-59.
- LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LOW, James. “A translation of the Keddah annals termed Maerong Mahawangsa and sketches of the ancient condition of some of the nations of Eastern Asia, with reference to the malays”. In LOGAN, James Richardson (org.). *THE JOURNAL OF THE INDIAN ARCHIPELAGO AND EASTERN ASIA*. Singapura: G. M. Frederick, 1849, v. 3, p. 1-23.
- LUSTOSA, Isabel. *De olho em Lampião - Violência e esperteza*. São Paulo: Claro Enigma, 2011.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Contos fluminenses*. São Paulo: Companhia Brasil Editora, 1960.
- MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes - Revolução no Brasil*. Trad. Flora Machman, São Paulo: Difel, 1977.
- MACHADO, José Carlos. *Casos, lendas e lorotas do Jequitinhonha*. Capelinha: ed. do autor, 2007.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico - Um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf / UFG, 1990.
- MAGALHÃES MARTINS, F. *Delmiro Gouveia - Pioneiro e nacionalista*. 2. ed., rev. e atualizada, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Inst. Nac. do Livro, 1979.
- MARTINS, Ismênia de Lima; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá; IOKOI, Zilda Gricoli (org.). *História e cidadania - XIX Simpósio Nacional da ANPUH*. São Paulo: USP / FFCLH, 1998, 2 v.
- MARTINS, Saul. *Antônio Dó - O jagunço mais famoso do sertão*. Belo Horizonte: [Edição do autor], 1967.
- \_\_\_\_\_. *Antônio Dó*. 2. ed. inteiramente refundida e ampliada. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.
- \_\_\_\_\_. “Rotílio Manduca”. In *ESTADO DE MINAS*. Belo Horizonte: Diários Associados, 13 mai. 1985, 2. Seção, p. 8.
- \_\_\_\_\_. *Antônio Dó*. 3. ed. inteiramente refundida e ampliada. Belo Horizonte: Sesc-MG, 1997.
- MAXIMILIANO (Príncipe de Wied-Neuwied). *Viagem ao Brasil*. Trad. Edgar Sússekind de Mendonça; Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, 1989.
- MEDEIROS, Ruy Araújo Hermann. “Notas críticas”. In TORRES, Tanquilino Leovegildo. *O município da Vitória*. Vitória da Conquista: Museu Regional; UESB, 2002, p. 63-132,
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol - Violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 2. ed., São Paulo: A Girafa, 2004.
- MENDONÇA, Edízio. *Campestre e seus horrores*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; EGBA, 2006.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / projetos globais - Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MIRANDA, Avay. *Taiobeiras - Seus fatos históricos*. Brasília: Thesaurus, 1997, 2 v.
- MORAES, Walfrido. *Jagunços e heróis - A civilização do diamante nas Lavras da Bahia*. 2. ed. ampliada, Salvador: GRD, 1973.

- MORENO, Cêzar. *A colonização e o povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX - A guerra contra os índios*. 2. ed., Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2011.
- NEVES, Antonino da Silva. *Corografia do município de Boa Vista do Tremedal*. [Montes Claros]: Giselle Fagundes; Nahílson Martins, [2009a].
- \_\_\_\_\_. *Corografia do município de Rio Pardo*. [Montes Claros]: Giselle Fagundes; Nahílson Martins, [2009b].
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja da sesmaria ao minifúndio - Um estudo de história regional e local*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.
- NIANE, Djibril Tamsir. *Sudjata ou A epopéia mandinga*. Trad. Oswaldo Biato. São Paulo: Ática, 1982.
- \_\_\_\_\_. “O Mali e a segunda expansão manden”. In \_\_\_\_ (org.). *História geral da África - África do século XII ao XVI*. Brasília: Unesco, 2010, p. 133-188.
- \_\_\_\_\_. (org.). *História geral da África - África do século XII ao XVI*. Brasília: Unesco, 2010.
- OLIVEIRA, Oliveiros Nunes de. *O mensageiro da morte*. Serro: Gráfica Gaúcha, [1975].
- ORRICO, Israel “Zai” Araújo. *Elas fizeram história em Vitória da Conquista*. Vitória da Conquista: [ed. do autor], 1983.
- PAIVA, Eduardo França. “De corpo fechado - O gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no começo do século XVIII”. In LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Trabalho livre, trabalho escravo - Brasil e Europa nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Anna Blume, 2006, p. 113-129.
- \_\_\_\_\_. “Allah e o Novo Mundo - Escravos e forros islamizados no universo colonial americano”. In PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Anna Blume, 2010, p. 13-40.
- PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Anna Blume, 2010.
- PALACÍN, Luis G. *Coronelismo no extremo norte de Goiás - O padre João e as três revoluções de Boa Vista*. Goiânia: Cegraf / UFG; São Paulo: Loyola, 1990.
- PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias - 1889-1943 - A Bahia na Primeira República*. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PARRELA, Ivana D. *O teatro das desordens - Garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino - 1768-1800*. São Paulo: Anna Blume, 2009.
- PAULA, Hermes de. *Montes Claros - Sua história, sua gente, seus costumes*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- PEREIRA, Antônio Emílio. *Memorial Januária - Terra, rios e gente*. Belo Horizonte: Mazza, 2004.
- PEREIRA, Gonçalo de Ataíde. “Memória histórica e descritiva do município dos Lençóis - Lavras Diamantinas”. In ARAÚJO, Delmar Alves; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Salles (org.). *Bambúrrios e quimeras - Olhares sobre Lençóis - Narrativa de garimpos e interpretações da cultura - Com anotações sobre a “Memória histórica e descritiva do município dos Lençóis (Lavras Diamantinas)” de Gonçalo de Athayde Pereira*. Feira de Santana: UEFS, 2002, p. 39-129.
- PEREIRA, Laurindo Méckie. *A cidade do favor - Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.
- PINTO, José Claudionor dos Santos. *Memórias de Itinga*. Itinga: [ed. do autor, 2010].

- PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: [ed. do autor], 1979.
- \_\_\_\_\_. *Gorutuba - O padre e a bala de ouro*. [Montes Claros: ed. do autor, 1982].
- PIZARRO e Araújo, José de Souza Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1945-1951, 9 v., 11 t.
- PRATA, Ranulfo. *Lampião - Documentário*. Facsímilar da 2. ed. [1947], Natal: Sebo Vermelho: 2010.
- QUEIROZ, Claudionor de Oliveira. *O sertão que conheci*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Os cangaceiros*. Trad. da autora a partir do original francês, São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- \_\_\_\_\_. “O coronelismo numa interpretação sociológica”. In BORIS, Fausto (org.). *História geral da civilização brasileira - O Brasil republicano - Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, t. 3, v. 1, p. 153-190.
- \_\_\_\_\_. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 3. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 2003.
- QUINTAS, Amaro. “A agitação republicana no Nordeste”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira - O Brasil monárquico - O processo de emancipação*. 6. ed., São Paulo: Difel, 1985, l. 3, v. 2, t. 1, p. 207-237.
- RÊGO, André Heráclio do. *Família e coronelismo no Brasil - Uma história de poder*. São Paulo: A Girafa, 2008.
- REIS, Arthur César Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira - O Brasil monárquico - Dispersão e unidade* 5. ed., São Paulo: Difel, 1985, l. 4, v. 2, t. 2, p. 71-172.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil - A história do Levante dos Malês em 1835*. Ed. rev. e ampl., São Paulo: Companhia das Letras, 2004 (1. reimp.).
- RODRIGUES, Rejane Meireles do Amaral. *Antônio Dó - Um bandido social das margens do São Francisco - 1910-1929*. Dissertação de mestrado em História, Uberlândia: UFU / Instituto de História, 2004.
- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas - Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- RONCARI, Luiz. *O Brasil de Rosa - Mito e história no universo rosiano - O amor e o poder*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. 28. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Ave palavra!* 5. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis - Um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: PIMES, 1974.
- SALES, Fernando. *Nascença, apogeu e encanto de Horácio de Matos*. São Paulo: GRD, 1983.
- SALLES, Joaquim de. *Se não me falha a memória*. São Paulo: Inst. Moreira Salles; Ed. Giordano, 1993 [v. 2].
- SAMPAIO, Teodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Org. José Carlos Barreto de Santana, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTIAGO, Luís. *Serro e serrania - O vale dos boqueirões - História do vale do Jequitinho-*

- nha*. Almenara: [ed. do autor], 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Terra almenarense - Capítulos da história de Almenara*. Almenara: [ed. do autor], 2004b.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Districto Diamantino da comarca do Serro Frio - Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1924.
- SENNA, Nelson de. *Anuario de Minas Geraes*. Belo Horizonte: [edição do autor], 1918, v. 6, t. 2.
- SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de mando - Banditismo em Minas Gerais - Século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.
- SILVEIRA, Geraldo Tito. *O padre velho*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.
- SILVEIRA, Olyntho da; SILVEIRA, Yvonne de Oliveira. *Brejo das Almas*. [Belo Horizonte: edição dos autores,] 1962.
- SLATTA, Richard W. *Comparing cowboys and frontiers*. Norman: University of Oklahoma Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. (ed.). *Bandidos - The varieties of latin american banditry*. Westport: Greenwood Press, 2012 [sob demanda].
- SOUZA, Joanésio Cardoso de. *Medina - Terra das pedras preciosas*. 2. ed., Belo Horizonte: Sysgraf, 2004.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito - Aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006 (1. reimp.).
- SOUZA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do sertão da Ressaca - Povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Lembranças do Brasil - Teoria política, história e ficção em Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- TANAJURA, Mozart. *História de Conquista - Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: [ed. do autor], 1992.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed., rev. e ampl., São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.
- TAVARES, Odorico. “Gibão e chapéu de couro para Getúlio”. In *O CRUZEIRO*, Rio de Janeiro: s.e., a. 24, n. 41, 26 jul. 1952, p. 40-46, 50, 57-58.
- TETTEROO, Samuel. *Memoria historia e geographica do municipio de Jequitinhonha*. Teófilo Otoni: Typ. S. Francisco, 1919.
- THOMAS, Keith. *Religion and the decline of magic - Studies in popular beliefs in sixteenth and seventeenth-century England*. Londres: Penguin, 1991.
- TORRES, Tanquilino Leovegildo. *O município da Vitória*. Edição crítica anotada por Ruy Araújo Hermann Medeiros; Vitória da Conquista: Museu Regional; UESB, 2002.
- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial - A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio da Janeiro: Difel, 1978.
- UTÉZA, Francis. *JGR - A metafísica do Grande sertão*. Trad. José Carlos Garbuglio, São Paulo: Edusp, 1994.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. 4. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Vera Gardini T. “Homens provisórios - Coronelismo e jagunçagem em Grande sertão: veredas”. In *SCRIPTA*. Belo Horizonte: Puc-Minas, v. 3, n. 10, 1. semestre 2002, p. 321-333.
- VEIGA, José Pedro Xavier da (org.). “Motins do sertão”. In *REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO MINEI-*

- RO, Ouro Preto: Imprensa Oficial, a. 1, fasc. 4, out.-dez. 1896, p. 649-672.
- \_\_\_\_\_. *Efemérides mineiras - 1664-1897*. 2. ed., Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, 1998, 3 v.
- VIANA, Aníbal Lopes. *Revista histórica de Conquista*. Vitória da Conquista: Jornal de Conquista, [1985-1986], 2 v.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo; Niterói: Ed. Univ. Fed. Fluminense, 1987, 2 v.
- VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis - Apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. 5. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- VIRGILIO Marone, Publio. *Tutte le opere*. Versão, introdução e notas de Enzo Centragolo, Florença: Sansoni, 1989.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi, São Paulo: Pioneira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *História geral da Economia*. Trad. Calógeras A. Pajuaba, São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade - Fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, Brasília: Ed. UnB, 1991, v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade - Fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, v. 2.
- ZILBERMANN, Regina. "Euclides e os outros". In FERNANDES, Rinaldo de (org.). *O clarim e a oração - Cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração, 2002, p. 391-410.

## II. PERIÓDICOS

- COMPILADOR DA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DE MINAS GERAES, O. Ouro Preto: Typographia do Itacolomy, n. 11, 31 mai. 1843.
- CRUZEIRO, O. Rio de Janeiro: s.e., a. 24, n. 41, 26 jul. 1952.
- DIÁRIO DE MINAS - ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO. Belo Horizonte: s.e., a. 21, n. 5.984, 4 fev. 1930.
- \_\_\_\_\_. a. 21, n. 5986, 6 fev. 1930.
- DIMENSÕES - REVISTA DE HISTÓRIA DA UFES. Vitória: UFES, n. 21, jul.-dez. 2008.
- ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 14 abr. 1977.
- \_\_\_\_\_. 13 mai. 1985.
- JEQUITINHONHA, O - FOLHA POLÍTICA, LITERÁRIA E NOTICIOSA. Diamantina: a. 1 [2ª fase], n. 7, 27 set. 1868.
- MEMÓRIAS DA BAHIA. Salvador: Empresa Baiana de Jornalismo, n. 4, nov. 2002.
- PACIFIC HISTORICAL REVIEW. Los Angeles: University of California Press, v. 44, n. 4, nov. 1975.
- REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO MINEIRO, Ouro Preto: Imprensa Oficial, a. 1, fasc. 4, out.-dez. 1896.
- REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Belo Horizonte: FAFICH / UFMG, n. 6, jul. 1988.
- REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. São Paulo: USP; Editora 34, n. 44, fev. 2007.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, t. 103, v. 157.
- SCRIPTA. Belo Horizonte: Puc-Minas, v. 3, n. 10, 1. semestre 2002.

### III. ARQUIVOS

#### A. ARQUIVO DO FÓRUM DE GRÃO MOGOL, MONTES CLAROS (AFGM)

AFGM. Cx. 1840. Auto de contas, 1846.

\_\_\_\_. Cx. 1850 (2). Transmite representação do vigário José Vítório de Souza, 1857.

\_\_\_\_. Cx. 1860 (1). Sumário de crime de responsabilidade contra o 1. tabelião João Avelino Peito, 1865.

\_\_\_\_. Cx. 1860 (1). Autuação, Grão Mogol, 19 mar. 1866.

\_\_\_\_. Cx. 1860 (1). Autor: vigário José Vítório de Souza; réu: José Barbosa de Aguiar e Cunha, 1868.

\_\_\_\_. Cx. 1860 (3). Vigário José Vítório de Souza contra João de Deus Faria, 1861.

#### B. COLEÇÃO PARTICULAR [DR. RONALDO LIMA MEIRELLES], PEDRA AZUL

*Oração de carta de armas*. 10 de fevereiro de 1923, folha única.

#### C. FUNDO GUIMARÃES ROSA, BIBLIOTECA PADRE ANTONIAZZI, PUC MINAS, BELO HORIZONTE

CASTILHO, Levínio da Cunha. “Zé Bebelo: codinome Rotílio Manduca, matador do Grande sertão” [recorte]. In [*ESTADO DE MINAS*, 1985].

### IV. FILMOGRAFIA

MAGALHÃES, Schubert (rot. e dir.). *O homem do corpo fechado*. Belo Horizonte: Filmes D’El Rey, 1972.

NERI, George (dir.). *A tragédia do Tamanduá*. Rot.: Caio Tales Resende, pesq. hist.: Daniel Filho e Edilando Ferraz Prado; Vitória da Conquista: Ave Pluma Blanca; Kinemadinovo, 2011 (versão 15 min.).

ROCHA, Glauber (dir. e co-rot.) *Deus e o Diabo na terra do sol*. Rio de Janeiro: Copacabana Filmes, 1964.

SANTOS, Nélson Pereira dos (rot. e dir.). *O amuleto de Ogum*. Arg.: Francisco Santos, Rio de Janeiro: Regina Filmes, 1974.

TIKHOMIROFF, João Daniel (dir. e co-rot.). *Besouro*. Salvador: Mixer; RT2A, 2009.

### V. DISCOGRAFIA

ELOMAR da Figueira Mello. *Das barrancas do rio Gavião*. São Paulo: Fontana, 1973.

RAÍZES, Grupo. *Olhe bem as montanhas*. São Paulo: FIF, 1981.

RAPPA, O. *Mappa mundi*. Rio de Janeiro, 1996.

VELOSO, Caetano. *Prenda minha*. Rio de Janeiro: Polygram do Brasil, 1998.